

**Odilon Castro**

**Negro Drama – uma etnografia sobre famílias de usuários radicais de crack.**

Tese apresentada à Universidade  
Federal de São Paulo para  
obtenção do título de Doutor em  
Ciências.

**São Paulo  
2017**

**Odilon Castro**

**Negro Drama – uma etnografia sobre famílias de usuários radicais de crack.**

Tese apresentada à Universidade Federal de São Paulo obtenção do título de Doutor em Ciências.

**Orientador:**

Prof. Dr. Pedro Paulo Gomes Pereira.

**Coorientador:**

Prof. Dr. Paulo Arthur Malvasi.

**São Paulo  
2017**

**Castro, Odilon**

**NEGRO DRAMA – uma etnografia sobre famílias de usuários radicais de crack.**

**Odilon Castro – São Paulo, 2017. XV, 209f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva.**

**Título em inglês: BLACK DRAMA - an ethnography about families of crack users.**

**1. Família. 2. Mulheres. 3. Crack. 4. Estado. 5. Políticas Públicas.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA**

**DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA –  
PROGRAMA DE SAÚDE COLETIVA**

**Coordenador do Curso de Pós-Graduação:** Pedro Paulo Gomes Pereira.

**Odilon Castro**

**Negro Drama – uma etnografia sobre famílias de usuários radicais de crack.**

**Presidente da Banca:** Prof. Dr. Pedro Paulo Gomes Pereira

**Banca examinadora:**

---

**Prof. Dr.**

**Suplentes:**

---

**Prof. Dr.**

---

**Prof. Dr.**

**A meu pai Valdir Castro.**

## Agradecimentos

Sou bastante grato por ter realizado esta pesquisa. Ela inaugurou em mim outro mundo. Sempre me interessei pelo uso de substâncias, mas não tinha mergulhado na complexidade do fenômeno. Menos ainda na intensidade dos estudos antropológicos que há por detrás delas e tampouco no enredamento das discussões sobre família. Mesmo compondo diversas. O texto que segue é uma parte ínfima da pesquisa, pois, no trabalho de campo, vivi movimentos indescritíveis de tradução. Sou grato a muitas pessoas e instituições, sem as quais eu não teria realizado este estudo. Muita gratidão a meu pai que investiu desejo em mim. A minha irmã, que estendeu sua mão amiga. A meus avós, que me enchem de admiração. Ao meu orientador, que me deu seu tempo. Sua capacidade de amar antropologia. Sua atenção. Eu o considero meu segundo pai. Ao meu coorientador, que se movimentou transmitindo-me paz. Transformando-se em meu amigo irmão. Às professoras e aos professores da banca de qualificação do projeto e defesa da tese, que me acolheram, cada um do seu jeito. Foram cert@s. Aos meus irmãos da leste, que me ensinaram que, quando estou perdendo, também estou ganhando. Que orgulho em tê-los por perto. Às famílias – minhas interlocutoras –, que me ofertaram o seu colo. Aprendizados. E paciência. Que felicidade a minha em encontrá-l@s na vida. Aos meus amig@s que trocaram comigo camaradagem. Expansão. Luz e força. À equipe do Espaço de Acolhida, que me encheu de amizade. À Organização CES, que me forneceu a oportunidade. Ao Programa Recomeço, que me presenteou com a experiência. À universidade pública, que reforçou em mim a necessidade de lutar por direitos. A minha “Duquesa de Bragança”, Mlee Biassetto, meu amor, que me deu amor. Junto com Nina e Lola (nossas gatas). Este foi um reencontro iluminado. A minha mãe e seus orixás, que me acompanharam no percurso de fé. E a todo povo da periferia, que me mostrou sua visão. Além de coragem. Ao Chumbo meu amigo irmão eu mando um “Salve!” e torço – como for para ser – pelo seu recomeço. *“É ‘nóis’, família”.*

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo importante auxílio, em forma de bolsa de estudos, recebido durante todo o período da pesquisa.

## Lista de figuras

1. Folder do Programa Recomeço – imagem de internet.
2. Reunião de apresentação do Serviço EAFVF - imagem de internet.
3. Discurso de assinatura dos convênios – imagem de internet.
4. Cerimônia de assinatura dos convênios – imagem de internet.
5. Equipe trabalhando no escritório CES – acervo do pesquisador.
6. Grupo de Acolhimento em prédio provisório.
7. Parte da equipe Espaço de Acolhida – acervo do pesquisador.
8. Grupo de estudos no escritório CES – acervo do pesquisador.
9. Portaria da Sede Espaço de Acolhida – acervo do pesquisador.
10. Equipe Espaço de Acolhida – acervo do pesquisador.
11. Reunião com o secretário Rogério Hamman – acervo do pesquisador.
12. Logo marca do Programa – imagem de internet.
13. Equipe pensando os espaços da Sede – acervo do pesquisador.
14. Equipe Espaço de Acolhida mobiliando a Sede.
15. Atividade com as famílias Parque da Água Branca – acervo do pesquisador.
16. Atividade com as famílias Jardim da Luz – acervo do pesquisador.
17. Atividade no Terraço Espaço de Acolhida – acervo do pesquisador.
18. Grupo de Acolhimento na sala de atendimento – acervo do pesquisador.
19. Categoria – Equipe Espaço de Acolhida – acervo do pesquisador.
20. Sol – Equipe Espaço de Acolhida – acervo do pesquisador.
21. Equipe em supervisão – acervo do pesquisador.
22. Bruno Gomes supervisor do Espaço de Acolhida – acervo do pesquisador.
23. Equipe no evento Selo Recomeço – acervo do pesquisador.
24. Governador e secretários de Justiça e Saúde imagem de internet.
25. Atividade na sala de atendimento – acervo do pesquisador.
26. Mesa com alimentos para o chá de acolhida – acervo do pesquisador.
27. Visita do governador ao CRATOD – imagem de internet.
28. Governador com equipe CRATOD – imagem de internet.
29. Folder do Prêmio de Inovação Social – imagem de internet.
30. Evento de premiação – imagem de internet.
31. Frente do terreno que pertence à família – acervo do pesquisador.

32. Flores que são cuidadas por Rebeca – acervo do pesquisador.
33. Rebeca com as filhas no colo e o filho dormindo – acervo do pesquisador.
34. Rebeca e Marlon abraçados – acervo do pesquisador.
35. Maria mãe de Rebeca – acervo do pesquisador.
36. Cozinha de Rebeca com poucos objetos que restaram – acervo do pesquisador.
37. Rebeca abraçada com as filhas – acervo do pesquisador.
38. Rebeca observa a filha brincando – acervo do pesquisador.
39. Casa em construção de Rebeca – acervo do pesquisador.
40. Marlon comprando um cigarro solto na venda – acervo do pesquisador.
41. Filhos de Bete na infância – acervo do pesquisador.
42. Bete com os 03 netos – acervo do pesquisador.
43. Bete com sua mãe, filha e dois netos – acervo do pesquisador.
44. Bete com a mãe e um neto – acervo do pesquisador.
45. Netos de Bete – acervo do pesquisador.
46. Vizinhas de Bete, amigas de infância de Gislaine – acervo do pesquisador.
47. Filho de Bete e sua Perua Kombi – acervo do pesquisador.
48. Gislaine e seus dois filhos abraçados – acervo do pesquisador.
49. Um dos locais de uso de crack da região – acervo do pesquisador.
50. Bete e o filho na busca por Gislaine – acervo do pesquisador.
51. Bete e o filho voltam para casa com Gislaine – acervo do pesquisador.
52. Bete chega com a filha em casa – acervo do pesquisador.
53. Frente do Hospital em Santa Rita do Passa Quatro – acervo do pesquisador.
54. Senhora internada, juntas fumam um cigarro – acervo do pesquisador.
55. Gislaine se despede das colegas de hospital – acervo do pesquisador.
56. Gislaine sorri voltando para casa – acervo do pesquisador.
57. Bete e Gislaine se maquiam no ponto de ônibus – acervo do pesquisador.
58. Mãe filha voltando para São Paulo – acervo do pesquisador.
59. Chumbo exibindo sua camisa de São Mateus – imagem de internet.
60. Chumbo exibindo a camiseta do “Timão” – imagem de internet.
61. Chumbo se batizando numa igreja evangélica – imagem de internet.
62. Chumbo numa tentativa de parar de usar crack – imagem de internet.

**Lista de abreviaturas**

A.A. – Alcoolicos Anônimos

AME – Federação de Amor Exigente

AVC - Acidente vascular cerebral

C. T. - Conselho Tutelar

C.T. – Comunidades Terapêuticas

CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas

CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas

CIC - Centros de Integração da Cidadania

CES - Centro de Estudos Sociais

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEM – Partido Democratas

DRADS - Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social

EAFVF – Espaço de Acolhida e Fortalecimento Familiar

EDESP - Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado

GCM – Guarda Municipal Metropolitana

GREa - Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP

L.A. - Liberdade Assistida

LENAD - Levantamento Nacional de Álcool e Drogas

LGBTTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LSD - Dietilamida do Ácido Lisérgico

MST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra

N.A. – Narcóticos Anônimos

ONG – Organização não governamental

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCC – Primeiro Comando da Capital

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIA – Plano Interno de Atendimento

PM – Polícia Militar

PROAD - Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RD – Redução de Danos

RETPS - Rede pela Transparência e Participação Social

ROTA - Rondas Ostensivas Tobias Aguiar

SEDS – Secretaria de Desenvolvimento Social

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNIAD – Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Eu sei, sei, cansa  
Quem morre ao fim do mês  
Nossa grana ou nossa esperança?  
Delírio é  
Equilíbrio entre nosso martírio e nossa fé  
Foi foda contar migalha nos escombros  
Lona preta esticada, enxada no ombro e nada vim  
Nada enfim, recria  
Sozim, com alma cheia de mágoa e as panela vazia  
Sonho imundo  
Só água na geladeira e eu querendo salvar o mundo  
No fundo é tipo David Blaine, mãe assume, pai some  
De costume, no máximo é um sobrenome...  
**Levanta e Anda - Emicida<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.vagalume.com.br/emicida/levanta-e-anda-part-rael-da-rima.html>

## Resumo

A história das substâncias psicoativas nos mostra que elas sempre existiram. E anuncia que perdurarão (como as famílias), mesmo porque, apesar de terem passado por longo processo de criminalização até serem tornadas ilícitas por obscuros critérios, algumas dessas medidas foram revistas (e continuam sendo), e certas substâncias tornadas ilícitas nos EUA anteriormente, como as bebidas alcóolicas, não só tiveram sua licitude readquirida, como foram estimuladas em países como o Brasil. E as que se estabeleceram enquanto ilícitas como a cocaína, contemporaneamente reconfiguram as vidas de todos nesses territórios. A realidade se impôs. E o uso de cocaína não foi suspenso. Sua proibição produz um tipo de guerra na qual morrem usuários e não usuários. Porém, mesmo tratando-se de um fenômeno complexo, com tantas variáveis relativas aos usuários e às substâncias lícitas e ilícitas, o Estado brasileiro opta por entregar as últimas nas mãos de milionários traficantes, para, em seguida, esses comercializarem clandestinamente as mesmas substâncias tornadas ilícitas pelo Estado. No entanto, esse mesmo Estado que determina a proibição que gera a guerra também investe – potência humana e capital econômico - para vigiar, disciplinar, punir, controlar e também tratar os envolvidos mais diretos no fenômeno das drogas, quando não decide exterminá-los. Visto que as ações de prevenção e de repressão, quando realizadas pelo Estado, falharam, a variedade de substâncias e o uso crescem cotidianamente. O medo - e a desinformação - fomentado pela mídia também. Logo, a dependência por substâncias aumenta. Esta etnografia descreve dois anos da construção da política de drogas do Estado de São Paulo por meio do Programa Recomeço. E apresenta também – e principalmente - duas famílias que foram buscar apoio no Programa Recomeço. Quis saber quem são. De onde vêm. E o que pensam sobre o fenômeno. Duas mulheres que, com suas teorias, descreveram seus dramas. Duas mães. Duas negras. Rebeca e Bete. Duas traduções. Duas apostas. Escolhas diferentes para um mesmo fenômeno. Observar a construção da política estadual de drogas de São Paulo. E depois fixar o olhar nas famílias dos usuários de substâncias tornadas ilícitas revela também uma etnografia das políticas públicas. Sendo assim, o principal fluxo desta pesquisa etnográfica é descrever e traduzir repetições e diferenças: movimentos.

**Palavras chave:** Família. Mulheres. *Crack*. Estado. Políticas Públicas.

## **Abstract**

History shows us that psychoactive substances have always existed, and indicates that – much like families – these substances will always continue to exist. Psychoactive substances have passed through a long process of criminalization and have been made illegal based on obscure criteria; nevertheless, some of these legal measures have been (and continue to be) reviewed. As a result, certain substances previously made illegal in the United States – such as alcoholic beverages – not only became legal once again; their use has also stimulated in countries such as Brazil. Drugs long established as illegal, like cocaine, reconfigure our lives across different territories. Reality imposes itself, and the use of cocaine has not ended. Instead, prohibiting cocaine produces a type of war in which both users and non-users die. However, even though drug use is a complex phenomenon, with many different variables among users and among both permitted and illicit substances, the Brazilian state opts to deliver illicit drugs into the hands of millionaire drug traffickers. These traffickers, in turn, commercialize – in a clandestine way – the same substances that the government has made illicit. Yet this state, responsible for determining the prohibition that leads to war, also invests both human and economic capital in guarding, disciplining, punishing, controlling, and treating the people most directly involved with drugs (that is, when it does not exterminate them). Given that the state's actions to prevent and repress the use of drugs has failed, the variety of substances available increases on an almost daily basis, as does their use. Simultaneously, the fear and disinformation spread by the media also increases. Therefore, society's dependence on substances increases. This ethnography describes two years of drug policy in São Paulo state, Brazil, through the Re-beginning Program (*Programa Recomeço*). The study's principal focus is on understanding two families that sought support through the Re-beginning Program: who they are, where they are from, and what they think about the phenomenon of drugs. Two women, through their own theories, describe the dramatic situations in which they live. Two mothers. Two Black women. Rebeca and Beth. Two translations. Two wagers. Different choices based on the same phenomenon. The study observes the construction of drug policy in the state of São Paulo before turning its gaze toward the families of people who use drugs classified as illegal. Thus, the principal aim of this ethnography is to describe and translate repetitions, differences, and movements.

**Keywords:** Family; women; crack cocaine; the state; public policy.

## Sumário

Apresentação .....	15
Da periferia ao centro. ....	15
Capítulo I .....	26
Saúde, assistência social e justiça: a repetição da proibição. ....	26
Capítulo II .....	100
Famílias em movimento de mudança dentro de políticas públicas repetidas.....	100
2.1. Família Fé da Sul.....	106
2.2. Família 24 por 48.....	134
Capítulo III .....	166
Entre repetições e mudanças: novos e velhos fluxos familiares.....	166
3.1. Família que escolho - irmãos que tenho. ....	168
Notas Finais .....	183
Bibliografia .....	191
Sites consultados.....	195
Anexos.....	197

## Apresentação

### Da periferia ao centro.

Zona leste, ruas quebradas fudidas  
Fique esperto pra não morrer na mão da polícia  
Lado leste, ruas quebradas fudidas  
Periferia não importa o lugar...  
**121 (Rajada Parte II) - Consciência Humana<sup>2</sup>**

Negro Drama é uma etnografia na qual acompanhei por quatro anos famílias que foram buscar tratamento para seus membros no Programa Recomeço, plataforma da política de drogas do Estado de São Paulo. O método etnográfico utilizado nessa pesquisa é demasiado importante para a Antropologia. Um tipo de ciência que valoriza a partícula “e”. Uma ciência viva que percorre vidas. Observando. Escutando. Cheirando. Tocando. Descrevendo não um modo ou outro, mas sempre maneiras e maneiras. Valorizando saberes. Desvendando práticas. O exercício etnográfico quando revela uma habilidade corriqueira indaga-se como essa fora simbolizada no momento da exibição. A antropologia aciona o comum e o exótico. Acessa o saber do Outro. Traduz. Visto que, no que nos é distante e ainda mais no que nos é próximo, há sempre o novo. O que escapa. A antropologia é uma ciência viva sempre em ação com o Outro.

Iniciei oficialmente esta pesquisa no Campo da Saúde Coletiva, mirando a política de drogas do Estado de São Paulo. Foi bastante caótico e ambíguo o movimento de atuar como trabalhador social, coordenando o Serviço Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares (EAFVF), e como pesquisador do Programa Recomeço. Exigiu dialogar com a solidão e me fez realizar também muitas perguntas. E, principalmente, escutar o Outro. Utilizando como principal eixo teórico a antropologia, ciência que possibilita expor toda minha implicação com o tema, a realização deste trabalho contou com as minhas principais interlocutoras: as famílias dos usuários de substâncias tornadas ilícitas. Mães que buscaram tratamento para os filhos “viverem sãos como antigamente”. Mulheres que me confiaram recontar - com sua linguagem, com os seus conceitos práticos - suas teorias de vida. O que eu sempre li

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.vagalume.com.br/consciencia-humana/121-rajada-parte-ii.html>

nos textos escritos por quem trabalha tanto com redução de danos<sup>3</sup> quanto com abstinência. Seus “dramas familiares”. Seus movimentos de vida.

A pesquisa, que fora iniciada tendo como objetivo etnografar a política de drogas, mudou sua direção para focar a vida de famílias que enfrentam o abuso e a dependência de *crack* dos filhos. Com isso, observou-se que outros fenômenos também atravessam as vidas dessas famílias. Questões econômicas e subjetivas. Políticas. Como de todas as famílias brasileiras. Mesmo das que não tenham a dependência de *crack* diretamente presente. O desafio aqui foi – também - de apresentar o equilíbrio nessas famílias. Para isso, espero ter realizado neste trabalho outra leitura – menos usual – da categoria drama, termo frequentemente utilizado nas discussões contemporâneas acerca do fenômeno das drogas.

Focada nas famílias - apresentando quem são, de onde vem e o que pensam sobre o fenômeno -, esta etnografia acabou sendo – também - uma pesquisa sobre as políticas públicas. Em especial da assistência social e da saúde dentro da política de guerra às drogas. Guerra que tem como principais expoentes – pagando com a própria vida – cidadãos como os das famílias com quem convivi durante minha vida. Pois assim como cantou Marlon – um dos meus interlocutores – num dos nossos encontros: “é um elogio; pra quem vive na guerra; a paz; nunca existiu; no clima quente; a minha gente soa frio”. Parte de uma música que me acompanhou no trajeto da pesquisa. Negro drama do grupo de *rap* Racionais MC’s. Marlon me cedeu o título desta tese, na qual os capítulos que seguem são também descrições do curso da pesquisa, que está dividida da seguinte maneira: no primeiro capítulo descrevo como o Estado, a partir de seus movimentos de repetição, também produz o fenômeno das drogas. Narro conjuntamente os trânsitos da construção da política de drogas do Estado de São Paulo e suas práticas,

---

<sup>3</sup> A Redução de Danos teve origem na Inglaterra, em 1926, com o Relatório Rolleston, que estabelecia o princípio segundo o qual o médico poderia prescrever legalmente opiáceos para os usuários dessas drogas, entendendo esse ato médico como tratamento, e não como “gratificação da adição”. Só nos anos 80, no entanto, ações baseadas nesses princípios foram sistematizadas em forma de programas. O primeiro surgiu na Holanda por iniciativa de uma associação de usuários de drogas injetáveis (UDI). À medida que começaram a ser documentadas em várias partes do mundo elevadas prevalências de infecção pelo HIV entre UDI, a estratégia de Redução de Danos ganhou força, mostrando-se uma importante aliada no controle desta infecção. A redução de danos caracteriza-se como uma abordagem ao fenômeno das drogas que visa minimizar danos sociais e à saúde associados ao uso de substâncias psicoativas; sua perspectiva atual radicaliza na promoção de direitos individuais e sociais do usuário de drogas.

baseado em minha participação no Programa Recomeço coordenando um Serviço da assistência social voltado para o atendimento de famílias. Nessa passagem retrato inquietações metodológicas e adaptações técnicas exigidas pela própria pesquisa.

No segundo capítulo empreendo a missão de definir a categoria família. Na trajetória torno visível a impossibilidade da tarefa. Quanto maior foi o mergulho na literatura, mais apartado ficava de uma definição. Satisfazendo-me com a categoria, famílias. No plural. Esse é o capítulo mais longo do estudo. Embora tenha convivido com quatro famílias no período da pesquisa. Fora com duas dessas com quem me relacionei mais intensamente por um ano e meio. De junho a dezembro de 2014 nos departamentos do Programa Recomeço. E durante todo o ano de 2015 em suas casas e percursos espiralados. Nessa fase do estudo trabalho com duas famílias: Fé da Sul e 24 por 48. Alguns dos encontros foram gravados e redigidos para compor o capítulo. As narrativas foram divididas em quatro eixos que se entrelaçam: 1) da interlocutora falando de si; 2) da família e da comunidade; 3) das políticas públicas e; 4) das substâncias psicoativas. As narrativas estão transmitidas ritmadas como foram manifestadas por minhas interlocutoras. Cadentes e assertivas como seus sentimentos.

No terceiro capítulo, guiado por mais um fluxo da pesquisa, reúno-me com amigos da infância. Amigos irmãos que fazem parte desse trabalho. Essa família de conexão auxiliou-me a realizar novas traduções para o destino do estudo. Seguindo o circuito, concluo essa fase atravessando transversalmente todo o curso da pesquisa. Lanço a tradução de que os principais atores do fenômeno das drogas são os usuários e seus familiares. Que esses cidadãos, além de reprimidos pelo Estado, são quem ensinam políticos, trabalhadores sociais e acadêmicos a respeito do fenômeno. Elucido também no capítulo final que o Estado – representado por sujeitos ligados a partidos políticos e correntes acadêmicas -, após traduzir as teorias dos usuários de substâncias e de seus familiares, baseia-se nessas para construir a política de drogas – Programa Recomeço. Porém, por motivos escusos, o Estado direciona suas ações apenas numa direção, a da abstinência e de guerra às drogas. Quando há também outras correntes complementares que atuam de forma direta e comprovadamente positiva diante do fenômeno. Tal conduta direcionada do Estado denuncia seu investimento em movimentos de repetição. E de apropriação e de repressão de saberes. O que justificaria esse direcionamento? Meus interlocutores oferecem hipóteses para as respostas.

Convém, nesta altura, um adendo para continuar em movimento e, em seguida, acompanhar o fluxo da pesquisa. Esta etnografia se iniciou muito antes deste momento. O fenômeno das drogas é parte de um mundo de afetos e de afecções que me inquieta há anos. Então, algo dessa história acabou por me aproximar dos meus interlocutores. É um tema que me obsedará ainda por muito tempo. Além disso, as substâncias psicoativas lícitas e as tornadas ilícitas sempre me interessaram. Estão presentes na minha vida. Marcaram e marcam minha trajetória em diferentes momentos e formas. Inicialmente na infância e na adolescência. Experimentando substâncias e devaneando sobre elas. Discursos. E violência. Ainda muito focado apenas nas substâncias. Depois, como estudante e trabalhador social, interessaram-me as pessoas que as utilizavam e suas relações estabelecidas com as substâncias. Incluindo as minhas próprias.

O discurso de estímulo ao uso de algumas. E de proibição de outras substâncias me interpelou muito cedo. Nasci em 1977. No centro da cidade de São Paulo. No bairro da Bela Vista. O encontro dos meus pais se deu no Jardim da Luz. Ele a visitava no bairro do Bom Retiro. O medo, ainda que não paralisante, era organizador no momento da partida para o Parque Dom Pedro, onde morava. Praça da República. Campos Elíseos. Luz. Bom Retiro. Parque Dom Pedro. Eram territórios de “valentes<sup>4</sup>” e usuários de substâncias tornadas ilícitas. Quem bem descreve esses locais nessa época é Hiroito de Moraes Joanides (2003). O rei da boca do lixo escreveu, “baixo mundo, ou submundo do crime, não é necessariamente designação de determinado local de uma qualquer cidade. Designa, isso sim, o conjunto de seres humanos que nela vivem” (Joanides, p: 25, 2003).

Do Hospital Matarazzo, fomos meus pais e eu para o Parque Dom Pedro. Edifício São Vito<sup>5</sup>. Conhecido como “Treme-Treme”, apelido que se justificava por sua altura - 27 andares, 624 apartamentos (24 apartamentos de 28 a 30 metros quadrados distribuídos por andar) -, cravado na Avenida do Estado, em frente ao Mercado Municipal de São Paulo. E também pelo seu estado de degradação, interno e externo, iniciado na primeira metade da década de 1980. Os elevadores não funcionavam.

---

<sup>4</sup> Categorias utilizadas para descrever sujeitos corajosos, malandros espertos e contraventores.

<sup>5</sup> Edifício que teve 1954 como ano de seu início de construção, tendo sido inaugurado em 1959 com 27 andares e 624 apartamentos. Em 1986 começaram os problemas jurídicos; em 2004 a prefeitura de São Paulo iniciou o processo de retirada de todos os moradores do edifício. Em 2006 a prefeitura decidiu demoli-lo, e em 2008 concluiu a retirada de todos os seus moradores. Em 2010 foi iniciada a demolição, tendo sido concluída no ano de 2011.

Moradores tinham derrubado paredes de apartamentos desocupados transformando o seu próprio em duplo. Instauraram-se ininterruptas cadências de entrada e saída de visitantes nos apartamentos das profissionais do sexo. Nos apartamentos transformados em salas de jogos. Em bares. Havia cheiros diferentes. Identificados como mato queimado. “Erva do diabo<sup>6</sup>” pelos moradores.

Em 1983 a família partiu no sentido bairro. Parque São Rafael. Zona leste. Distrito de São Mateus. Parecia muito com uma cidade rural. Rodeado por chácaras. Rios. Lagos. Nascentes. Matagais. Terrenos baldios. Animas transitando pelas ruas. Paisagem interiorana que, nas décadas de 1980 e 1990, se mostrou nada tranquila. Tornou-se habitual, principalmente nos fins de semana, mulheres, mães, jovens e crianças irem observar, nas áreas de mata, pessoas assassinadas de diferentes formas. Tiros. Facadas. Pauladas. Corriqueiros também os jornais do bairro. E os de grande circulação na cidade a noticiar os assassinatos tendo como causa disputas por áreas de venda e de uso de substâncias. Comum os moradores reproduzirem tais discursos. Sendo assim, o policiamento no bairro era ostensivo durante a manhã. Tarde. E principalmente à noite. Cavalaria. “Viaturas baratinhas” (fuscas). E a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) trafegava pelo bairro “dando geral<sup>7</sup>” nos frequentadores de bares. Nos trabalhadores. Encarando famílias sentadas nas calçadas. Acelerando as viaturas em perseguições a supostos traficantes. Ou não, apenas “apavorando<sup>8</sup>” mesmo.

Nas noites de sexta-feira certo pavor – e sadismo - espalhava-se em São Mateus. Eram frequentes frases como: “quem será que vai desta vez?”. Ou, antes mesmo de cair a noite: “tomara que não matem ninguém inocente”. Quando alguém era assassinado, pela manhã, a notícia circulava. E logo a procissão até o corpo era iniciada. Mães aguardavam, exaustivamente, enquanto o corpo ressecava ao sol, a chegada da mãe do assassinado. Lágrimas e conversas corriqueiras dividiam o ambiente. Eram assassinados jovens do sexo masculino. Que tinham entre 16 e 25 anos de idade. Moradores do próprio bairro.

---

<sup>6</sup> Categoria utilizada para descrever *Cannabis sativa*; *Cannabis indica*; *Cannabis ruderalis*. Maconha. Ganja. Erva. Chá. Beck. Bob. Verdão. Para saber mais a respeito da planta ver: França (2014).

<sup>7</sup> Realizando revistas em supostos suspeitos de atos ilícitos.

<sup>8</sup> Movimento de enviar uma mensagem para o outro - com e sem fala -, deixando evidente sua força ou sua violência.

Numa manhã de sábado foram encontrados “dois jovens” mortos no matagal. Apresentavam queimaduras de cigarro por todo o corpo. Tinham os cadarços dos tênis amarrados presos um ao outro. E, nas mãos, cada um portava um saco plástico com cola de sapateiro. Circulou a notícia de que teria sido o grupo de extermínio – formado por policiais - que havia matado na madrugada dois “bandidos usuários de drogas”. Eram meus vizinhos. Irmãos. Um dos assassinados tinha 8 anos de idade. Era meu amigo de futebol diário. Pela primeira vez ensaiei a compreensão de que havia algo errado quando jornais e grande parte das pessoas do bairro relacionavam violência ao uso de substâncias. A história do assassinato do meu amigo com seu irmão mais velho (14 anos de idade) não condizia com o que vivíamos no bairro. Eles não eram “bandidos que usavam drogas”. As informações oficiais – televisão e jornais - eram indefinidas e confundiam a população, enfatizando diretamente quem era digno de viver e quem merecia morrer (Foucault, 1999).

No bairro havia *punks*<sup>9</sup>. Alguns desses, sim, usavam substâncias. Bebidas alcóolicas. Cigarros. Benzina. Maconha. Por termos sido os primeiros a andar de skate no bairro – eu e meus amigos - imitávamos quem aparecesse no programa Grito da Rua<sup>10</sup>. Cortes de cabelo. Camisetas de bandas de *hard core* e de *rap*. Gírias. Dizíamos que éramos *punks* com 10 anos de idade. Numa noite de sexta-feira um jovem foi assassinado no matagal. Todos foram ver quem era. No retorno para a rampa de *skate*, alguns *punks* fumavam maconha na mata. Chamaram-nos. Cumprimentaram-nos. Perguntaram-nos se éramos *punks*. Disseram que para andar com eles, para ficarmos ali naquela roda, era preciso fumar. Os amigos foram se afastando. Menos um. Esse ficou fumando o cigarro. Fora iniciado. Família. Vizinhos. Amigos. Todos diziam que ele era Outro. Que Denis se transformou. Conquistou visibilidade à força. Continuou fazendo uso de substâncias. Em especial de álcool. Antes dos 15 anos de idade foi internado em hospitais psiquiátricos. Enfurecia-se com a família quando falava disso. Posteriormente se envolveu em assaltos. Passou por outras internações. No retorno fazia uso de bebidas alcóolicas com remédios que trazia dos hospitais. Foi ficando insustentável a convivência em sua casa. Passava dias morando com amigos em diferentes famílias.

---

<sup>9</sup> A partir do fim da década de 1970, o conceito de "cultura punk" adquiriu novo sentido com a expressão movimento punk, que passou a ser usada para definir sua transformação em tribo urbana, substituindo uma concepção abrangente e pouco definida da atitude individual e fundamentalmente cultural pelo conceito de movimento social. Para saber mais sobre o tema, ver: BIVAR, Antonio. O que é punk. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, 76).

<sup>10</sup> Programa de televisão da Gazeta especializado no esporte.

Vivendo nas ruas do bairro. A família mudou para outra cidade e o levou. Antes dos 25 anos de idade teve um AVC (acidente vascular cerebral). Um dos lados de seu corpo teve os movimentos comprometidos. Foi atropelado atravessando uma rodovia. Faleceu antes dos 30 anos de idade. Por que ele ficou? Isso fez com que ele realizasse assaltos? Por que as internações não funcionaram? Havia algo que a família pudesse ter feito?

Na transição do ensino fundamental para o médio alguns amigos e eu nos matriculamos em colégios do município de Santo André. O uso de maconha era mais comum do que no Parque São Rafael. Não significava coisa de bandidos como em São Mateus, mas de jovens experimentando. E a substância de eleição de praticamente todos eram as bebidas alcólicas. Muitas vezes um - ou mais - da turma se atrapalhava em como se agenciar (Fiori, 2013<sup>11</sup>) com o álcool. Iniciava o estado de coma alcoólico. Passava-se mal a noite inteira caído no chão. Não havendo brigas, “tudo bem”. Essa naturalidade acontecia porque entre um “porre<sup>12</sup>” e outro, no descontrole, algumas tecnologias sobre os corpos foram desenvolvidas. A embriaguez era regulada pelo tempo de duração da noite. As doses eram pensadas. Planejadas. O que beber no início para “chapar<sup>13</sup>”. O que beber no meio da noite para manter. O que beber e comer de manhã para dormir e acordar sem ressaca. Quando essa surgia, eram desenvolvidas técnicas corporais (Mauss, 1950<sup>14</sup>) para lidar com o corpo. O que comer pela manhã. O que beber alcóólico e não alcóólico para “despertar o corpo”. O que fumar para driblar o mal estar. Ou mesmo, o posicionamento do corpo frente ao vaso sanitário para vomitar sem doer demais o estômago. Essas técnicas eram repassadas aos integrantes do grupo a ponto de a experimentação ir dando certo para cada um, produzindo verdadeiro orgulho nos membros. Não se buscava aprender a beber menos. Parar. Mas aprender a não passar tão mal com as bebidas alcólicas.

---

<sup>11</sup> Maurício Fiori se apropria da categoria agenciamento a partir de inquietações da crítica pós-social para que as substâncias sejam também compreendidas sem esgotar-se nos seus efeitos e em seus significados socialmente atribuídos. Para o autor os agenciamentos são tão bioquímicos quanto econômicos e, sociais, e dizem respeito tanto às características materiais das drogas quanto suas formas de subjetivação. Utiliza agenciamentos como o conjunto de possibilidades farmacológicas, materiais e simbólicas que se efetivam – e podem ser conhecidos – empiricamente nas trajetórias dos sujeitos.

<sup>12</sup> Categoria utilizada para descrever o estado de embriaguez alcoólica. O ato de ingerir bebida alcoólica.

<sup>13</sup> Categoria utilizada para descrever o estado entorpecido. De consciência alterada.

<sup>14</sup> Marcel Mauss trabalha o conceito de técnicas corporais como expressões, maneiras pelas quais os homens sabem servir-se do corpo, sendo este o primeiro e mais natural instrumento do homem. Esse autor considera um erro crer só haver técnicas a partir de instrumentos externos.

Em 1992 a cocaína<sup>15</sup> teve sua aparição - para a turma de amigos - no Parque São Rafael. Nos colégios de Santo André. Nas baladas<sup>16</sup> no centro de São Paulo onde tocava “som de skatista”. Espaço Retrô no bairro da Santa Cecília. Der Tempel e Armageddon na Rua Augusta. Urbânia no Vale do Anhangabaú. Front 575 e Television em Santo André. Havia *glamour* em usá-la. Uma cheirada. “Um tiro” para cada. Quem cheirasse sentia-se grande. Poderoso. Disposto. Sendo assim, o uso de cocaína com álcool nesses ambientes foi se intensificando. Principalmente nas noites de “sexta-cheira”. A maconha quase que desapareceu. A cocaína e o álcool imperaram. Em 1993 Junior chegou para estudar no colégio em Santo André. Grandão, seu melhor amigo, que participava intensamente das “sextas-cheiras”, pediu atenção com o novato. Estava em recuperação. Tentava parar de fumar *crack*. Grandão descreveu a substância como sendo a “mais pesada”. Era diferente. Não tinha a grandeza da cocaína aspirada. Quem a usasse era “doente”. Perdia o controle. Vendia objetos. Emagrecia. Roubava para conseguir. Era arriscado buscá-la na “favela Fazenda da Juta - Jardim Elba<sup>17</sup>”. Pela descrição o usuário estava próximo da morte de um jeito ou de outro. Perdia a saúde. Ou era assassinado pelos trabalhadores do tráfico. Ou por policiais militares. Porém, a substância também oferecia lugar de pertencimento. O usuário de *crack* transformava-se em Outro. Alguém corajoso. Júnior disse, “tem que ter coragem, não mexo mais com pedra<sup>18</sup>”.

A década de 1990 foi terminando. Repetência de séries. Término do ensino médio. Primeiro emprego. Namoros. Prisões. Mortes. Internações em hospitais psiquiátricos. Aumento do uso de substâncias. Assaltos. Tráfico. Religiões. “Loucura”. Cabecinha. Jovem branco. Alto. Magro. “Cabeçudo”. Skatista. Morador do Parque São Rafael. Não usava maconha. Cocaína. *Crack*. Mas pouquíssimo álcool. Foi mudando completamente. Às vezes ficava lento. Chorava. Até que um dia o que falava não fazia sentido para os Outros. Passou a caminhar sujo pelo bairro. Dormia nas ruas. Foi preso furtando algo dentro de um carro. Moradores do bairro associaram seu estado de saúde ao uso de *crack*, quando não era. Havia outros fatores nessa história. Sobrevivia quase sem nenhum dinheiro. Vivia sendo transferido das casas de familiares. Não contava com o pai. Sua mãe trabalhava. Vivia com a avó que o obrigava a frequentar igrejas

<sup>15</sup> Substância oriunda do refinamento feito com folhas da planta *Erythroxylum coca* e derivados. Também conhecida como: pó, farinha, risco, tiro, *bright*.

<sup>16</sup> Casas noturnas localizadas no Centro e no bairro dos Jardins em São Paulo.

<sup>17</sup> Comunidade localizada na fronteira entre São Paulo e Santo André.

<sup>18</sup> Categoria utilizada para se referir também à substância *crack*.

evangélicas mesmo não querendo. Parecia triste. Muito deslocado. Dava ares de que lhe faltava tudo. Apresentava-se muito desamparado financeiro e afetivamente. Uma vez, enquanto consumia álcool, brigou com o pai, já falecido. Frente à vida se reorganizou de forma diferente. Buscou a rua. Caminhar. Chumbo era outro skatista. Branco. Olhos verdes. Cabelo “sarará”. Tatuagens. Nessa fase intensificou o uso de substâncias. Esse, sim, consumia *crack*. Cocaína aspirada. Maconha. Álcool. Envolvia-se em brigas constantes. Colocava-se em risco de morte. Desaparecia. Retornava semanas depois. Não dizia onde estava. Até que desapareceu.

Em 1997 experimentei a fábrica<sup>19</sup>. Espaço territorial diferente do colégio. Das baladas. Aproximam-se num aspecto. Uso de substâncias. Operários usam muito álcool e maconha. Um pouco de cocaína. As bebidas alcoólicas (cervejas) e os destilados (cachaças) disparam dois movimentos dentro da fábrica. Disfunções de saúde. E conexão. O operário Jabá, um homem de pele vermelha, disse: “quem não bebe, não é conhecido”. De 1999 a 2002, durante os quatro anos do curso de serviço social<sup>20</sup>, em diferentes proporções quantitativas o uso de substâncias na faculdade seguia os padrões da fábrica na escala álcool, maconha e cocaína. Neste período uma graduanda da turma se suicidou. Estudantes perguntaram se a morte tinha sido provocada pelo uso de substâncias. Por que o que acontece envolvendo algum tipo de violência, ou não, mas que produz incômodo, medo, facilmente é associado às substâncias tornadas ilícitas?

No ano 2000, durante estágio de graduação no CAPS AD (centro de atenção psicossocial para álcool e outras drogas) Espaço Fernando Ramos da Silva,<sup>21</sup> na cidade de Diadema, apresentou-se o posicionamento ideológico antiproibicionista<sup>22</sup> referente à

---

<sup>19</sup> Essa experiência foi descrita na dissertação de mestrado, que se tornou livro. Para saber mais sobre ver: Castro (2015).

<sup>20</sup> Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul.

<sup>21</sup> Para saber mais sobre esse Serviço CAPS AD Espaço Fernando Ramos da Silva, ver: Lima (2001).

<sup>22</sup> Corrente antiproibicionista, militantes que lutam pelo fim da política de guerra contra as drogas, que, segundo adeptos, gera violência, criminalização da pobreza, fere as liberdades individuais e enriquece oligopólios econômicos de maneira ilícita. Na contramão dessa linha há os proibicionistas. A ilicitude em torno de certas mercadorias tradicionalmente importantes no comércio constitui-se num fenômeno singular do ponto de vista jurídico, econômico e moral, e tem sido característica do século XX, sob a denominação de proibicionismo. Embora sempre tenham existido, em todas as sociedades, mecanismos de regulamentação social do consumo das drogas, até o início do século XX não existia o proibicionismo legal e institucional internacional. O estatuto do proibicionismo separou a indústria farmacêutica, a indústria do tabaco, a indústria do álcool, entre outras, da indústria clandestina das drogas proibidas, num mecanismo que resultou na hipertrofia do lucro no ramo das substâncias interditas. Para saber mais ver: Carneiro (2002).

política de drogas brasileira. Nesse Serviço estudavam. Discutiam as diferentes substâncias e seus efeitos. Depressoras. Estimulantes. Alucinógenas (psicodélicas). Refletiam sobre os estigmas atribuídos aos usuários. A dificuldade de busca desses por Serviços de saúde. Assistência social. Trabalho. Cultura. Educação. Embora no grupo de profissionais houvesse – também - visões diferentes em relação a abordagens de tratamento, por lá a maioria dos profissionais trabalhava operando sob diretrizes da redução de danos (RD). Distinguiam uso. Abuso. E dependência. Problematizavam o entendimento referente ao uso de substâncias em bairros de classe média e nas periferias. Tiravam o foco das substâncias. Buscavam a aparição do usuário. A relação estabelecida desse com as substâncias. Jogavam luz na história de vida. E nas implicações clínicas decorrentes do uso. O objetivo era o de se aproximar dos usuários. Problematizar a relação estabelecida com as substâncias. Ofertar acesso aos Serviços públicos do município. Diferente do que diziam os profissionais contrários à RD – que a perspectiva estimulava o uso -, os profissionais desse Serviço, adeptos da RD, compreendiam também a necessidade de abstinência por parte de alguns usuários. Desde que construída em conjunto essa aceitação.

Embora na época não tenha dado a atenção merecida ao fato, nesse CAPS AD aconteceu, entre tantos aprendizados, o meu primeiro enfrentamento e diálogo teórico político sobre o fenômeno das drogas. Como estagiário compus o grupo de acolhimento<sup>23</sup> das quintas-feiras à tarde com um jovem psiquiatra professor do GREA<sup>24</sup>. Ele trabalhava com a abordagem de abstinência total. Que resumia da seguinte maneira: para o usuário “ficar bem” – de saúde e socialmente estabilizado - deve parar de realizar qualquer tipo de uso. Mesmo “auxiliado por remédios controlados<sup>25</sup>”. Eu trabalhava com redução de danos, não desmerecia a terapêutica medicamentosa, mas principalmente acreditava que o usuário de substâncias tomaria maior consciência em reduzir os danos. Talvez o seu próprio uso. Ou até mesmo suspendê-lo. Quando entrasse em contato com as causas – políticas e subjetivas - que o levaram a usar substâncias com tamanha intensidade.

---

<sup>23</sup> Encontro grupal, com objetivos terapêuticos a partir da troca de experiências e elaboração coletiva, atividade semanal com duração de 2 horas, durante o a fala de cada participante é voluntária.

<sup>24</sup> Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP.

<sup>25</sup> Medicação prescrita por médicos psiquiatras.

Tratávamo-nos cordialmente. Almoçávamos juntos. Conversávamos inclusive sobre os participantes. Nunca sobre apostas teóricas. Sobre as diferentes terapêuticas. A atividade era cheia. Aproximadamente vinte homens e três mulheres. Ele coordenava. Eu era seu assistente. As histórias deles fluíam. Nossas reflexões, que em alguns momentos mais pareciam recomendações teóricas, também. Brigávamos cordialmente durante as reuniões de grupo. Discordávamos um do outro. E os integrantes passaram a frequentá-lo para nos assistir. Traduziram-nos antes. Isso foi detectado um pouco em supervisão. Outro tanto em conversas que passamos a estabelecer semanalmente depois da atividade. Do confronto teórico ruim, construiu-se um espaço para o diálogo teórico político. Passamos a alternar a coordenação do grupo. Fomos identificando quem não conseguia ou mesmo não queria parar de usar substâncias. Mas que conseguia pensar sobre seu uso praticando redução de danos. E também quem não conseguia naquele momento refletir sobre, não tendo condições de iniciar o uso de nenhuma substância. Pois quando iniciava, não conseguia parar. E os danos tornavam-se grandes demais, sendo mais prudente permanecer abstinente. Formou-se uma unidade grupal. Eram construídos coletivamente os encaminhamentos com os usuários do Serviço. Essa tensão teórica produziu muita discussão no CAPS AD. Muitas brigas. E, principalmente, encontros amistosos. Os profissionais que tinham restrição total à redução de danos e os que tinham menos, mas apresentavam alguma, manifestaram-se. Os que trabalhavam com a abordagem também. Foram detectados pontos nevrálgicos em relação às diferenças de posicionamentos políticos. Mas também desinformações sobre as duas abordagens e suas lógicas de cuidado com os usuários.

É nesse cenário de disputas reais, de guerra às drogas, que estou. Que estamos todos inseridos. Esta tese – também – trata da sistematização de um trabalho. Descreve fluxos de movimentos. Sentimentos enquanto ações. Conta com a contribuição de usuários de substâncias lícitas e tornadas ilícitas, familiares e trabalhadores sociais.

## Capítulo I

### Saúde, assistência social e justiça: a repetição da proibição.

Na montanha dos sete abutres  
 Alguém enfeita sua mesa  
 Um governo que quer acabar com o crack  
 Mas não tem moral pra vetar  
 Comercial de cerveja.  
**Duas de Cinco – Criolo<sup>26</sup>**

O Estado brasileiro administra as substâncias tornadas ilícitas pelo não controle dessas. A partir do momento que escolhe administrar proibindo o porte, o uso e a venda, abre espaço para a ilegalidade. Desvendar os motivos – morais, políticos, econômicos, ou todos esses juntos - dessa escolha política demandaria outra pesquisa. Porém se faz evidente, a partir de traduções da história do controle dessas substâncias, que, agindo assim, o Estado, em conjunto com a indústria farmacêutica, sejam os maiores dispositivos<sup>27</sup> de produção contemporânea do fenômeno das drogas, e não somente os usuários. Busco afirmar isso para, em seguida, descrever como opera nesse campo a atualização da repetição da máquina do Estado.

Na história do uso de substâncias<sup>28</sup>, o álcool, a maconha, a cocaína e o *crack*, substâncias que mereceram destaque até aqui nesse trabalho, juntaram-se ao tabaco. Aos cogumelos. Ao ópio. Ao LSD (dietilamida do ácido lisérgico). E juntas, tais substâncias, em diferentes épocas, foram avaliadas e proibidas. Após nova avaliação, com confusos critérios, algumas delas foram liberadas, e estimuladas, como é o caso do álcool e do

<sup>26</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.vagalume.com.br/criolo/duas-de-cinco.html>

<sup>27</sup> Com Foucault podemos definir o conceito de dispositivo da seguinte maneira: 1) O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regimentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo estabelece a natureza do nexos que pode existir entre estes elementos heterogêneos. 3) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, tem por função responder a uma urgência. O dispositivo porta, assim, uma função estratégica. 4) Além da estrutura de elementos heterogêneos, um dispositivo se define por sua gênese, pela natureza de seu objetivo. 5) O dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal, sendo que cada efeito, positivo ou negativo, entra em ressonância ou em contradição com os outros elementos/dispositivos, exigindo um reajuste para sua continuidade. Não obstante, encontramos aí também um processo de perpétuo preenchimento de discursos com outros discursos, de maneira não calculada, que capturam os sujeitos, fortalecendo o remodelamento do mesmo dispositivo. Para saber mais sobre, ver: Foucault (2008a); Castro (2009).

<sup>28</sup> Não é minha intenção esgotar a história, mas apenas realçar pontos para utilizá-los como conector nessa primeira parte deste trabalho. Para saber mais sobre as histórias das substâncias, ver: Almanaque das drogas – um guia informal para o debate racional, de Tarso Araújo, da Editora Leya, 2015.

tabaco. Destacarei a seguir dois momentos da política de proibição das substâncias que envolveram o álcool e a cocaína, e os desdobramentos dessas ações. Fatos esses que foram determinantes para a produção do contemporâneo fenômeno das drogas.

No século XVIII, pela primeira vez, um país - a Inglaterra -, identificou o consumo exagerado de álcool como um problema generalizado. Com desdobramentos para a saúde pública. Qualquer um podia fabricar e vender o destilado. As adegas informais multiplicaram-se por Londres. No início do século XIX a questão inglesa atravessou o oceano atlântico rumo aos Estados Unidos. Nesse contexto surgiram nos EUA os primeiros movimentos para proibir o consumo de destilados. E, logo, de qualquer tipo de álcool. Houve um temor relacionado à substância. A reação não foi consequência de problemas econômicos associados à perda de produtividade causada por doenças ou mortes, mas da ressurreição da associação entre o uso de substâncias e o Diabo.

Conforme o abuso de álcool se tornava um problema mais comum, a medicina contribuiu positiva e negativamente - deriva da interpretação individual e coletiva - para lidar com ele. No fim do século XVIII, surgiu pela primeira vez a ideia do alcoolismo como doença em vez de um pecado. Ou uma possessão demoníaca. Algumas pessoas perdiam o controle ao consumir álcool. A solução normalmente proposta por quem tinha essa visão era a internação compulsória. Sendo assim, os que tinham dinheiro pagavam para ser internados com algum luxo. Enquanto pobres eram postos em manicômios parecidos com as prisões da época. Esses asilos foram a principal opção de tratamento do alcoolismo no século XIX.

Em 1920, o movimento pela temperança conquistou seu grande objetivo. Colocou na ilegalidade a produção e o comércio de bebidas alcólicas. O caminho foi aberto pela I Guerra Mundial. Em 1917 quando os EUA entraram em conflito, para economizar alimentos o Congresso proibiu o uso de grãos para a fabricação de bebidas enquanto durasse o confronto. Isso foi a abertura para o Movimento submeter ao Senado uma proposta de emenda à Constituição que tornasse aquela resolução definitiva. A guerra acabou em novembro de 1918. E menos de dois meses depois, a proibição foi aprovada. As novas regras, definidas pelo Volstead Act, valeriam a partir de 16 de janeiro do ano seguinte.

A Lei Seca fechou 170 mil bares do país. Não houve, porém, a criminalização do uso. Ninguém era preso por beber ou portar bebidas alcóolicas. Mesmo que essas fossem obtidas com contrabandistas. Era permitido fermentar e destilar sua própria bebida desde que ela não fosse comercializada. Ou seja, o foco direcionou-se aos traficantes. Que não tardaram a aparecer. Bares clandestinos multiplicaram-se e a quantidade de pessoas dispostas a burlar a lei para servi-las também.

Um dos argumentos a favor da proibição foi o controle da criminalidade, atribuída às pessoas intoxicadas. Mas o efeito foi exatamente o contrário. As taxas de homicídio subiram ao longo da década de 1920. Outra consequência foram os aumentos de tributos que a acompanharam. Para compensar as perdas com arrecadação sobre a produção e a venda de álcool, o governo aumentou o imposto de renda. Isso prejudicou industriais. E empresários. Na eleição presidencial de 1932, o candidato Franklin Roosevelt incluiu a luta contra a proibição. Eleito, cumpriu. Com seis meses de mandato a proibição foi extinta em 5 de dezembro de 1933. Os impostos arrecadados com a volta do álcool ajudaram a pagar a conta do New Deal, programa de desenvolvimento do país, lançado para recuperar a economia, falida desde a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

No que diz respeito à produção do contemporâneo fenômeno das drogas, houve outro fato que contribuiu para isso: os EUA em 1909 organizaram um encontro internacional em Xangai, na China. O objetivo foi propor estratégias internacionais de controle ao ópio. O bispo Charles Brent foi o chefe da delegação estadunidense e presidente da comissão em Xangai. Seu posicionamento político proibicionista foi preservado em toda a sucessão dos encontros internacionais para o controle de substâncias que aconteceram durante o século XX. A composição da delegação estadunidense fora formada pelo bispo. Um missionário cristão. E também um advogado. Porém, não foi fácil proibir a produção e a venda para qualquer uso não médico apesar da determinação e do poder dos norte-americanos. A morfina e a cocaína, substâncias modernas produzidas por indústrias químicas emergentes, eram um grande negócio para algumas nações. Dos países presentes, quase todos tinham interesses econômicos no comércio das substâncias.

A comissão emitiu apenas recomendações. Entre elas, uma gradual suspensão do ópio fumado e a proposta de não exportar ópio a países que proibissem a importação.

Diante do relativo fracasso, os americanos propuseram a Convenção Internacional do Ópio realizada em Haia, na Holanda. O novo acordo também não satisfaz o objetivo norte-americano. Em vez de proibir o ópio, os doze países presentes no primeiro encontro concordaram apenas em controlar sua produção. Somente a exportação foi proibida. A convenção também incluiu a morfina, a heroína e a cocaína entre as substâncias controladas. Foram necessários três tratados internacionais, todos realizados em Genebra para que os EUA cumprissem seu objetivo. Focaram o comércio internacional, que fora transformado em crime. E, em 1936, os países, enfim, concordaram em punir severamente com prisão, a produção, a compra, a venda e a posse das substâncias citadas na convenção, que desde o primeiro encontro incluiu a maconha.

No começo do século XX as grandes indústrias farmacêuticas, já fortalecidas pela venda de morfina e cocaína, começaram a investir na pesquisa e na produção das “drogas sintéticas”. Uma das primeiras a se destacar entre elas foi a anfetamina, na década de 1920, que produz efeitos estimulantes nos seres humanos iguais aos efeitos da cocaína. Em 1937, os resultados da anfetamina (Benzedrina) produzida por laboratórios começaram a aparecer. E os médicos que mostraram mais interesse pelo remédio foram os psiquiatras. Richard Nixon foi eleito presidente dos EUA em 1968 com a promessa de restaurar “a lei e a ordem”. Em 17 de junho de 1971, Nixon apresentou em uma coletiva de imprensa seu primeiro grande pacote de medidas antidrogas, prometendo uma ofensiva global. Segundo ele, o problema número um dos Estados Unidos era o “abuso de drogas”. Sendo assim, proclamou “guerra às drogas”. Porém, se o objetivo da guerra norte-americana era diminuir o número de usuários e o volume do tráfico, ela foi uma derrota retumbante para Nixon (e todos os presidentes que o seguiram). Apesar do orçamento da guerra ter se multiplicado ainda na década de 1970, os EUA assistiram nesses mesmos anos ao retorno de uma substância: a cocaína.

A comunidade médica não demorou a descobrir o perigo da dependência de cocaína. E tampouco demorou a descobrir remédios novos que pudessem substituir suas propriedades medicinais. Incluída na lista de substâncias controladas, os mercados de cocaína desapareceram rapidamente no início do século XX. Em 1914, ano da última Conferência Internacional do Ópio em Haia – cuja proposta era também controlar a produção e a venda de cocaína –, as exportações peruanas de cocaína já eram sete vezes menores do que as de 1905, e as de folha representavam quase um terço. Nessa época, a

substância já era consumida recreativamente especialmente por negros do sul dos EUA. Mas o lucro dessa atividade beneficiava contrabandistas. E não as economias nacionais. A tendência de queda do mercado lícito de coca prosseguiu até 1937, quando a Convenção de Genebra proibiu a produção, a venda, e a posse de cocaína internacionalmente. O lucro da cocaína se extinguiu de vez. E o de folha de coca sobreviveu em escassez conforme a demanda das fábricas de tônicos. E de refrigerantes, que permaneceram na legalidade. Durante a Segunda Guerra Mundial, as plantações de coca remanescentes foram destruídas. Ao fim do conflito, o governo militar peruano, apoiado pelos EUA, enfim, criminalizou a cocaína. Na Bolívia, outro país com tradição milenar de cultivo de coca, camponeses e traficantes locais criou um pequeno mercado de cocaína ilícita a partir da década de 1950. Os carregamentos eram escoados para os Estados Unidos, principalmente pelo Chile e por Cuba.

Na década de 1960 o governo peruano incentivou a ocupação da província amazônica de Leôncio Prado com a construção de uma estrada de ligação com Lima, além da criação de cooperativas agrícolas, com apoio técnico e financeiro dos norte-americanos. Em 1968, quando o governo de Velasco Alvarado assumiu com uma orientação nacionalista, a relação com os norte-americanos piorou. Eles retiraram seu apoio. E a região perdeu linhas de crédito agrícola. Aos agricultores restou o plantio de coca. O Chile em 1969 elegeu para a presidência Salvador Allende. Os EUA passaram a boicotar o comércio com o país andino, que era extremamente dependente da venda de cobre e da compra de diversos insumos industriais dos americanos. O país entrou numa instabilidade econômica e política que culminou com o assassinato de Allende e com o golpe militar de Augusto Pinochet, que tocava a ditadura militar na região até 1990.

Disposto a retribuir a colaboração norte-americana, Pinochet interditou a passagem da cocaína boliviana pelo país e prendeu ou expulsou dezenas de traficantes. Com as rotas da cordilheira dos Andes fechada, chilenos começaram a escoar a cocaína comprada no Peru pela Amazônia, rumo ao Norte. O principal entreposto dessa viagem até o Caribe era a cidade colombiana de Leticia. A atitude de Pinochet serviu para colocar o tráfico de cocaína nas mãos de novos intermediários: os poderosos narcotraficantes colombianos. O contrabando para os EUA via Ilhas do Caribe era uma prática comum desde o fim da guerra. No início, eles levavam ouro e esmeraldas. Em seguida, um tipo de maconha local conhecida pelos americanos como *golden pot* (fumo de ouro). Na década de 1980 a cocaína era uma realidade para os EUA. Em 1985, um

quarto da população de 18 a 34 anos de idade já tinha provado a substância. E na faixa etária de 18 a 25 anos de idade, 4% dos usuários estabeleceram dependência.

O próximo passo do mercado foi expandir a cocaína para os mais pobres. No meio dos anos 1980, os EUA, com o fito de impedir a fabricação do pó, passaram a controlar a venda clandestina de dois solventes. Os traficantes passaram a exportar a própria pasta-base, economizando, assim, o valor de dois caros ingredientes. Já, nos EUA, os distribuidores misturavam a pasta com bicarbonato de sódio, o que fazia dobrar o volume original. A economia dos fabricantes e o aumento de rendimento dos distribuidores permitiram vendê-lo mais barato, fazendo o consumo de *crack* entre os mais pobres, no fim da década de 1980, disparar nos EUA, aumentando o número de internações por dependência e a criminalidade (Araújo, 2012).

No Brasil o *crack* chegou no fim da década de 1980. Disseminou-se inicialmente em São Paulo. Mais precisamente na zona leste. No distrito de São Mateus (Uchoa, 1996). Em 1991, houve a primeira apreensão de *crack*. De 204 registros de apreensões em 1993 avançou-se para 1.906 casos em 1995 (Nappo; Oliveira, 2008). O *crack* é obtido a partir da mistura da pasta-base de coca ou cocaína refinada com bicarbonato de sódio e água. Quando aquecido a mais de 100°C, o composto passa por um processo de decantação, em que as substâncias líquidas e sólidas são separadas. O resfriamento da porção sólida gera a pedra de *crack*, que concentra os princípios ativos da cocaína. Segundo o químico e perito criminal da Polícia Federal Adriano Maldaner<sup>29</sup>, o nome *crack* vem do barulho que as pedras fazem ao serem queimadas durante o uso. Por ser produzido clandestinamente e sem qualquer tipo de controle há diferença no nível de pureza. O produto final também pode conter outras substâncias tóxicas como cal. Cimento. Querosene. Ácido sulfúrico. Acetona. Amônia. E soda cáustica.

Geralmente é fumado com cachimbos improvisados que permitem a aspiração de grande quantidade de fumaça<sup>30</sup>. A pedra, geralmente com menos de 1 grama, também pode ser quebrada em pequenos pedaços e misturada a cigarros de tabaco ou maconha. O chamado mesclado. Pitico. Ou basuco. Segundo Maldaner, ao aquecer a pedra ela se funde e vira gás, que depois de inalado é absorvido pelos alvéolos pulmonares e chega rapidamente à corrente sanguínea. Enquanto a cocaína em pó leva

---

<sup>29</sup> <http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/a-droga/composicao-e-acao-no-organismo>

<sup>30</sup> Para saber mais sobre cachimbos, ver: Rui (2012); Alves (2015).

cerca de quinze minutos para chegar ao cérebro e produzir efeito depois de aspirada a chegada do *crack* ao sistema nervoso central é quase imediata. De oito a quinze segundos em média. A ação no cérebro dura entre cinco e dez minutos. Período em que é potencializada a liberação de neurotransmissores como dopamina. Serotonina. E noradrenalina. O efeito imediato inclui sintomas como euforia. Agitação. Sensação de prazer. Irritabilidade. Alterações da percepção e do pensamento. Assim como alterações cardiovasculares e motoras, como taquicardia e tremores. Entre outros sintomas que variam em diferentes sujeitos.

Atualmente o *crack* está presente nos principais centros urbanos do País. A pesquisa domiciliar realizada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD<sup>31</sup>), em parceria com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), em 2005, chegou à conclusão de que 0,1% da população brasileira consumia *crack*. Em setembro de 2012 o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD<sup>32</sup>) apresentou dados indicando que o Brasil tinha 2,6 milhões de usuários de *crack* e cocaína. Em 2013 pesquisadores da Fundação Fiocruz apresentaram a mais completa pesquisa<sup>33</sup> sobre usuários regulares de *crack* e / ou de formas similares de cocaína fumada, esses somaram 370 mil pessoas nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal.

Eduardo Vargas (2008) lembra que as diferentes relações estabelecidas com as substâncias foram sendo vistas como problema social e de saúde pública ao longo do século XX. Neste período iniciou-se uma invasão farmacêutica como parte integrante de uma medicalização dos corpos e da vida (Foucault, 2008b), impulsionadas pelos novos modelos disciplinares da sociedade pós Revolução Industrial. Surgiram experimentações com opiáceos nas áreas medicamentosas. E a implementação de diversas terapêuticas, com suas propostas curativas que buscavam o prolongamento da vida por meio de uma gama de substâncias. Fossem elas psicoativas ou não. Há cerca de um século, praticamente nenhuma substância de uso medicamentoso ou não era objeto de controle, quanto mais sujeita à criminalização. Foi no decorrer do século XX que se iniciaram as regulamentações quanto ao lícito e ilícito, sendo o debate sobre o que é

---

<sup>31</sup> <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/a-droga/como-surgiu>

<sup>32</sup> <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-09-05/brasil-e-o-maior-mercado-consumidor-de-crackdo-mundo-aponta-estudo.html>

<sup>33</sup> <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/maior-pesquisa-sobre-crack-j%C3%A1-feita-no-mundo-mostra-o-perfil-do-consumo-no-brasil>

socialmente nocivo e a delimitação de suas estratégias de combate pauta de conferências internacionais. Regulamentadas pelo poder do Estado e por convenções sociais esta vinculação - sujeito *versus* substância - pôde se caracterizar por dois eixos: o prolongamento da vida – uso medicamentoso – ou a intensificação na busca de experiências de êxtase implicadas no que podemos chamar de heteronomia de estados de consciência, como escreveu Henrique Carneiro (2008).

Essa breve construção acerca do uso, comércio e proibição das substâncias, levamos a pensar que a invasão farmacêutica teve papel fundamental no seu controle e na sua estimulação de uso. Fica evidente um forte *lobby* para que se mantenha o monopólio de substâncias que podem ser usadas com finalidade de cura. E de outras substâncias que foram nomeadas e atacadas como veneno. Como visto, medidas visando ao controle ou à proibição de algumas substâncias que hoje denominamos “drogas” não são procedimentos recentes. Segundo Vargas (2008), é bem mais recente a percepção de um “problema de drogas”. Para o antropólogo, a restrição da categoria droga a um conjunto particular de substâncias psicoativas “não só é recente como também é contemporânea da partilha moral entre drogas de uso ilícito e drogas de uso livre, tolerado ou controlado” (Vargas, 2008, p. 54). As relações que as sociedades contemporâneas mantêm com essas substâncias estão longe de serem iguais. Porém são marcadas pela repressão. E pela incitação ao consumo. Por esta razão, Vargas afirma que tais relações configuram uma espécie de Dispositivo das Drogas. Num sentido próximo ao que Foucault (1999) estabeleceu para o Dispositivo da Sexualidade. A categoria droga, tal como a categoria sexo, não existiu desde sempre. Sendo uma invenção social relativamente recente. Para Vargas o que as sociedades contemporâneas fizeram foi mais do que se apropriar da experiência do consumo. Mas parecem ter criado radicalmente o próprio fenômeno das drogas: “mais remotamente, com a loucura das especiarias e, mais recentemente, com o duplo processo de invasão farmacêutica e da criminalização das drogas assim tornadas ilícitas” (Vargas, 2008, p. 55).

Mesmo com tantos investimentos destinados ao processo histórico de proibição das substâncias visto até aqui neste capítulo, onde de fato no Brasil a política proibicionista funcionou? Onde trouxe respostas positivas na luta contra a violência nas cidades? Assistimos ao aumento do uso de substâncias mesmo com a proibição ativa. E a partir dessa, históricas repetições. Mercados ilícitos. Corrupção. Violência nas ruas. Aumento desenfreado de prisões. Mortes de policiais e de jovens civis envolvidos, ou

não, com o tráfico nas periferias. E investimento público em forma de repressão policial. Tratamento médico. Psicológico. Religioso. Programas sociais. Por que essa escolha política pela repetição da proibição?

Como visto, o *crack* surgiu no Brasil no fim da década de 1980, início da década de 1990, em São Paulo. No distrito de São Mateus, na zona leste da cidade. Porém, teve e tem como principal cenário de aparição a Cracolândia paulistana<sup>34</sup>. Localizada no bairro da Luz, no centro da cidade. Território que vem servindo como alicerce para programas e projetos estatais, justificados em tentativas de realização de reformas urbanas e sociais na região. Se a minha relação com esses dois distantes territórios – São Mateus e Luz –, todavia ligados pelo comércio e uso de substâncias já era real por questões familiares, intensificou-se com a minha vida profissional. Confirmando-me que na pesquisa antropológica o pesquisador chega ao campo com algumas perguntas ou hipóteses. Mas é sabido também que essas devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados. O ponto de partida da pesquisa etnográfica é a interação entre o pesquisador e seus “nativos de carne e osso”. Onde o que mais interessa está sendo dito por eles, nossos interlocutores (Fonseca, 1998). Ou no caso dessa pesquisa, o que não estava sendo dito pelas famílias dos usuários de substâncias, e que fui buscar guiado pelo próprio fluxo do exercício etnográfico.

O Centro de Estudos Sociais (CES) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada em 1998. Sua principal Sede é localizada na cidade do Rio de Janeiro. Porém, também possui filial em São Paulo. E escritório de representação no Ceará. O CES – como é conhecida a Organização Social - atua tendo como missão a promoção de uma sociedade sustentável. Com base no conhecimento, cooperação e empoderamento das pessoas. Seu trabalho no terceiro setor<sup>35</sup> se consolida por parcerias com instâncias governamentais. Iniciativas privadas. E instituições da sociedade civil. Suas ações se amparam em quatro eixos de atuação: desenvolvimento integrado; educação; empreendedorismo; e responsabilidade social e ambiental. No ano de 2013, período de início desta pesquisa, sua estrutura de recursos humanos era

---

<sup>34</sup> Para saber mais sobre a Cracolândia paulistana, ver: Frúgoli; Spaggiaria (2008); Rui (2012).

<sup>35</sup> O primeiro setor diz respeito ao governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo é o setor privado, responsável pelas questões individuais. Com o avanço das políticas neoliberais e com a falência do Estado, o setor privado e a sociedade civil iniciaram trabalhos atuando diretamente nas questões sociais por meio das inúmeras organizações sociais que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

composta por aproximadamente oitocentos e sessenta e cinco profissionais de diversas áreas. Mas principalmente de Humanas<sup>36</sup>. Como no Rio de Janeiro, o CES em São Paulo é uma OSCIP executora de projetos sociais. Ações assistenciais envolvendo diferentes públicos, haja vista a complexidade de áreas que abarcam os eixos de atuação da organização, que acaba envolvendo todas. Ou grande parte das populações atendidas pelo terceiro setor.

Cheguei ao CES em novembro de 2011 para coordenar o projeto Atenção Urbana para adultos em situação de rua. Ação assistencial da prefeitura de São Paulo. Gerida pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). E executada por organizações não governamentais (ONGs e OSCIPs). O Serviço Atenção Urbana comportava a equipe de 28 orientadores sócio educativos<sup>37</sup>, 2 técnicos (1 assistente social e 1 psicólogo), 1 auxiliar administrativo e 1 de limpeza, 1 zelador e, 2 motoristas, distribuídos em dois turnos que trabalhavam/atuavam das 8h às 22h, sete dias por semana. Seu objetivo era “abordar” a população adulta em situação de rua do perímetro Praça da Sé, República, Anhangabaú e Luz. E “encaminhar” para equipamentos que compõem a rede socioassistencial: albergues, locais que servem refeição, Serviços de saúde, etc.

Tipo de ação que, no primeiro momento, ao ler o projeto, depois de ter vivido outras experiências no terceiro setor que problematizam tais práticas – por facilmente caírem no assistencialismo<sup>38</sup> -, chamei de “máquina de enxugar gelo e triturar profissionais”. Estrutura física, horários, salários, direitos trabalhistas, metodologia, planejamento, ações integradas, monitoramento, formação, supervisão e avaliação do projeto precários ou inexistentes. Os orientadores, tendo que alcançar a meta mensal de atendimento, saíam em duplas para os “perímetros”. “Abordavam” adultos em situação de rua. E os “encaminhavam”, em especial, a albergues que oferecem “vagas de pernoites”. E instituições religiosas que servem refeição. Também os acompanhavam para regularizarem documentos perdidos e obterem consultas médicas, nem sempre conseguidas. Ou os encaminhavam para passar o dia - aguardando a abertura dos

---

<sup>36</sup> Em especial serviço social, psicologia e pedagogia.

<sup>37</sup> Profissionais de diversas áreas de nível superior (no período).

<sup>38</sup> O assistencialismo é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e perpetuar o sistema de exploração. (...) Sua essência é oferecer algum alívio para relativizar e travar o conflito, garantindo a preservação de privilégios para uma pequena camada da população. Para saber mais ler: ALAYÓN (1995).

albergues - numa das tendas sociais ofertadas pela prefeitura. Quem não aceitasse ir, esperava a “viatura do projeto” buscá-lo à noite em algum local do centro de São Paulo. Máquina de encaminhamentos sociais. Máquina de entrada e de saída de profissionais. Máquina de iniciar, desfazer e refazer relações. Máquina política da assistência social.

Nem OSCIP e muito menos SMADS sabiam o que estavam fazendo como ação política que produzisse algum tipo de reinserção social<sup>39</sup> da população atendida. O discurso das técnicas da prefeitura era de limpeza da cidade. O da diretoria da OSCIP era de obedecer e cumprir os números de atendimentos. Voltei minha atenção para os profissionais e as relações que viviam nas ruas. Para a saúde desses trabalhadores sociais. O tal do “cuidado com o cuidador” bastante falado no terceiro setor, uma vez que o que viviam como equipe de trabalho era o abandono por parte das duas organizações: civil e governamental. Um tipo de relação na qual o que prevalece é o mínimo de diálogo entre as organizações, e entre essas e os trabalhadores sociais.

Algumas pessoas da equipe estavam bastante despreparadas tecnicamente para a intensidade do trabalho nas ruas. Trabalhadoras levavam homens em situação de rua para as suas casas numa rápida e tumultuada aventura romântica. Que sempre acabou em furtos. E incêndios. Estavam esgotadas. Tristes no trabalho. Adormecidas. Sem direção. Já outros profissionais apresentavam muita potência. Foram realizadas mudanças. Reforma do prédio. Redefinição de duplas. Substituição de profissionais. Redução de carga horária. Novos turnos de trabalho. E iniciou-se o processo de construção da nova metodologia interna para ser aplicada também nas ruas. O trabalho, por causa da meta mensal em determinados períodos do mês, tornava-se maquinal. Ou seja, no momento da “abordagem” a dupla não escutava o sujeito. Pensava o tempo inteiro para onde o encaminharia. Preocupando-se ainda se teria a vaga. Ou a refeição. Já que principalmente a comunicação era falha.

A nova metodologia atentou inicialmente para as categorias empregadas e seus significantes. Fora redefinido e substituído base por casa. Viatura por carro. Abordagem por atendimento social. Perímetro por território. Foi substituída a linguagem militar. Pelo discurso social. Reconfiguraram os encaminhamentos. Acrescentaram-se alternativas como cultura. Educação. Trabalho. Justiça. E saúde. Foi problematizada a

---

<sup>39</sup> A reinserção social é um dos direitos sociais; porém, para que seja efetiva, é preciso que haja uma malha de políticas públicas que as propiciem e garantam.

perspectiva de estarem nas ruas para “retirarem os atendidos” delas. E, principalmente, indicado para os profissionais ouvirem-nos em silêncio por um período considerável. Não enchê-los de encaminhamentos. Os profissionais se reconheceram nesse movimento deixando de atuarem como guardas civis municipais (GCMs). Essa mudança fez com que o projeto crescesse em qualidade. Que os profissionais parassem de faltar. Atrasar. E principalmente entrar e sair da Organização. Do “bando” formou-se uma equipe. Que aos poucos foi saindo do casulo para dialogar com outras Organizações que executavam o mesmo trabalho. E, depois, com a própria SMADS.

Esse investimento me serviu de vitrine. Quando surgiu, em maio de 2012 uma vaga para coordenar o núcleo de projetos do CES em São Paulo, a diretora me convidou para preenchê-la. Eu não tinha experiência na escrita de projetos para concorrer em editais. Expliquei. Mesmo assim, entendemos que poderia ser uma “oportunidade” de crescimento profissional. E foi. Permaneci de junho a dezembro de 2012 dentro do escritório do CES lendo editais e produzindo projetos. Uma máquina de projetos do terceiro setor - como tantas outras - que pude compreender por dentro suas engrenagens. São lançados editais – públicos e privados - que financiam projetos sociais. Todas as Organizações Sociais ficam sabendo das chamadas. Lê-se o edital. Avalia-se se a Organização concorrerá tendo como critério a documentação. E análise do valor financeiro da empreitada. Se sim, discute-se com parte da equipe o desenho da proposta. Escreve-se o projeto, que passa por leituras e correções rápidas de algumas poucas pessoas da Organização. Formula-se o orçamento. E o envia para a comissão avaliadora. Tudo num curto espaço de tempo, tornando-se impossível realizar algumas necessárias etapas para o seu bom desenvolvimento: conhecer o bairro onde será desenvolvido o projeto. As necessidades existentes. Incluir a participação das populações locais e assim por diante.

As Organizações do terceiro setor, com essa prática comum de buscar financiamentos, se tornaram máquinas sociais de projetos. Na maioria das vezes um estrangeiro que não conhece o bairro onde será desenvolvido o projeto escreve a proposta indefinida em ações. Para que, sendo aprovado o projeto, esse passe por adaptação. E seja reformulado em execução. Essa forma de “captar recursos” se tornou praxe no terceiro setor de São Paulo. E o retorno – aprovação - é baixíssimo. Fazendo com que muitas Organizações concorram a todos os editais. Produzindo muita “correria” dentro dos escritórios das ONGs e OSCIPs.

Permaneci por seis meses. Sempre ouvi dizer que as pesquisas é que pegam os pesquisadores, e que deveria ser assim. Foi realmente o que ocorreu. Decidido a pedir demissão. Desejei ingressar no doutorado. Escrevi para meu orientador para tomarmos uma cerveja ou um café como sempre fazíamos. No encontro ele aprovou minhas intenções. Em seguida informou que não me orientaria dando continuidade na pesquisa que realizamos no mestrado por diversas razões. E cuidadosamente pontuou uma a uma. Tive que concordar com ele, do ponto de vista metodológico as questões apresentadas haviam sido respondidas, e seria “importante para o meu olhar antropológico” pesquisar outra temática. Essa conversa ocorreu numa quarta-feira. Janeiro de 2013. Sai dela buscando me identificar com algum tema de pesquisa que juntos vislumbramos. Questões de gênero. Transplantes de órgãos. Tráfico de seres humanos. Intervenção do Estado na Cracolândia paulistana. O último tema dialogava com a minha trajetória profissional. Porém me interessavam os atendimentos. E, até então, não a política (macro). Poderia ser instigante pesquisar a política de drogas do Estado de São Paulo, que eu sabia estar passando por modificações. Na manhã seguinte, mesmo em férias, recebi um *e-mail* da diretora do CES. Este informava o convite realizado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) para a Organização CES compor a política de drogas do Estado. Eu desacreditei. Não entendi o fluxo da pesquisa. Não deu tempo. Senti e o segui.

O *e-mail* mais do que informar sobre o convite também trazia em seu corpo uma questão. Visto que os profissionais da Organização escreveram uma carta manifesto, posicionando-se contra as ações do governo do Estado referente à política de drogas e solicitaram a publicação do documento no *site* da Organização, traduzi o *e-mail* também como um pedido de ajuda. A situação financeira da Organização em São Paulo era instável. Era necessária a “chegada” de novos projetos. E no *e-mail* havia mais do que a informação do convite. Carregava na íntegra o progresso da conversa entre diretora e dois coordenadores de projetos que, durante minhas férias, guiaram o núcleo. Esses descreviam o convite recebido. E em seguida dividiam suas impressões após avaliação. Num longo texto justificavam para a diretora que, devido à mínima quantidade de informações concretas oferecidas acerca do trabalho, sentiram-se “desconfortáveis” para elaborar uma proposta. E avançaram em suas razões. Do “ponto de vista político”. Lembravam-na sobre a participação institucional “consolidada” em dois espaços políticos estratégicos para uma Organização fixada no centro de São Paulo: Fórum

intersectorial de Drogas e Direitos Humanos. E o Fórum da Assistência Social. Espaços que deliberadamente se declararam contrários à política de drogas do governo do Estado de São Paulo. Do “ponto de vista conjuntural”. Alarmavam haver grande pressão da mídia em relação ao aumento dos índices de violência e sua “relação” com a Polícia Militar (PM) do Estado de São Paulo. E que, segundo eles, a “nova lei de internação compulsória<sup>40</sup>” para usuários de substâncias não fugia à regra contra os direitos humanos. Destacaram o “risco” que a Organização corria em se expor durante as eleições de 2014, que tinha como principais expoentes da disputa política em São Paulo e de todo território nacional o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Insinuaram jogo duplo por parte da Organização. Diziam que independente “do lado”, o que mais os constrangia era estarem no “meio do fogo cruzado” entre os partidos políticos.

Do “ponto de vista estrutural” o que os incomodava era a falta de elementos concretos no tocante às diretrizes. Objetivos. E planejamento. Elencavam três princípios que a Organização oferecia e que qualificavam suas ações: “autonomia, soberania e tempo para com eles” (profissionais). Previavam que, com os procedimentos adotados pelo governo, perderiam essas três qualidades. Comparando ao processo que ocorria no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD<sup>41</sup>). Local onde os profissionais haviam lançado uma nota pública contra o “desmonte” que incidia em suas instalações físicas e sua estruturação humana, a fim de tornar o espaço referência para as ações da política de drogas do Estado. Ainda do “ponto de vista estrutural”. Chamaram atenção para “a clara demanda” que recebiam da SMADS. E preocupavam-se em como a Secretaria Municipal “veria” a parceria com a Secretaria do Estado.

Por fim, do “ponto de vista prático”, traziam medo dos conflitos que gerariam às Redes das quais participavam. Por exemplo, a Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS) da qual a Organização Social CES era integrante fundadora. E que envolvia outras Organizações do terceiro setor de São Paulo. Ou seja, o incômodo existia porque a Organização participava do Conselho Estadual de Transparência. Que discutia processos de licitação no terceiro setor. E a proposta “do governo” veio por

---

<sup>40</sup> Internação Involuntária (lei 10.216/01, quando o familiar solicita por escrito a internação involuntária, e o pedido é aceito pelo médico psiquiatra). Internação Compulsória (lei 10.216/01, quando não é necessária a autorização familiar, sendo esta determinada pelo juiz, depois de pedido formal feito por um médico, atestando que a pessoa não tem domínio sobre a sua condição psicológica e física).

<sup>41</sup> CRATOD endereço: Rua Prates, 165. São Paulo, SP.

convite. Sem licitação. Sem concorrência. Nesse contexto, optaram por propor o declínio ao referente convite. O que para a atual situação financeira da Organização era muito negativo.

Ao entrar em contato com todos esses pontos juntei-os à questão da falta de capital da Organização e, principalmente, à possibilidade de pesquisar “por dentro” a reconstrução da política de drogas. Pensei que estando “dentro” seria mais simples. Engano. Eu não sabia o que podia e o que não podia fazer no que concerne às questões éticas relacionadas à pesquisa. O que sabia de imediato é que a próxima reunião com a equipe da SEDS seria no dia do meu retorno, 04/02/2013.

Adiantei a volta das férias. Agendei conversa com os dois coordenadores no dia seguinte. No encontro indaguei-os sobre o que poderia ser feito diante de tal proposta. Expus a situação financeira do CES. E lembrei-os de que, se a Organização não fizesse, outra faria. Os convênios são geridos dessa forma. Se uma Organização não aceita as condições, outra as assume. Um fechou-se. Não desejou conversar. A outra, mesmo desconfiada, concordou em ir conosco à reunião. Com todo esse processo interno a diretora não enviou o projeto. Mas sim, solitariamente, lançou um “rascunho” de algo. Recortes de projetos. Material antigo da Organização, numa tentativa de agradecer “o interesse e a oportunidade de parceria”. Para que mesmo não enviando a proposta, pudesse “contribuir, (...) minimamente, com os objetos propostos” pela Secretaria. O que ela quis dizer com “os objetos propostos”? Referia-se aos objetivos? Quais eram? Não estavam claros. Para viver esse campo de pesquisa, naquele momento, ocupei o lugar de negociador. Sendo assim, estudei muito sobre o que e como dizer. Sabia que algumas palavras “faziam eco” na diretoria do CES. Preocupação. Imagem. Mídia. Disputas. Respeito pelo trabalho. Abertura de portas. Recursos financeiros. E, principalmente, oportunidade. Esta última era a palavra motriz utilizada pela direção da Organização. Durante todo o fim de semana trabalhei por meio de *e-mails* utilizando sempre esses termos, e, na segunda-feira pela manhã, durante um café antes de entrarmos na Secretaria, reforcei-os. Além de implorar para termos uma postura ouvinte.

Subir de elevador até o 9º andar. Um abaixo do gabinete do secretário de Estado (cobertura). Caracteriza importância. Influência, uma vez que, quanto mais alto o andar, mais se demonstra ter familiaridade com pessoas de decisão na Secretaria. Na recepção, como demonstração disso, ao anunciar o andar, o tratamento foi outro. A senhora, que

nos pediu identificação de forma distraída, logo em seguida esbanjou cordialidade. Bastante diferente de como tratou quem buscava utilizar computadores públicos localizados ao lado da portaria do prédio.

Aguardando-nos estavam Deusa e Ticiane (Gabinete do secretário). Brita (diretora do departamento de convênios). Rosa (diretora técnica do centro de formalização de convênios). Luciana (diretora da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS Capital). E, posteriormente, o secretário de Desenvolvimento Social Rodrigo Garcia, filiado ao Partido Democratas (DEM-SP). Deusa iniciou a reunião falando da alegria sentida por “já contar” com a Organização Social CES como parceira. Apresentou-nos um documento de duas páginas com diretrizes para a escrita da proposta de projeto, mencionando que o material enviado – “o rascunho”-, dialogava com o que esperavam. Precisando ser apenas aperfeiçoado. Não disse exatamente onde e o quê. Mas fixou o prazo de sete dias para a proposta ser obrigatoriamente reapresentada, devendo não ultrapassar o valor anual de R\$ 650.000,00.

Surpresa. Não foi mais uma reunião de ajustes. O CES havia sido eleito parte da política de drogas do Estado de São Paulo. O “rascunho”, ao invés de fechar portas, abriu-as. E, entre sorrisos, me senti inocente. Um tolo recém-formado quando não era. Enquanto via o olhar baixo e raivoso da coordenadora de projetos, participei da inclusão da Organização Social CES na política de drogas sem fazer ideia do que executaria. A caminho do elevador, Deusa, de forma sorridente, mas deixando evidente a quem a Organização CES responderia, perguntou sobre a linha de construção do projeto. Silêncio total. Inclusive durante a descida. Já na rua, o silêncio prevaleceu absoluto de um lado. Eu no meio. E sorriso curto do outro. Até que houve a quebra. A diretora passou-me ali na calçada do prédio a incumbência da escrita do projeto. Tendo como primeira recomendação, “não trabalharmos diretamente com usuários de drogas”. Pois a Organização não desejava “se envolver” com interações.

Fazer parte da política estadual de drogas nos aproximava dos usuários e dos modelos de interações, visto que as ações deveriam estar todas ligadas entre si. É o mínimo para o Programa funcionar bem. Eu não disse nada; queria sair rápido dali. Angustiado. Preocupado com a amiga raivosa ao lado. Mas também querendo saber

como estavam conectadas as ações. Se é que estavam. Meu olhar focou na reconstrução da política estadual de drogas. Centrou-se inicialmente no Programa Recomeço.

Incumbido da escrita e desejoso pela pesquisa, noutro dia fui à porta do CRATOD numa tentativa de compreender a dinâmica do Programa Recomeço. O que vi foram homens de diferentes idades. Muitos em situação de rua. Fumando cigarros e bebendo cachaça na calçada. Pediam dinheiro para as pessoas que passavam. E imploravam para serem internados. Numa fila, familiares aguardavam atendimento. Algumas mulheres procuravam parentes em meio à multidão de homens e mulheres na calçada. Outras exigiam ajuda de desconhecidos como eu. Perguntei à Rosa, senhora negra de aparentemente 50 anos de idade, o que buscava. Obtive como resposta: “eu nem sei, ouvi na tv e vim; não sei o que faço aqui. Não sei se meu irmão está mais vivo. Eu nem sei se vai adiantar; eu vim até aqui. Eu nem sei mais de nada”.

A partir dessa conversa retornei ao CES decidido a propor algo direcionado às famílias. Um Serviço que ofertasse àquelas pessoas acolhimento e escuta. Um local de “pouso”. De alternativa para toda precariedade ali existente. Ao mesmo tempo, de olho na pesquisa, eu precisava ter um plano metodológico. Não sabia como pesquisar a política de drogas do Estado de São Paulo propondo um Serviço para atender famílias. Não conseguia formular questões. Mas já sentia a forte presença da necessidade de cuidados éticos com a pesquisa estando do “lado de dentro”. Como conduzir os dois espaços sem influenciar no andamento da pesquisa? O quanto esse movimento de negociador, que tive que realizar, já a influenciava?

Embora a diretora tenha confessado que esperava algo relacionado com formação para equipes. Permitiu-me continuar com as ideias desse Serviço voltado para famílias. Viu também como uma “oportunidade” profissional. Já que lhe confessei o desejo por escrever e coordenar. Oficializando assim a minha saída do escritório. Este pedido foi prontamente atendido. Disse-me “estar aliviada”. Esse sentimento de alívio pôde ter sido gerado por diversos fatores: 1) a não aprovação de projetos durante 2012 fez com que ficasse insustentável a permanência de todos os profissionais que atuavam no escritório, o chamado “RH permanente da Organização”; 2) eu havia saído “da base”, da coordenação de projetos, dialogava com todos da Organização, que passava por momento tenso com os profissionais devido à não publicação do documento no *site*; e 3) embora eu estivesse afastado de trabalhos envolvendo diretamente o uso de

substâncias, essas sempre atravessaram todos os meus trabalhos e estudos. Eu era o único da Organização com alguma experiência nessa área.

Alívio para ela. Tensão para mim. Dentro da Organização o clima era de dúvidas sobre o trabalho. Coisa do tipo: “será que vai dar certo?”. E de desconfiança: “não acredito que farão isso. Que apoiarão o governo”. Antes mesmo que o projeto fosse escrito alguns profissionais me retiraram do “meio do fogo cruzado”. E me atribuíram um posto de apoiador ao “lado” do governador Geraldo Alckmin (PSDB). E isso que ocorreu dentro da Organização, passados alguns dias, se deu também fora dela. Nos últimos anos trabalhei indiretamente com o tema. Tinha esquecido completamente as disputas entre “os lados”. E dessa vez senti mais forte do que quando em Diadema – no CAPS AD - implantamos o Programa de redução de danos. Foi muito presente a pressão por ter que escolher “um lado”. Proibicionista ou antiproibicionista. Esses dialogam na tensão. Na disputa por quem detém a melhor terapêutica. Grosso modo, a abordagem que comporta mais “evidências científicas” *versus* “a mais ética” em relação à garantia dos direitos humanos. O debate se faz em torno da vida do usuário de substâncias. Poder usar. Não poder usar. Esse movimento de atribuição a que lado pertencer me preocupou. Eu estaria do lado oposto dos meus amigos. Confuso, me senti num dos lados, sem estar. Já de início senti no corpo a exaustão por ser atribuído a esse “lado”. Dei uma parada estratégica. Procurei um amigo especialista em projetos sociais. Foi um pedido de ajuda.

Quando cheguei, Ricardo já sabia. Recebeu-me sorrindo. Expliquei um pouco sobre o que pensava. Falei sobre a pesquisa que se configurava. Enfim, narrei o que nem mesmo entendia naquele momento. Contou-me que conhecia Deusa. “O tanque de guerra da assistência social peessedebista em São Paulo”. E que trabalhar ao seu lado seria a “melhor e a pior” experiência de pesquisa que eu poderia viver. Fez menção ao seu perfil vitorioso. “É custe o que custar”. E para “animar” lembrou que em 2014 aconteceriam as eleições estaduais. Aconselhou-me: “peça ajuda; não trabalhe sozinho; senão, durará apenas seis meses”. Achei-o exagerado. Erro meu. Exagero nenhum quando se está numa guerra. E é de extrema necessidade não trabalhar só. O cansaço e a mesmice tomam conta. Tornam-se na íntegra, uma rotina de trabalho. Com toda a carga negativa que essa implica ao corpo. Cansaço. Stress. Insônia.

No CES deram-me liberdade para escrever o projeto zelando pelas condições de trabalho da equipe. Tudo o que pedi me foi ofertado. A Organização entregou em minhas mãos o projeto. Isso me deixou satisfeito. Vi-me potente. Reconhecido. Embarcei-me. Acabei assumindo responsabilidades demais dentro da Organização. Fiquei literalmente responsável pelo projeto.



1. Folder do Programa Recomeço.
2. Reunião de apresentação do Serviço EAFVF.

A proposta inicial foi baseada a partir de uma pesquisa feita no *site* do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD<sup>42</sup>). Serviço ligado ao departamento de psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Referência nos estudos sobre uso de substâncias e redução de danos. O projeto teve como objetivo avançar às substâncias. Criar espaços de reflexão e questionamento sobre temas não só ligados ao uso de substâncias. Mas também às questões da vida familiar e pessoal. Tendo como meta de atendimento mensal 300 famílias. Quem seria atendido – as famílias - não foi problema para a equipe SEDS. Queriam rapidamente um projeto.

Embora elogiado, a primeira versão do projeto foi recusada pela Secretaria. Fui orientado a realizar as seguintes alterações: a) substituir o termo usuários de drogas por indivíduos com histórico de uso de substâncias psicoativas; b) não associar o projeto ao Programa Estadual de Enfrentamento ao *Crack*; c) aumentar a meta de atendimentos para 500 famílias, sendo 300 atendimentos diretos e 200 monitorados. Não explicaram o que eram esses outros 200 atendimentos. Realizadas as correções e reenviado o projeto, este retornou com novos alinhamentos para serem feitos: a) o termo usuário deveria desaparecer do projeto, devendo constar apenas família; b) não utilizar conceitos que dialogassem com a área da saúde, para não descaracterizar ações realizadas pela assistência social e; c) não citar os termos, drogas e, menos ainda, *crack*. Não

<sup>42</sup> Para saber mais sobre o PROAD, ver: <http://www.psiquiatria.unifesp.br/d/proad/proad/>

explicaram as razões. Sinalizaram apenas que, se cumpridas as exigências, a Organização CES teria liberdade para desenvolver o projeto, inclusive aumentando o valor para R\$ 1.000.000,00, dividido em parcelas mensais até dezembro de 2013.

Tive muita dificuldade para escrever as ações. Não sou especialista na escrita de metodologias. Conhecia algo por ter estudado. E por aprender alguma coisa na prática. Foi trabalho solitário, egoísta, medroso, e ao mesmo tempo, esperançoso. Dessa forma escrevi o projeto novamente. Agora de um jeito que não abrisse possibilidades de retorno. E para me prontificar disso, ao perceber o desgaste de todos com as idas e vindas da proposta, criei uma longa introdução sobre a história do uso de substâncias. Essa distraiu demais a equipe no escritório CES e também da SEDS. Elogiaram as informações. Pararam por ali no texto. O restante ficou para depois.

Com o olhar tímido na pesquisa e avançado na contratação da equipe, refiz tudo sem contestar. A intromissão nos conceitos, por um lado, me irritou. Faz-se necessária a mistura entre saúde e assistência social trabalhando com essa temática. Por que não correlacionar? Porém, pensei que, cumprindo esses acordos, teria a liberdade oferecida pela Organização CES. E também da SEDS para construir o projeto. Somando-se a isso mais dinheiro para desenvolvê-lo. Sim, isso aconteceu. Tínhamos capital. E liberdade. Só que essa teria que ser monitorada. Documentada. Eu não entendi. E a Organização Social também não. Não investiram inicialmente no monitoramento do projeto. Economizaram.

O nome do projeto foi dado pela SEDS. Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares (EAFVF). Que brevemente se fez conhecido como Espaço de Acolhida. Suas atividades eram executadas de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 18h00. E aos sábados das 9h00 às 13h00. A equipe foi constituída por 1 coordenador, 1 assistente de coordenação, 6 assistentes sociais, 6 psicólogos, 2 auxiliares administrativos, 1 zelador, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 assistente de monitoramento e avaliação de projetos e 1 supervisor externo. Com a metodologia completamente por definir, suas ações resumiam-se em atendimentos psicossociais individuais e principalmente grupais para 500 famílias “em situação de vulnerabilidade social em

decorrência das inúmeras dificuldades vivenciadas por alguns de seus membros relacionadas à drogadição<sup>43</sup>”.

O acordo metodológico do projeto - em aberto - entre as Organizações ficou sendo o seguinte. Seria alugado um imóvel. Seus quartos transformados em salas de atendimento. A “porta de entrada” para as famílias seriam os grupos abertos e dirigidos onde seria realizado o chá de acolhida<sup>44</sup>. Sendo esse conduzido por dois técnicos: 1 assistente social e 1 psicólogo. Objetivando oferecer acolhimento imediato às famílias que chegassem encaminhadas do CRATOD. Seriam oferecidos grupos em diferentes horários do dia, com o olhar seletivo para as famílias. Assim, essas seriam também convidadas para o trabalho de atendimento individual. Depois, os casos seriam discutidos em equipe. E a partir disso seria construído em conjunto - com a família - o plano individual de acompanhamento (PIA) no Serviço. Continuidade no grupo e / ou entrada da família em trabalho terapêutico individual. Esses atendimentos individuais seriam agendados antecipadamente após os grupos. E conduzidos também por dois técnicos. Seriam realizados encaminhamentos para as diferentes áreas da rede pública (saúde, assistência social, educação, justiça, cultura e etc.). E dependendo da análise da equipe, seriam realizados, ou não, atendimentos domiciliares. Nada diferente do que é oferecido por um CAPS AD. Seriam entregues relatórios mensais “de produtividade” à SEDS. E essa repassaria as parcelas de pagamento pelo trabalho prestado mensalmente. Pareceu-me tudo fácil demais. Outro engano. Implantar um Serviço e fazê-lo funcionar não é nada simples. Envolve muitas relações. E também dinheiro. Tudo parece ser escasso. Não sobra tempo para quase nada. Menos ainda para pensar e viver a pesquisa. Diante de tantas demandas, como focar?

Escrever um projeto que “agradasse” a equipe SEDS foi o primeiro passo dentro da Secretaria. O próximo foi aprová-lo no setor que libera o capital. Esse estágio foi mais rigoroso. Buscavam minimamente entender onde, como, quando o dinheiro seria gasto. O “para quê” propriamente dito nem tanto assim. Esse ficou num primeiro momento retido. As expectativas por parte da equipe SEDS giraram em torno do “dará certo após a implantação”. Sem entrarem em contato com as dificuldades. Depois de alguns retornos orçamentários, houve a aprovação. Tudo o que o CES solicitou aconteceu: salário para técnicos no valor de mil reais acima do estabelecido pela

---

<sup>43</sup> Texto indicado pela equipe SEDS que garantiu a aprovação do projeto entre eles.

<sup>44</sup> Café da manhã e tarde guiado por conversas dirigidas por profissionais e familiares.

SMADS; carga horária nivelada para psicólogos e assistentes sociais de 30 horas semanais, sendo que cada profissional estabeleceria como cumprir o seu período; valor razoável para a locação de um bom imóvel; capital para pagar supervisor externo; verba para alimentação dos cidadãos atendidos e equipe, para materiais de escritório e pedagógico; locação de automóvel para atendimentos domiciliares e visitas técnicas. Contratação com salário também mais alto da média para quem trabalhasse na limpeza da casa e como auxiliar administrativo. Estes dois últimos, num esquema interno, também tiveram carga horária reduzida. E o mais raro de acontecer, aconteceu. Foi priorizado um período de tempo para pensar o trabalho. E isso foi aceito. As sextas feiras seriam para reunião de equipe interna e, quinzenalmente, haveria supervisão externa. Um avanço na estruturação de projetos sociais em São Paulo.

Fiquei responsável por encontrar o imóvel para locação. E iniciar a contratação dos profissionais para o Espaço de Acolhida. Ao mesmo tempo participava de reuniões com a equipe SEDS. Onde eram vislumbrados os caminhos do acompanhamento familiar que se iniciaria no CRATOD. Muitas vezes nessas reuniões eu não entendia nada. E, quando entendia, não concordava com os outros participantes. Uma vez que, nos exemplos quando traçavam os fluxos de atendimento, não havia espaços vazios para o não saber. Não existia a possibilidade de não acontecer como desenhavam. E muitas vezes quando alguém dizia: “mas e se”. Essa fala logo era anulada por Deusa com outra do tipo: “não tem querer; será assim”. Isso me indignou no início. Mas ao mesmo tempo eu sabia que a realidade não se dava dessa forma tão reta. Quando trabalhamos com humanos, a realidade se impõe. O sujeito chega ao Serviço. Se é que chega. Como consegue. Às vezes nem chega. Temos que ir.

Quanto ao imóvel a ser escolhido, a SEDS pedia que fosse próximo ao CRATOD. No bairro da Luz. O CES desejava que não fosse tão próximo assim. Pela primeira vez me senti – mais radicalmente - no meio das duas Organizações. Como álibi. Construí a ideia de que uma casa distante tiraria as famílias “daquele ambiente pesado”. Que perderíamos pela distância. Mas ganharíamos em saúde. Um espaço novo. “Clean”. Acolhedor. Isso encantou a equipe SEDS. Embora houvesse alguns desacordos, a maioria passou a sonhar com a casa rapidamente. Ensaíram fazer reuniões nesse tipo de local. Pareciam precisar também de algo assim. Distante dos usuários. Local para um chá da tarde. Ambiente lindo no imaginário, mas difícil de ser encontrado no centro. Não havia imóvel, muito menos equipe contratada.

Deusa telefonava para o escritório do CES pedindo detalhes do projeto. E as características da equipe para agendar reunião com outras equipes do Programa Recomeço no CRATOD. Sendo assim, paralelamente à busca pelo imóvel, foi iniciado o processo de contratação. Busquei profissionais que estabelecessem relação com o trabalho, com a temática de forma militante. Que se identificassem com lutas de movimentos sociais. E que se interessassem por outras áreas de conhecimento. Por psicologia social. Filosofia. Antropologia. Artes. Uma equipe que buscasse caminhos complementares para a formação obtida na graduação. De olho nisso, ainda atribuí à vaga, quando descrita em *sites* do terceiro setor, a necessidade de alguma experiência com atendimentos voltados às famílias, usuários de substâncias, e interesse por psicanálise. Os profissionais tinham que escutar bem quem chegasse. Difícil encontrar esse tipo de profissional. Assistentes sociais em sua maioria possuem formação marxista. E pouco discutem questões econômicas no âmbito subjetivo. E psicólogos pareciam não se interessar por políticas públicas.

Conduzi o processo seletivo. Formulei, para conhecer a futura equipe, as seguintes etapas: 1) análise de currículo; 2) apresentação coletiva; 3) uma questão para ser respondida e entregue sobre o trabalho com usuários de substâncias e familiares; e 4) entrevista individual com os candidatos que passassem para a segunda fase. Reuni de quinze a vinte assistentes sociais num dia, e a mesma quantidade de psicólogos noutra. Fiz o mais transparente possível. Descrevi como pensava o Serviço e o quanto a proposta estava aberta para a construção coletiva. Contei-lhes sobre salário. Carga horária. E convidei-os a construir o projeto. Então fui conhecê-los.

Dos profissionais para as vagas de assistentes sociais permaneceu Elaine, profissional que eu conhecia desde quando era estagiária numa outra Organização onde trabalhei. Bastante ligada a movimentos feministas e de igualdade racial. Chegou bastante tímida. Juliana, por sua vez, tinha interesse por atendimento de famílias; possuía pós-graduação e trazia o tipo de olhar que me passou segurança para conduzir o Serviço em conjunto. Já Lídia trabalhava no projeto Atenção Urbana do CES. Quando eu já tinha saído, ela chegou. Ouvi dizer que era muito boa profissional atendendo nas ruas; depois descobri que era mesmo. Bastante informal, estava sempre em movimento. Vânia era uma assistente social paraense com trajetória de trabalhos nas áreas de assistência social e militância relacionada aos confrontos por terra na região norte do país. Esbanjava valentia. Taís era do Amazonas, transexual, com longa trajetória nos

movimentos sociais LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) e na assistência social. Pareceu não acreditar em sua contratação para atender famílias, quando para mim – em segredo - era motivo de orgulho devido à sua posição subjetiva / política na vida. E Dudu, um assistente social que conheci rapidamente na ONG Projeto Quixote quando lá trabalhei. Membro da torcida uniformizada Gaviões da Fiel desde criança e militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Sujeito carinhoso, transmitia-nos às sextas-feiras uma mística: ofertava letras de músicas e poesias para a equipe.

Para as vagas de psicólogos ficaram Clair, que trabalhou comigo no projeto Atenção Urbana. Relacionava-se muito bem nas ruas do centro e é portadora de uma disciplina indispensável para os trabalhos. Era a única do grupo que se interessava por psicologia cognitivo-comportamental<sup>45</sup>. Embora aos meus olhos fosse uma psicóloga social. Estava num momento de transição; chegou calada e rapidamente mudou; cresceu profissionalmente. Leticia havia sido coordenadora de um CAPS AD por longo período, possuía pós-graduação pelo PROAD. Isso contou muito; no início não a achei entusiasmada com a temática, mas na prática ela se revelou diferente do que imaginei a princípio. Vivía um momento familiar de mudanças, fora mãe novamente durante o processo de trabalho. Durante o período em que estive junto da equipe conseguiu estabelecer muitas conexões. Mônica era uma jovem psicóloga, carregava o olhar de quem desejava aprender tudo. Era artista plástica, apresentava muita desenvoltura nas discussões. Pude vê-la crescer profissionalmente. Tamara foi quem trouxe o maior interesse por psicanálise. Estudava, atendia em consultório particular. Tinha feito aprimoramento no CRATOD. Conhecia “os bastidores”. Era meiga, atenta, transportou o olhar carinhoso para os detalhes mínimos das histórias de todos que por lá passaram. Inclusive as nossas. Bruno tinha trabalhado em vários Serviços de assistência social, muito interessado por políticas públicas, psicologia social e alguma coisa de psicanálise. Foi o mais participativo, achei-o aborrecidíssimo por tantas perguntas que me fez. Gostei dele, reconheci-me na sua idade. Tornamo-nos grandes amigos. E Kiko, que é

---

<sup>45</sup> A Terapia Cognitivo-Comportamental baseia-se na hipótese de vulnerabilidade cognitiva como um modelo de transtorno emocional. Seu princípio básico, que reflete uma postura construtivista, é de que as representações de eventos internos e externos, e não um evento em si, determinam as respostas emocionais e comportamentais. As cognições ou interpretações, as quais refletem formas idiossincráticas de processar informação e representar o real, constituiriam a base dos transtornos emocionais, os quais seriam definidos, por essa abordagem, mais propriamente como transtornos de processamento de informação. Para saber mais sobre, ver: Knapp, P. Terapia Cognitivo-Comportamental na Prática Psiquiátrica. RJ: São Paulo: Artimed, 2004.

um amigo de longa data, possuía vasta experiência em trabalhos com usuários de substâncias.

Para um dos auxiliares administrativos convidei Categoria. Um amigo que tinha experiência em recursos humanos de empresas. Para cuidar da limpeza da casa busquei Sol, que trabalhou comigo no projeto Atenção Urbana. Muito barulhenta. Informal. Fazia de tudo sorrindo e contando histórias de um e de outro. O tipo oposto ao local que necessitava de silêncio para os atendimentos. Para motorista o CES já tinha uma empresa contratada. E para a zeladoria do prédio a contratação foi terceirizada. Como supervisor, chamei Bruno Gomes. Na época presidente da ONG Centro de Convivência É de Lei. Organização pioneira em redução de danos na cidade de São Paulo. Conhecido expoente do movimento antiproibicionista. As outras “rubricas orçamentárias” serviram para “banciar” os profissionais que atuavam no escritório e passaram a trabalhar – também - para o projeto.

No dia 06/03/2013 o secretário Estadual Rodrigo Garcia (DEM-SP) oficializou as assinaturas de convênios com as Organizações Sociais. Inicialmente foram treze instituições do interior de São Paulo: 1) Associação Comunidade Terapêutica Recomeço, região de Bauru, que possuía 15 vagas para acolhimento<sup>46</sup>; 2) Fundação Padre Gabriel Correr, região de Barretos, com 45 vagas; 3) Associação Maria de Nazaré, região de Araçatuba, 10 vagas; 4) Casa do Caminho Ave Cristo, região de Araçatuba, 40 vagas; 5) Instituto Santa Tereza D’Avila, região do Vale do Paraíba, 15 vagas; 6) Esquadrão Vida, região do Vale do Paraíba, 20 vagas; 7) Cáritas Diocesana de Catanduva, região de São José do Rio Preto, 15 vagas; 8) Associação Pão Nosso, região de São José do Rio Preto, 15 vagas; 9) Comunidade Conquista, região de Osasco, 15 vagas; 10) Lar São Francisco, região de São José do Rio Preto, 15 vagas; 11) Associação Teshuvá, região de São José do Rio Preto, 16 vagas; 12) Só Por Hoje, região de São José do Rio Preto, 20 vagas e; 13) Apoio ao Combate à Droga e ao Álcool Santo, região de Sorocaba, que possuía 29 vagas (totalizando 270 vagas de acolhimento em Comunidades Terapêuticas). E três da capital - CES, Missão Belém e Instituto Mensageiros -, totalizando o investindo público de R\$ 8 milhões.

---

<sup>46</sup> O acolhimento em Comunidade Terapêutica é também chamado de “internação” por usuários de substâncias, familiares e profissionais do Programa Recomeço.

Houve evento formal de assinatura na SEDS. Porém a “festa” foi performática para os jornais. Aquela assinatura comprometia publicamente a parceria entre as Organizações. Mas não liberava o capital. Isso se dava noutros trâmites. Dentro do centro de formalização de convênios, que, como citado, era mais rigoroso. A Organização CES esperava a primeira parcela financeira do convênio para oficializar as ações. Em especial, a contratação da equipe. A SEDS exigia o início do projeto, mesmo que timidamente. A diretoria do CES não entendeu como funcionavam os convênios com “o governo”. E também não esclareceu dúvidas. A implantação do Serviço, ao mesmo tempo em que parecia estar demorando demais, apontava para uma insuficiência de tempo diante da quantidade de ações pendentes que surgiam diariamente. Sem dinheiro na conta bancária. Nada de contratação da equipe. Sem comunicação entre as Organizações. Muita desconfiança nas relações.



3 Discurso de assinatura dos convênios.



4. Cerimônia de assinatura dos convênios.

A equipe selecionada aguardava contato. A diretoria do CES não queria correr o risco de contratar e não ter dinheiro para pagar os salários. Temia atraso. Nesse impasse, me senti novamente “no meio” das Organizações. Posição bastante desconfortável. E mais uma vez assumi o lugar de negociador. Participava de reuniões ora no CES, ora na SEDS. Levava e trazia apenas as informações que nos dirigiriam para o entendimento de oficializar os dois processos: liberação do capital e implantação do Serviço. Até que o CES liberou a contratação para início de abril de 2013. Informado sobre, agendei reunião oficial com a equipe para o dia 2 de abril de 2013 no Parque da Luz. Paisagem bastante íntima para mim. A pauta foi uma reapresentação coletiva. Trocar impressões sobre o projeto. E somar ideias para compô-lo. Fazer uma caminhada de observação pelo bairro da Luz. E o prédio do CRATOD. Almoçar no bairro. E depois irmos ao escritório do CES para discutir horários, e ajustar expectativas. Pedi ajuda na busca pelo imóvel. Esse percurso levou dois meses. Os assuntos giraram em torno da contratação

de equipes. Reformas no prédio do CRATOD. Convênios com comunidades terapêuticas (CTs<sup>47</sup>). E dinheiro. Nada sobre as famílias. Essas continuavam enfileiradas no CRATOD. Parecia não haver trabalho prático. Apenas reuniões. Enquanto a mídia divulgava que o Programa Recomeço estava funcionando muito bem.

O imóvel na região da Avenida Brigadeiro Luís Antônio era velho demais. Carecia de reformas e demoraria para ser usado. Outro, na região da Barra Funda, os proprietários não alugavam para ONGs e OSCIPs. Os da região do Bom Retiro eram pequenos e velhos. Não havia casa que servisse de Sede para o atendimento. As fichas cadastrais das famílias vindas do CRATOD começaram a acumular. E as cobranças da SEDS também. A tensão para que o Programa Recomeço estivesse funcionando como estava sendo apresentado era muito grande. E a falta de atendimento familiar deixou toda equipe CES muito ansiosa. O clima ficou tenso entre as Organizações. Fantasias históricas da diretoria do CES. E dos trabalhadores sociais criaram rumores de que o convênio seria rescindido pela SEDS. E mantê-los 30 horas dentro do escritório CES ficou insustentável. Sugeri à diretoria que reduzíssemos a carga horária da equipe enquanto não encontrássemos o imóvel. Foi estruturado um rodízio de trabalhadores sociais que se dividiam entre cadastrar fichas. Telefonar para as famílias. E procurar imóvel.

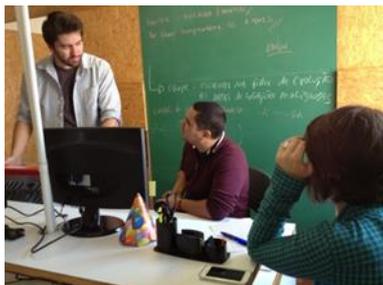
Como não foi encontrada a casa, a diretoria do CES agiu. Convocou a equipe e “mandou” que fossem iniciados os grupos numa das salas do prédio do projeto Atenção Urbana. A estratégia era “chutar a bola para o outro lado”. Para a diretoria isso faria com que a verba mensal fosse repassada mais depressa. Etapa essa do convênio que ainda não tinha avançado. Portanto, a tensão não fazia sentido completamente. O contrato não havia como ser rescindido. Ele até então vigorava de maneira fictícia. Não tinha sido registrado em Diário Oficial.

Foi enviado um *e-mail* para Deusa informando-lhe: escala de atendimento em grupo; cronograma semanal da equipe; e o desenho – provisório - da metodologia de acolhimento. Informava as condições precárias nas quais o projeto foi implantado. E pedia empenho da SEDS para a liberação do contrato e, conseqüentemente, da verba mensal. E, também, tratava sobre a possibilidade de um novo convênio para a compra

---

<sup>47</sup> Para saber mais sobre CTs, ver: DE LEON, George. A Comunidade Terapêutica: Teoria, Modelo e Método. Ed. Loyola, 2003; FEBRACT. Drogas e Álcool – Prevenção e Tratamento. Ed. Komedi, 2001. E também: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/20170418\\_nt21.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf)

de “bens duráveis”. O que foi chamado de “verba de implementação” do projeto. O CES não dispunha de muitos móveis para mobiliar a nova casa. Faltariam cadeiras. Geladeira. Impressora. Computadores. Fato comum na implantação de projetos sociais. Não raro as Organizações Sociais do terceiro setor de São Paulo iniciam projetos com móveis de outro projeto que terminou. Ou doados e / ou emprestados por outras Organizações Sociais. Geralmente essas mobílias são bem precárias.



5. Equipe trabalhando no escritório CES.      6. Grupo de Acolhimento em prédio provisório.

Nessa fase o diálogo entre as Organizações tornou-se ainda mais tenso. E o modo de lidar era “chutando a bola de volta”. Deusa respondeu ao *e-mail* falando do investimento que realizava para a liberação do contrato. E pediu o roteiro sobre o que seria trabalhado nos grupos. Queria saber sobre o início. Meio. E o fim do trabalho. E também se seria elaborada a base de informações – das famílias e usuários - complementares às já produzidas no CRATOD. A atenção da equipe voltou-se por “desenhar” o roteiro de trabalho com as famílias. Algo baseado na experiência empírica dos profissionais. Porque a metodologia estava aberta. Ainda por ser construída. E o tipo de abordagem teórica na qual os profissionais “investiam” era de encontros iniciais livres. O P.I.A. seria construído em conjunto com os atendidos. E com a Rede de atendimento local dessas famílias. Buscariam ouvi-los para depois elaborarem o plano de acompanhamento. Mesmo assim foi feito um roteiro próximo ao solicitado.

O fato de a Organização Social não ter investido - naquele momento - no banco de dados. O que era nada mais, nada menos do que o monitoramento do projeto, e de na equipe não haver quem soubesse construir um banco de dados, produziu adversidades. O trabalho precisava ter aparição. Não era apenas o Espaço de Acolhida que estava em construção. O Programa Recomeço também.

Tudo era frágil para as Organizações não governamentais. As mudanças nas decisões sobre o Programa aconteciam o tempo inteiro. Muitas cobranças. Isso foi produzindo sentimentos de dúvida entre as equipes. Medo da demissão. O que era chamado de parceria entre Organização governamental e não governamentais estampava apenas papéis naquele momento. O que se apossou do trabalho foi pavor do encerramento prematuro dos convênios. Não havia espaço para falar das dificuldades nas reuniões. A equipe SEDS, com exceção de Ticiane, comportava-se como se tudo no Programa Recomeço já devesse estar “funcionando bem”. E caso não estivesse. Não era seu problema. Mas sim, das Organizações não governamentais, que supostamente não cumpriam o plano de trabalho. Não havia compreensão sobre o tempo. Dificuldades. Apenas cobranças. Isso fez da implantação do Espaço de Acolhida, e do trabalho como um todo, algo bastante solitário. A categoria parceria era ilusória. OSCIP e ONGs serviam ao Estado. E esse exigia que a sociedade civil resolvesse os seus “problemas”, numa relação de negócios do tipo “patrão e empregado. Manda quem pode. Obedece quem tem juízo”, como sempre lembrou a diretora do CES.

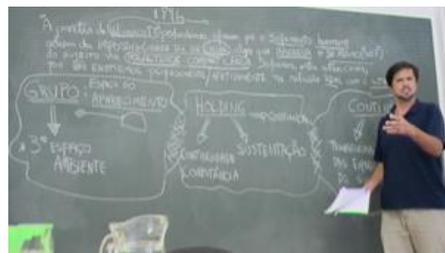
O trabalho com as famílias fora iniciado em casa provisória. A intenção era trabalhar em cada encontro com até quinze familiares. Foi pensado que mesmo oferecendo esses espaços em diversos dias e horários da semana, rapidamente existiria fila de espera. Isso não aconteceu. As famílias não apareciam nos grupos. E as que apareciam buscavam internação involuntária. Deusa ligava para a diretora do CES querendo saber a quantidade de famílias participantes. Esta última, quando os profissionais acabavam o trabalho nos grupos e iam ao escritório CES, os interrogava para saber a quantidade de frequentadores por encontro. Esses me ligavam para contar-me sobre o número reduzido de familiares e sobre a entrevista na sala da diretora. Sentia-me uma dobradiça nos “meios”. A pressão era por números que justificassem o investimento. E garantissem a aparição do Programa Recomeço.

Este cenário foi alterado – provisoriamente – quando no mês de maio a mídia impressa e televisiva anunciou o Cartão Recomeço como “Bolsa *Crack*”. Por meio do qual o Estado pagaria o valor mensal de R\$ 1.350,00 para “custear o tratamento”. A forma como foi divulgada fez com que os familiares buscassem ainda mais “internações”. Alguns entenderam que receberiam o dinheiro anunciado para custear os “leitos”. Outros como pagamento pelo “sofrimento” por anos de convivência. Quando quem receberia de fato o “repasso” seriam as comunidades terapêuticas. Famílias

apareciam e desapareciam. O telefone não parava de tocar. Como atender familiares que não desejam serem acompanhados? Como acompanhar quem não deseja permanecer? Como acompanhar quem nem chega para o atendimento? Como apresentar outros ganhos com o acompanhamento que não seja – diretamente – capital financeiro? Por que apareciam e desapareciam do Espaço de Acolhida?



7. Parte da equipe Espaço de Acolhida.



8. Grupo de estudos no escritório CES.

Não se encontrava um imóvel adequado no centro de São Paulo. Nas reuniões não havia espaço para tratar de questões técnicas. Como, por exemplo, a forma de encaminhamento das famílias para os grupos. Não se conseguia problematizar porque elas não chegavam. E, quando sim, algumas retornavam, outras não. Não havia diálogo para entender - em conjunto - o momento do Programa Recomeço. Na SEDS queriam números. Os sentimentos se misturavam em mim, certa angústia como coordenador, e calma como pesquisador. Eu observava os movimentos de todas as equipes de trabalho. Existia um conceito chamado codependência que era bastante utilizado no Programa Recomeço. Basicamente trata o usuário de substâncias como doente. Portador de uma doença crônica, que é a dependência química. Esse para estar em sociedade terá que permanecer abstinência para o resto da vida. Não obstante, quando está fazendo uso, ele está em crise aguda. E sua doença afeta todos ou a maior parte das pessoas que estão ao seu lado. Logo, essas pessoas são também doentes por conviverem com esses usuários dependentes. Transformando-se em codependentes<sup>48</sup>.

Nessa etapa eu não conseguia me aproximar das famílias. Estava mergulhado nos “papéis”. Participava de muitas reuniões. Quem pensava os projetos - os Serviços - trabalhava nos escritórios das Secretarias. Não tinha contato com as populações atendidas. Quando falavam sobre elas, tudo parecia distante e reto. Nada podia escapar

<sup>48</sup> Para saber mais sobre codependência, ver: Miranda (2015).

ao modelo que fora instituído como “tratamento para dependência química” pelo Estado. A abstinência total. Tanto que, como coordenador do Programa Recomeço, fora chamado o médico psiquiatra Ronaldo Laranjeira. Professor titular da UNIFESP. Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD<sup>49</sup>). O maior expoente proibicionista do Brasil. Esse chegou valorizando apenas os trabalhos realizados por grupos de autoajuda como os Alcoólicos Anônimos (A.A). Narcóticos Anônimos (N.A). E os grupos de aconselhamentos da Organização Amor-Exigente (AME<sup>50</sup>). E diferentemente do que eu havia aprendido sobre abstinência. Ou seja, sobre a ajuda de remédios controlados. Esse pouco se referiu a medicamentos psiquiátricos. Seu foco estava nos acolhimentos em comunidades terapêuticas. E nos aconselhamentos religiosos. Católicos. E evangélicos.

Surgiu um imóvel bastante diferente do desejado no bairro da Bela Vista. Localizado na Rua Francisca Miquelina, nº 118. Era um grande sobrado. Antigo. Da década de 1950. Tinha sido dividido. Transformaram-no em duas casas. Um dos lados era alugado para uma loja de produtos *pet* e clínica veterinária. O outro se transformou no Espaço de Acolhida. Foi um respiro para toda a equipe. Até então a sensação da equipe era de não ter conseguido produzir o trabalho. Era preciso distância das tensões organizacionais. E silêncio. Basicamente haviam sido respondidas as demandas encaminhadas pelas Organizações. Sem refletir sobre a ausência das famílias. Não houve tempo para traduzir o esvaziamento dos espaços oferecidos. Mas também não houve convencimento por parte da equipe com a questão do acolhimento. Não se convenceram com frases vindas da equipe SEDS: “não frequentam porque não internam seus filhos”. Isso lhes pareceu pouco. A equipe se indagava: por que os familiares que chegavam eram mães que criaram sozinhas seus filhos? De onde vinham? O que sabiam sobre substâncias? Muitas já tinham “internado” os filhos, o que buscavam? Por que essas mães que conheciam a rede pública de atendimento continuavam buscando novos Serviços? Cogitaram buscar atendimento para si? Em caso afirmativo, viam a necessidade? Como viviam? Quais eram as histórias dessas famílias?

Uma porta de aço com espelho. Ao abri-la havia uma longa escada de acesso ao primeiro andar da casa. À direita dessa porta de entrada, uma grande sala com

---

<sup>49</sup> Para saber mais sobre UNISD, ver: <http://www.uniad.org.br/>

<sup>50</sup> Organização social de cunho católico, para saber mais sobre, ver: Drummond; Drummond Filho (2003). Amor-Exigente - Espiritualidade - Uma Nova Vida. Ed. Loyola.

pouquíssima iluminação e um banheiro (sala de atendimento para cadeirantes, grupos, e zelador). Ao subir a escada uma sala bastante iluminada (a recepção). À esquerda dessa (recepção) havia outra grande sala com vista para a rua (sala de equipe). À direita da sala (recepção) um corredor com banheiro. E à frente, duas pequenas salas conectadas uma à outra (salas de atendimento). Passando pela última sala (atendimento) existia a cozinha. Um banheiro. E mais um lance de escada para o terraço. A casa era grande, mas longe de ser ideal. A sala térrea de grupo era escura. Pela porta de acesso não passava uma cadeira de rodas. E sua janela de fundo dava para o quintal da loja *pet* (sons e mau cheiro constantes). A escada era longa para idosos. A recepção era ideal, assim como a sala de equipe. O banheiro era usado por todos, ficava no corredor. Para chegar à segunda sala de atendimento era preciso atravessar a primeira. E para chegar até a cozinha era preciso atravessar as duas. Ou seja, não era ideal. Exigiria muita atenção de todos. Em especial nos momentos de atendimento. Porém, tinha valor baixo para locação. E estava completamente reformada. Pronta para a mudança.



9. Portaria da Sede Espaço de Acolhida.



10. Equipe Espaço de Acolhida.

A diretora do CES mediu os prós e os contras. A tensão do momento. E os “ânimos” de todos. Aprovou. A equipe logo de início não se animou com o imóvel. Numa manhã se reuniu e o conheceu. No retorno tiveram como porta-voz Juliana, que, bastante segura, disse: “não dará para trabalharmos naquela casa”. Expus a respeito do tempo que tinha passado, e que, nesse caso não havia negociação, a não ser que aparecesse outro imóvel nos próximos sete dias. Não apareceu. A equipe SEDS e DRADS-Capital após descrição das intenções de uso da casa mediu a proximidade com a SEDS. Com o escritório do CES. E metrô para as famílias. Aprovaram. Foi alugado no fim de maio de 2013. Casa e matrícula no doutorado praticamente aconteceram juntas.

A precariedade da mobília era visível. Toda a equipe estava insatisfeita. Trouxeram móveis. Enfeites. Plantas. Quadros. Era uma tentativa de deixar o lugar com cara de casa. De ocupar o espaço. De minimizar os ecos do vazio. E a diretora do CES investiu no segundo convênio. O de “implementação” do projeto. Notificava Deusa insistentemente sobre a necessidade do capital. Que informou a liberação de R\$ 10.000,00. Pouco, mas foi bastante comemorado pela equipe. Porém, nesse mesmo momento ocorria a mudança de secretário de Desenvolvimento Social. Rodrigo Garcia<sup>51</sup> (DEM-SP) passava “a pasta” a Rogério Hamman (PDT-SP) - político, empresário e professor universitário (Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP), da área de marketing. Quando este assumiu pediu para me conhecer, agendamos reunião.

Fomos Tamara, Dudu e eu. A reunião era na cobertura. O secretário se apresentou como estrategista. Estavam todos nos aguardando – equipes SEDS, DRADS, secretário e assessores -, discutiam sobre manifestações contrárias “às internações involuntárias ocorridas pelo CRATOD”. Ele buscava saber o perfil dos manifestantes. Apresentaram-nos como “jovens” da luta antimanicomial<sup>52</sup>. E da redução de danos. Rogério Hamman perguntou o que era. Uma das assessoras lhe respondeu que era “trocar *crack* por maconha”. Sorriram. Aceitaram a resposta. E desdenharam dela ao mesmo tempo. Algo do tipo, sim, é somente isso. E isso não faz sentido. Não há por que se preocupar com essas pessoas protestando. Indignei-me. Expliquei rapidamente os princípios da RD. E lembrei-os de que fora o então ex. governador de São Paulo Mário Covas (PSDB-SP) quem assinou o Decreto nº 42.927, de 13 de março de 1998, que regulamentou o projeto de lei nº 363/96, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), tornando-se oficial a prática de RD em São Paulo por via da Lei nº 8.758, de 17 de setembro de 1997. Expus-me. Sai da posição de observador.

Perguntou-me se eu os conhecia. Respondi que sim. Que tinha amigos entre o grupo. Fez-se silêncio instantâneo na sala. Depois me disse: “isso será importante, quando chegarem no ‘seu’ Serviço, chame-os para entrar, confunda-os. Traga-os para o seu lado”. Qual era o meu lado? Em seguida, perguntou-me sobre a aparência do Serviço. Disse conhecer o “drama das famílias” e que era seu desejo que a casa fosse a “melhor de São Paulo”. Referência para o Estado. Ele havia retirado o Serviço do

---

<sup>51</sup> Concorreu e se elegeu como deputado federal nas eleições estaduais de 2014.

<sup>52</sup> Movimento de luta pela reforma psiquiátrica, para saber mais sobre, ver: Basaglia; Amarante (2005). Franco Basaglia - Escritos Selecionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica.

Estado? Devolveu-o ao lugar de terceiro setor? Disse-me “para o Estado”. Não “referência no Estado”. Servir de referência para o Estado sendo pago pelo Estado, essa é a função de uma OSCIP? O secretário continuou com a estratégia de apresentação. Disse também que não me mandava à Suíça para conhecer algum Serviço porque não havia tempo hábil. Percebi que eu havia me exposto muito. Isso não existia. Senti-me mal e bem. Como assim eu iria à Suíça? Senti-me novamente como um garoto recém-formado. Espantado. No meio da guerra às drogas, sem estratégia de defesa. Comando. E ataque. Deixando-me ir. Perdendo-me. Seguindo o que meus orientadores tanto me passaram desde o início do nosso encontro. Ir aberto. Ouvir as teorias dos Outros. Se interessar pelo Outro. Para depois descrever a experiência<sup>53</sup>. Quando percebi esse movimento me acalmei. Senti-me começando a fazer, de algum jeito, antropologia. Um despertar mais intenso da pesquisa sobre a política de drogas de São Paulo insinuou-se em mim.



11. Reunião com o secretário Rogério Hamman.



12. Logomarca do Programa.

Pedi-nos orçamento de móveis. Queria que a casa fosse mobiliada com o que há de mais moderno. E que não houvesse economia de dinheiro. Finalizou solicitando a presença do fotógrafo oficial da SEDS para registrar o encontro. Não acreditei no estrategista. Mas havia o orçamento para entregar. Isso mobilizou demais a equipe por aproximadamente um mês. A expectativa era total. Dividiram-se em grupos e cuidaram dos detalhes de cada espaço. Os móveis orçados eram lindos. Aprenderam a medir e planejar espaços. Como eram necessários três orçamentos para o processo na SEDS,

<sup>53</sup> Para Bruno Latour (2007), descrever é enfatizar o trabalho, o movimento, o fluxo e as mudanças. É estar atento aos estados concretos das coisas, encontrar a narrativa adequada e única para uma situação dada. Descrever é diferente de explicar. Para o autor, se não há rastro, não há informação, não podendo haver descrição. Se fazendo necessária a explicação, essa não terá sido uma boa descrição.

fizeram as buscas. Esse trabalho não saiu do papel. Nunca houve resposta. Uma posição. Se faltou algo. Ou não.

Nesse processo Juliana se desligou do Serviço. Havia passado num concurso para trabalhar próximo de sua casa. E receber maior salário. Consultou-me. Estava na dúvida se sairia. Isso para mim significou o retorno positivo do tempo que passamos trabalhando juntos. Observei que as frustrações e a dor por essa saída uniram os profissionais. Mudaram de fase enquanto equipe. Para o lugar de Juliana chegou Andressa. Uma assistente social que me conquistou pelo seu interesse por psicanálise. Era raro encontrar quem tivesse formação em serviço social e buscasse formação em psicanálise. Chegou bastante confusa com esse interesse. E com o tempo ficou mais.

Eu havia trabalhado em duas Organizações que eram guiadas teoricamente por princípios antiproibicionistas. E antimanicomiais. No CAPS AD “Fernando Ramos” em Diadema. Serviço governamental ligado à Secretaria de Saúde do Município, onde embora os trabalhadores fossem contratados por concurso público, na época em que estive por lá como estagiário, a equipe em sua maioria trabalhava com RD. Ou seja, quem chegou para trabalhar com usuários de substâncias chegou com essa perspectiva. E quem chegou sem tê-la. Como eu. Adquiriu. O mais importante por lá, o desconcertante foram as discussões sobre o cuidado que tinham para “não quebrar os corpos” dos usuários. E de seus familiares. A equipe era cuidadosa quando discutia os casos. As situações de risco em que os atendidos se colocavam com ou sem o uso de substâncias. E também quando discutiam famílias. Sempre emergia nas conversas questões econômicas e subjetivas. E era justamente isso o não “quebrar os corpos”. Voltar o olhar durante o atendimento para os dois campos – de outros - que compõe a vida. Assistentes sociais davam maior ênfase para o campo político. E psicólogos para o subjetivo. Mas havia também a afetação dos profissionais pelo saber do Outro. Psicólogos com interesse por questões ligadas à má distribuição de renda. Exploração do trabalho alheio. Luta de classes. Assistentes sociais por questões subjetivas ligadas ao inconsciente<sup>54</sup>. Ao que escapa. Difícil para assistentes sociais. Visto que a formação

---

<sup>54</sup> O termo é bastante complexo, cabível de diversas traduções. Para essa pesquisa trataremos do inconsciente freudiano, que é, em primeiro lugar, indissolúvelmente uma noção tópica e dinâmica, que brotou da experiência do tratamento. Este mostrou que o psiquismo não é redutível ao consciente e que certos “conteúdos” só se tornam acessíveis à consciência depois de superadas certas resistências; revelou que a vida psíquica era cheia de pensamentos eficientes embora inconscientes, e que era destes que emanavam os sintomas; levou a supor a existência de grupos psíquicos separados e, de modo mais

é bastante “dura”. “Concreta”. Ligada a leis jurídicas. Políticas públicas. Mapas das desigualdades. Há pouco acesso a esse campo do desconhecido na formação. Do impalpável. Do não escrito. Do não controlado. Do que escapa.



13. Equipe pensando os espaços da Sede.



14. Equipe Espaço de Acolhida mobiliando a Sede.

No Projeto Quixote, a mesma coisa, o mesmo aprendizado. Mas nesse local de trabalho havia maior investimento nas artes plásticas como ferramentas para os encontros. Em oficinas terapêuticas. E grupos de acolhimento que eram facilitados com desenhos em papel. Ou nas paredes como grafite. Havia suavidade na equipe. Mesmo discutindo diversas expressões de violência com os jovens atendidos durante as atividades. Eu carregava essas influências que ligam os campos político, subjetivo. E artístico no trabalho social. Minha estratégia foi fazer do Espaço de Acolhida um Serviço que unisse o meu percurso profissional com o da equipe. Produzir um espaço valorizando as boas experiências de todos. E onde todos pudessem estar atentos ao que não funcionava nos Serviços por onde passaram. Para que não houvesse muitas repetições. E assim, coordenar esse Serviço de forma horizontal para também trabalhar na pesquisa. A ideia foi fazer o Serviço parecer com uma casa de avó – idealizada - em cidade do interior. Tendo água e suco gelado. Chá e café quente para quem chegasse. Muitos pães. Frutas. Doces. A equipe semanalmente aprimorava o lanche que era servido ainda durante os atendimentos e grupos. Acreditavam facilitar as conversas. Eram “momentos sérios” com bases de cuidado, dizia a equipe.

O acolhimento foi pensado como no Projeto Quixote. Uma função operante. Uma produção ou ainda uma capacidade da instituição. Uma “secreção” institucional permanente. No qual o ato de acolher não ficasse apenas, representado e represado,

---

geral, a admitir o inconsciente como um “lugar psíquico” particular que deve ser concebido não como uma segunda consciência, mas como um sistema que possui conteúdos, mecanismos e, talvez, uma energia específica. Para saber mais ver: Laplanche (2001).

numa única sala. Como é cotidianamente visto em Serviços da saúde. Mas em toda a casa. E promovida por todos da equipe, sem exceção (Parada, 2007<sup>55</sup>). Inicialmente família foi compreendida como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios e que será, por eles, reproduzida e resignificada à sua maneira, dados os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família. Como o lugar onde se ouvem as primeiras falas, com as quais se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior. Fundamentalmente como lugar de aquisição de linguagem. Onde se aprende a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. O filtro por meio do qual se começa a ver e a significar o mundo. Portanto, família não definida pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações. Como o mundo social, não uma soma de indivíduos, mas sim um universo de relações (Sarti, 2003). E para conceituar as substâncias – legais e ilegais - foi eleito o texto que as apresenta como uma categoria que faz parte de um universo de sociabilidade marcado por prazer. Transgressão. E reciprocidades. Sendo que cada substância produz sensações. Emoções. Significados. E lugares políticos diferentes (Malvasi, 2012).

Ainda complementando o arcabouço teórico inicial da equipe. Foram indicadas três leituras para o trabalho. Primeiramente o texto do psicólogo social José Moura Gonçalves Filho, no qual o autor trabalha o conceito de humilhação social como um tipo de impedimento político e psicológico. Uma categoria de sofrimento histórico – e de classes - que impinge determinações da humilhação social no corpo do sujeito (Filho, 1995). O segundo foi o texto do antropólogo - meu orientador - Pedro Paulo sobre limites, traduções e afetos. No qual ele trabalha as categorias a partir de minuciosa observação em relação à atuação de profissionais da saúde em contextos indígenas. Demonstrando como conceitos e práticas operam no cotidiano (Pereira, 2012). E por último, a tese da antropóloga Taniele Rui sobre as tramas do *crack*, em que apresenta os trânsitos dos corpos abjetos de duas cenas de uso de *crack* do Estado de São Paulo. Uma em Campinas. E a outra, na Cracolândia paulistana (Rui, 2012). Textos que subsidiariam os profissionais para que não “quebrassem os corpos” das famílias. E ao

---

<sup>55</sup> Para saber mais sobre acolhimento ver, <http://projetoquixote.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Livro-Textos-da-%C3%81rea-de-Ensino-e-Pesquisa.pdf>

mesmo tempo produzisse o Serviço como um Espaço de resistência<sup>56</sup> e produção de diálogos.

Aos atendimentos acrescentaram-se também oficinas de artes plásticas. Grupos temáticos. Sessões de cinema. Visitas monitoradas a museus. Assembleias de familiares. Grupos e oficinas temáticas em centros comunitários e escolas. E às reuniões e supervisões somaram-se grupos de estudos e convidados externos para aulas expositivas. A casa ficou também disponível para reuniões de movimentos sociais e fóruns. O Espaço de Acolhida acabou tornando-se – silenciosamente - um Serviço bastante diferente do Programa Recomeço. Buscava a presença de externos.



15. Atividade com as famílias Parque da Água Branca. 16. Atividade com as famílias Jardim da Luz.

Havia certo desconforto dos membros da equipe quando se apresentavam em reuniões. Formações. A equipe durante uma supervisão interpretou o seu sentimento. Vergonha. Desconforto quando apresentavam o Serviço para os profissionais de outros Serviços da Rede. Não entendiam se o outro técnico ao ouvir Programa Recomeço mudava a relação com a equipe CES, ou se eram eles próprios que mudavam ao pronunciar Programa Recomeço. Isso foi sendo trabalhado em supervisão. Assumiram que usavam o nome do Bruno Gomes - supervisor – como aval nas apresentações de Rede. Justamente por ser ligado à RD. Naquele momento Bruno funcionava como supervisor e capital simbólico para a diferenciação do projeto dentro – e fora - do Programa Recomeço. Quando se apresentavam aos profissionais que compunham o Programa, entre esses, os que atuavam nas Secretarias, e os que trabalhavam

<sup>56</sup> Foucault nos traz como parte do jogo, a lei física conhecida como resistência – que é experiência de subjetivação, de autonomia. É combate particular que não afronta o inimigo para infligir uma derrota, mas que bate na adversidade; no fundo, seu adversário não passa de um pretexto, o que ela pretende é enfraquecê-lo e fazê-lo “bater em retirada”. Ela não busca a vitória, ela não se lança em uma batalha final, ela desarma o inimigo com suas próprias armas ao desorganizar a guerra que ele havia imposto. Para saber mais sobre, ver: Garcia (2008).

diretamente com os usuários, escondiam as ações desenvolvidas. Evidente que escapava algo, assim como na reunião com o secretário Rogerio Hamman. Mesmo assim, a princípio, o “jeitão diferente” serviu positivamente. Os profissionais do Espaço de Acolhida se expressavam bem. E rapidamente “brilharam” para a equipe da SEDS.

A “equipe mensageiros” passava por problemas de relacionamento, e a equipe SEDS temia ser essa a razão pela qual grande parte das famílias “não aderiu ao tratamento”. Sendo assim, me convidaram para realizar formação inicial e dar continuidade ao trabalho numa espécie de supervisão de equipe. Perguntei se a coordenadora estaria presente aos encontros. Disseram-me que somente às vezes. Achei ruim. Estranho. O que o Estado estava propondo? Contratou uma ONG e, insatisfeitos, convidavam outra Organização para resolver? Dava-os uma chance de permanecer no Programa ou nos colocava em tensão? O que isso produziria? Ao mesmo tempo estando dentro do CRATOD entraria em contato com a construção da política de drogas mais rapidamente. Aceitei. Por outro lado me preocupei. Eu mal dava conta do meu trabalho, sentia-me incomodado com a pesquisa parada. Como eu trabalharia com mais uma equipe? Esse era o verdadeiro campo que eu deveria entrar? Arrisquei-me. Assumi essa responsabilidade e tive alguns poucos encontros. Foi outro equívoco cometido por mim.

As condições de trabalho deles eram, como as classificaram, “desrespeitosas”. Ficavam expostos recebendo usuários e familiares na porta do CRATOD. Os primeiros chegavam “chapados<sup>57</sup>” buscando “internação”. Trabalho “pesado”. Lidavam com as expectativas de todos que chegassem. Tudo muito precário. Não possuíam salas de atendimento. Armou-se uma estrutura provisória, uma tenda no estacionamento do prédio do CRATOD. Local tombado. De poucas salas. E que não pôde passar por readequação estrutural. A equipe ficava muito tempo em pé. Atendiam com o mínimo de condições para manter o sigilo ético exigido pelo código profissional. O Estado os colocou para atender numa tenda que lembrava circo. Evidente que a coordenadora se sentiu exposta. Não me olhou mais nos olhos. Eu quis ir rápido demais à construção da política de drogas. Isso me aborreceu. Ainda mais porque em conversa sobre a situação com a diretora da DRADS, ela corretamente me disse: “você caiu mesmo. Foi vaidoso. Eles que contrataram. Eles que resolvam”.

---

<sup>57</sup> Categoria para descrever usuários de substâncias intoxicados.

As famílias definitivamente não apareceram como esperado durante todo o ano de 2013. A meta de atendimento mensal não era alcançada. E pelo valor financeiro investido no projeto, isso era muito ruim para a SEDS. As outras Secretarias também cobravam números da assistência social. E, se não era bom para a SEDS, pior ainda para o CES. Diretoria precisando apresentar números para manter o convênio exigiu mais atendimentos. Expliquei os acontecimentos. Que a casa estava aberta. Mas vinham poucas famílias. Ao mesmo tempo eu entendia suas razões pela cobrança. Como fazer uma gestora - que nunca atendeu pessoas nessa perspectiva - entender mudanças subjetivas na vida de uma família? Sensibilizar-se com o fato de que leva bastante tempo para conseguir construir uma relação entre uma mãe e seu filho com quem não falava há anos; a importância da preparação do café e de convidá-lo para essa refeição num ato de cuidado; e libertação da vergonha que sentia desse filho pelo seu uso de substâncias. Ou mesmo, fazê-la compreender que o projeto poderia não ser necessário para as famílias, e sim para a SEDS, tratando-se de visibilidade. E para o CES em relação a dinheiro.

O que estava em jogo era realmente a renovação do convênio. Numa postura calma. Clara. Disse-me que me havia oferecido condições de trabalho. E que naquele momento precisava de números. Eu a entendi completamente. Capital e tempo não operam no mesmo ritmo. Eu não sabia como fazer crescer os números. A SEDS havia proibido o contato com outros Serviços que não fizessem parte da “Rede Recomeço”. O Espaço de Acolhida deveria atender familiares de usuários que estivessem em “tratamento” no CAPS CRATOD. E vindas encaminhadas pelas comunidades terapêuticas. Como chegariam se não existia contato com tal Rede Recomeço?

Não havia quem fizesse essa “ponte” entre os Serviços. Estavam todos ocupados dentro das Secretarias. Ou seja, cada Serviço em sua casa. Ou tenda. Nossa comunicação mais efetiva era por *e-mails*. Fichas eram encaminhadas semanalmente. E, a cada quinze, uma família chegava ao Espaço de Acolhida. Nessa tensão, Vânia mostrou-se bastante insatisfeita. Não conseguiu estabelecer relação tranquila com o restante da equipe. Após algumas conversas a demiti. Chegou Gabriela. Uma assistente social que tinha participado do processo seletivo para a substituição de Juliana. Bastante interessada no estudo e no atendimento de famílias. Logo se tornou amiga de todos da equipe. Era bastante bem humorada. Contagiava o ambiente de trabalho.

Os profissionais desobedeceram à ordem da SEDS. Abriram as portas para outros Serviços. Saíram para trabalhar em escolas e centros comunitários. Aumentaram os atendimentos domiciliares. E iniciaram por conta própria trabalho em parceria com duas comunidades terapêuticas. Isso fez aumentar os números. Mas não resolveu. Porém, a equipe tinha entrado na guerra. Estavam desejosos da realização do trabalho.



17. Atividade no Terraço Espaço de Acolhida. 18. Grupo de Acolhimento na sala de atendimento.

O secretário Rogerio Hamman trouxe para trabalhar na SEDS a psicóloga Brenda, que ficaria responsável por acompanhar os projetos conveniados com a SEDS. Uma espécie de facilitadora e articuladora de processos entre as Organizações. Mesmo com maior proximidade possibilitada por Ticiane e Brenda, que se tornaram supervisoras do projeto pela SEDS, as famílias não chegavam. Ao mesmo tempo, com a presença delas, toda dificuldade enfrentada teve lugar de aparição. E o trabalho desenvolvido pela equipe CES foi sendo elogiado por Ticiane. Cobravam números. Mas também elogiavam o “jeito mais humano” de trabalhar com as famílias.

Caoticamente, a SEDS fez duas propostas ao CES no fim de 2013. A primeira. A publicação de um livro descrevendo a experiência. A sistematização da metodologia em formato de textos. Um passo a passo do que e como era desenvolvido o trabalho no Espaço de Acolhida. Uma publicação financiada pela Secretaria em parceria com o CES. E a outra proposta. A escrita de três projetos distintos para compor o Programa Recomeço: 1) amplo projeto de “abordagem de rua”, com muitos profissionais atuando em toda região do bairro da Luz; 2) casas de passagem, onde as pessoas atendidas e que aguardavam acolhimento em comunidades terapêuticas ficariam esperando; e 3) casas repúblicas, onde ficariam as pessoas que passassem por acolhimento e que, no fim do “tratamento”, não tivessem para onde ir.

Grandes projetos que envolveriam investimento humano e financeiro. Eu seria o coordenador. Sairia do Espaço de Acolhida. E deixaria Bruno Nocko, que foi assumindo esse lugar. Mas dessa vez, em vez de empolgado, preocupei-me. Era novembro. E, se por um lado esse trabalho era interessante para os usuários caso se configurasse, porque eram Serviços distintos, mas em conexão, o que realmente faltava na cidade, por outro lado, havia a quantidade de energia e tempo que eu teria de empregar. Tudo era muito incerto. A equipe Missão Belém que fazia o trabalho de rua não integrava mais o Programa Recomeço. Informaram quando o convênio já havia sido rescindido. Sentia minha pesquisa parada. Ou melhor. Nessa altura estava completamente perdido. Tinha até maio de 2014 para qualificar o projeto. E ainda não possuía uma questão de pesquisa. Sendo assim, me soltei novamente no fluxo. Tratando como material de pesquisa, escrevi as propostas com as mesmas garantias e aberturas com que escrevi o Espaço de Acolhida. E novamente observei o ritmo das negociações entre os gestores.

Foi diferente. A diretora do CES em São Paulo estava em férias. Para essa negociação vieram os diretores que atuavam na matriz. Assim como o secretário, o presidente da OSCIP também se apresentava como estrategista. E “negócios sociais também são negócios”. Queria saber tudo o que eu sabia sobre o Programa. Secretarias. E outras Organizações não governamentais que compunham a política de drogas. Depois de me ouvir, a recomendação foi: “será do nosso jeito. Ou não será”. Muitos assessores do secretário estavam na reunião. Que foi iniciada com apresentações e, logo em seguida, com a pergunta disparada por R. Hamann. “Por que a SEDS deveria fechar um convênio tão grande com o CES?”. Todos – equipe CES e SEDS - olharam para mim. Percebi que havia por parte da equipe SEDS certa admiração pelo secretário. Mas também excesso que não era de respeito. Mas um tipo de medo. Os rostos de todas juntas tencionaram. Pararam de sorrir. Ocorria certa inquietude quando a palavra era passada por ele a alguém. Esse movimento se repetiu outras vezes. Na saída todas elogiaram minha resposta, pareciam terem torcido para que os projetos fossem “conquistados” pelo CES. Amizade? Reconhecimento? Minha resposta foi: “porque tanto a Secretaria de Justiça quanto a Secretaria de Saúde estão sendo compostas por pesquisadores da área de drogas ligados à UNIAD”. Inclusive o diretor do CRATOD - um jovem pesquisador - chamado Marcelo Ribeiro, foi trazido por Ronaldo Laranjeira. Procurei ser bem íntimo da UNIAD. “A SEDS precisa de equipes que saibam dialogar

com eles na mesma frequência, pois a cobrança tem sido muito grande, e 2014 será ano de eleição”. Serviu. Mudou a pauta. Passou a ser o momento dos estrategistas.

Os dois apresentaram seus currículos verbalmente. Assessores entraram na conversa. Eu e equipes SEDS e DRADS sobramos. Pelo que entendi, CES pediu para que fossem abertos três processos. Ficaram de verificar as possibilidades. Reunião rápida. No retorno para o escritório CES conversa franca. Entendia que a escrita e o orçamento dos três projetos dariam muito trabalho. “E o pior”: que não tínhamos garantia de sermos “nós” os executores. Explicou-me que era muito comum “o Estado”, por não “saber fazer”, socorrer-se de alguma Organização. E depois passar o projeto para outra que execute por valores mais baixos. Foi exatamente o que aconteceu. Mas antes houve intensas negociações. A aposta do CES foi ainda mais ambiciosa tratando-se de avanços na estruturação de projetos sociais. Dessa vez no orçamento buscou-se garantir as mesmas conquistas trabalhistas do Espaço de Acolhida. E adicionaram outros direitos. Vale refeição. Seguro de saúde e de vida.

Houve vários entraves. Atenho-me ao que considero mais ético narrar. Até por não ter como comprovar a existência de alguns outros. Não conseguiram “abrir” três processos para projetos distintos. De início eu não entendi a preocupação da diretoria do CES. Precisavam dos projetos para sair da crise financeira em São Paulo. Mas o que estava em jogo era o futuro da Organização que existe há quase duas décadas. Tratava-se de muitos trabalhadores sociais. Muito dinheiro envolvido. E caso “o Estado” atrasasse o repasse mensal e se isso se repetisse por dois, três meses, “quebraria” o CES. E abriria precedentes para muitos processos trabalhistas. Olhar de investidor. Não estava apressado. Avaliou riscos mesmo precisando de capital para existir em São Paulo. Estrategista. Após longas negociações os projetos foram repassados para a Organização Instituto Mensageiros<sup>58</sup>.

Com esses projetos não sendo geridos pelo CES, restou pensar na publicação. Mas antes disso a equipe precisaria ter o seu contrato renovado. Estávamos empregados até o dia 31/12/2013. A equipe SEDS garantiu que o convênio seria refeito. Porém, a promessa tinha sido apenas verbal. Permaneci observando o movimento da Secretaria.

---

<sup>58</sup> Até a data de 31/12/2014 não havia saído do papel.

Na primeira semana de dezembro fui intimado pela SEDS para estar presente na apresentação do Primeiro Levantamento Nacional de Famílias dos Dependentes Químicos. Uma parceria entre UNIAD e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas. Tratava-se do Levantamento Nacional de Famílias dos Dependentes Químicos. Apresentado como a estatística de um “drama familiar”. Trazendo como resultado dados numéricos indicando que para cada “dependente”, há outras quatro pessoas convivendo com o “problema” dentro de casa. Estimando que 28 milhões de pessoas vivessem com um “viciado” no Brasil. E que as mulheres são as mais afetadas pela presença de “usuários de substâncias” na família. Enfrentando interferências no trabalho. Incômodos na vida social. Pessimismo em relação ao futuro. Furto de objetos pessoais na própria casa. E ameaças<sup>59</sup>. Além de muito trabalho, a equipe CES estava desestimulada a participar de mais um “evento político”. Recusaram-se a participar. Observei-os apenas. Fui com Ticiane.

Estavam corretos. Era um “evento político” direcionado. Daqueles onde os presentes ficam sentados e calados. E no momento indicado é permitido fazer algumas poucas perguntas. E novamente a fala é proibida. Muitos canais de televisão estavam presentes. Ronaldo Laranjeira era o principal coordenador da pesquisa. Em seu discurso demonstrou preocupação com as famílias. Indignação com o governo por não investir no atendimento familiar. E denunciou a falta de atendimento em São Paulo e em todo o país voltado para as “famílias de dependentes”. No retorno Ticiane revoltou-se contra Ronaldo Laranjeira. Esbravejando se perguntava “como ele pôde dizer tudo aquilo sem nem sequer falar do trabalho no Espaço de Acolhida que pertence ao Programa Recomeço?”. E, em tom de desclassificação, colocou em dúvida se ele conhecia o Programa Estadual que coordenava. “Não é porque ele é governo. Representa o Estado, que ele sabe de tudo. Ganha o mérito por tudo. Vocês não são governo. Prestam serviço para o Estado. Mas é o trabalho de vocês. O nosso. Que também faz o Programa”. Ticiane referia-se à divisão entre Estado e ONGs / OSCIPs. Entre primeiro setor e o terceiro setor. Na qual o primeiro destina capital ao terceiro, porém, o terceiro na prática – também – produz o primeiro. O Programa Recomeço. A política de drogas do Estado. “Eu não acredito. Nem sequer fez menção ao trabalho desenvolvido para as famílias. Se não fosse vocês, não teria mesmo. O Estado não sabe fazer. Talvez ele nem saiba

---

<sup>59</sup> Para saber mais ver: <http://uniad.org.br/interatividade/noticias/item/20313-lenad-fam%C3%ADlia-na-m%C3%ADdia>

mesmo. Dentro dos gabinetes só fazem mandar. Como vai saber?”. Dessa vez não me expus. Em vez de dificultar o meu trabalho, calei-me. Senti que havia encontrado uma aliada para conseguir informações sobre o Programa. E trabalhar com mais famílias. Acertei. Ao mesmo tempo Ticiane me fez lembrar de Veena Das e Deborah Poole (2008), autoras que enfatizam o Estado como um projeto incompleto sempre, e que, por isso a fronteira deve ser pensada como margens que se deslocam e se multiplicam para o centro tanto quanto para periferia constituindo o próprio Estado.

Na segunda quinzena de dezembro, na expectativa de “chutar a bola para o outro lado”, a diretora do CES São Paulo me chamou para explicar a situação da contratação de todos. Inclusive a minha. Era urgente que todos entrassem em aviso prévio por trinta dias. Isso deveria ter ocorrido a partir do primeiro dia do mês. Pedi para assinar e eu próprio confiar o plano para a equipe. Sabendo que o projeto podia acabar. Não haver renovação. Conversei com todos. Assinaram. Os dias seguiram num misto de expectativa e desânimo. A casa ficou bastante silenciosa. O número de famílias que frequentavam não enchia o Serviço. E a equipe permaneceu visivelmente triste. A tensão permaneceu desse lado. Previram antecipadamente o fim. Depois houve acordo entre as Organizações. E em janeiro de 2014 nos foi pedido para rasgarmos as cartas de aviso prévio antes mesmo da publicação de renovação em diário oficial. Menos Kiko, que escolheu deixar o CES para se dedicar à sua ONG Sabiá.

Para finalizar o ano de 2013 houve reunião na DRADS. Eu e a coordenadora do Instituto Mensageiros não nos falávamos com fluidez. Não nos olhávamos nos olhos. A equipe DRADS me informou sobre a “delicadeza” do convênio CES. Que mensalmente não alcançou a meta de atendimento. E exigiu mais “agilidade” de todos. Precisavam de números. De dados. A forma da cobrança me deixava confuso quando diziam: “nós”. Eu não entendia se se referiam a DRADS. Ou a SEDS. Parecia o mesmo Órgão de Estado. Quando não eram. DRADS tinha a função de supervisionar a disposição dos recursos utilizados (e as ações desenvolvidas) pela Secretaria. Avisaram-me que o convênio seria renovado com meta de atendimento reduzida para 300 atendimentos. E que isso era negativo para a Organização. Insinuando que novas ações deveriam substituir essa perda.

Durante a reunião fui desanimando como trabalhador social. Esqueci a pesquisa. Todos na sala eram trabalhadores sociais. Tinham recebido praticamente a mesma

formação inicial. Tinham compromisso com a população. E pouco, ou nada, era falado dos atendidos. Não havia aprofundamento sobre fenômenos ocorridos nas vidas das famílias. Não se articulavam ações. Coloquei novamente em dúvida a necessidade da existência do Espaço de Acolhida. E insisti em saber qual era o papel da assistência social no Programa. Fui direto: “o que a assistência social propõe à população atendida além de CTs?”. Chamaram-me de “amargo”.



19. Catigoria – Equipe Espaço de Acolhida.



20. Sol – Equipe Espaço de Acolhida.

No ano de 2013 tive praticamente dois encontros que considerei mais legítimos com as famílias. Realizei o atendimento de uma mãe de quem registrei a fala: “não sei mais o que faço. Se passo a mão na cabeça. Ou o deixo fazer o que quer”. Perguntei -lhe qual era a diferença. E o outro ocorreu no fim do ano. Quando houve o primeiro grupo temático. A equipe responsável me convidou para discutir a política de drogas do Brasil e as diferentes abordagens de tratamento. Eu e três membros da equipe nos encontramos com dez famílias. Achei que seria simples. Engano novamente. Por mais que eu tentasse me aproximar da equipe. E das histórias das famílias. Não conseguia como desejava. Sentia-me estando em todos os lugares. Sem estar em nenhum. Percebi mais seriamente o quanto estava distante quando estive próximo das famílias nessa atividade.

Enquanto colocava em cheque a proibição do consumo de determinadas substâncias e estímulo de outras, percebi os corpos se contorcendo. Quando “disparei” algumas perguntas, um dos pais presentes levantou-se e me indagou: “não vai me dizer agora que o senhor é a favor da legalização das drogas? Porque se for eu vou embora”. Disse de maneira firme. Convenceu as outras participantes. Eu trazia certa experiência com grupos. Quando falou, não olhei para ele, mas para a reação dos demais. Compartilhavam sentimentos. Balançaram a cabeça em concordância. Eu senti que ia perdê-los. Recuei. Esse homem me disse alto e bom som: “a droga é o mal, é o diabo”.

Lembrei-me das orientações de Pedro Paulo, que insistentemente me havia dito que o que importa são as teorias dos meus interlocutores. Naquele momento as minhas teorias não serviram para o que eu busquei durante a atividade. Sem contato. Nem trocas. Não houve traduções.

Passei a segunda quinzena de janeiro e de fevereiro de 2014 em férias. Sob a coordenação de Bruno Nocko ocorreram dois fatos. A visita do secretário R. Hamann ao Serviço para um café com as famílias. E o evento que reuniu as três esferas – federal, estadual e municipal – para discutir a política de drogas do Brasil.

A produção da primeira atividade fora tensa. A equipe narrou as exigências feitas pela SEDS para a ida do secretário ao Espaço de Acolhida. Número de participantes. O que servir durante o café. Quem da equipe o apresentaria as famílias. O esquema de segurança para sua chegada. Imprensa. O que me chamou a atenção foi como descreveram. Parecia teatro. Inclusive a participação das famílias. Embora não tivessem trabalhado com muitas famílias como esperado, as que frequentavam a casa estabeleceram vínculos com os profissionais, e o trabalho terapêutico / social acontecia.

Os membros da equipe, ao mesmo tempo em que narravam as conquistas terapêuticas, percorrendo diferentes movimentos na vida das famílias (ações elaboradas, compreensão mais “plástica” sobre o uso de substâncias dos filhos), também expunham com revolta como elas se posicionaram durante o café. A queixa residia no fato de as famílias colocarem a “culpa dos seus problemas apenas nas drogas”. Quando o que aparecia nos atendimentos eram outros fatores (subjetivos e econômicos). Indignados, chamavam as famílias de inocentes. Justamente por terem denunciado durante todo o café pontos de venda de substâncias para que Rogério Hamman lá enviasse a polícia. Questionaram o próprio trabalho realizado no Espaço de Acolhida. Tive dúvidas também, mas de outra ordem. As famílias, em vez de conservadoras e tolas, não foram prudentes em não confienciarem suas intimidades a um representante oficial do Estado? A um desconhecido?

Os profissionais, conjuntamente com essas queixas, referiam-se aos desmandos da diretoria do CES para com eles. E assumiram dificuldades em falar sobre o trabalho para o secretário. Perseguidos? Vigiaados? Frustrados com as famílias? Revoltados com as “Organizações CNPJtistas?”. O único retorno dado pelo secretário foi a necessidade

de agendamento da inauguração do Serviço com a presença das “autoridades” de Estado. Um evento midiático. O Serviço nunca foi inaugurado.

O segundo fato ocorrido durante meu período de férias no início de 2014 foi maior. Porém sem envolvimento prático da equipe CES. Tratava-se de um seminário para agentes de saúde que trabalham em São Paulo. Estavam presentes os seguintes gestores: Alexandre Padilha (PT-São Paulo, na época ministro da saúde); Myres Maria Cavalcante (coordenadora da área de saúde mental, álcool e drogas da Secretaria de saúde do município); Rosângela Elias (coordenadora da área de saúde mental na Secretaria de saúde estadual). E para falar sobre as diferentes abordagens estadual e municipal estavam Ronaldo Laranjeira (Programa Recomeço) e Antônio Lancetti<sup>60</sup> (Programa De Braços Abertos).

Embora o discurso entre as gestoras - estadual e municipal - se desse como ações complementares, o Programa De Braços Abertos<sup>61</sup> apresentava-se diferente do Programa Estadual. Trabalhava com redução de danos. Não visava única e exclusivamente que o sujeito parasse de usar substâncias. Mas que fosse inserido socialmente e que assim se reconhecesse como sujeito / cidadão a partir do acesso ao trabalho e à moradia. E com isso, repensasse o seu próprio uso. Acolhia usuários nos hotéis do centro. Oferecia trabalho remunerado de varrição na cidade. E acompanhamento psicológico e social. E essa diferença entre os discursos – proibicionista e antiproibicionista – apareceu, tensionando o encontro entre o psiquiatra representante do Estado e o psicanalista do poder municipal. Ronaldo Laranjeira acabou sendo vaiado por parte dos profissionais justamente por afirmar que não trabalhava com RD. E que se orgulhava disso.

A equipe parecia vingada. Feliz com as vaias recebidas pelo coordenador do Programa Recomeço. Não escondeu o que sentia. Percebi que havia sido grande o evento. Medí o tamanho do desconforto produzido nas Secretarias estaduais. Isso me despertou interesse pelos fluxos em especial na SEDS. Lembrei-me da conversa com o

---

<sup>60</sup> A. Lancetti faleceu em 2016.

<sup>61</sup> Nas eleições municipais de 2016 o Programa De Braços Abertos foi alvo de disputa entre dois candidatos. Fernando Haddad (PT) candidato à reeleição defendia a permanência do programa em curso. João Dória Jr. (PSDB), em campanha, anunciou o término do programa e a implantação de ações conjuntas com as ações estaduais - Programa Recomeço. João Dória Jr. foi eleito prefeito de São Paulo em primeiro turno. Para saber mais sobre o programa De Braços Abertos, ver: <http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-De-Bra%C3%A7os-Abertos-1-2.pdf>

amigo Ricardo, quando alertou sobre 2014 ser ano de eleição. Eram muitos anos de governo em questão. O PSDB comandava há 20 anos o Estado. Não queria perder as eleições. E o Programa De Braços Abertos era polêmico, chamava a atenção da mídia. Era uma aposta. Medi o aumento da pressão no Programa Recomeço. Acertei. A disputa, que já era acirrada entre PT e PSDB, em nível municipal, estadual e federal, intensificou-se no tocante aos dois lados da questão - abstinência e RD - em São Paulo. Os discursos passaram a demarcar ainda mais esses lados. E a política de drogas, em ano de eleição e de Copa do Mundo, foi importante para “a vitrine” estadual.

Rapidamente houve tentativa de reorganizar o que “não funcionava” no Programa Recomeço. Formou-se o comitê gestor e outros grupos de trabalho que se reuniam semanalmente. Contrataram mais profissionais. Investiram em aparição midiática. E em março de 2014 lançaram o Recomeço Família. Programa de “assistência às famílias de dependentes químicos”, que desenvolve aconselhamento psicológico e religioso nos Centros de Integração da Cidadania (CICs), tendo como equipe de trabalho 1 psicólogo e 1 conselheiro da Federação de Amor Exigente. Por que haver no mesmo programa dois Serviços que atendem famílias? O Recomeço Família era conveniado com as Secretarias de saúde e de justiça. Qual era o lugar da assistência social no Programa Recomeço?

Foi o Programa De Braços Abertos que me fez adentrar no prédio do CRATOD com maior fluidez. E, assim, conhecer o Programa Recomeço por dentro. Com os planejamentos realizados, o Espaço de Acolhida recebeu mais atenção das Secretarias. SEDS escalou Brenda para acompanhar o Serviço de forma ainda mais sistemática, auxiliada por uma profissional da DRADS. Fui convidado a participar de grupos de trabalho com equipes de outros projetos, e departamentos do Programa Recomeço. E foi requisitado ao CES, além do aumento de atendimentos e da publicação, um banco de dados com informações atualizadas das famílias e dos usuários.

Membros da equipe das Secretarias de saúde e justiça foram conhecer o Espaço de Acolhida. Compunham o comitê gestor. Durante minha apresentação percebi que as perguntas feitas não faziam menção ao trabalho com as famílias. Mas às nossas posições em relação à política de drogas. A equipe também percebeu. E espontaneamente passaram a falar menos sobre os atendimentos, e mais sobre as vidas das famílias. Pareceram também perceber o movimento. E de forma direta um deles me perguntou:

“o que você acha das comunidades terapêuticas?” Respondi: “serve para uns. Não serve para outros. Depende do momento de cada usuário. Depende do trabalho desenvolvido. Depende da atenção do Estado. Depende.” E perguntei quais eram os critérios para conveniá-las. Se existia supervisão do trabalho desenvolvido por esses Serviços. Não obtive resposta. Estranhamente o meu posicionamento acabou aproximando muito o Espaço de Acolhida da Secretaria de justiça.

Fui convidado a apresentar o Espaço de Acolhida para o comitê gestor. Era a primeira vez que falaria diretamente com Ronaldo Laranjeira. Nessa época, abril de 2014, estava em reforma um prédio na Rua Helvétia, que logo foi apelidado de “hospital do *crack*” pelos usuários e mídia. Um prédio de 6 andares. Que, ao irem ficando prontos, davam mostra de que seria a luxuosa Sede do Programa Recomeço. Foi cogitado “dar” ao CES um andar para trabalhar com as famílias. Não aconteceu. Nessa etapa houve denúncias em relação à administração desse prédio. R. Laranjeira coordenador do Programa Recomeço participou da assinatura de convênio no valor de 114 milhões de reais por cinco anos – sem licitação - com a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Cujo coordenador também era ele. Isso foi muito comentado dentro e fora do Programa Recomeço. Ele assinou contrato público com ele mesmo<sup>62</sup>.

A reunião do comitê gestor era o espaço de decisões do Programa. Nas pesquisas iniciais Geraldo Alckmin oscilava entre segundo e terceiro lugar para o governo de São Paulo. Durante a reunião havia certo derrotismo. O próprio coordenador quando se referiu ao planejamento frisou: “isso acontecerá se estivermos aqui no ano que vem”. Apresentei em 15 minutos. Quando me prontifiquei a ouvir as perguntas da audiência, houve um silêncio absoluto. Ronaldo Laranjeira agradeceu. E gentilmente pediu para que me retirasse da sala. Daria continuidade ao restante da pauta. O que eu fui fazer lá? Apresentação? Passar por avaliação? No momento de saída, quando tinha acabado de fechar a porta, novamente ela se abriu. Eram duas mulheres que trabalhavam na Secretaria de saúde que vieram me parabenizar pelo trabalho e dizer que também trabalhavam com RD. Mesmo sendo cauteloso algo escapou. Soube por via da equipe SEDS que R. Laranjeira havia chamado o Serviço de “excelência”, tornando-o

---

<sup>62</sup> Para saber mais, ver: <http://blogdoproad.blogspot.com.br/search/label/Ronaldo%20Laranjeira>

impossível de ser replicado no Estado. A excelência não seria o modelo a ser replicado nas políticas públicas?

A redução na meta autorizou novas reivindicações. Quando ocupou o posto de supervisora, Brenda trouxe outra planilha para ser preenchida a cada atendimento realizado. E depois uma mais extensa. Sendo a maioria das informações a serem obtidas pelas CTs. E não pelo Serviço que atendia famílias (reinserção social). A equipe do Espaço de Acolhida, com raras exceções, não tinha acesso aos usuários. Para colaborar com os procedimentos técnicos do CES São Paulo, trouxeram Ronaldo em janeiro de 2014. Esse profissional era especialista em processos: projetos, convênios, monitoramento, avaliação e captação de recursos financeiros. Comunicava-se bem com gestores públicos e privados, e atendidos pelos projetos. Mesmo atuando no escritório do CES, logo percebeu que o Espaço de Acolhida tornava-se o “faz tudo burocrático” do Programa Recomeço. Aproximamo-nos para entender o momento. Juntos, nomeamos a pressão instituída sobre o CES, e também seu conservadorismo durante as reuniões com a equipe SEDS. Enquanto era sistematizado um planejamento que envolvia comunicação mais clara entre as Organizações. E com prazos definidos para entregas de trabalhos, Deusa fez um indelicado convite de reunião. Exigiu nossa presença na Secretaria.

Não ficou claro quem do CES deveria estar. Fomos eu e Ronaldo. Presentes estavam as equipes SEDS e DRADS. Deusa nos recebeu querendo saber onde estava a diretora do CES e o restante da equipe do “Acolhida”. O tom de voz aumentou o desconforto. Por telefone solicitei a presença de todos. Posicionados, Deusa queria falar sobre o convênio. Como se fosse colégio fez chamada oral. Quis ouvir de cada um o nome. A função. E o que o Serviço desenvolvia. Constrangimento geral. Quando tentei articular algum diálogo inicial, mudar o tom, ouvi: “cale a boca. Deixe-os falar”. Sim. “Cale a boca”. Dois sentimentos me invadiram. Raiva. A ponto de o corpo inteiro tremer e aquecer. E o outro. Curiosidade. Onde aquilo iria parar depois do assédio? Qual é o limite do que pode aparecer quando estamos numa guerra? Lembrei-me da pesquisa. Calei-me. Observei a representante da assistência social estadual.

Nada do trabalho desenvolvido no Espaço de Acolhida e que antes fora elogiado como ação era importante. O tal “jeitão mais humano” do Serviço passou a ser desnecessário. O trabalho deveria fortalecer o olhar das famílias em relação à

“destruição produzida pelas drogas”. E aconselhá-las em como agir: “internação para limpeza do organismo e continuidade do tratamento em CAPS AD para manutenção da limpeza” quando saísse. O restante sobre a vida das famílias não deveria interessar. O foco do trabalho eram as substâncias. Exigiu o “*recall*” de todas as fichas recebidas do CRATOD desde o início do projeto. A “ordem” foi ligar e enviar cartas para todos os contatos existentes. Propor novo atendimento. E divulgar o Serviço. Observei o silêncio feito pela diretora do CES. Estupefatos, eu e Ronaldo, ao sair nos perguntamos o que havia acontecido. Estávamos raivosos. Ronaldo prometeu “troco”. Daria uma “aula” aos representantes do Estado sobre monitoramento e avaliação de projetos.

Nesse período compôs a equipe do Espaço de Acolhida o psicólogo Daniel. Dessa vez não participei do processo seletivo. A equipe desenvolveu. A população adulta em situação de rua o chamava de “psicolouco”. Havia trabalhado com Bruno e Gabriela em outros Serviços da assistência social. Daniel funcionava noutro ritmo. Acelerado. Direto. Barulhento. Incomodou. E produziu movimentos em todos. A equipe ficou bastante tomada por trabalhos - atendimentos, visitas, oficinas, correção dos textos para a publicação, ligações para todas as famílias inscritas (cerca de 3000), preenchimento de planilhas, envio de cartas, relatórios mensais -, e desanimou. O que se ouvia no Serviço era relacionado ao “trabalho com papéis”. As famílias pareciam ter desaparecido ainda mais. Calados. Cabisbaixos. Buscavam conforto na própria equipe. Trabalhavam introspectivos e unidos. Fazendo com que todos na reunião de sexta-feira se mostrassem queixosos com a burocracia. Daniel se comportava como numa guerra em que estava. Questionava todo tempo os dois lados (proibicionista e antiproibicionista). Não mediu palavras numa reunião. Quando um membro da equipe falou de sua insatisfação com os “papéis”. E que lhe faltava energia para desenvolver o trabalho com pessoas, exigindo mais união do grupo, foi repreendido. Daniel disse que o que a equipe precisava era se separar para produzir. Que o Serviço tinha virado um “grande abraço”. Que todos ali pareciam “família. Filhos do coordenador”.

Ao ouvi-lo lembrei-me das aulas de convidados externos que aconteciam no Espaço de Acolhida. Numa delas o psicanalista Antônio Sérgio (coordenador do CAPS AD Sé e professor do Instituto Sedes Sapientiae) pontuou num momento em que a equipe discorria sobre a pressão recebida. Que o Serviço estava vivenciando os mesmos sentimentos das famílias. Que a equipe estava mais próxima das famílias atendidas, pois essas sofriam pressão do Estado também. Isso para mim fez todo sentido. Indaguei-me

se, quando entrei completamente no sentimento de vingança após a reunião – chamada oral – com Deusa, eu havia de fato saído da pesquisa. Ou entrado ainda mais.



21. Equipe em supervisão.



22. Bruno Gomes supervisor do Espaço de Acolhida.

A equipe tinha se tornado - também - uma família. Dividi isso com eles. Sorriram. E entre uma piada e outra. Desconfiados. Foram colaborando com o pensamento. Compartilhavam trabalho e também vida pessoal. Brigavam entre si, mas se defendiam nos espaços de exposição política. Sentiram a saída de Juliana, que pareceu irmã mais velha saindo da casa dos pais. Não conseguiram – também – se relacionar com Vânia e se fecharam em grupo. Comparavam Daniel com Kiko como irmãos. Sempre que eram “intimidados” a falarem sobre o Espaço de Acolhida escondiam informações por receio de represálias. Um membro disse: “como se falasse com os pais na adolescência”. Bruno Nocko perguntou: “e todas as equipes não são assim? Proibicionismo e antiproibicionismo também não são espécies de família? PROAD e UNIAD não são? SEDS e CES também não são?” Bruno Nocko observava que cada um estava “defendendo” o seu trabalho. Sua visão. Seus valores. Suas terapêuticas.

Ronaldo reuniu-se com as diretorias do CES. Solicitou tempo para atuar como supervisor institucional. Conseguiu. Leu o projeto do Espaço de Acolhida. Viu que a metodologia estava escrita de forma improvisada. E, ao invés de criticá-lo no lugar de especialista, elogiou. “Negócios sociais são também negócios”. E do ponto de vista contratual, o “Estado” havia comprado um Serviço. E estava recebendo o Serviço com tudo o que constava no contrato. Para Ronaldo novas ações deveriam ser negociadas. E não ordenadas como condição. Estava decidido a explicar “o básico”.

Agendou reunião com as equipes SEDS e DRADS no escritório. Não conheciam as instalações da Organização parceira. Solicitou que metade da equipe do Espaço de

Acolhida estivesse presente. Exigiu minha presença. No dia e horário marcado recebeu-nos para o chá. Projetou na parede o projeto com seu orçamento. Enquanto lanchávamos percorreu na leitura do projeto. Parágrafo por parágrafo. Exaustivamente. Esclareceu onde estava o problema com o contrato. E indicou total responsabilidade “por essa negativa” ao governo do Estado. Sabendo não haver o projeto Programa Recomeço, o solicitou. Tiveram que reconhecer que não existia algo escrito e publicado. Havia apenas um ofício assinado pelo governador Geraldo Alckmin instituindo o Programa. O que, para Ronaldo, fez com que se tornasse impossível o monitoramento e a avaliação do Programa. Se não há projeto. Não há objetivos documentados. Sem esses, as ações são criadas sem conexão. Logo, fragiliza a produção de indicadores de qualidade para medir os objetivos do Programa. Realmente era o básico.

Propôs construir indicadores de qualidade para o Programa Recomeço. Desde que o projeto escrito fosse apresentado. Sabia que isso não aconteceria. Fez inúmeras críticas às Secretarias, apontando a desorganização das gestões. Mal estar geral. Era visível a vergonha das equipes governamentais. E a satisfação da equipe CES. Como no momento não houve contestação, Ronaldo informou os próximos passos da parceria entre as Organizações. Haveria datas fixas para a entrega de relatórios, que mudariam de formato. Fora contratada Camila, especialista em sistematização de dados quantitativos. Os relatórios passaram a ter “formato empresarial”. Com gráficos. Fotos. Falas de usuários do Serviço. Comparativo com meses anteriores visando registrar aumento na “performance de atendimento” (crescimento que às vezes acontecia, às vezes não). A equipe CES continuaria preenchendo todas as planilhas. Fixaria data para novas reuniões sobre a publicação. E nada mais seria “solicitado” diretamente a equipe de trabalho. Mas entre as diretorias. Isso me expôs na coordenação. Liberou-me mais para efetuar a pesquisa.

No final de maio de 2014 outro evento político, lançamento do Selo Recomeço. Receberia o certificado de empresa cidadã quem contratasse “usuários de drogas em recuperação” que houvessem passado por “tratamento” no Programa. Estavam presentes secretários envolvidos no Programa Recomeço. Empresários. Trabalhadores sociais. E o governador Geraldo Alckmin. O que mais me chamou a atenção foi a similaridade do discurso do pai no primeiro grupo temático do Espaço de Acolhida - “a droga é o mal, é

o diabo” - com o proferido pela secretária de justiça Eloisa Arruda<sup>63</sup>: “para aqueles que passaram pela reabilitação, (...) e hoje estão conosco, (...) aptos a retornar ao convívio de suas famílias. A vocês que mergulharam nas trevas da dependência”. Qual discurso inspirou primeiro o outro? Governo ou cidadão? Substâncias. Usuários. E violência. Eram agrupados. Não havia separação. Eram sinônimos.

Todo esse envolvimento com o Programa Recomeço fez com que na qualificação do projeto eu comprovasse o que sabia e me angustiava. Eu não tinha uma questão de pesquisa. Não tinha conseguido elaborar. Não tinha formulado o projeto. Como desejavam – em certa medida - meus orientadores, eu estava completamente perdido. Abarrotei o projeto com estudos *foucaultianos* sobre poder e discurso. Tentei me esconder nas teorias. Inicialmente foi um desastre. Porém, os professores<sup>64</sup> fizeram uma comparação determinante para esse trabalho. “Faz parte colocarmos inicialmente andaimes. Armar uma estrutura móvel para em seguida retirarmos essa. E assim, construirmos as paredes com as teorias dos interlocutores”. E juntos, durante a qualificação, houve consenso, minha pesquisa não apontava para a investigação da política estadual de drogas. A experiência estava representada no meu corpo. Cansado. Magro. Confuso. Esgotado. Eu era um pesquisador falando como gestor para a banca. Ou melhor. Um gestor tentando falar como pesquisador. O que foi pensado como incógnita foram as famílias. Que não apareciam no Espaço de Acolhida. E que também não apareciam na minha tentativa de projeto. Sendo assim, meu foco passava a ser as famílias. Por ironia, nesse momento acabei entrando ainda mais no prédio do CRATOD. Fiquei mais próximo da construção da política de drogas. E mais distante das famílias.

Para não caracterizar material de campanha eleitoral devido ao tempo. De repente houve urgência na publicação. Os textos estavam prontos. Não houve reunião

---

<sup>63</sup> Discurso oficial do Programa Recomeço: “Para aqueles que passaram pela reabilitação, entraram pelo Cratod e hoje estão conosco, trabalhando com toda dignidade e aptos a retornar ao convívio de suas famílias: A vocês que mergulharam nas trevas da dependência química. A vocês que tiveram a coragem de entrar pelas portas do Cratod em busca de ajuda. A vocês que enfrentaram a tormenta da abstinência e persistiram no tratamento. A vocês que acenderam dentro de si a luz da vida e decidiram retomar o caminho da integridade. A vocês que estão dispostos a reacenderem os seus laços familiares e de trabalho. A vocês e seus entes queridos, é para vocês que estamos trabalhando, estendendo as mãos, propondo um Recomeço. Que Deus os preserve à imagem e semelhança dele. É essa nossa expectativa a todos que estão trabalhando conosco e para todos outros tantos que sairão desse caminho difícil”. Mensagem da secretária de Justiça Eloisa Arruda no evento de lançamento do Selo Recomeço no dia 28/05/2014. <http://programarecomeco.sp.gov.br/noticias/selo-recomeco-vai-recolocar-dependentes-quimicos-nomercado-de-trabalho/>

<sup>64</sup> Maria Cristina Vicentin (PUC-SP), Taniele Rui (Unicamp) e Ronaldo Almeida (Unicamp).

para definir o modelo. SEDS pediu. CES aceitou. A equipe escreveu em formato de textos – acadêmicos - individuais. O modelo não agradou à Organização CES. Que na época havia publicado material similar (mas com outra roupagem) na cidade do Rio de Janeiro<sup>65</sup>. Contrataram a mesma jornalista que escreveu a experiência da matriz. Desejavam algo mais “novela jornalística” de narrativa leve. Romanceada. A equipe da SEDS também preferiu. A jornalista veio a São Paulo. Entrevistou-me. Ouviu a equipe, algumas famílias, a equipe SEDS e tentou traduzir o trabalho realizado. A última versão aprovada pela diretoria do CES e enviada à SEDS estava longe de transmitir a problematização que o Espaço de Acolhida buscava produzir na política de drogas de São Paulo. Na urgência ocorreu um pouco de tudo o que não garante satisfação e qualidade do trabalho. Eu não aguentava mais olhar para o material. Não encontrava tempo para investir. O CES queria garantir a publicação. Afinal esse tipo de material tem sido importante para as Organizações Sociais melhorarem currículos e conquistarem financiamentos. E a equipe SEDS precisava “apresentar” trabalho para as outras Secretarias em ano de eleição.



23. Equipe no evento Selo Recomeço.



24. Governador e secretários de Justiça e Saúde.

A assistência social precisava mostrar trabalho para a população ou para as outras Secretarias? Ocupava lugar de relações públicas. Tinha Deusa como articuladora do Programa, mas ao mesmo tempo, as ações de impacto eram ligadas às Secretarias de saúde e justiça. Restando papel secundário para a assistência social. Por questões administrativas – assim nos foi dito - comunidades terapêuticas que antes eram conveniadas à assistência social. Passaram para a justiça. Hospitais e CAPS AD estabeleciam relação direta com a saúde. Para a assistência social restava o papel de apresentar o trabalho considerado “mais humano”. O regresso da vida em família. Trabalho. E escola. Experiências raras de serem apresentadas. A reinserção social é a

<sup>65</sup> Para saber mais sobre, ver: <http://www.ces.org.br/docs/publicacao-crack-um-novo-olhar-.pdf>

etapa em que deve haver harmonia nas negociações entre Instituições e Sujeitos (entre família, empregadores, escola e usuário de substâncias). Havia grande dificuldade em aceitarem que em muitos casos a relação familiar tinha se desgastado. Que mães e pais – isso quando os tinha presente – podem não querer mais conviver com seus filhos. E vice-versa. Que as relações familiares também mudam. Acabam. Qual é o papel da assistência social num Programa que fortemente relaciona saúde, justiça e religião? O que isso produz nos atendidos? Nos projetos vinculados à assistência social? O material para publicação foi enviado na medida do possível. Não gostei da versão jornalística. A Organização CES aguardou posicionamento da SEDS. E como ocorreu com a mobília. Com os grandes projetos. E com a inauguração da casa. Nunca recebeu devolutiva do trabalho. Gostaram? Não gostaram? Esse material ficou engavetado.

Depois da reunião em que foi lido o “projeto contrato”, e tendo Brenda ao lado como supervisora, as relações entre as equipes CES, SEDS, e DRADS “endureceram”. Toda atividade era considerada empreendimento que envolvia tempo e dinheiro. Bem no início do segundo semestre de 2014 a diretoria do CES iniciou diálogo sobre a renovação do convênio e reformulação do projeto Espaço de Acolhida. O que aparentemente foi bem e mal recebido. A equipe SEDS reconhecia a necessidade de reformulação, embora não soubessem exatamente onde. O que mudar. Ao mesmo tempo, lhes soou como desconfiança de que perderiam as eleições. Sendo assim, numa tentativa de acabar com o desconforto, nos meus encontros com Brenda levantávamos necessidades do Programa Recomeço. Que, mesmo com os grupos e comitê gestor, era muito desarticulado. Brenda detectou a necessidade de maior aproximação do Espaço de Acolhida com o CRATOD e com as comunidades terapêuticas. Traduzi: maior aproximação da assistência social com a saúde e a justiça.

Entendi naquele momento que o encontro entre os profissionais do Espaço de Acolhida produziu uma forma de trabalho fundamentalmente prático relacional. Por exemplo, nas oficinas de artes plásticas. Experimentava-se a ação inicialmente entre eles. E entre eles e as famílias. Para, depois, teorizarem a respeito. Valorizavam o que já possuíam como conhecimento prático-teórico. E o adquirido na nova experiência. Isso produziu muita dor e insegurança na equipe. Trabalhadores sociais aprendem que o percurso da ação técnica é o contrário. Da teoria acadêmica para a prática. Misturaram experiências antigas com nova experiência prática para teorizar. Eu os vi crescendo profissionalmente em graus diferentes. Alguns atravessaram medos e realizaram

escolhas profissionais. Outros paralisaram. A liberdade dentro da casa produziu também insegurança, que, por sua vez, produziu mais confusão. Vi Andressa sem saber como transitar entre as fronteiras do marxismo e da psicanálise, e se perder. Não atuava como assistente social. Não era uma psicanalista. Demonstrou, a meu ver, a dificuldade adquirida ainda no curso de serviço social. Um tipo de formação que pouco investe em questões subjetivas. Que valoriza o econômico. O que isso produz no modo da assistência social gerir políticas públicas?

Quando a equipe CES foi gerar números de atendimentos fora do Espaço de Acolhida, essas diligências motivaram o sentimento de que o trabalho poderia ser realizado “na rua” (no território das famílias). Em parceria com órgãos governamentais (CRAS<sup>66</sup>, CREAS<sup>67</sup>, UBS<sup>68</sup>, Centros Culturais) e não governamentais (associações de bairro, coletivos de trabalhos e até mesmo nas ruas). No momento de criar algo conectivo entre assistência social, saúde e justiça, a ideia foi adentrar na máquina do Estado e atender famílias e usuários de substâncias em todos os espaços do Programa Recomeço. E, da mesma maneira, atuar da prática para a teoria. A equipe já vinha realizando parceria com duas comunidades terapêuticas. Mantinha grupos de acolhimento no espaço dessas Organizações. Reuniões para discussão de casos. Atendimentos domiciliares em conjunto. E participava de reuniões com grupos de trabalho no CRATOD. Sendo assim, adiantado, entreguei um esboço de renovação por meio do qual a equipe testaria sua inserção nas outras esferas do Programa Recomeço como articuladores no processo de atendimento. Atuariam nas comunidades terapêuticas; grupo de acolhimento do CRATOD; CAPS AD CRATOD e acompanhamentos dos “casos prioritários<sup>69</sup>” da população em situação de rua.

A proposta era provisória. Seria analisado o “retorno” dos atendimentos e a ordenação do Programa. Entendi esse acordo entre as Organizações CES e SEDS como a última investida, como uma avaliação do projeto, já que contavam com o Recomeço Família. Nesse momento da pesquisa do doutorado vivi grande impasse. Estava bastante envolvido com o Serviço. E não conseguia escolher entre sair ou continuar, caso o Serviço fosse renovado. Senti o quanto estava dentro da política de drogas. Dentro do Serviço. Sem conseguir olhar para as famílias. Na manhã da qualificação do meu

---

<sup>66</sup> Centro de Referência de Assistência Social.

<sup>67</sup> Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

<sup>68</sup> Unidade Básica de Saúde.

<sup>69</sup> Casais e mulheres com filhos, e imigrantes que estavam vivendo nas ruas do bairro da Luz.

projeto de doutorado um fluxo diferente ocorreu. Após minha apresentação e a arguição dos professores, retirei-me da sala para avaliação dos orientadores. Não desliguei o gravador. Esqueci. Deixei-o na sala. No retorno, quando fui pegá-lo, meu coorientador disse: “apague ou escute quando estiver bem emocionalmente”. Passei meses com o gravador desligado. Numa tarde, com dúvidas sobre ficar ou partir, liguei-o e ouvi o debate que havia se seguido à minha retirada da sala no dia da qualificação. Mesmo na minha ausência os presentes continuaram as orientações que já haviam proferido. Mas um ponto era de exclusividade minha. “Haverá um momento da pesquisa em que ele deverá escolher. Com a nova direção da pesquisa, permanecer no Programa por mais de dois anos poderá comprometer”, disse um qualificador. Decidi que, mesmo renovando, sairia. A equipe trabalhava para o Serviço existir. O restante dos envolvidos – dentro das Secretarias - parecia ocupado lutando pela verdade sobre as substâncias e a melhor terapêutica: abstinência ou redução de danos. Sempre com foco apenas na abstinência.

A equipe do Espaço de Acolhida rodou o Estado de São Paulo fazendo reuniões com trabalhadores de comunidades terapêuticas vinculadas ao Programa Recomeço. E familiares de usuários nos momentos de visitas. Retornavam com histórias. A proposta fora bem recebida por grande parte das CTs. Confessavam sentirem-se sozinhos. Recebendo usuários de substâncias da capital sem nenhuma informação sobre eles. A equipe falava da precariedade de algumas instalações. Da falta de profissionais. Do traço religioso associado às terapêuticas. Mas, principalmente, dos discursos proibicionistas contidos nesse tipo de Serviço. As visitas renderam poucos encaminhamentos (que chegaram) e atendimentos no Espaço de Acolhida. Muitas histórias. Sorrisos e lágrimas. Um ponto não convergiu entre as equipes. Muitas comunidades terapêuticas propuseram um percurso baseado na obrigatoriedade. A família teria que passar por no mínimo três atendimentos mensais no Espaço de Acolhida para obter o direito à visita familiar na comunidade terapêutica. Isso indiscutivelmente produziria números de atendimentos para a assistência social. Resolveria a falta de atendimentos do Espaço de Acolhida. Mas a equipe CES não admitiu. Considerou violenta a condição. Recusou-se a carimbar comprovantes de presença. Indicando que quando os profissionais das CTs quisessem alguma informação sobre a família as receberiam por meio de relatório ou em reunião. Obrigatoriedade ia na contramão de tudo o que acreditavam. Não visualizavam a possibilidade dos

atendimentos produzirem cuidado, acolhimento, com alguém coagido. Essa posição nunca foi revelada para a SEDS.

Devido a minha agenda, não participei dessas diligências. Senti-me perdendo presencialmente uma parte importante do trabalho de campo da pesquisa. Fiquei em alerta. E nos outros espaços de atuação fiz questão de marcar presença. Inicialmente no grupo de acolhimento do CRATOD. A “porta de entrada” do Programa Recomeço.



25. Atividade na sala de atendimento.



26. Mesa com alimentos para o chá de acolhida.

O combinado entre SEDS e diretoria do CRATOD foi manter um membro da equipe CES em cada grupo. Iniciei esse processo. No primeiro dia não havia quem me orientasse. Apenas indicaram-me a sala. Enquanto eu aguardava sem saber quem coordenaria (comparando-o ao grupo do CAPS AD onde estagiei) e quantos participantes estariam presentes, entraram dois homens. Um jovem branco de jaleco com a logomarca da UNIFESP. E um senhor negro, com roupas sujas e rasgadas. Não me viram. Ou se viram não me cumprimentaram. Cheguei a cumprimentá-los num tom de voz “para dentro”. Baixo. Não saiu. Não me ouviram. Aguardei ser notado. Não fui. Eu estava dentro da avaliação médica psiquiátrica do CRATOD – Programa Recomeço.

O médico perguntou como estava o estado de saúde do avaliado. Não deu tempo para a resposta. Fez nova questão. “Por que você quer se internar?”. O senhor, bastante abatido respondeu: “pelo uso de *crack*. Para esquecer a droga. Por não gostar de dormir no chão”. Nova pergunta: “faz uso de álcool também?”. Não fazia, ou melhor, “só quando o *crack* não faz efeito”. O médico insistiu se usava apenas *crack*. Dessa vez sua resposta foi diferente. Fez mistério. Silêncio. E em tom baixo garantiu que o “frio não passa com álcool”. Queria ser internado por não gostar de dormir na rua. Disse que o *crack* também – às vezes - não fazia efeito. E que usa pedra – também - para não sentir

frio. O avaliador ficou por um instante em silêncio. Pareceu sensibilizado com o frio descrito. Novamente o silêncio foi interrompido pelo médico psiquiatra: “tem pensamentos de morte?”. Disse que, dormindo na rua, ficava assustado. Com medo. Em pânico com os carros em alta velocidade. Ao narrar sua relação com a rua e com o uso de *crack* notou que somente nesse estado sentia seu coração bater. Parou a descrição, respirou fundo e disse: “eu que esqueço do coração, lembro dele quando bate assim”. Fiquei desconcertado com sua percepção sobre o uso de *crack* e lembranças do coração. O médico também pareceu embaraçado; fez três perguntas sequenciais. “Você tem dificuldade de dormir?”. “E a saúde, está boa?”. “Tem dificuldade para estudar?”.

O avaliado respondeu: “não, claro que não, leio e faço contas. Tem escola por lá também?”. O avaliador não soube responder se havia escola dentro da comunidade terapêutica. E retornou para o campo do uso de substâncias. “Fuma maconha?”. O homem respondeu que sim, que estava fumando. E também tabaco. Garantiu querer parar. Perguntou se os “adesivos” funcionavam. Esse interesse por parar. Por experimentar a terapêutica química adesiva pareceu ter convencido o médico de que ele era um “viciado” interessado em tratamento. A postura do corpo do médico relaxou. A minha também. Veloz permaneceu apenas o senhor. Após sua descrição lhe foi confirmado seu “problema de saúde”. Seria “internado” por seis meses. Sendo informado pelo avaliador que as comunidades terapêuticas tratam apenas da “parte química. Limpam o organismo. Tratam do espiritual”. Não “tratam a parte psicológica por não ter profissionais formados”. Fora “quebrado o corpo” do senhor, que teria “tratamento para o corpo e espírito, não para a cabeça” como ele havia entendido.

As razões que o levaram a buscar “internação” configuram-se num tipo de uso social da medicina, da justiça e da assistência social? O que o senhor buscava parecia ser “dar uma parada”. Depois novamente viver nas ruas do centro. Ou não. Sair de cena. Fechar-se em algum lugar para abrir perspectivas. E a prática médica pareceu ser o trabalho da assistência social municipal. Assistencialista. Que logo passou por transformação, tornando-se política de merecimento. Quando o médico acabou a avaliação, novamente anunciou a “internação”. Disse serem visíveis as suas necessidades. E que o homem era merecedor por ser um trabalhador que passava por problemas. Merecia “uma segunda chance” na vida. Sendo que já havia passado por “oito internações”. Tratava-o como alguém que não soubesse de si. Chamou-o de “alienado”. “Desconectado”. Antes de o homem negro se retirar da sala, o médico refez

a pergunta, se havia dificuldade de aprendizado. A resposta foi destoante. “Vocês servirão lanche até chegar a hora da viagem?”. Ao sairmos da sala, apresentei-me ao avaliador. Disse que era trabalhador social e pesquisador, tendo como foco famílias. Teci um único comentário. Que ele parecia cansado. Obtive como resposta: “não sei o que fazer com esses pobres, tá puxado trabalhar aqui. Não sei o que faço com eles”. Reforçou a importância do trabalho com famílias, visto que um homem como “aquele” que acabara de sair da sala, se retornasse à “casa da família, seria um problema a menos para o CRATOD. O sujeito já tá alienado”. O médico não sabia o que fazer. O estudo de psiquiatria naquele momento era insuficiente para a aproximação com a questão político social. Não satisfazia. A avaliação revelou-se como jogo de poder. No qual ambas as partes investiam forças. O primeiro buscava seu tempo de afastamento do uso. Da cidade. O outro aplicava o roteiro que comprovasse suas hipóteses clínicas. Quando as questões sociais estavam mais que evidentes. Porém, nem por isso elas se tornaram completamente visíveis como afirmou o médico. Uma pessoa em situação de rua pode muito bem ter outras necessidades que não seja a casa da família. A maior parte - desses homens - saiu de uma<sup>70</sup> casa para viver nas ruas.

Dráuzio Varella (2015) nesse período escreveu um texto para o jornal Folha de São Paulo<sup>71</sup>. Baseado na pesquisa da socióloga Juliana Carlos publicada pelo International Drug Policy Consortium em Londres no ano de 2011. A partir de um levantamento do Instituto Sou da Paz<sup>72</sup>, a socióloga coletou os dados de 1.040 pessoas (88% homens) presas em flagrante por tráfico no Estado de São Paulo, num período de três meses. Resumindo, as quantidades de maconha apreendidas variaram de 0,1 g a 242 kg; as de cocaína ficaram entre 0,2 g e 49,8 kg; e as de *crack* entre 0,1 g e 65,9 kg. Outros países aplicam critérios objetivos, estabelecidos com base na quantidade apreendida. É permitida a posse de até 25 g de maconha em Portugal, 15 g na Austrália, 28 g nos Estados Unidos, 10 g no Paraguai, 5 g no México, 200 g na Espanha. Em relação à cocaína, Portugal, Índia e Paraguai permitem até 2 g; Holanda e Rússia, até 0,5 g, Espanha, até 7,5 g. Se no Brasil fossem adotadas as leis da Holanda, Bélgica, México ou Rússia, 9% das 1.040 pessoas presas na amostra estudada não teriam ido

---

<sup>70</sup>[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/2015/censo/FIPE\\_smads\\_CENSO\\_2015\\_coletivafinal.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf)

<sup>71</sup><http://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2015/08/1665914-o-usuario-e-o-trafficante.shtml>

<sup>72</sup> Para saber mais, ver: <http://www.soudapaz.org/>

parar na cadeia. Em caso de adoção dos números australianos, permaneceriam em liberdade 41%; se fossem as leis espanholas, 69%. Em 2011, ano em que a pesquisa foi realizada, a população carcerária do Estado de São Paulo era de 180 mil pessoas, das quais 52 mil cumpriam pena por tráfico. Usando as estimativas mais conservadoras, se os dados obtidos no inquérito publicado valessem para a população inteira, o país teria deixado de aprisionar 9% (4.700 pessoas) dos que foram presos por porte de maconha e 22% (11.500) daqueles detidos com cocaína. Varella terminou o texto com as seguintes perguntas: “Quanto custa manter tanta gente enjaulada? Quais as consequências de expor pequenos contraventores ao contato com facções criminosas organizadas?”. Levei-o para discutir no CRATOD. Não obtive interlocução. Não houve troca.

Atuando dentro do ambulatório pude enfim compreender o fluxo do Programa Recomeço. Usuários de substâncias em situação de rua eram atendidos na cracolândia e encaminhados ao CRATOD. Outros vinham de casa. Dos bairros das periferias. Poucos acompanhados por familiares. A maioria sozinha de modo espontâneo. Na portaria do prédio passavam por triagem com a “equipe Mensageiros” (preenchimento de cadastro com curto histórico de uso e acolhimentos). Se estivesse intoxicado era atendido por enfermeiro ou médico psiquiatra. Para verificar se havia, ou não, condições de participar do acolhimento. Os grupos são distribuídos em três horários do dia. A atividade que ocorre com todos sentados em círculo é coordenada por profissionais – assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais – contratados pelo convênio estabelecido entre Programa Recomeço e SPDM. Aproximadamente vinte usuários de substâncias (homens e mulheres) resumem em cinco minutos seu histórico de uso e “internações” vividas. E a partir disso, num intervalo durante o qual os usuários são convidados a se retirarem da sala, os profissionais da SPDM decidem para onde encaminhá-los: CAPS AD CRATOD ou de sua região; internação” em CTs ou hospitais, ou ainda para nova avaliação médica. Seus familiares eram encaminhados para o Espaço de Acolhida ou para o Recomeço Família. Nunca entendi os critérios de encaminhamentos.

Particpei por três meses do acolhimento de quinta-feira às 10h00 com mais três trabalhadores. Uma médica psiquiatra que me dizia não dar “boi” para “os caras folgados”. Sempre de jaleco branco “para evitar intimidade”. Um terapeuta ocupacional que se vestia de preto. Bastante apressado por ter dois trabalhos na mesma área de atuação: “dependentes químicos”. E um psicólogo que permaneceu muito tempo calado. Porém, foi autor da frase que melhor definiu o prédio do CRATOD. Comparou-o a uma

“rodoviária de dependentes químicos”. E que me levou até a enfermaria, de onde os usuários de substâncias saíam para as CTs. Aproximadamente trinta “pacientes”. Em sua maioria homens. Todos uniformizados (pijamas). Deitados em macas e sofás assistindo à televisão. Aparentemente todos os “internados” estavam, como o psicólogo me disse, “chapados” por uso de medicamentos psiquiátricos.

Nos grupos o modelo de condução. E as relações. Imitavam os jogos de poder e merecimento. Igual à avaliação psiquiátrica. Esse padrão perpetuou por todo o período que permaneci na atividade. A médica psiquiatra e o terapeuta ocupacional eram quem estabeleciam o rodízio na coordenação do grupo. Ela, mais direta. Pedia para os usuários falarem. Mandava-os saírem. Repassava aos “colegas” suas impressões. Fechava conduta. Autorizava a entrada. E os informava a respeito da condução nos próximos passos do “tratamento”. Ele, mais “preocupado”, iniciava os trabalhos de grupo lembrando que todos ali eram doentes. Que a dependência química não tinha cura. É crônica. Afetando a moral e a autoestima de todos os envolvidos. Faz do “dependente um fracassado”. E os alertava que para “tratar” dessa “doença” há – apenas - dois caminhos: ambulatorial com remédios, e internação para “tratamento espiritual” em comunidades terapêuticas. Chamava-os em todos os grupos de “manipuladores, mentirosos e cínicos”. Dizia que todos os “dependentes químicos” são assim. Sorrindo – os presentes - concordavam com ele. Pareciam estar diagnosticando como manipulador, mentiroso e cínico sempre o Outro usuário de substâncias.

De vez em quando, apareciam familiares nesse espaço grupal. Observei que as mães – em sua maioria – ao ouvir histórias dos outros usuários manifestavam-se de duas maneiras. Quando a biografia contada era considerada mais intensa do que a do seu filho. Por exemplo, quando alguém dizia já ter vivido quinze “internações”. Enquanto seu filho duas. Essa passava a compará-los. Defendendo-o, diferenciando-o positivamente. “Não, meu filho não está assim. Ele não é nada disso”. Outras se desesperavam. Temiam que a vida do seu filho fosse vivida como a exposta, comparando-os negativamente. “Eu falo para ele, se continuar assim, ficará que nem vocês. Acabará assim”. Esses comentários produziam mal estar. Mas sempre algum dos presentes lançava uma piada sobre o uso de substâncias e solidão. Sobre a valentia nas ruas. Dai todos sorriam. Enfurecendo a médica psiquiatra.

Os encaminhamentos eram decididos numa espécie de *checklist* rápido, com confusos critérios. Eram acolhidos em CTs quem estivesse trabalhando ou trabalhado; algum estudo (geralmente, o grau de escolaridade mais alto era a 6ª série do ensino fundamental); expectativa de retornar para a família; não estar praticando assaltos de forma “muito” violenta. Conduzidos para os hospitais eram os que tivessem o perfil já descrito e quadro clínico comprometido pelo uso de substâncias. Encaminhados para CAPS AD, quem já tivesse “passado” por diversas “internações” e recaído. Uma forma de saber se iria “banciar o tratamento para manter-se limpo”.

Acontecia das expectativas não serem alcançadas. De o sujeito querer “internação” e a indicação ser CAPS AD. Alguns usuários acatavam de cabeça baixa. Recebiam a guia de encaminhamento para o CAPS AD de sua região e não mais era recebida notícia. Outros se indignavam, retomavam os jogos. Às vezes negociando. Noutras esbravejando. Conquistavam a “internação” literalmente no grito. Justificavam aos gritos o retorno ao uso de *crack*. Houve quem responsabilizasse o Programa Recomeço por sua recaída. Muitos narraram terem “suportado o tratamento” por seis meses e, no retorno a São Paulo, serem “abandonados” de madrugada na porta do CRATOD. A poucos metros da Cracolândia. Voltaram a fumar *crack* na mesma noite.

A participação da equipe CES nos grupos do CRATOD não aumentou os números de atendimentos familiares. Assim como a presença nos outros espaços - CAPS AD CRATOD e nas ruas da Cracolândia - também não. Nesses espaços quase nem aconteceu participação, de tão desarticulada que estavam as ações<sup>73</sup>. As famílias, isso quando fornecido o contato dessas, não apareciam. E, quando apareciam, logo em seguida faltavam aos atendimentos. Até sumirem. Os técnicos do Espaço de Acolhida contavam-me que havia abertura. Que as famílias narravam suas histórias. Demonstravam interesse. Trocavam ideias. Refletiam. Mas a maioria não voltava. Cerca de 60 famílias (de aproximadamente 3000 cadastros familiares) se tornaram assíduas no Espaço de Acolhida. Chegando a frequentar mais de uma vez por semana. Em sua maioria mulheres. Negras. Mães. Avós. Moradoras das periferias. Com baixa escolaridade. Mulheres que “criaram” seus filhos e netos sem homens. Mães que educaram sem pais. Com bem pouco dinheiro. Trabalhadoras de dupla jornada. Mulheres que já passaram por quase todos os Serviços da cidade de São Paulo. Mães

---

<sup>73</sup> A equipe do CAPS CRATOD foi a equipe que melhor recebeu a equipe do Espaço de Acolhida.

que já tinham amarrado os filhos às mesas, camas e grades que restaram dentro de suas casas “para que esses não saíssem para fumar *crack*”. Mulheres que não lembravam em que período o filho iniciou o uso da substância, e nem o que tinha acontecido em suas vidas quando o uso fora iniciado. Mulheres que não sabiam o que o filho usava. E que tinham como repertório a internação deste em clínicas cuja localização desconheciam. Com profissionais desconhecidos. Para fazer um tipo de tratamento que elas não sabiam o que era. Diziam querer deixá-los como antigamente. Um tempo que parecia não voltar ou que se repetia diariamente. Experiências que não sabemos se existiram para Todos os envolvidos, mas que existia para elas. Diziam querer seus filhos “sãos, como antes”.

Durante essa fase de atuação no CRATOD (segundo semestre de 2014) me aproximei de quatro famílias que se tornaram as minhas principais interlocutoras nessa pesquisa. Dessas, três (2 mães e 1 pai) foram acompanhadas sistematicamente no Espaço de Acolhida. E a outra (1 mãe) conheci no CRATOD “deixando o filho para internação”. Nunca estive em Serviços que atendem famílias. Nesse período realizei entrevistas com todas elas. Mas excessivamente envolvido com a política de drogas. Não avancei como esperava. Percebi que parei nas substâncias. Estacionei como gerente no momento das perguntas. No modo de me relacionar. Repeti o movimento dos coordenadores do Programa Recomeço. Do governo. Do Estado. Da forma de fazer política. Olhei demais para as substâncias. “Quebrei os corpos”. E, quando fazia girar o tema, não prestava atenção ao centro, acabava dando voltas nos episódios que narravam sobre a “destruição causada pelas drogas” na vida das famílias. Fixei-me nos estragos. Sem traduzi-los em suas dimensões mais profundas.

Mesmo não tendo aumentando os números de atendimentos para a assistência social, a equipe CES trouxe certa organização ao Programa Recomeço. Tentou e conseguiu conexões entre - um esboço de - Redes de atendimentos. Por exemplo, entre CTs e alguns CAPS ADs da cidade. A proposta de interação com todos os Serviços do Programa foi reconhecida como necessária por parte dos representantes das Secretarias de justiça e saúde. Rendendo a promessa – da assistência social - de renovação do Serviço com aumento de equipe no ano de 2015.

Nesse período fui chamado na Secretaria de justiça. Onde me pediram ajuda. O coordenador das ações dessa Secretaria expos a não realização do trabalho de reinserção social por parte de muitas comunidades terapêuticas. Ou seja, permaneceram com

usuários de substâncias em situação de rua por seis meses, “e nem sequer tinham revisto a segunda via dos documentos pessoais desses”. Seu desabafo dialogava com um convite de trabalho. Pedia ajuda porque, mesmo assim, por ordens da coordenação do Programa, essas CTs teriam o prazo de tratamento estendido por mais três meses. Novamente tentaram colocar uma Organização Social para resolver os problemas de suas contratações. Por que aumentaram o tempo de acolhimento nas CTs? Ajuda financeira às Organizações parceiras? Projeto político? Crença? Falta de opções?

Particpei também da reunião para a qual o CES fora convidado a realizar um ciclo de formação sobre “drogas e atendimento familiar” para trabalhadores sociais das cidades do interior de São Paulo. Numa “parceria” entre SEDS, CES e Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP). As “capacitações” seriam oferecidas presencialmente. E também por teleconferências. SEDS convidou. CES aceitou. Nunca foi discutido público alvo. Conteúdos. E metodologias. Não passaram de reuniões. CES entregou material para avaliação; nunca obteve devolutiva.

Eu estava no CRATOD durante a visita do governador em campanha. Num círculo sendo filmado, apresentei rapidamente o trabalho do Espaço de Acolhida a secretários, ao comitê gestor do Programa Recomeço e ao próprio governador Geraldo Alckmin. Que, enquanto recebia as informações de todos do Programa, fingia escrevê-las num papel que permaneceu em branco. Também fui intimado a comparecer numa reunião com Rogério Hamann na Sede do seu partido. Na ocasião informaram-me que a pauta seria discutir os Programas com as Organizações Sociais conveniadas. Eu e outros trabalhadores sociais fomos apresentados aos candidatos que compunham o partido e que disputariam as eleições como deputados estaduais. Em vez de discutirmos ações, voltei ao Espaço de Acolhida com muitos cartazes e adesivos de candidatos. Geraldo Alckmin foi reeleito governador de São Paulo no primeiro turno.

Na posição de coordenador do Serviço que compôs a política estadual de drogas, consegui entrar no Programa Recomeço. Acompanhei, de um lugar bastante privilegiado, as eleições para governador. Dentro das Secretarias. Conheci – principalmente - como funcionava a máquina de Estado da assistência social de São Paulo. Encapsulada. Fechada. Autoritária. Servil aos discursos da saúde. E da justiça. Colaborando com a proibição das substâncias. Agindo pelo abandono. Se desresponsabilizando do que é de sua competência. E eu, assim como o Estado faz,

afinal eu também representava o Programa Recomeço, acessei bem pouco quem eram essas famílias que buscavam o Programa. Ocupei-me com posicionamentos políticos. Com informações não para estudos, mas para aparição na mídia. Com falsas promessas de novos projetos. Com a saúde da equipe. E com os meus equívocos metodológicos que me expunham como coordenador e que me retiravam, ao mesmo tempo em que me colocavam, – ainda mais - na pesquisa. Não me harmonizei com as famílias, assim como o Estado. Assemelhei-me ao Estado. Experimentei no corpo a guerra, sentindo-me na posição de dobradiça entre “os lados”. Onde ambas as posições se envolvem com o mesmo fenômeno e se encontram compondo no lado oposto. E complementar. Dialogam guerreando. Produzem passagens para as duas perspectivas que se enfrentam. Restando bem pouco espaço para saber quem são essas famílias.

Enquanto habitei a fronteira entre o proibicionismo e o antiproibicionismo, senti-me exausto. E solitário. Sem, ou com pouco espaço para aprofundamentos. Sem terreno para o não saber. Compreendi a inversão feita pelo pensamento de Michel Foucault<sup>74</sup> (2002) ao se utilizar de Carl von Clausewitz<sup>75</sup> (1996), que, na passagem do século XVIII para o XIX, afirmou que a guerra não era nada mais do que a continuação da política. Foucault repropôs e inverteu esse aforismo asseverando que a política é a guerra continuada por outros meios. Sim, a política de drogas do Estado de São Paulo é uma das continuidades da guerra às drogas.



27. Visita do governador ao CRATOD.



28. Governador com equipe CRATOD.

Presenciei num dos “lados” – o proibicionista - o não planejamento de ações que custam muito dinheiro público. Isso pelo anseio da repetição de fortalecer a proibição das substâncias. Algo já proibido. E que não funciona. Afinal os diferentes sujeitos

<sup>74</sup> FOUCAULT, Michel (2002). Em defesa da sociedade – curso no Collège de France (1975-76). São Paulo: Martins Fontes.

<sup>75</sup> Para saber mais sobre, ver: CLAUSEWITZ, Carl von (1996) Da guerra. São Paulo: Martins Fontes.

continuam traficando. E também fazendo uso de substâncias. Às vezes abusando delas. E alguns, sim, estabelecem relações perigosas de dependência com as substâncias tornadas ilícitas. Mas, também, com as lícitas. Testemunhei uma forma de fazer política que, por diversas questões – morais, econômicas e de ignorância –, proíbe veementemente colocar noutra perspectiva a discussão de “guerra às drogas”. Na qual haveria espaço para as diferentes abordagens. Que houvesse supervisão técnico econômica do trabalho desenvolvido. O discurso proibicionista – de religiosos, da UNIAD e das Secretarias de governo – não permite. O Programa Recomeço torna-se, nessa perspectiva, um empreendimento público que capitaliza a “guerra às drogas”. Uma guerra perdida<sup>76</sup>. E, ao mesmo tempo, por sua desorganização e falta de objetivos e critérios, possibilita linhas de fuga (Deleuze; Guattari, 2008) a profissionais e a usuários de substâncias. Os profissionais do Espaço de Acolhida tentaram e, em alguns setores, produziram fissuras no debate. E os usuários praticam também outro tipo de uso das “internações” em CTs. Outra utilização da política estadual de drogas. De algum modo parecem reduzir seus danos entrando e saindo das “internações”.

Como pesquisador pude voltar da minha escuta cega e traduzir o que, a meu ver, é o maior equívoco da política de drogas do Estado de São Paulo no que se refere ao atendimento familiar e dos usuários de substâncias. Não se aproximar desses. Não discutir. Não os reconhecer. Não os legitimar. Quando faz, é de maneira enviesada por estereótipos que não considera as distintas realidades. Está presa a jargões. E baseada na política do merecimento. Sem se interessar por quem são esses cidadãos. Como vivem. Sem reconhecê-los. O Estado nega as limitações deles em parar de usar substâncias. E os seus próprios limites de atuação, pois permanece firme na tentativa de controlar o uso de substâncias e suas vidas.

Num movimento de interesse – e de retratação - por essas famílias, a pesquisa se implicou, mesmo que de forma confusa nesse primeiro momento, para além da investigação da política de drogas. Também quis saber quem eram essas famílias. O que significa o “drama familiar”. Sendo assim, permaneci ainda que distante, de alguma forma, atento às pistas que pudessem me conectar a alguma expressão do sentimento dessas famílias. Para minha surpresa, recebi duas valiosas pistas no fim do ano de 2014. A primeira surgiu na porta do CRATOD quando forneci um cigarro a Matheus. Um

---

<sup>76</sup> Para saber mais sobre a derrota em relação à guerra às drogas e as mudanças em curso, Ver: Burgierman (2011).

homem branco. De 35 anos de idade. Que estava “internado em observação” na enfermaria do CRATOD. Aguardava vaga numa CT. Perguntei-lhe por que buscar “internação” e, com essa, quantas seriam. Ele me respondeu com uma pergunta. Queria saber se eu de fato acreditava “naquilo” [Programa Recomeço]. Devolvi, quis saber do que estava falando. Disse-me que cada usuário buscava “internação” por uma razão, e cada um torcia para esse motivo ser mais forte do que a “sua própria vontade de usar drogas”. Perguntei-lhe se era possível substituir as substâncias “pesadas” por outras consideradas mais “leves”. Por amor a algo ou a alguém. Parar de usar sem “internação”. Sem remédios. Respondeu-me que sim. E me lembrou do que eu acredito. Que “as pessoas são diferentes”. Que há quem “troque de droga”. Por exemplo, passe a usar uma “mais leve como a maconha”. Não era o seu caso, segundo ele, o seu “corpo é diferente”. Se “dá” apenas com “a química”. Maconha “o bodeia<sup>77</sup>”. Gosta de álcool e de cocaína. Às vezes fumava *crack*. Para ele, “o gatilho” é o álcool. “Se bebo, cheiro”. Sorrindo percebe que lançou mão de dois verbos, de duas ações, e reconheceu algo: “porra como sou acelerado né, a milhão, talvez minha busca esteja por aí, ir mais devagar, vai saber”. Por não conseguir ficar “sozinho”, Matheus conseguia “breçar” [interromper] o uso. Alertou-me sobre o seu “movimento contraditório” com as substâncias. Usava para não ficar sozinho. Interrompia o uso para – também - não ficar só. Estava separado da esposa. Sendo assim, intensificou o uso com amigos. Daí sente-se sozinho, falta-lhe a presença da família. Sua mãe lhe exige tratamento para viverem juntos. Então ele sede “para ser aceito na vida”.

Quando lhe perguntei se “isso” era tratamento. Respondeu-me que sim. Que “é o que tem”. Afinal, sua mãe tinha motivos para não aceitá-lo. “Ela não sabe nada sobre drogas, nunca usou, não sabe o quanto é bom”. Segundo Matheus, sua mãe, “a única pessoa que respeita da família”, não consegue perceber que ele é “o mesmo filho”. Só que com o “humor diferente”. Garantiu ter “crescido, envelhecido” e, com isso, com os “problemas da vida”, o seu humor foi alterado. Já não manifesta mais a alegria de criança. “Ela não consegue ver, coitada, quer me mudar. Que nem esses ‘caras’ daqui [médicos]. A pessoa muda por conta própria, se quiser”. A ida para a comunidade terapêutica funcionava como troca. Disse-me que manteria a palavra. Isso colaboraria para que ela, sua mãe, voltasse aos poucos a confiar nele, e assim, permitir seu retorno à casa da família. Casa que, segundo ele, em determinado momento de uso intenso de

---

<sup>77</sup> Categoria utilizada para descrever o estado sonolento de algumas pessoas após o uso de *cannabis*.

“pó”, deixou somente “com as paredes”. Havia furtado “todos os objetos da casa”. Lar que ele deixou “igual ao meu [seu] corpo, um esqueleto”. Indagou-me com uma afirmativa: “a gente nem sabe o que é isso, como eles ficam. Você imagina como ela ficou? Naquele momento deixei tudo a minha cara”. Uma casa vazia.

Sendo impossível saber como todas as famílias se sentem, descrevo uma das mais intensas experiências da pesquisa. A segunda pista manifestou-se no Espaço de Acolhida quando experimentei um novo sentimento. Senti-me ocupando a posição de alguém da família que foi furtado por um de seus membros. Eram raras as ocasiões de a equipe manter contato com os usuários de substâncias dentro do Serviço. Numa delas, a equipe passou a atender semanalmente Roberto. Um homem branco, de 50 anos de idade. Vivia em situação de rua. Trazia o corpo marcado pelo abuso de álcool e da vida nas ruas. Pele queimada pelo sol. Cicatrizes. Cheiro forte de suor. Roberto já tinha sido atendido por Gabriela, Bruno e Daniel noutro Serviço voltado para as populações em situação de rua. Foi levado por Daniel até o Espaço de Acolhida. E rapidamente vi parte da equipe o atendendo. Agilizando “Serviços”. Documentos. Óculos. Almoço. Pernoites. Consultas médicas. Num curto espaço de tempo Roberto tornou-se o tipo de usuário do Serviço que todo projeto social tem. O chamado “caso crônico da Instituição”. Que mobiliza as equipes. Que dá trabalho às equipes quando estão paradas. Com quem as equipes se envolvem. Que faz as horas de trabalho passar mais depressa. Que chega quieto e vai ficando, chegando cada dia mais cedo. E quando as equipes tomam consciência, está frequentando o projeto por quarenta horas semanais. E as equipes passam a não saber como resolver o que se torna “problema”. Transforma-se em pauta de reunião: “o que fazer com Roberto?”.

Observei sua chegada. A intensificação da convivência. E a construção do problema. Isso acompanhado da descoberta de um novo sentimento. A experiência deu-se numa reunião de equipe. Por causa do barulho feito na rua, ela ocorria na primeira sala – conectada - de atendimento. Não, como sempre, na sala de equipe. O zelador havia faltado. Nessa manhã Daniel estava bastante provocativo, cada vez mais numa guerra. Questionava “os lados”. As Organizações. O trabalho. E algumas das minhas posturas como coordenador e pesquisador. Percebi a equipe bastante constrangida, e numa tentativa de retomar a harmonia, fiz que parasse. Nesse momento ele percebeu a presença de alguém na casa. Abriu a porta para ver quem era. Pedi-lhe que fechasse. Que voltasse a prestar atenção no que estava sendo dito, inclusive sobre ele. Olhou-me

diferente. Como nunca antes. Senti parceria. Intimidade. Entendi porque atendia tão bem as famílias. Sensível. Engoliu seco e fechou a porta. Quando voltei atrás era tarde: Roberto havia entrado na sala de equipe onde estavam as bolsas e furtado o aparelho celular de Gabriela. A profissional que mais lhe era próxima. Foi visto saindo do Serviço correndo.

A equipe ficou bastante agitada. As falas se cruzavam. Ninguém escutava o outro. Clair demorou admitir que ele houvesse furtado o celular. Pediu para todos terem cautela nas acusações. Mesmo ele sendo a única pessoa que fora vista saindo do prédio no momento em que se ouviu a presença de alguém na casa. A equipe por um lado sentiu-se ingênua. E por outro. Inconformados. Lesados. Irados. Um misto de pena e raiva. Experimentei apenas raiva. Eu o quis longe de mim. Que sentimento era aquele?

Lembrei-me da história do projeto. Senti-me traído dentro da “minha” casa. Dentro de mim. Onde tudo era negociado. Indaguei-me: será que lhe faltou algo? Pareceu-me que sempre faltará. Senti-me enganado dentro de onde eu havia investido tempo e energia para produzir fissuras nas relações internas, na política de drogas, “nos lados”. Estava exausto. Senti-me ocupando o lugar de pai. Tendo que traduzir para os filhos tal movimento de furto. Reapresentá-lo de alguma forma menos polêmica. Disposto a pensar. Não consegui. Por algum tempo não quis saber dele perto de mim. Não soube o que fazer. Senti o vazio no corpo preenchido pela ansiedade de oferecer respostas sobre o fenômeno das drogas. Exatamente como observava o movimento de repetição da política de drogas do Estado de São Paulo. Que tenta responder imediatamente às questões que surgem referentes ao fenômeno, pressionados pelo mesmo jogo midiático que alimenta. Não há espaço para o não saber. E, na falta de respostas, se reprime o próprio movimento de se perguntar. Esse furto para esta pesquisa foi um presente.

Escapei desse jogo. Naquele momento desejei saber como eram as negociações nas casas das famílias que frequentavam o Espaço de Acolhida. O que era furtado. Em quais situações. O que produzia tal ato. Esse evento me lançou à pesquisa com novo – e desconhecido - olhar. Roberto desapareceu, assim como as famílias faziam. Compreendi o furto como um ato desesperado. Mais um abandono não traduzido por ele. Não traduzido por nós. E muito menos pelo Estado. Na mesma semana em que o Espaço de Acolhida recebeu o título de terceiro melhor projeto no I Prêmio de Inovação Social do

Estado São Paulo na categoria proteção especial de média complexidade, fui chamado à SEDS. Era o fim do Serviço. Segundo Deusa, o CES não estava “trabalhando com sua especificidade”. As famílias seriam atendidas pelo Recomeço Família. E como “consolo” a Organização CES foi convidada a escrever um projeto de monitoramento e avaliação do Programa Recomeço. Que segundo a coordenadora, seria ampliado em todo o Estado de São Paulo. Disse-lhes que monitoramento e avaliação eram os problemas do projeto Espaço de Acolhida e de todo Programa. E que não havia documento [projeto] do Programa Recomeço, tornando impossível seu monitoramento e sua avaliação sem indicadores de qualidade. A Organização Social representada pelo seu novo diretor aceitou prontamente o convite. Novamente tratava-se de negócios, e “negócios sociais também são negócios”<sup>78</sup>. Calei-me mais uma vez. Observei como pesquisador.



29. Folder do Prêmio de Inovação Social.



30. Evento de premiação.

Agendei reunião com toda equipe do Espaço de Acolhida e lhes informei sobre o término do Serviço. Realizamos uma festa de final do Serviço com as famílias. As mães vinculadas ao Serviço apareceram. Houve mulheres que não frequentavam mais e que também foram. Durante o evento misto de sentimentos. Algumas mulheres contavam como chegaram ao Serviço. Seus ganhos e perdas. Sua vida atual. Outras choravam pelo término. Um sentimento foi geral, o de revolta. Todos, inclusive os profissionais, apresentavam-se indignados com a direção dada ao Espaço de Acolhida. As mães expressaram de forma legítima o seu incômodo: “não nos consultaram”. E mesmo assim, elas se preocuparam – mais - com os nossos “empregos”. Choraram por nós.

Essa experiência profissional produziu entre os membros da equipe também um tipo de família. A que se escolhe. E no meu caso, como pesquisador, a experiência me

---

<sup>78</sup> Também não saiu do papel.

ofertou percursos para a realização dessa pesquisa etnográfica. Ao longo desses dois anos descritos nessa etapa do trabalho traduzimos – eu e orientadores - que faltava o ponto de vista dos principais atores do Espaço de Acolhida e de toda a política de drogas, e que passaram a ser também desta pesquisa: as famílias, incluindo os filhos usuários de substâncias. Sendo assim, na busca pela objetividade, desloquei o foco. Do macro para o micro. Da política de drogas para as famílias. Buscando ouvir. Aprender. E praticar antropologia. Mudar o meu ponto de vista a partir do contato radical com esse conjunto de pessoas que, juntos, compõem uma família e que estão diretamente envolvidos na “guerra às drogas”. Pessoas que se juntam e que se relacionam, vivendo – direta e indiretamente - a experiência do abuso de substâncias de um ou mais dos seus membros. Famílias que atuam no fenômeno das drogas. Expõem relações. E trazem para a superfície o que “os lados”, e inclusive os membros das próprias famílias chamam de “drama familiar”. Famílias que apareciam e desapareciam. Pessoas que eu – durante essa jornada - não consegui acessar como passei a desejar. Conhecer suas histórias. Suas linguagens. Suas teorias. A pesquisa dirigiu-se para saber como essas famílias vivem ativamente, reflexivamente, obsessivamente. Como comparam. Como produzem tipologias. Elaboram padrões. Disseminam suas máquinas. Suas organizações. Ideologias. E estados mentais. Conhecer quais são os seus pontos de vistas referente às substâncias fora do espaço institucionalizado. E, assim, saber se nossos olhares se intersectam (Latour, 2007). A seguir dialogarei com as pessoas de carne e osso, as famílias com quem convivi por longo período, coautoras desse trabalho.

## Capítulo II

### Famílias em movimento de mudança dentro de políticas públicas repetidas.

O terceiro filho nasceu: é homem  
 Não, ainda é menino  
 Miguel bebeu por três dias de alegria  
 Eu disse que ele viria, nasceu!  
 E eu nem sabia como seria  
 Alguém prevenia: filho é pro mundo  
 Não, o meu é meu...  
**Mãe - Emicida<sup>79</sup>**

Neste capítulo inicio a discussão sobre as diferentes expressões da categoria família. No curso de serviço social o tema família é bastante recorrente. Isso me fez atentar conceitualmente que havia diversos tipos de composições familiares: família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos; famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; famílias adotivas (e temporárias), que podem ser birraciais ou multiculturais; casais; famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; casais homossexuais com ou sem filhos; famílias reconstituídas depois do divórcio; várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo (Szymansky, 2002). Porém, na formação, incluindo estágios realizados na área, o conceito família chegou-me no contexto da reinserção social. Gerando incômodo. Pois compunha a tríade normativa – de ofertas - para todos os atendidos em projetos sociais: família; escola; trabalho (emprego). E isso se estendeu durante toda minha carreira como trabalhador social. É padrão na assistência, como é chamada a assistência social pelos profissionais e atendidos, algum tipo de investimento - durante o atendimento - objetivando o regresso de sujeitos para essas três instituições disciplinares (Foucault, 2008a). Nas Secretarias de assistência social de São Paulo – estadual e municipal – essas três entidades são pensadas como potencias da reinserção social. Instituições capazes de trazer o atendido “de volta ao convívio em sociedade”. Como instituições que endireitam o sujeito desviado.

E pode ser, assim como não. Afinal, reproduzindo aqui o que dizem os próprios trabalhadores da assistência social: “cada caso é um caso”. Nos projetos sociais em que

---

<sup>79</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.vagalume.com.br/emicida/mae-part-dona-jacira-anna-trea.html>

atuei e que não tinham como foco principal as famílias, as ações a serem desenvolvidas com elas eram escritas como mais uma ação banal cotidiana do projeto. Desprezando a complexidade do que seja uma família e suas histórias. Eram erroneamente traçadas como sendo simples de se estabelecer algum tipo de relação com essas famílias<sup>80</sup>. E quando o projeto tinha como foco predominante famílias, que foi o caso do Espaço de Acolhida, tornava-se comum ter que responder ao financiador do projeto ou aos agentes da mídia a seguinte pergunta: “quantos casos de sucesso? Quantos retornos à família?”. Como se o trabalho social – de reinserção social - terminasse nessa etapa. Quando não, visto que nem sempre a família, a escola e as instituições empregadoras estão preparadas ou desejam o retorno específico do atendido. Ou, na contramão disso, também não é verificado anteriormente se o sujeito atendido deseja o retorno a essas instituições. Tal negligência se expressa como causadora de expectativas frustradas – para atendidos e atendentes - nas ações de reinserção social em projetos sociais.

Outra questão ambígua para a assistência social (e para a saúde) é a posição idealizada das mulheres pelos profissionais. Em especial, das mulheres mães. Embora o curso de serviço social seja praticamente composto por mulheres<sup>81</sup>, assim como as Secretarias de assistência social, o lugar que os projetos sociais ocupam é também de controle sobre os corpos femininos. A principal exigência é de que elas se mantenham como responsáveis – solidárias - pelos membros da família. E também do lar. Como se o amor da mulher e mãe não pudesse se esgotar. O cansaço, a desesperança não pudesse ser vivenciada. Restando-lhes apenas o lugar fixo de reparadoras, que essas mulheres não deveriam, em hipótese alguma, desocupar. Permanecendo sempre na posição de organizadoras e cuidadoras da família.

Saliento que a reinserção social conforme a política de assistência social é dirigida - embora o sistema único de assistência social (SUAS) preconize, assim como o sistema único de saúde (SUS), a universalidade do atendimento - aos mais pobres. Sendo assim, quando fíto nas mulheres e mães, problematizo esse lugar selecionado às mulheres mães, pobres, negras, trabalhadoras e moradoras das periferias<sup>82</sup>. Locais onde

---

<sup>80</sup> Ações: passeios, cafés sem agendar, verificar disponibilidade, ou mesmo o querer dessas famílias para participar desse tipo de atividades.

<sup>81</sup> Minha turma de serviço social durante a graduação era composta por aproximadamente 80 estudantes, sendo apenas 3 do sexo masculino.

<sup>82</sup> Perfil dos atendimentos no Espaço de Acolhida.

são encontrados os maiores índices de vulnerabilidades sociais. Ou seja, onde historicamente mais houve repressão – e investimento - por parte do Estado.

Destaco três ocorrências para exemplificar tal importuno. A primeira quando ainda era estagiário no CAPS AD em Diadema. Havia chegado duas meninas para atendimento no “grupo de acolhimento para crianças”. Uma de 7 e outra de 9 anos de idade. Ambas as filhas do casal Maria do Carmo e Antônio. As crianças encontravam-se acolhidas em abrigo. Havia sido “retiradas” da família e levadas a uma instituição do município. Estavam matriculadas regularmente na escola e com as vacinas em dia. Limpas. E aparentemente saudáveis. Foram “abrigadas” porque sua mãe fora flagrada alcoolizada num bar de portas fechadas – na periferia onde moravam - fazendo sexo com dois homens. O “abrigamento” tinha função punitiva para a mãe, que tentava – junto com Antônio - reverter a situação nas instituições públicas envolvidas. O que essa mulher havia feito de errado para perder o poder familiar sobre suas filhas?

Os dois outros episódios se deram enquanto atuei no Programa Recomeço. Numa das reuniões de sexta feira uma técnica da DRADS pediu ajuda. Descreveu certa ocorrência vivida na Cracolândia. Durante a semana havia conhecido um homem de “meia idade” usuário radical de *crack*, que vivia no bairro da Luz há oito anos e que lhe disse que só voltaria para casa se a “esposa” fosse lhe buscar. Ele se lembrava do antigo endereço. Ela não sabia do seu paradeiro. A técnica pediu que a equipe contatasse a mulher. Ele estava distante há anos, e a vida dela poderia ter mudado. Trocado de endereço. Conhecido outro companheiro. Uma companheira. Tido outros filhos. Teria ela que aguardá-lo e, a partir do primeiro contato, se responsabilizar pelo seu retorno e por sua saúde? Refletiram sobre o caso e juntos – equipe do Espaço de Acolhida e a técnica da DRADS - entenderam que sim, que poderiam acioná-la, informando o seu paradeiro, digamos assim, extraoficialmente, expandindo a possibilidade de acolher ambos, caso houvesse interesse de atendimento. Ele aceitou. Ela não desejou saber. Estava “feliz com outro homem”.

Noutro episódio a equipe do Espaço de Acolhida conheceu dona Janaína, que frequentou o Serviço pelos quase dois anos de existência e que lhes tinha dito com todas as palavras: “cansei do meu filho, não vou mais buscá-lo em biqueiras [pontos de venda]; se quiser voltar que volte, já fiz tudo, agora vou cuidar de mim, venho aqui para me tratar, não quero saber mais dele assim, a porta estará aberta, vou viver a vida”.

Esse posicionamento foi diferente do que todos – Secretarias, DRADS e CES – previram. Mas não era o único. A equipe técnica do Espaço de Acolhida relatou outros casos. E também certo cansaço por parte de outras mulheres mães que ainda não tinham tomado decisão igual. Mas ameaçavam fazer. Isso colocou a equipe em movimento para definir a forma de acessá-las, respeitando tal posicionamento. Saindo do lugar – ofertado pela SEDS - de profissionais que consertam situações familiares erradas.

Paralelamente a essa discussão, observei que os profissionais do Espaço de Acolhida chegavam indignados das reuniões de Rede, sempre insatisfeitos com o termo: “famílias desestruturadas”. Tal indignação teve a função de espelho para a equipe. Um dos psicólogos perguntou: “e nós, o que entendemos por família?”. Não tinham clara a definição. Indagaram se havia uma definição que suprisse a complexidade. Os posicionamentos questionadores produziram também reflexos para esta pesquisa. Indaguei-me sobre o conceito. Também não estava clara uma definição.

Para as primeiras gerações de antropólogos, definir família não foi uma tarefa difícil. Família era um grupo social caracterizado por uma residência comum, cooperação econômica, e reprodução. Incluía adultos de ambos os sexos. Onde dois desses mantinha um relacionamento sexual socialmente aceito. E uma, ou mais crianças. Sendo esses filhos biológicos. Ou adotivos. Foi definida inicialmente como sendo um bloco de construção da vida social. Atualmente entre os antropólogos o consenso sobre o significado – fechado - da categoria “família” é ausente. No início dos trabalhos, antropólogos se satisfizeram com o primeiro e mais básico tipo de organização humana familiar, a família nuclear. Compreendendo essa, um homem e uma mulher. E seus descendentes. Sendo que, em determinados casos poderia residir com o casal mais pessoas. No entanto, tem-se revelado difícil a tomada de fatos biológicos básicos como a existência de dois sexos para produzir teorias antropológicas atraentes ou interessantes sobre a vida familiar. Contemporaneamente há grande diversidade nos modelos familiares<sup>83</sup>. E os diferentes campos de pesquisa, o exercício etnográfico, tem demonstrado cada vez mais essa complexidade.

Muitos são os estudos sobre famílias. E diversas são as abordagens de atendimento dirigido a algum trabalho de intervenção de cunho subjetivo nas famílias. Psicanálise. Terapia sistêmica. Construcionismo social, entre outras. Numerosos

---

<sup>83</sup> Para saber mais sobre a categoria família em antropologia ver, Barfield (1997).

também são os estudos em diversas áreas de conhecimento envolvendo famílias e substâncias – em especial, crack -, porém, esses em sua maioria são direcionados para os seguintes eixos: influência do ambiente familiar no consumo de *crack*<sup>84</sup>; vivência de mães de adolescentes usuários de *crack*<sup>85</sup>, e principalmente uso de *crack* entre as gestantes e os efeitos do *crack* em bebês nascidos de mães usuárias<sup>86</sup>. O predomínio é de pesquisas realizadas dentro de espaços institucionalizados, como o Espaço de Acolhida, por exemplo. Raras são as pesquisas que acompanham famílias de usuários de substâncias tornadas ilícitas em suas rotinas comuns, e por período extenso como a desenvolvida aqui.

O que mais se encontra são alardes sobre o “drama familiar” relacionado ao uso de substâncias, que são datados muito antes do início desta pesquisa. O jornal Folha de São Paulo<sup>87</sup> trouxe em 5/1/2008 a seguinte matéria: “Mãe acorrenta filho usuário de *crack* em Araraquara”. No conteúdo, o conselheiro tutelar entrevistado, Gilberto Aparecido da Silva, disse: “Ela sofreu muito para fazer isso, mas foi um ato de desespero e amor”. Em 17/3/2010 na matéria intitulada: “Mãe é processada por acorrentar filho viciado em *crack*<sup>88</sup>”, o site G1 ouviu a mãe Josiane Ferraz (31), que acorrentou o filho de 13 anos no quarto da casa da família em Piracicaba, São Paulo: “É triste, mas é desespero de mãe de ver o filho nesse estado e agressivo ao ponto de falar que vai matar a gente”. O jornal O Rio Branco de 24/1/2015<sup>89</sup> apresentou a seguinte chamada: “Mãe desesperada mantém filho acorrentado para livrá-lo das drogas em Feijó”, cujo texto expôs a seguinte fala da mãe: “Tudo que estou fazendo é por amor ao meu filho”.

Lendo as diferentes matérias com esse teor e também assistindo a elas, compreendi que apresentavam algumas características em comum sobre os ocorridos: o uso de substâncias do filho, no momento do ato da mãe de amarrá-lo, havia se transformado em abuso; a atitude de “proteção” da mãe é realizada quando o filho passa a furtar na vizinhança, e essas temem por suas vidas; as mães em sua maioria acusam

<sup>84</sup> Para saber mais sobre, ver: Selegim; Oliveira (2013).

<sup>85</sup> Para saber mais sobre, ver: Magalhães; Lima; Lima; Leal; Castelo Branco; Monteiro (2013).

<sup>86</sup> Para saber mais sobre, ver: Camargo; Martins (2014).

<sup>87</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0501200828.htm>

<sup>88</sup> <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,MUL1533881-5598,00->

MAE+E+PROCESSADA+POR+ACORRENTAR+FILHO+VICIADO+EM+CRACK.html

<sup>89</sup> <http://www.oriobranco.net/noticia/policial/mae-desesperada-mantem-filho-acorrentado-para-livra-lo-das-drogas-em-feijo>

“as más companhias” do filho pelo “estado de drogadição” desse; os familiares, em especial mães e avós, porque os pais são inexistentes nos materiais, buscam a mídia apelando por ajuda externa, em sua maioria, do Estado; grande parte dos filhos amarrados pelas mães já havia passado por “internações”, e essas mães continuam a pedir “internação”; todas as famílias relatam sofrer com a agressividade demonstrada pelos filhos usuários de substâncias; e nenhuma das matérias demonstra interesse aprofundado pelas histórias de vida dessas famílias, todas focam em substâncias e violência. Todo material – incluindo estudos - relata um “drama familiar”. Histórias de sofrimento.

Em antropologia, busca-se desnaturalizar o que é visto como dado pela natureza, e busca-se mostrar as dimensões sociais e simbólicas dos fenômenos (Maluf, 2002). Na etnografia, o autor é o seu próprio cronista e historiador, e embora as suas fontes possam ser facilmente acessíveis, podem ser também facilmente dúbias por estarem materializadas no comportamento e na memória dos homens vivos. (Malinowski, 1976). A representatividade dos sujeitos pesquisados não é tratada da mesma forma que ocorre em outros ramos das ciências sociais (Zaluar, 1975; Becker, 1994), nos quais os informantes são cuidadosamente escolhidos conforme critérios formulados de antemão e devem ser representativos das categorias analíticas, usadas na formulação inicial do problema. O pesquisador escolhe primeiro seu “terreno” e só depois procura entender sua representatividade (Fonseca, 1998).

Até aqui apresentei os caminhos aos quais cedi. Aos fluxos de eventos e às ideias que se apresentaram como sugerido por Marilyn Strathern (2014). Todavia, se fazer antropologia é fazer a ciência social dos observados (Lévi-Strauss, 1975), afirmo que, até aqui, não demonstrei ainda o meu “momento etnográfico”, que funciona, segundo Strathern, como exemplo de uma relação que junta o que é entendido à necessidade de entender. Para essa demonstração, é preciso apresentar as minhas duas principais interlocutoras nessa pesquisa, assim, indico o que é chamado por todos, inclusive por elas, de “drama familiar” a partir do uso de seus conceitos, uma vez que são as maiores viventes do contemporâneo fenômeno das drogas.

## 2.1. Família Fé da Sul

Daria um filme  
 Uma negra  
 E uma criança nos braços  
 Solitária na floresta  
 De concreto e aço.  
**Negro Drama – Racionais MC's**<sup>90</sup>

Rebeca é uma mulher negra de 38 anos de idade. Nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Vive há vinte e seis anos na periferia da zona sul de São Paulo, no bairro de Marsillac, num terreno bastante íngreme onde há também outra casa acima da sua, de Maria (60), sua mãe. Rebeca é mãe de oito filhos, Bruno (23); Marlon (20); Natália (17); Jeferson (15); Catarina (12); Cristina (10); Gabriela (04) e; Ana Clara (02). Veio de Minas Gerais para São Paulo com um ano de vida, é a filha mais velha de Maria. Têm dois irmãos homens, Jaime (34) e André (28), gerados durante a “segunda relação, e primeiro casamento” de Maria. Rebeca tem problemas com a mãe, se considera a ovelha negra da família porque Maria é sempre contrária as suas escolhas sobre a própria vida. Movimento esse que faz com que a filha não identifique se a mãe a ajuda, ou a atrapalha “jogando contra”. Maria “perdeu” a mãe “cedo”, ainda criança, “criou-se pelo mundo, pela casa dos outros”. Rebeca observa que está faltando união em sua família e que o uso de *crack* pelo filho Marlon tomou os espaços de encontro entre a família. “Só se fala do *crack*”.

Há trinta e sete anos quando a família – Maria, Rebeca e João (61), o padrasto – chegou a São Paulo, instalou-se no bairro da Bela Vista. Rebeca conta que João “era empregado numa firma” que lhe ofereceu moradia. No início na nova cidade não pagavam aluguel. Que sua mãe trabalhava como camareira num motel, e que Maria lhe contou ter sofrido muito para criá-los. “Tempos de muita luta”. Maria traz outros ingredientes para a história familiar nessa fase de chegada a São Paulo. João era caminhoneiro, numa das viagens chegou a Belo Horizonte. Maria era lavadora numa empresa de ônibus onde João parou para “fazer alguma coisa”. Nessa época Maria, Rebeca e uma amiga de Maria dividiam “um quartinho”. Esse era sua casa. João passou a trabalhar como motorista nessa empresa, o casal se aproximou. Maria narra que nessa época estava completamente voltada para a criação da filha, fechada para o amor,

---

<sup>90</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/negro-drama.html>

“dando um tempo”. João passou a olhá-la, mandava bilhetes, então Maria chamou-o para uma conversa. Conta que se preparou, criou expectativa, e logo disse: “se for para você ficar comigo uns dias e você me deixar, cada um fica no seu canto”. Mas não, “ele quis uma coisa séria, alugou um quarto, ele não tinha nada, eu também morava com uma mulher, não tinha nada, aí fomos morar juntos, eu, ele e a Rebeca”.



31. Frente do terreno que pertence à família.



32. Flores que são cuidadas por Rebeca.

Ficaram juntos trabalhando nessa empresa e morando em Belo Horizonte por quatro anos, Maria engravidou do seu segundo filho Jaime. Quando ele nasceu, João “ficou muito empolgado porque era o primeiro filho”, obteve férias no trabalho e não voltaram para a empresa, pediram demissão e vieram para São Paulo. Não pensaram onde viveriam, despacharam a mudança quinze dias antes da partida. Quando chegaram, encontraram dificuldade para alugar “um canto”, não alugavam para família com “crianças pequenas”. Um conhecido de João alugou um quarto na Bela Vista, “não tinha água, luz, era uma boca de fumo lascada na Praça 14 Bis”. As crianças chegaram doentes, “passando muito mal de bronquite”. O casal não arrumava trabalho, “era uma época comandada pela ROTA”, eles paravam os homens nas ruas, e a identidade de trabalhador era a carteira de trabalho e “as mãos com calo”. João foi chamado pelo escritório que havia no terreno onde morava, o gerente lhe deu trabalho para que tirasse a família “daquele ambiente”. Foram morar noutro ponto da Bela Vista, “era de tráfico também, mas pelo menos tinha água e luz”. O escritório mudou para o bairro do Rio Bonito, foram juntos, guardaram dinheiro por seis anos, compraram o terreno no bairro de Marsilac e construíram um barraco. Preocupavam-se com o tráfico de drogas, Maria achava que isso era “coisa de centro”. Nesse período nasceu o terceiro filho de Maria, André.

Rebeca conta não ter conhecido o pai biológico, conversando comigo nunca mencionou seu nome. Detalhou-me que sua mãe lhe disse que ele não quis assumi-la, sendo assim, nunca teve “essa coisa” – de amor – por ele, representando para ela “uma pessoa qualquer”. Maria contou-me uma história diferente, disse-me que viveu “um tempo” com Humberto (58), pai de Rebeca, que foi um “namorico”, mas, que devido à ignorância dele e à de sua família, não quis “continuar”. Arrumou trabalho de doméstica e, assim, criava a filha – também – pela “casa dos outros”. Porém, sobre Humberto assumir a paternidade de Rebeca, sua mãe narra uma história diferente. Maria diz que Humberto quis ficar com Rebeca ainda “bebezinha”, que entrou na “justiça e tudo”, e que ela não permitiu por ser a mãe. “Afinal mãe é mãe”.

Sobre a ida da família para o bairro Marsilac, Rebeca conta uma história novamente diferente da de Maria. Quando tinha 12 anos de idade tiveram que “entregar a casa” onde viviam na Bela Vista. O acordo trabalhista “de boca” havia sido rompido, seu padrasto continuaria trabalhando na “firma”, recebendo o mesmo salário, porém, não teria mais direito à moradia, condição principal do acordo que motivou a vinda da família para São Paulo. Como o pouco dinheiro que recebiam não custeava o valor do aluguel na Bela Vista, ocuparam um terreno no bairro de Marsilac, aproximadamente 35 quilômetros de distância do centro da cidade, onde João e Maria continuaram trabalhando. Todas as manhãs o casal saía cedo, deixava as crianças trancadas no barraco tendo Rebeca como responsável pela casa, e retornavam à noite. Sobre a responsabilidade de cuidar da casa e dos irmãos, mãe e filha, Maria e Rebeca, estão ajustadas e concordam uma com a outra, o sentimento confere. Maria diz ter “pena” de Rebeca, reconhece que a infância da filha foi de muita responsabilidade, era “uma criança menina, cuidando de duas crianças meninos. Tornou-se mulher”.

João e Maria com o passar dos anos construíram parcela da casa de alvenaria – atualmente terminada - na parte superior do terreno onde hoje reside Maria. João também foi intensificando seu uso de álcool, passou a “beber muito”. Apresentava-se violento “como o outro”, o pai de Rebeca. Quebrava todos os objetos da casa, as instalações elétricas, os encanamentos, e, agredia Maria com as crianças “quando chegava bêbado”. Mesmo assim, Rebeca lhe considera um “bom padrasto”. Maria passou a não considerá-lo um bom companheiro, o casal se separou e Maria ficou morando com as crianças no barraco de madeira, enquanto João vivia na casa de alvenaria. Maria relata que, quando João chegava alcoolizado, pegava os filhos e ia

dormir com as crianças na mata, havia poucas casas no bairro. Orgulha-se em dizer que comeu “o pão que o diabo amassou”, mas nunca abandonou os filhos. João faleceu de doenças decorrentes do alcoolismo. Maria subiu o terreno com as crianças.

Com 15 anos de idade Rebeca namorava Marcel, engravidou de Bruno, seu primeiro filho. Segundo Maria, nessa fase a filha “gostava só de curtir”. E no bairro Marsilac, como na Bela Vista, também havia tráfico de drogas. Marcel era nascido na zona sul, e criado nas ruas da periferia, portava algumas experiências da “vida loka”<sup>91</sup> que Rebeca desconhecia. Três dias após a chegada da família com o bebê, Marcel levou sete tiros de revólver calibre 38 numa rua do bairro. Não morreu. Esse episódio não foi o primeiro, noutra situação de perigo Rebeca acompanhava Marcel, o casal conseguiu fugir de uma emboscada, não morreram “pela misericórdia de Deus”. Rebeca tem “a marca” do tiro que levou até hoje. Temendo a vida de crime do companheiro, e “cansada” da violência disparada por ele em sua direção e de sua mãe - num “ataque de ciúmes” ao não encontrar Rebeca, que estava “bem encolhidinha” na casa, Marcel, portando um facão, chutou e quebrou a perna de Maria -, Rebeca pediu a separação. Marcel não aceitou, saiu da casa e perseguiu furiosamente a ex. companheira. Numa manhã que foi passear sentido Parelheiros com Bruno, ainda de colo, pois Rebeca adora caminhar desde criança nesse local e queria apresentá-lo ao filho, encontrou com Marcel. Ameaçou-lhe novamente com o facão, tomou Bruno do seu colo e correu. Rebeca foi com a mãe até a delegacia do bairro, não faziam ideia de onde pai e filho estava. Após algumas horas “de drama” a criança reapareceu, fora trazida por uma mulher dona de um bar da região, o pai da criança “bebeu demais”. Marcel faleceu anos depois.

Maria nesse período conheceu o seu segundo esposo. Mudou-se com Raimundo para uma “favela” no mesmo bairro. Na concepção de Rebeca foi o episódio do rapto de Bruno que amedrontou as duas mulheres da família, sendo assim, Bruno desde então foi criado pela avó, que nesse momento de mudança também levou Bruno para viver com Raimundo. Para Maria foi diferente, pelo fato de Rebeca ser muito “criança e só pensar em curtir na época”, pois saía da escola na sexta e só voltava no domingo, Bruno acabou ficando sob seus cuidados, foi ficando, ficando, acabou ficando de vez, tornando-se seu “neto-filho”. Passados alguns anos Rebeca quis rever o “combinado”, mas era tarde, o

---

<sup>91</sup> Para saber mais, ver: Malvasi, Paulo. Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. FSP-USP, tese de doutorado, 2012.

“moleque já chamava minha mãe de mãe, já estava acostumado com ela, não acostumava mais comigo não. Ele criança optou por ficar”. Rebeca confessou ter se arrependido por entregar Bruno à mãe, “mas palavra é palavra”. Bruno chama Maria de mãe, às vezes de avó. Bruno chama Rebeca pelo nome.

Com 17 para 18 anos de idade Rebeca trabalhava numa fábrica, nas idas e vindas de casa para o trabalho conheceu Zeca, o cobrador do ônibus que pegava diariamente. Homem mais velho, casado e discreto, com quem Rebeca teve uma aventura romântica, e engravidou de Marlon, seu segundo filho. Zeca que não fornecia informações de sua vida – endereço, número de filhos, nome da esposa – não aceitou a gravidez. Refutou a paternidade, indagando-lhe “se o filho era dele mesmo”. Rebeca não manteve mais contato, desistiu de “comprovar a verdade”. Parou de “correr atrás”. Para Rebeca, quem devia “correr atrás do filho” era Zeca. Marlon nunca conheceu o pai biológico.

Grávida de três meses foi apresentada a Natanael, homem vindo de Recife. No início não gostou dele, era apenas um “namorinho”, daí foi gostando, porque o gostar para Rebeca acontecia “sem querer”. A família dele foi contra, pois Rebeca estava grávida de outro homem, mesmo assim, foram viver no quintal de uma tia de Natanael. Esse projeto durou pouco tempo, Marlon nasceu e “começou a crescer”, andar, mexer nas plantas. Partiram, ocuparam um terreno e construíram um barraco como o antigo onde morava com a mãe, utilizado nessa época por um dos irmãos, e a casa de alvenaria pelo outro. O novo bairro era precário, mas “era o que tinha” para a nova família de Rebeca. Passado certo tempo o irmão que vivia na casa de alvenaria mudou-se com a esposa, Rebeca retornou para o antigo endereço com Natanael e Marlon.

Desse projeto familiar com Natanael, Rebeca teve dois filhos, Natália e Jeferson. Porém, terminou – também - pela “ignorância” dele. Não gosta de culpá-lo por todos os erros, Rebeca se reconhece não sendo uma pessoa fácil, é “nervosa, explosiva, cabeça dura e teimosa”. Antes do término, Natanael com Marlon foram atrás de Zeca, mesmo Rebeca sabendo somente o primeiro nome do homem e talvez o bairro. Encontraram apenas a hipótese de ter sido um homem que se mudou para a cidade de Santos, e que não deixou o novo endereço com os vizinhos. Não há retrato. Os dois não conheciam Zeca. Rebeca negou-se ir à diligência. Nos últimos anos Marlon passou a “cobrar as coisas” a respeito de Zeca. Sentindo-se exigida em falar sobre algo que não quer, ou mesmo não possuindo mais informações, Rebeca disse a Marlon que ele “não tem pai”,

que o pai dele é ela. Joga “limpo com ele, se seu pai quisesse te assumir ele tinha assumido desde o começo, só que ele não quis”.

Com o tempo houve nova distribuição familiar no terreno em Marsilac, outros arranjos. O irmão de Rebeca, André, que habitava o barraco, casou-se e partiu. Maria separou-se de Raimundo. Rebeca saiu da casa de alvenaria para Maria e Bruno retornarem. Rebeca transformou o barraco num “quarto e banheiro” de tijolos. Posteriormente, Jaime comprou o terreno ao lado da casa da mãe, “construiu” e vive lá com a esposa e os filhos. E recentemente André se separou da esposa, está passando um tempo – “pra ver se volta com a mulher ou se separa de vez” - na casa de Maria, que está atualmente “muito bem casada” com Moisés, seu novo companheiro. Rebeca nos últimos quinze anos de sua vida teve outras experiências amorosas e/ou sexuais com homens. Algumas duradouras, o restante mais curta. Esses relacionamentos lhe trouxeram mais quatro filhas, que estão vivendo com ela na sua casa de um cômodo e banheiro, esse último está sem descarga e sem porta. Vivem juntos uma mulher adulta com um filho adulto, três adolescentes e três crianças. Apenas a mãe e uma filha trabalham, Natália participa de um “programa social para o primeiro emprego”, é repositora num hipermercado próximo a sua casa. E Rebeca, assim como Maria até hoje, trabalha como “doméstica” há cinco anos na casa da mesma família – a casa da Dona Mônica -, formada por pessoas por quem Rebeca sente reconhecimento tratando-a como sendo da família. Não tem ainda a carteira de trabalho registrada, trabalha três dias da semana com “Dona Mônica” e um dia na casa da mãe de Mônica. Rebeca não queria trabalhar para esta última, mas cedeu ao “pedido da patroa”. Tem as terças-feiras e os fins de semana “para ela”. Nesses dias arruma a casa, não suporta “fogão, roupas e banheiro sujos”. Os pais dos filhos não “ajudam” financeiramente, e também não estão presentes. O pai de Marlon “sumiu no mundo”. O de Bruno morreu. O da Natália “começou a dar [dinheiro] um tempo atrás e parou, foi determinado pela justiça, ele começou a dar e parou, não quis dar mais, e eu não fui mais atrás”. O que continua “ajudando é o pai da Catarina, que me paga um valor todo mês, que já é descontado, cai da folha de pagamento porque ele é aposentado e já cai na minha conta”.

Rebeca e Maria “não convivem bem”. A relação entre as duas é marcada por discussões e divergências, mãe e filha passam meses sem conversarem. Relacionam-se assim. Concordam explicitamente numa coisa, sobre a quantidade de filhos que Rebeca “arrumou”. “Minha mãe não virou assim pra mim e falou, faz oito filhos, nunca falou

isso pra mim, falou, toma remédio pra você não encher a casa de filho. Eu não posso questionar isso aí, eu não posso falar que a minha mãe não me avisou”. Rebeca reconhece sua responsabilidade nas escolhas feitas, “isso é a gente que escolhe pra vida da gente. Porque eu só escolhi cabeçada, só escolhi coisas más pra minha vida”. Confessa, “eu só arrumei na verdade tranqueira”. Diz ter tido uma vida um pouco atribulada, e nesse processo se auto interroga: “se você planta um espinho vai querer colher uma rosa como? Não tem como”.

Convertida à religião evangélica, Rebeca atualmente sente-se liberta em nome de Deus dos pecados e de uma vida de trevas. Da “vida loka”. Embora o “inimigo” tente sua vida, sente-se forte para enfrentá-lo, para cuidar da casa e da família. “Encontrou Deus”, tem adoração pelo “Ministério” que frequenta, e pela ajuda que recebe dos “irmãos de fé” por via das orações. Rebeca sente-se – também – feliz por estar “conseguindo construir” um segundo cômodo para a família. A fé de Rebeca nem sempre teve “essa força”. Conheceu a religião pela filha Natália, que a “arrastou”. Rebeca antes “odiava” pastores de igreja, quando os “crentes passavam aí na rua eu não podia nem ver, nem ouvir falar”. Essa força que vem da fé nesse momento de sua vida tem a amparado, é grata à filha Natália.

Conheci Rebeca no CRATOD. Sempre que eu saia dos grupos de acolhimento que participava, ou de reuniões, ia à sala de espera da enfermaria e na recepção com duas missões, ver e ouvir histórias das famílias numa tentativa de compreender melhor minha pesquisa, e entregar-lhes convite para que participassem dos grupos no Espaço de Acolhida. Num banco Rebeca esperava ser chamada por alguém da enfermaria. Dormindo ao seu lado estava seu filho Marlon. Magro, descabelado, com secreções nos olhos, nariz e boca. Calçava chinelos. Cumprimentou-me abrindo os olhos. Rebeca confirmou que o filho seria “internado”. Repetiu diversas vezes que ele havia dito sim. Que não tinha tempo para frequentar grupos, que sua vida estava corrida, complicada demais, acreditava que a partir da “internação” as coisas voltariam ao “normal” em sua casa. Marlon estava bastante debilitado, Rebeca não tinha tempo para acompanhá-lo constantemente, não frequentaria nenhum espaço de atendimento familiar. Interessei-me pela história daquela família. Desejei que fossem meus interlocutores. Passamos um ao outro o respectivo número de telefone; ela nunca me telefonou.

O filho Bruno tem distribuído sua vida da seguinte forma: passa períodos preso, e outros em liberdade na casa da avó mãe Maria. As prisões começaram no mesmo período em que Rebeca engravidou de Gabriela. Rebeca aprendeu “sobre o sistema”. Visitou o filho “quase quatro anos direto”. Descobriu que tinha “direito” a vaga num ônibus que saía da estação do metrô Carandiru, “ônibus dos Meninos do PCC” [Primeiro Comando da Capital<sup>92</sup>], que a fez “economizar dinheiro”, afinal todo mês para fazer “o jumbo” gastava com passagem, alimentos para ela e o filho, e hospedagem. Viajando para os presídios no interior de São Paulo, sentiu na “própria carne a divisão das responsabilidades” envolvendo Estado e o PCC. Numa visita, mesmo sendo avisada pelo filho para não carregar nada de ninguém, entrou com a marmita de uma senhora que também visitava o filho. Quando “deram a geral na comida, subiu a faca de serra”. A experiência foi traumática para Rebeca, e de grande impacto inicial em sua fé. Considera que “Deus lhe deu um presente muito valioso”. Teve medo de “sujar para Bruno”. Depois de “humilhações, acareações e promessas”, a situação foi resolvida. Descobriram a dona da faca e, “parece que houve um acordo entre polícia e eles lá”. Rebeca ficou proibida de visitar o filho por período indeterminado. Bruno foi para o “castigo na prisão”, mas não perdeu a condicional que “tava pra sair”. O “filho da senhora da faca apanhou dos outros presos, dos meninos”. E Rebeca não visitou o filho por um período, motivada pela proibição, mas também pela fé. Rebeca contou-me que foi “do tipo” que se alguma pessoa lhe fizesse mal, ela “queria ver o mal daquela pessoa, queria ver a pessoa derrotada”, mas a partir do momento que conseguiu dizer sim para Deus, esse tem feito uma transformação em sua vida. Vivenciando o ocorrido, diz que, se fosse antes não suportaria, “iria presa, mas acabaria primeiro com a mulher”. Não agiu assim, em meio ao seu desespero, orou, clamou a Deus. Esclareceram. A partir deste evento entendeu que queria primeiramente o filho, e não Deus. Sendo assim, fez um “propósito com Deus” antes de retornar a São Paulo, prometeu, “meu Deus, se for para o meu filho perder o benefício, que eu não entre mais aqui, mas que ele não perca o benefício. Que eu não visite mais ele”. Cumpriu a promessa, ficou um tempo sem vê-lo, a namorada quem ia visitá-lo. Rebeca “morria” todo dia de visita. A última das prisões foi motivada pelo seu uso de substâncias, dessa vez Rebeca diz não ter tido “recaída” de sua fé. Inclusive avisou-o sobre a “palavra de Deus”, por isso não se sentiu “muito culpada”, porque “ele escolheu ir na biqueira pegar droga”. Pediu para o filho não ir,

---

<sup>92</sup> Para saber mais sobre o PCC, ver: Biondi (2010).

pois “ela sabia” que os policiais iam “parar, pegar, e jogar coisa que não é dele na bolsa”. Foi parado. “Preso com drogas”. Rebeca e Maria confirmam que Bruno não é traficante, “se fosse teria dinheiro”. Rebeca não o visitou pela fé, Bruno após dois meses saiu, voltou para casa de Maria. Rebeca havia entregado a vida do filho nas mãos de Deus, aguardou a resolução, obteve a “confirmação, Bruno está de volta”.

Marlon no período em que o irmão Bruno foi preso pela primeira vez, e que sua mãe engravidou de Gabriela, intensificou o uso de substâncias, passou a fazer uso radical de *crack*. Perceberam porque Marlon andava “esquivando”, mas Moisés confirmou quando Marlon “respondeu” grosseiramente uma indagação de Maria. “Havia algo errado, ele não estava no seu normal”. Rebeca conta que ele às vezes usava algumas substâncias, - álcool, cigarro e maconha - mas tinha controle. Trabalhava. Andava limpo. “Era um menino muito dócil. Não tenho nem palavras. Ele não tinha voz para responder à gente, um menino quieto, dócil, inteligente, gostava muito de desenhar”. Marlon foi convidado por um traficante amigo de Bruno para trabalhar numa biqueira na Vila Natal vendendo cocaína e *crack*. Rebeca pediu-lhe “não vai Júnior, a casa é pequena, mas você tem roupa, você tem comida, você tem tudo”. O filho não lhe deu atenção. Para Rebeca, “aí começou a destruição”. O bom garoto tornou-se agressivo, “porco, coloca a mão de catarro nas panelas”, anda de cueca pela casa, não vai à escola, não quer trabalhar, não respeita os membros da família. Quebra objetos. Agrede as crianças. Ameaça os adultos. “E tudo o que for de valor ele quer tirar de dentro de casa. Não sente vontade de mais nada”. Repete o funcionamento dos homens que passaram pela família. “O *crack* o deixou magro”. Na tentativa de ajudá-lo, um vizinho estava “arrumando” um emprego para Marlon, mas segundo Rebeca, o *crack* não permite que ele trabalhe. A mãe apresenta um funcionamento do filho, “quando ele está perto de arrumar, quando alguém vai dar uma chance pra ele, ele tem recaída”. Aumenta o uso, se desorganiza ainda mais. Marlon passa a furtar dentro e fora de casa. Dinheiro, bicicleta, alimentos abertos e fechados, sapatos, panelas, material de limpeza, fios de alta tensão, carrinho de feira, substâncias de outros usuários, toalhas de banho, celulares, secador de cabelo, leite recebido para as crianças na escola. Creme de cabelo. Absorvente. Roupas. Papel higiênico. Carteira com documentos para pedir resgate. A porta da casa.

Rebeca expõe dois problemas, o primeiro é porque “quando ele estava roubando aqui em casa tava tudo bem, aí depois do momento que ele passou a roubar na casa dos

outros foram conversar com os caras da biqueira”. E o segundo diz respeito ao seu funcionamento violento, certa vez Marlon após ter feito uso de *crack* confirmou possuir um facão para “arrancar a cabeça da mãe”. Jeferson numa manhã avistou o facão em cima da laje e contou para Rebeca, que quando subiu para procurá-lo não o encontrou. Maria pisou no facão escondido no mato do quintal. Recolheram e ao mesmo tempo destamparam o problema. Sentiram medo. Houve uma noite em que Marlon “estava muito louco de droga” e não queria entrar em casa. Rebeca o ameaçava dizendo que chamaria a polícia. Blefava com o filho, já havia chamado policiais, tem conhecimento sobre o que acontece. Marlon bate nos policiais, xinga-os, cospe. Os policiais o agredem fisicamente. Batem até ele se calar. Isso quando vão. Quem a conhece sabe, “era um carro de polícia por dia” na porta. Nos últimos meses os policiais deixaram de ir, e explicaram o motivo. Reconhecem que “não podem fazer nada”, se a mãe autorizar o leva preso, “mas o caso é de tratamento”.



33. Rebeca com as filhas no colo e o filho dormindo.



34. Rebeca e Marlon abraçados.

As surras dos policiais não faziam efeito. A mãe assume que também já bateu fortemente em Marlon e que chegou a amarrá-lo no quarto com cordas. “Não resolveu o problema. Ele não tá precisando ser preso, ele tá precisando de tratamento”. Rebeca tentou ter o seu pedido aceito no CRATOD, buscou “internação involuntária” para Marlon. Respondia aos policiais quando a encaminhavam ao ambulatório, “moço eu vim de lá hoje, eu vim de lá ontem, ó o papel aqui, e aí, você acha que eles lá tão ligando”. Frequentou o CRATOD por 6 meses antes da primeira internação. Rebeca ilumina outro funcionamento do filho em relação a ela ir buscar tratamento. Exemplifica, “eu ia hoje no CRATOD, quando era amanhã ele tinha crise e eu tinha que chamar a polícia”. Mas “nada resolviam”. Numa ocasião em que foi com Maria até o CRATOD, Rebeca levou o facão de Marlon para comprovar que está com seus filhos, inclusive Marlon, correndo

risco de vida. “Eu disse, gente estou vindo buscar ajuda”. Ameaçou. Queria chamar a imprensa se não “dessem uma solução”. “Porque quantas vezes eu vim aqui pedir ajuda para o meu filho e vocês não estão me ajudando, vocês não estão levando o caso em consideração”. Nesse dia Rebeca brigou “até” com Maria, que pedia para que falasse mais baixo. “Eu não tô aguentando mais”. Queria “internação”. Que o juiz “liberasse uma liminar porque ele não tava em condições de viver com a gente aqui em casa”. Marlon quando estava no “período de abstinência”, querendo usar mais *crack* dizia para a mãe, “eu vou arrancar sua cabeça. Eu vou arrancar a sua cabeça, vou tirar seu pescoço. Só que era só comigo, sempre era comigo a ira dele”. Não conseguiu acolhimento. “Nem eu indo com o facão se comoveram, nem preencheram um papel dizendo que o caso era grave, era urgente, eles não tão ligando”.

Recebeu a seguinte orientação na recepção do CRATOD, o que “a senhora pode estar fazendo é retirar ele de dentro de casa. Ir à delegacia da mulher, fazer um Boletim de Ocorrência (B.O.) e tirar ele de dentro de casa”. Rebeca reconhece nessa fase que o filho não é um vagabundo, que não matou. Mas que está “doente, precisando de ajuda”. Conta que a última vez em que foi pedir auxílio no CAPS, inclusive também levou uma pequena faca que Marlon tinha guardado embaixo do colchão, recebeu do assistente social orientação parecida, “olha mãe, eu não posso fazer nada. Ou a senhora vai à delegacia e tira ele de dentro de casa, ou a senhora vai continuar correndo risco com ele, e a senhora tem duas filhas”. O filho usuário de substância perde o *status* de filho. Rebeca indignada relata que funcionárias da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro estavam fazendo o acompanhamento de Marlon (“modo de dizer né, vieram aqui algumas vezes”), porém as três vezes que foram até sua casa, seu filho “estava lúcido”. Questiona-se “como que se dá um laudo para um psiquiatra para ele enviar para o juiz para autorizar uma liminar, não tem como”. Para Rebeca a única solução de eles intervirem seria se no momento da visita Marlon estivesse agredindo alguém. Quebrando alguma coisa. “Fiquei seis meses tentando internar, não aconteceu. Eu acho isso um absurdo, o cúmulo, porque o Estado ganha muito através disso e não faz nada”.

Sendo assim, parou de buscar ajuda legal, passou a ameaçá-lo com os “meninos lá de baixo”. Jovens que trabalham numa das “biqueiras” do bairro. Garotos conhecidos de todos da região desde criança, como Marlon, mas que “conquistaram respeito” pela intimidação, pelas armas que portam, pela – possível – violência que podem imprimir. Talvez também pela coragem de se relacionar com a vida e a morte de outra maneira.

No início eram apenas ameaças, Marlon parecia temer. Depois foi deixando de sentir medo. Marlon “não acreditou, então uma noite que tava causando na rua sem querer entrar”, Rebeca e Natália foram pedir ajuda “aos meninos” de fato. Quando percebeu que tinham ido, pareceu ter se apavorado, e apavorou. “Eu escutei uma voz, ele tava com a faca na mão, grudou na blusa dela e falou, eu quero R\$ 5,00 mãe. Ai a gente deixou chinelo, largamos tudo, corremos descalças. Largamos tudo”. Noutro episódio em que Marlon sumiu com uma bicicleta do vizinho que custava R\$ 400,00, e que vendeu por R\$ 5,00, mãe e filha foram falar com “os caras” novamente, mas dessa vez não houve apavoro, confusão. Apenas ameaças, que em nada pareciam blefes. Marlon “quase morreu, não morreu porque eu entrei na frente e os caras não matou”. Rebeca conta que havia “sete caras” numa roda, esses entrevistavam o dono da bicicleta, que sabia quem tinha pego, ele havia emprestado para Marlon, que a trocou por uma pedra de *crack*. A família pagou o valor, os R\$ 5,00, e ouviram: “agora que pagaram você vai apanhar também”, desceram com Marlon para a mata, “se eu não estivesse lá, tinha matado ele”. Deixou-o para não morrer. O trouxe para não o matarem.

Essa espécie de tribunal foi determinante para Marlon ser “internado” pela primeira vez via CRATOD. Embora fosse cliente da “biqueira”, Marlon estava ficando “muito louco” direto, “apavorando” na rua, furtando vizinhos, e a mãe chamava demais a atenção com a polícia. Ambos estavam causando adversidades para o tráfico, cresceram sabendo as consequências. “Aí a agente falou, você prefere o quê, ou se internar ou morrer na mão dos caras?”. Conta que o traficante ia matá-lo, “todo mundo viu, chegou a pôr a faca no pescoço dele”. Isso assustou a todos da família.

Sendo mãe, Rebeca é muito criticada no bairro pela forma que conduz a educação dos filhos. “A sociedade me criticou muito, eu falei, não gente, eu não coloquei filho no mundo para isso aí. Eu coloquei pra ser um homem de bem”. Chora ao relatar o quanto investiu em ensinamentos para que não pegassem “uma agulha de ninguém”. Rebeca e Maria são paradas pelos vizinhos do bairro, que num tom de cobrança, exigem saber por que não “internam, prendem, amarram” Marlon. Rebeca sempre respondeu “porque não é fácil. Não depende de mim, eu dependo de pessoas para que isso aconteça”. O que mais lhe dói é como as pessoas olham para o seu filho, “a pessoa olha aquele dali e diz, olha aquele ali, não, não tem mais jeito, meu. Aquele dali a qualquer hora vai aparecer morto”. E isso não se deu apenas fora de casa, parte da sua família, também sem apresentar uma solução, a responsabiliza. Principalmente por

Rebeca buscar auxílio de policiais e dos “meninos” do tráfico. Para esses o assunto é da família. Sobre a mãe Rebeca desabafa, diz que Maria num momento concorda com ela, depois não concorda. “Vamos supor, se o Juninho rouba uma coisa aqui e eu chamo os caras, ela acha errado. Se ele sobe lá e rouba as coisas dela, ela fala que não cuida, e acha que tem o direito de chamar também. E assim vai indo a discordância”.



35. Maria, mãe de Rebeca.



36. Cozinha de Rebeca com os poucos objetos que restaram.

Na mesma linha, essa responsabilização também é apresentada pelo filho Bruno. Esse com conhecimento adquirido da família e do crime reflete sobre a situação do irmão. É enfático ao dizer que é a hora de cuidar de Marlon, senão esse desviará o caminho, porque sabe que o irmão está quase “passando da barreira”, e se passar dessa, “é morte, não tem outro caminho, há uma regra, é radical essa”. Sente o irmão sozinho, sem apoio, e insinua, sem citar o nome da mãe, um tipo de tratamento que o faz piorar. Só falar mal não resolve, e para comprovar sua teoria, se coloca como exemplo na situação, “se você falar uma palavra mal pra mim vai ficar na minha cabeça e eu vou ficar atormentado com aquilo, então tem que manejar um pouco, ter mais respeito pela palavra, não ficar jogando pedra na cruz, senão a pessoa fica sem direção”. Bruno fala do bairro onde vive, que é só “destruição”, e que há muitas mães que “escracham” os filhos. Esses sem condições, “caem no mundo, uns vai para pedra, outros para o bom caminho, mas a maioria vai tudo para o mau caminho”. Novamente fala de si, “eu já vivi bastante no meio desse povo aí, tive que ser forte, não sou de acordo os caras da biqueira bater nele, se acontecer alguma coisa com meu irmão já era, vai ficar estreito”. Marlon rouba porque é doente afirma Bruno, que também já roubou. Em sua concepção, viver nas condições em que vivem “todo dia, é um vício, sempre teve a droga, a cachaça, mas roubar também é doença, é vício”. Conhece homens que se não matar fica doente, “eu já convivi no meio, é gente que perdeu a alma, o espírito”. Numa espécie de

aproximação com a mãe, pela fé, Bruno indica o caminho, “eu já fui também, Deus me libertou, eu pedi para Deus, entendeu, ele tem que fazer o mesmo”.

Ninguém suportava mais Marlon, nem ele mesmo, contou-me que antes da “internação tava virado três dias, três dias seguidos sem dormir, sem comer, sem beber, sem nada, nada no estômago, tava comendo nada”. A mãe afirmou que até “os meninos lá de baixo” o apoiaram quando foi para ele ir, “vai lá que vai ser bom para você”. Mesmo assim, Marlon ainda conseguiu negociar a sua “internação” com a família. Primeiro fumou um cigarro, depois pediu outro. “Mas eu não vou sem fumar a minha última pedra”. Rebeca cedeu, deu-lhe o dinheiro, fumou, pediu mais, esse movimento durou a noite toda. A última pedra nunca acabava para Marlon na véspera de sua ida ao CRATOD. Rebeca não sabia se conseguiria a “internação”, mas foi a primeira vez que Marlon disse o sim. Na associação de Rebeca, sim para Deus. Foram numa quinta-feira, no CRATOD desta vez foi definido caso para “internação” em comunidade terapêutica. Não havia vaga, pediram para a família voltar no outro dia. Marlon não queria voltar, sendo assim, nova negociação, mais dinheiro, intenso uso de *crack*. “Foi aí que começou a luta, eu perdi uma semana de serviço”.

No dia seguinte, quando Rebeca estava levando Marlon para o CRATOD, ligou da estação de trem Pinheiros para o trabalho, não sabia se daria tempo de ir ao compromisso. Responderam o seguinte, “se der você vem, senão vem no sábado”. Rebeca não foi trabalhar, “Deus me tocou, eu não fui trabalhar, eu fui levar o meu filho. Porque o trabalho espera, né, ele não. Quanto tempo eu esperei para ele dizer um sim para ele se tratar”. Rebeca conta que com o uso de *crack* de Marlon, a prisão de Bruno e a gestação de Gabriela, sentiu-se desamparada, anunciou à Mônica que não iria mais trabalhar. A “patroa” a buscou em casa. “Você vai trabalhar, porque você não pode ficar sem trabalhar na situação que você se encontra, porque você vai acabar enlouquecendo”. Rebeca gosta do seu “serviço porque é de lá que ganha o seu sustento”.

Dessa vez participou do grupo de acolhimento no CRATOD, esse lhe fez bem, se espelhou nas outras participantes. “A gente aprende muito”. No primeiro momento se surpreendeu porque achou que encaminhariam novamente o filho para tratamento em CAPS, “ou em muitos ambulatórios onde o paciente fica dopado o tempo todo com injeção”. Mas não, o encaminharam para a Comunidade Terapêutica Nova Conquista.

Sua remoção ocorreu às 13h, almoçou, pegou a medicação, retiraram o adesivo de identificação e o levaram. Rebeca diz ter ficado “bastante confiante porque é para o bem dele”. Que não se sentiu “muito mal não”, porque já era uma coisa que vinha pedindo para Deus. As irmãs Natália e Catarina “acharam um alívio”. Rebeca, dessa vez, fez uma única queixa do Serviço, sentiu que algumas pessoas a trataram como “quem quer dispensar o filho, eu sei que o filho é meu, eu tenho que comparecer nas reuniões”. O tempo previsto de “internação” foram seis meses. Antes de conseguir o que queria – “internar Marlon” -, Rebeca buscou também outros caminhos. Foi na Umbanda “para ver se resolvia a situação”. Revela ter feito “vários trabalhos”, e justifica-se afirmando nunca ter feito o mal a ninguém. Atualmente considera os “trabalhos” realizados como ilusão, porém, garante que sempre teve fé, e precisava ser “liberta”. Crê que foram as orações da filha na igreja evangélica que foram modificando a sua vida.

Colocando Deus em primeiro lugar, Rebeca apresenta a “passagem” até alcançar sua “graça”. Quando mãe e irmã frequentaram juntas a igreja, Marlon também frequentou por quatro meses, nesse período já usava *crack*. Conseguiu suspender o uso por dois meses, parou de frequentar, voltou a fumar. Rebeca seguramente afirma, “se tivesse continuado na igreja, não ia usar”. Sustentando sua fé, Rebeca passou a pedir muitas orações para os “irmãos” da igreja. “Falei que eu não estava aguentando mais”. Adilson que é um irmão da igreja, “um dos mais fortes”, começou a puxar os outros “irmãos”, pegaram “firme nas orações”, e entregaram nas mãos de Deus o “caso para que ele viesse a quebrantar o coração de Marlon” e esse falasse um sim. “Foi questão de segundos, a gente acabou de entregar a proposta na mão de Deus e ele apareceu” na igreja. Cabeludo, todo sujo, dizendo “mãe eu não tenho mais vida, o diabo está destruindo a minha vida, eu não consigo”. Rebeca e os outros “irmãos” de igreja intensificaram as orações, até que Marlon foi à casa de Adilson dizendo que queria se internar. Não cumpriu. “Foi daí que começou a nossa caminhada”.

Rebeca confirma que a “internação” será de seis meses, com a possibilidade de o filho permanecer por mais três, completando nove meses. Após um mês na comunidade terapêutica Marlon fará visitas, inicialmente necessitará que alguém autorizado, “melhor que seja da família”, vá buscá-lo e levá-lo uma vez por mês. Passado esse período Marlon poderá vir sozinho para casa a cada quinze dias, sairá na sexta feira à tarde e retornará na segunda feira de manhã.

As idas à comunidade terapêutica “são tranquilas”, Rebeca agradece a Deus por não estarem pagando nada, diz que “o tratamento é nota dez”, principalmente pelo lugar escolhido para o seu filho. “Era a última vaga ali. Porque eu ouvia falar que havia clínicas no interior, mas ele tá aqui do lado. De carro é cinquenta minutos, rapidinho”. O “irmão” Adilson é quem a leva. Há dois compromissos, “dia de visita e dia de reunião” aos domingos. No primeiro que acontece no segundo domingo do mês “a gente anda, a gente conversa bastante, tem as palestras também antes da gente ir almoçar, porque o almoço lá também é gratuito para as famílias”. Nesses dias os familiares são preparados e constantemente lembrados sobre as calúnias feitas pelos acolhidos quando esses visitam suas casas. Os profissionais ensinam que os acolhidos dirão que estão sendo maltratados, que o lugar e a comida são ruins. Quando para Rebeca não é verdade, “comem melhor do que a gente”. Nas palestras “ensinaram assim, que ele quando eu chegasse lá diria um monte de mentiras”. No dia de reunião, quarto domingo do mês paga-se R\$ 10,00 por refeição. “Que é para ajudar a casa”. Nas reuniões mãe e filho se veem pouco, “não pode ficar aquele tempo integral”, as famílias passam o tempo arrumando estratégias para lidar com os filhos, porque só de ouvir que sairão “a gente já fica apreensiva, com medo”. Rebeca considera-se aprendendo bastante, absorvendo conhecimento também das outras famílias. “É assim as palestras. Não tô pagando nada, ali foi um lugar escolhido graças a Deus para o meu filho”.

Mesmo assumindo apreensão e medo, Rebeca toda vez que vê o filho sente-se “bastante confiante”, Marlon acolhido aumentou o peso, alcançou 71 quilos. O pastor disse à Rebeca “que a aparência não contava”. Durante esse processo sua confiança oscila, na prévia da primeira saída de Marlon, Rebeca temeu, e disse para o filho que talvez ele ainda não pudesse visitá-los. “Eu não falei que era por causa das drogas né, falei que era porque o irmão dele tava fumando cigarros”.

Havia uma preocupação a mais, Eliana (38), o “encosto” de Marlon. “Você sabe que existem certos tipos de pessoas né. Porque não quer ajuda, só que não quer deixar a pessoa ser ajudada também”. Para Rebeca uma “mulher direita levanta” a vida do homem, não entra para destruir. Eliana é mais velha que Marlon, tem a idade de Rebeca. “Ela tem idade pra ser a mãe dele, não tô questionando a idade, eu tô questionando o problema que ela também tem, e várias vezes ela se internou. Inclusive a última ela passou vinte dias na clínica e optou por vir embora”. Eliana também é usuária radical de *crack*, passa noites com Marlon fumando na mata. As duas mulheres são conhecidas de

longa data, Rebeca “arrumava o cabelo” na casa da mãe de Eliana. “Ela quer que eu apoie, e eu falei que não vou apoiar. Ela usar droga é uma ameaça”.

Com Marlon na C.T. Eliana passa inúmeras vezes em frente à casa da família buscando saber se o namorado retornou. Na possibilidade da mulher influenciar o filho, Rebeca agiu, e novamente pediu ajuda para “os meninos”. Chamou um deles até sua casa, “que até é amigo da Natália”. Para Maria esse não é apenas amigo, e sim o namorado, a avó é inteiramente contra o namoro, a mãe não. Fato esse que também tem produzido discussões entre mãe, filha e neta. Rebeca explicou ao rapaz que se tornou evangélica, não quer confusão, pois se prepara para a saída de Marlon. Sabe que precisará estar bem, e Eliana, em sua concepção, tem atrapalhado a sua “paz”. Avisou o rapaz que será “obrigada a fazer um B.O contra ela, e que qualquer coisa que acontecer com Marlon” colocará a polícia atrás dela. Rebeca avisou porque sabe “que são eles que comandam”, aproveitou e pediu, “então vocês conversam com ela, pedem para parar de mandar ameaça aqui na minha casa, ou então eu vou envolver a polícia no meio”. Numa mistura de preocupação e prazer conta que ele “até queria bater nela para resolver”, mas interferiu, pois ia se sentir mal, “eu não quero que você bata nela, não faça nada, eu só quero que ela deixe o Marlon em paz”. O rapaz a obedeceu.

E de fato Marlon permaneceu em paz. Em suas “ressu”, como são chamadas as vindas para casa, não teve recaída, resistiu bem ao que mais assustava Rebeca e os profissionais da C.T., ter contato com pessoas que fazem, ou fizeram, uso de substâncias. Tanto é que Rebeca confirma, “a gente levava aquele susto quando a gente via, né?”. Na segunda “ressu” Marlon foi visitar um senhor com quem já trabalhou de ajudante de pedreiro, a mãe com medo mandou a irmã Natália ir atrás do filho, que foi e não o trouxe. “Natália quem mandou você deixar ele lá sozinho, volta lá agora e pega o seu irmão”. Essa foi a orientação fornecida pela C.T. Marlon não poderia sair sozinho “nas primeiras reintegrações à sociedade”. Se fossem na padaria, teria de levá-lo, no culto idem, “ele tinha que estar junto com a família”. A família nunca tinha funcionado assim antes, não deu certo. E as situações se repetiram. Um amigo de Marlon, Rogério, que faz “tratamento químico” há vinte anos e que também estava “internado”, veio para casa. A família de Rebeca tinha um almoço para ir e Marlon não quis, preferiu estar na casa desse amigo. “Fizeram pipoca, a mulher dele tava lá, comeram. Ficou aquela festa. Assistiram filme”. Rebeca conta que no fim da tarde Marlon telefonou e foi encontrá-los na festa. “Inclusive a vizinha até falou para a minha filha, como ele vai vir aqui? Porque

tinha bebida [alcoólica]”. Mãe e filha se olharam, Natália anunciou que era o momento de a família aprender a lidar com isso. Rebeca acatou a fala da filha, “não adianta a gente ficar com não pode isso, não pode aquilo, ele tem que ver, tem que ver, mas saber que não pode tocar”. Marlon foi e se divertiu “normal”.

Em seguida houve o episódio da prisão de Bruno. Rafael coordenador da C.T. conversou com Marlon, que ficou agitado, passou mal, foi medicado e continuou na “paz”. Quando foi sair para a “ressu”, foi indagado por Rafael se estava preparado para ir. Saiu, “e aí ele ficou tudo normal, ele não teve recaída”. Tanto que a família não encontrou problemas para responder aos questionários enviados pela C.T. em cada “ressu”. “Aí eles perguntam, se teve contato com gente que usou droga. Onde ele esteve. Com quem foi. Se ficou agressivo. Se cuidou das coisas dele”.

No retorno de uma “ressu” para a C.T. dois outros rapazes que também estavam acolhidos ficaram de “brincadeiras com Marlon”, segundo a mãe, o filho pediu até que parassem, temendo ser prejudicado. A questão foi que “entrou droga dentro da C.T., essa foi a história inicial”. Um rapaz que não saiu de “ressu” deu dinheiro para outro trazer maconha. As brincadeiras eram que Marlon tinha entrado com maconha. Mas o acontecimento não parou aí. Marlon relata que os dois disseram que ele havia “usado droga lá dentro”, os coordenadores ouviram pela metade a conversa, e apoiados na aparência cansada de Marlon, chamaram-no para uma entrevista. Marlon explicou-me que há uma lista com os nomes dos acolhidos para realizar funções de arrumação na C.T., essa também serve como castigo, já que lavar louça e o banheiro externo são “os piores trabalhos”. Marlon foi escalado dois dias seguidos para tais funções. Chegando em casa, teve um fim de semana agitado, acompanhou a família na igreja, tirou um barranco do quintal a pedido de Rebeca, e guardou “um monte” de areia que estava na calçada para um vizinho. Recebeu R\$ 10,00, entregou para a mãe para não correr na “biqueira e não usar droga”. Ficou cansado, parecia não ter dormido.

Na segunda feira, dia de retornar, acordou às 05h e foi à “clínica”, o horário permitido de entrada é até as 12h00. Chegando lá “fiquei de boa, aí os caras começou a ficar meio desconfiado comigo, não sei mano<sup>93</sup> o porquê, mas surgiu a desconfiança que eu tinha usado droga, ai os caras ficou de olho em mim, eles falou, to de olho em você”. Marlon garante que não usou nada, nem dentro, nem fora, que “tava limpo cinco mês,

---

<sup>93</sup> Categoria utilizada para descrever amigos íntimos. Camaradas.

indo para seis”. Permaneceu o dia quieto, sendo observado, isso o incomodou, quando foi 20h00, indo dormir, a coordenação o chamou na “salinha”. O abordaram da seguinte maneira, “você usou droga vai, fala pra nós ai o que você fez. Ai começaram com desdém, você não usou nem uma maconhinha, um *crack*”. Insistiram. Marlon respondeu-lhes que não, então aos gritos exigiram que ele fizesse o teste de urina, caso não fizesse, chamariam a polícia. “Eu falei, eu não usei mano, liga para minha mãe, fala com ela lá para saber se eu usei mano, eu não cheguei em casa drogado não mano, não tinha como eu usar”. Gritaram ainda mais alto, então Marlon reagiu, “quero ver eu fazer o teste, você aí me obrigar, quero ver”, nesse momento decidiu partir. Acusaram-no de ter “suado o *crack*”. Marlon reconhece que estava “pálido”, mas garante que não estava com a aparência de quem tinha usado, “até porque não usei, os caras de vinte, trinta anos de mundo de droga tinha que saber como é quem usou”.

Sentiu-se mal; estava disposto a completar os seis meses “pela mãe”. Esse era o limite, não ficaria mais “três meses extra” como foi proposto. Até porque permanecer na C.T. para Marlon não foi nada fácil, quando chegou, no terceiro mês queria ir embora, “a vontade de usar droga era demais, bateu fissura”. Fora medicado, mas não foi o que o segurou, “eu só fiquei mesmo por causa da minha mãe, se fosse por mim mesmo, porque na hora que minha mãe falou comigo por telefone eu comecei a chorar e acabei ficando. Tô dando muito trabalho pra minha mãe na rua”. Marlon “debateu” lá dentro, “eu já fiquei nervoso, meu sangue já subiu na hora, eu não aguentei, mano”. Ligou para Rebeca, que pedia para o filho se acalmar. Sem chance, “não mãe eu vou embora, não quero saber não, eles falou isso de mim aí, não vou nem fazer o teste, vou pegar as minhas coisa e tô me retirando”. Os profissionais da C.T. pediram para ficar, Marlon arrumou as coisas e se “retirou” às 23h. “Ainda bem que eu tava com R\$ 5,00, deu pra eu vir. Não gosto de pedir carona, não”.

Rebeca confirma a descrição do filho referente ao seu fim de semana. Marlon carregou areia e recebeu o dinheiro, inclusive a mãe lhe pediu emprestado R\$ 4,00 para um refrigerante. Não forneceu. Tinha que repor metade dessa quantia para a C.T., e a outra parte serviria para a próxima “ressu”. Marlon deixou a área do barranco “toda limpinha” com a enxada. No domingo foram juntos para o culto das 19h30. “Aí ele acabou, ele tomou banho, ele se arrumou, ficou todo bonito, cheiroso, se arrumou, me arrumei, todo mundo se arrumou, e fomos para a igreja”. Na volta organizou a mochila, e como faltavam algumas “coisinhas” de limpeza pessoal, acordou mais cedo e foi com

a irmã Natália até Parelheiros comprar. De lá foi sozinho para a C.T. A indignação de Rebeca parte por desacreditarem do questionário que ela e Natália respondiam todas as vezes que Marlon vinha para casa. “Acreditaram num pilantra, e não acreditaram na gente”. Lembra-se que participou das reuniões e que não foi à toa, e sim para aprender, “para saber lidar com as coisas. A gente é a prova viva, a gente tava respondendo ao questionário, se ele tivesse ligado aqui, eu saía do meu serviço e já ia direto”. Acredita que para uma pessoa sair da situação que seu filho se encontra é necessário “um voto de confiança”. E não o deram. “Eu acredito que isso tenha mexido, porque mexe com o psicológico dele”. “Quer dizer, não foi dada uma oportunidade”. Achou um “absurdo”, um “descaso” como o filho foi tratado. Afirma que “ele expulsou o Marlon da clínica, ele expulsou”.

Sobre a experiência Marlon achou “boa e ruim”. Gostou muito das amizades que fez por lá, sentiu-se recebendo ajuda. Brincava. Sorria. “Era comédia”. Das regras não gostou, acordar às 7h00, rastelar, limpar, ouvir e ler “todo dia” os doze passos “para ficar limpo”, e escrever no diário suas “murmurações” lhe enfadava. Não houve nenhum encaminhamento para retornar aos estudos, refazer documentos. Houve uma insinuação de trabalho na C.T. Esse aparente convite fez seus olhos brilharem no início, “depois a ideia não foi pra frente”. Marlon conta que, com os remédios que lhe eram ministrados, “ficava pesado, quase dormindo”, mas o que mais lhe inquietava era permanecer fechado. “Não gostei, lugar fechado eu não gosto”.

Sua avó consegue visualizar mudanças no período em que esteve acolhido, “porque antigamente você não podia falar nada com ele que ele pegava pau, pegava faca, quebrava o telhado da mãe dele, jogava pedra aqui no meu telhado sabe, nessa parte aí ele melhorou muito”. Sua mãe também vê melhoras, “uma coisa de bom que aconteceu aqui é que ele não agride mais ninguém”. Com Marlon em casa, Rebeca tentou fazer a manutenção de sua abstinência. Um amigo da família também havia saído de “internação. Ele só ficou um mês, o convênio [médico particular] só cobre assim”. Como Marlon não saiu da C.T. com receita médica, o amigo disse para Rebeca, “eu tenho uns remédios lá, que é a mesma coisa que ele tem, é para uns negócios, distúrbio bipolar”. Forneceu os remédios e Marlon “começou a tomar a medicação, que é igual, é genérico, só muda o nome, aí ele começou a tomar as medicações, só que dava muito sono, aí ele não conseguia fazer as coisas”.

As irmãs viram Marlon fumando cigarros. A mãe o alertou, “se voltar com o cigarro vai voltar tudo de novo o que você era antes”. Não tendo como esconder, “voltou tudo de novo. Ai ele teve a recaída”. Manteve-se “limpo” por um mês. Rebeca conta que antes de voltar com o *crack*, o filho estava fumando maconha. Mesmo antes do acolhimento na C.T. em “momentos de crise”, já fazia a substituição de *crack* por maconha. “Ficava de boa, só que não estava suprindo”.



37. Rebeca abraçada com as filhas.



38. Rebeca observa a filha brincando.

Marlon voltou a fazer uso radical de *crack*. Retornou se colocando mais em risco. Furtando com maior frequência, e de vizinhos mais próximos da família. Leva tudo de valor de dentro de casa com mais regularidade também. Passou a fazer uso de *crack* no quintal da sua casa. Urina e defeca nesse local. Não usou “as ferramentas que adquiriu, (...) evitar lugares, amigos”. Ao mesmo tempo, diz que voltou a usar porque queria usar, “porque é bom, é bom e ao mesmo tempo ruim”. Descreve que estava com vontade de fumar maconha, aí foi “fumando e trabalhando”, porém, num momento sentiu que “algo” pediu o *crack*. “Quando eu fumo o chá, sim, eu me organizo, mas às vezes dá vontade de fumar o *crack*”. Diz que a pedra, “ela dá fissura, porque já tá no sangue, o corpo pede”.

Pede pelo sangue, diz que sente um “negócio” dentro de si. Não consegue nomear o que acontece com o seu próprio corpo. Reconhece que quando está trabalhando permanece “quase o dia inteiro sem usar”. Fica pensando, “eu vou arrumar um dinheiro e vou fumar uma mais tarde”. Garante que, se fumar a primeira, “já bate a fissura, se bater a fissura, eu já vou atrás de mais dinheiro”. Para Marlon “a droga está no sangue”. Sendo assim, “ela não tem cura, quando você para de usar ela só fica estacionada, você coloca a primeira na boca já era, você aciona o gatilho, lá na clínica que eu aprendi isso”. Para conseguir dinheiro diz que trabalha ou faz “um corre para

fumar”. Vende ferro. Exalta-se dizendo que no bairro conhece praticamente todos que ali vivem e que não teme nada. Afirmar que há um motivo para fumar *crack*, mas que nunca contou a ninguém. Nunca revelou o segredo. Irá “morrer com isso”.

Outros rapazes da sua idade no bairro namoram. São casados. Marlon não. “Porque para namorar assim é difícil, sei lá, meu jeito, agora é só ficar e acabou, cada um para o seu lado, não quero nada sério, tem que arrumar uma mulher certa. Quer dizer, que dê certo comigo”. Enquanto não encontra confia a Deus que esse lhe prepare uma pessoa, diz que se “aparecer nós tá aí, né?”, e desacreditando disso acontecer comenta a razão pela descrença, “eu uso mais droga do que tudo. Tô para o *crack*”. Para interromper esse tipo de uso diz que “conselho ajuda um pouco”, mas que a força deve vir “de dentro”. Em sua concepção é “o tempo que dá jeito nas coisas”, e sobre o seu, “só Deus que sabe”.

Rebeca reagiu ameaçando esse tipo de agenciamento de Marlon com o *crack* e, às vezes, chamando “os caras lá de baixo” para resolver o seu problema. Isso fez com que os outros filhos que vivem na casa a apoiassem e voltassem a respeitá-la. Ao mesmo tempo, fez com que as discussões com a mãe aumentasse cotidianamente. Descreve ter um amigo que a está “ajudando com Marlon”. Esse amigo, autorizado por Rebeca, deu-lhe “uns tapa” que, segundo ela, garantiram a vida do filho. Por ter sido dessa maneira a contenção, foi extremamente criticada, a ponto de dizer que família “é tudo uma farsa”. E que não tem família. “É eu e Deus e os irmão da igreja, e mesmo na igreja a gente acha gente que não quer ver o teu bem, mas você tem que se manter firme e forte”. Maria confirma que não foi “uns tapa”, mas, sim, que “o cara deu um chute na cara do menino aqui na rua”. Preocupada, questiona-se, “e se dá um negócio na cabeça do menino?”. Afirmar que “não pode”. Ao mesmo tempo lembra-se do que o neto tem feito em casa e com os vizinhos. “Tá certo que ele tá errado de fazer as coisas que ele tá fazendo”.

Marlon ameaça Rebeca dizendo que se não lhe der dinheiro irá roubar para fumar *crack*. Rebeca, ao mesmo tempo em que tenta convencê-lo a se “internar” novamente, secretamente, tem lhe dado dinheiro para fumar. Por financiar o uso da substância, a mãe sente-se mal. “Porque eu estou dando dinheiro para ele destruir a vida dele”. Tem consciência de que não pode impedir a sua morte, de que, ao lhe fornecer dinheiro, está apenas prorrogando sua vida, mas “Deus não tá se agradando com o que

eu tô fazendo”. Sente-se “podre por dentro, porque ele já tá doente, eu tô ajudando o Diabo a matar ele, tirar a vida dele mais rápido”. Porém, acha essa saída melhor do que a de o filho roubar “e aparecer morto no meio da rua”. Afinal, “o que uma mãe não faz por um filho? Eu falo de mim, eu só não vou roubar e matar ninguém para ele fumar uma pedra, não vou não”. Rebeca teme o filho roubar e ir preso, e teme mais ainda o filho ser morto. “Porque eu acho melhor eu dar do que ele roubar. Tem muitos casos que ainda vão roubar e ainda é preso. E quando não é preso, amanhece morto na rua”. Salienta que Marlon não “sabe o preço alto que paga” quando rouba.

Nesse tempo tem tentado fazê-lo retornar a C.T. para se “desintoxicar, pra limpar o seu corpo. Aí teve outro dia em que ele arrumou a mochila dele. Aí eu falei vamos agora, aí ele, tá bom mãe, arrumou a mochila dele, e na hora não quis ir”. Mesmo após o ocorrido com o filho, Rebeca, se tivesse escolha, “optaria por ele voltar para a Nova Conquista, porque é mais perto”. Considerou o “tratamento nota dez. As palestras são muito boas. Eles são muito firmes mesmo. Passam segurança para gente.” Segurança de que “um dia eles [filhos] vão parar de usar droga, igual eles pararam”. A única coisa que Rebeca não entendeu foi o que “eles fizeram com o Marlon”. Reconhece que “se da primeira vez foi difícil para ele aceitar, para ele ter falado um sim”, com a “direção da casa” [C. T.] tendo tratado “ele do jeito que tratou”, agora será “mais difícil ainda para ele voltar. Para ele querer ser ajudado, né? Lá não deu um voto de confiança”.

Assume não saber o que fazer. “Eu não sei, a autoridade vai ter que fazer alguma coisa. Eles no CRATOD vão ter que fazer alguma coisa”. Pergunta-se, “como é que eu vou ficar com esse menino usando *crack* aqui, com todas essas crianças aqui, aí a gente tem que procurar quem tem mais autoridade”. Descontente. Não se sentindo ajudada pelas “autoridades”, Rebeca faz acusações. Diz que o sistema todo é uma máfia. “Nem bem conclui o tratamento de um usuário, querem tirar aquele lá que não concluiu para pegar outro pra pegar mais dinheiro”. Garante que “o tráfico, o Governo e o PCC estão de mãos dadas”. Confia a vida do filho a ela e a sua diuturna luta diária além das orações, “porque se eu fosse esperar ajuda deles o meu filho já estaria morto, é por causa que Deus tá tendo a misericórdia sobre a vida dele, porque se eu for buscar a ajuda do Estado, ele tá na beirada do abismo”.

Afirma não estar bem, e que seu estado “piorou” depois de ter inalado a “fumaça do *crack*. Fui falar para ele não usar droga lá. Justo na hora que eu fui falar ele coisou”. Garante ter “ficado com período de abstinência do *crack*”. Diz que não tinha ideia de que a substância do *crack* podia fazer “aquilo, a fumaça, só foi uma tragada, ele bafou e eu tava desprevenida e eu inalei aquela fumaça”. Queria sair na rua “para comprar a droga”. No primeiro momento lhe deu “um branco”, depois ficou “normal”, e depois se viu “louca, maluca”. Tinha que usar “para ter prazer”. Ajoelhada disse, “não acredito senhor que eu peguei isso aí do meu filho”. As pernas formigavam. Os pés ficaram inquietos. Quando urinou comprovou o que Marlon havia lhe contado, que o “resíduo da droga sai no xixi e no cocô. É branco e parece um chiclete, tipo aquela nata do leite, fica nadando sobre a sua urina”. Lembra o que o filho lhe disse, “cada pessoa é diferente para apresentar a “fissura, é que a droga fica no sangue, ela cola, então para alcançar a cura, ela tem que descolar todinha, tem que descolar”. Pergunta-se “como ela vai descolar”. Descreve seu corpo “no período de abstinência. Tudo formigava, aí subia, vinha para o organismo, para o cérebro, agora eu sei, porque eu passei na pele, eu passei”. No momento em que sentiu essa inquietação quis beber leite “porque desintoxica”. Aprendeu com o filho, “ele toma bastante leite, bastante suco, mas tem hora que não consegue porque o sangue tá muito contaminado” com o *crack*. Tomou o leite fornecido pela escola, não resolveu, tinha que ser o de caixinha, que “parecia que já batia no estômago e limpava tudo”. Não tinha dinheiro para comprar, pediu emprestado.

A partir dessa experiência, Rebeca levanta uma questão. “Eu fiquei assim parada pensando, aí eu fiquei pensando, quando você fica pensando, você já fica com vontade de usar a droga, é psicológico também, não é?”. Lembrou que seu ex-companheiro, quando tinha que enfrentar algo ou alguém, também fazia uso de álcool. No seu caso “só com a fumaça; imagine se eu tivesse fumado um pedaço da pedra, eu tava como uma nóia, porque só uma bafurada fiquei desse jeito”. Incomodada, a mãe reconhece que “para muitos não é doença, é uma safadeza”. Já pensou assim também. Sente que algo mudou em sua vida após o filho ter “baforado o *crack*” nela, Deus teve o domínio sobre a sua vida, “ele veio mostrar que isso não é uma safadeza, isso não é, isso é uma doença espiritual e uma doença carnal”. Apresentando cansaço, tem buscado “internar” Marlon, “porque ele não pode ficar aqui, porque ele vai passar doença para o Jeferson. Ele vai contaminar alguém da família aqui. Vai deixar todo mundo doente”. A doença a

que Rebeca se refere chama-se “abstinência”. Demonstra-se esgotada diante do fenômeno, “eu não sei, o meu limite para te falar, passou do limite”. Reconhece ter feito de tudo o que já ouviu como alternativa. Expulsou o filho de casa. Desfez-se de suas poucas roupas. Amarrou. Bateu. Não resolveu. Só não mandou “os caras matar o filho”. Sente-se “o tempo inteiro” sendo desobedecida por Marlon, “parece que eu falo assim, vai lá e rouba fulano”. Para ela, o filho não reconhece seus esforços, “ele não vê que eu tô terminando a minha casa, que eu preciso terminar isso aí, isso aí vai dinheiro, entendeu, as crianças quer que eu arrume a casa direitinho”. Tem dado pouca atenção aos outros filhos. Depois que inalou a fumaça passou a enxergar com tristeza o filho Marlon, e tem se esforçado, buscado forças na igreja para manter a esperança.



39. Casa em construção de Rebeca.



40. Marlon comprando um cigarro solto na venda.

Vem-lhe a sensação de incapacidade por ter colocado “um ser humano no mundo e ter se tornado nisso aí, não dá pra acreditar que essa doença faz isso com o ser humano. O que eu fiz? Será que não dei amor para o meu filho? O que faltou?”. Tem percebido outra questão em si: o tratamento dado aos filhos homens. Reconhece ter sido diferenciado, e ainda é. Lamentou, “até as meninas percebe. Minhas filhas falam, são sabidas, graças a Deus, elas falam”. Sente que os meninos são mais impossíveis, descontrolados, e que “as mulheres não. São mais companheiras da mãe, fazem as tarefas em casa. Eles são muito inteligentes também, porque assim, eles cresceram, mas a mentalidade continua de uma criança”. Para Rebeca, a forma como criou os filhos homens fez com que eles não desenvolvessem a mentalidade; já as meninas crescem com a mentalidade se desenvolvendo em conjunto.

Noutra tentativa de acolhê-lo, num sábado recebeu ajuda do amigo, que chamou Marlon apenas duas vezes, “não vou chamar de novo, levanta e vai tomar banho, e anda logo porque eu tô com pressa”. Marlon foi “resmungando daqui até lá, aí eu falei, se

você quiser a gente desce, mas na volta a gente resolve com os meninos, não quer se ajudar, mas quer ficar roubando os outros e quer ficar me roubando”. Garante que blefava com o filho sobre voltar a pedir ajuda aos “meninos” do tráfico. Foi gritando no ônibus até chegar ao local; conseguiu levá-lo. No CRATOD não havia avaliação aos sábados, “mandaram voltar na segunda”. Preocupada por não poder faltar ao trabalho, em especial às segundas feiras ligou para sua patroa e conseguiu trocar o dia de trabalho, indo trabalhar no domingo. “Fui trabalhar de boa graças a Deus, ganhei meu dinheirinho”. Na segunda feira o caso não era - dessa vez - para “internar”. Rebeca entendeu que o filho não ficou “porque não concluiu os 6 meses na Conquista. Ele tinha que ter concluído”.

Com ajuda dos “irmãos de igreja”, levou o filho a “uma clínica ali na Castelo Branco”, cujas vagas são oferecidas pela igreja. Marlon novamente “usou droga antes de ir”. Rebeca negociou com o filho e com os “irmãos”, “falei, ele tá usando droga, vocês vão ter que esperar um momento. Ele falou que, se não usar ele não vai, é para criar coragem, ele tem que fumar 1 pedra antes para ele poder se internar”. Saíram às 17h40. Chegaram às 20h00. Lá ele não quis ficar, “ele começou a se manifestar com o demônio, que é tão sujo que falou que eu falei que ele ia poder fumar [cigarros] na clínica, eu não disse isso, ele sabe que não pode, eu não ia falar isso”. Na volta para casa o “irmão” veio unguindo-o com óleo, e novamente o “demônio se manifestou”. Oraram para ver se limpava o que estava em seu corpo. Seguravam sua cabeça, seu corpo se contorcia, gargalhava. “Gargalhadas do capeta mesmo, do tranca rua”. Quando partia um demônio, outro se manifestava em seu corpo. Rebeca fortaleceu sua atual perspectiva; está convencida de que o “uso de droga” não tem nada que ver com seu filho, “Marlon não tem nada a ver com isso”. Seu erro foi permitir “o mal entrar em sua vida”.

Convicta dessa interferência espiritual, Rebeca convoca fisicamente Marlon e, contraditoriamente, volta a xingá-lo. Porém, não chama os “meninos” do tráfico lá de baixo. “Não adianta chamar porque se chamar eles vão levar ele lá para baixo e vão matar ele. Eles são traficantes, nunca fizeram nada, eu também nunca fiz nada para eles, só que eles não gosta das coisas que ele anda fazendo”. O mal que invadiu Marlon é o *crack*, “uma doença que o demônio pôs nas pessoas. É uma doença que o inimigo trouxe para terra”. Para “curar, Deus vai fazer uma obra, vai tirar esse espírito maligno, sujo, imundo, da vida dele e vai ajudar ele. Ou Deus vai levar a vida dele, vai dar

permissão para o Diabo fazer isso, porque desse jeito não dá pra continuar”. Segura a respeito da existência e da forma que atua essa tênue linha, entre vida e morte do próprio filho, Rebeca diz conhecer a posição que deve ocupar para ajudá-lo. Afirma ser a coluna que o escora, pois está sendo escorada também por Deus e também pela filha Natália, “porque, se não fosse ela, eu não sei o que seria da minha vida”. Reconhece a “doença” no corpo do filho e também a exigência psicológica que Marlon terá de enfrentar para “se curar”. Está convicta de “que a força maior tem que vim de dentro dele”. Marlon dessa vez deverá falar não. “Não quero isso para a minha vida. Eu tenho que ser mais forte do que a droga, do que o *crack*. Muitas pessoas vê o caso dele aqui e fala, é só Deus, mas para Deus nada é impossível, muitas pessoas saíram dessa vida”.

Tem reconhecido que Marlon faz suas escolhas, e também que o filho está doente, precisando de apoio da família, caso contrário, não conseguirá “sair do *crack*”. Está disposta a ajudá-lo, não desistiu, “que nem eu, já não tenho de onde tirar força para tentar ajudar ele”. Continua ajudando-o. “Padecer no paraíso”, isso é ser mãe. “É ficar de pé para o que der e vier”. Ser filho “é ser responsável, ter amor à família, é se dedicar, é querer viver bem, para ele mesmo, querer viver bem com as coisas do mundo”. Rebeca tem pedido em suas orações “paciência”; diz ser pela dificuldade do momento. “Eu, como mãe, tenho que dar apoio para ele. Muitas pessoas já falaram que ele não foi morar na rua por minha causa, por causa de mim, porque senão ele estaria na rua”. Sua missão é que o filho largue o vício. “Ele vai ter que sair disso porque não nasceu assim, do mesmo modo que procurou, tem que achar um modo de sair disso aí que procurou para a vida”. Deseja que o filho “vire homem”, que mude a própria história, “seja capaz de mudar, que um dia ele diga, eu fui usuário de pedra, mas hoje em dia eu não sou mais”. Que ele consiga vencer a sua doença, que consiga se curar, e que fale “tá vendo mãe, valeu a pena você ter ficado do meu lado. Valeu a pena. Quero sim que ele trabalhe, constitua uma família”. Não espera riqueza. “Eu quero que Deus me traga a vida dele de volta”.

Para Rebeca o caso do filho “é só Deus para libertar ele. Eu creio que médico ajuda, clínica ajuda, mas é Deus, tem que ser o espírito de Deus no remédio, na clínica. É Deus”. Não desmerece o trabalho dos médicos, caso o filho fosse atendido nalgum Serviço. “Porque eu sei que Deus vai fazer uma obra na vida dele; só que a gente não sabe como, se é através de uma clínica, alguém pode falar uma palavra para ele naquela clínica; Deus pode usar aquela pessoa pra transformar a vida do Marlon”. Para a mãe há

a possibilidade de o filho retornar transformado “da clínica”. Sendo uma obra realizada por Deus, “uma coisa que Deus fez, é uma coisa feita por Deus”.

Em sua concepção, “a droga é uma destruição, veio mesmo para destruir as famílias, acabar com a vida do próprio usuário. A maconha não faz mal a ninguém, o cara fuma e fica tranquilo, alegre, não prejudica a família, não prejudica o emprego”. Rebeca acredita que, se “Marlon tivesse ficado apenas na maconha, estava tudo bem”. Marlon não conseguiu permanecer fazendo uso de maconha. “Não sei, preciso do *crack*, eu gosto, eu preciso”. Tem ameaçado roubar para conseguir a substância. Rebeca lhe oferta a quantia. Indignado ao vê-lo pressionando a mãe, numa tarde eu (pesquisador) disse a Marlon: “você é folgado, hein?”. Respondeu-me: “Sou, nada”. E saiu cantando “pesadelo, é um elogio; pra quem vive na guerra; a paz nunca existiu” [Negro Drama – Racionais Mc’s]. Ele me disse que representava: nada? Rebeca, durante esse episódio, viu no filho o que não consegui ver. “Você viu. Ele lavou o cabelo, pôs de lado. E passou creme nas pernas, que estava seca. Deve tá querendo namorar. Tomara”. Sua ambição nesse momento de vida familiar é tratar do “filho doente” e voltar a dar atenção aos outros filhos. Rebeca não tem pensado em namorar, está “dando um tempo” para o amor. Na última aventura romântica que teve, disse ao homem, “ou você pega suas coisas e vem morar comigo, ou eu vou morar com você, mas, para ficar assim, saindo, não dá, cara, eu não sou mais criança, não vou ficar brincando de casinha”. O pretendente também faz “tratamento químico”; isso a afastou dele. “Era mais um na minha vida”. Além do quê, o homem não desejava viver com uma mulher com “toda essa responsabilidade”. O que no início a deixou triste e magoada se transformou. “Mas agora eu me sinto aliviada, não era isso que ele queria para vida dele, então, aí a gente acabou e ficamos só na amizade, eu nem penso mais nisso”. Conhece a dificuldade de, na atualidade, ter um bom encontro amoroso, um homem que banque enfrentar a “guerra”. “Tem que ser um cara peitudo mesmo, e gostar muito de mim, tem que ser aquele amor assim, à primeira vista”.

## 2.2. Família 24 por 48

Deixa acontecer naturalmente  
 Eu não quero ver você chorar  
 Deixa que o amor encontre a gente  
 Nosso caso vai eternizar.  
**Deixa Acontecer – Grupo Revelação**<sup>94</sup>

Bete tem 53 anos de idade; nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Reside em São Paulo há trinta e dois anos. Dividiu o tempo morando doze anos na zona sul, e quinze, na zona leste. A conta “não bate”; não soube, e também não se esforçou em dizer, onde viveu os outros cinco anos. Têm quatro filhos, “todos maiores de idade”, uma mulher e três homens. Gislaine (25), Ricardo (29), Wesley (35) e Emerson (37). Com ela mora o filho Emerson, a mãe, dona Zilda (70) e três netos – Vidinha (7); Andrey (4); Isaac (2) - filhos “da filha problemática”, como faz questão de ressaltar a mãe. Wesley vive com Ana (esposa) e dois filhos na “sul”. Ricardo está preso. Este último tem um filho com Adriana, que também mora na zona sul. A “problemática” é Gislaine. Quando conheci Bete no Espaço de Acolhida, a filha estava vivendo com o namorado Wagner (28). Queixando-se, a mãe conta que a filha “vem em casa quando ela quer ver as crianças; vem um pouquinho e já sai para a rua de novo. E eu vou tocando a vida com as crianças”. A família reside num apartamento de 2 quartos, sala, cozinha e banheiro adquirido pelo programa habitacional, no bairro Jardim Santo André, distrito de São Mateus, zona leste. Antes viviam numa “favela na sul”, de onde teve de sair, não podendo escolher a região onde viveria sua vida. “Se fosse por mim, tava na sul perto dos filhos, das noras, das amigas”. Bete não gosta de morar na zona leste. Não se identificou, acha tudo distante. Conta que os primeiros prédios inaugurados do Programa Cingapura “foram na sul. Só que, naquela época, o pessoal falava, se atrasar o condomínio é despejado, sempre tive muito medo de ir para a rua com meus filhos, de não ter onde morar com eles, não aceitei com medo. Fui sorteada, não aceitei”. Respondeu que “quando fizerem noutra lugar, daqui para lá eu arrumo um serviço para eu arcar com as responsabilidades, porque eu sozinha, já pensou, eu não dou conta de pagar”. Quando disponibilizaram “vaga” na zona leste, não teve escolha, “não teria mais na zona sul”.

<sup>94</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.vagalume.com.br/grupo-revelacao/deixa-acontecer.html>



41. Filhos de Bete na infância.



42. Bete com os 3 netos.

Nunca se arrependeu por ter os quatro filhos. Mas confessa que a vida não tem sido generosa. Da primeira relação amorosa, “fugi porque meu marido – Jorge (60) - era muito ruim para mim, ele me espancava direto”. Emerson tinha 3 anos de idade; Wesley 1 ano de idade. Bete “vivia de olho roxo”. Conta que “o ciúme” era tanto que não podia “cortar o cabelo, usar decote, calça apertada, porque ele não deixava. Era ele que comprava roupa para mim, minhas roupas só era roupas de homem”. Usava “camisa de colarinho”. Com 17 anos de idade, “andava que nem uma velha”. Não ia à padaria, “ele não deixava”. Até hoje tem dificuldades de usar roupas mais curtas. Cansou e resolveu fugir com 20 anos de idade. “Aí eu dormi pensando, chega dessa vida”. Conta que quando chegou escondida na rodoviária com os dois filhos, “quase que fui parar no juizado de menor”. Como só era permitido viajar para outro Estado a partir dos 21 anos de idade, não conseguiu embarcar. Fora colocada pela polícia no táxi e escoltada até o endereço de sua residência. “Ainda bem que deu tempo, meu ex-marido não tinha chegado ainda. Desmanchei as malas correndo”. O plano foi frustrado, mas não desistiu. Aguardou seis meses; completou 21 anos de idade -“parecia uma menina de 15” -; comprou a passagem e embarcou. “Eu sei que, nas paradas, o motorista me ajudava com as crianças. Tinha um passageiro no meu lado que de vez enquanto ele, tá tudo bem aí. Oferecia ajuda. Eu nunca tinha visto São Paulo”. Quando partiu, pensou apenas na alimentação das crianças; pegou uma colcha de cama de casal, costurou, pôs zíper e fez um grande saco. Encheu de alimentos. Quando chegaram, não conseguia carregar. “Num teve santo que fazia eu levantar aquela bolsa”. Portava apenas o endereço antigo da mãe; fazia anos que não conversavam. “Pensei, bom, se minha mãe não morar mais lá, alguém lá deve ter conhecimento dela”. Deixou a “bolsa” no guarda volume da rodoviária do Tietê e partiu com as crianças para o bairro de Santo Amaro, zona sul. “Tudo o que eu sabia era que eu tinha que descer no segundo ponto da ponte João

Dias”. O endereço era o bar da Josefa, amiga de sua mãe. Zilda não morava mais no local, mas, aos fins de semana, frequentava o espaço. Bete permaneceu com Josefa até Zilda aparecer no bar.

Quando a família veio para “leste”, Gislaine tinha 9 anos de idade, “nunca precisou trabalhar porque eu sempre lutei. Trabalhava fora para cuidar deles”. Como Bete estava “muito cansada”, e por ter profissão - é costureira -, “um dia, quer saber, vou parar de trabalhar fora, vou começar trabalhar com as minhas máquinas de costura de novo”. Bancou a escolha. Mas por causa da criação dos netos não tem tido “nem tempo e nem cabeça” para costurar. Coisa que ama. Tem deixado de lado o “seu ganha pão”. A partir dos atendimentos no Espaço de Acolhida, Bete juntamente com as “meninas do acolhida”, conseguiu “tratamento” para a filha; pré-escola para “o netinho”; acompanhamento no posto de saúde da região para a mãe; e está “recebendo o Bolsa Família” por meio do contato com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Dos “direitos” adquiridos, o que mais lhe faz “vibrar é a guarda dos netos” que conseguiu com “autorização da justiça”.

Gislaine, há quatro anos, se “envolveu com o *crack*”. Na gravidez de Isaac “usou o *crack* o tempo todo, 24 por 48”. Sua mãe conta que, depois de muito tempo, a filha revelou que fumava maconha antes de fumar *crack*; ela nunca percebeu. “Mas quando Gislaine se envolveu no *crack*, meu Deus, ela se jogou mesmo, até acorrentar ela aqui dentro de casa, eu cheguei a acorrentar. Para tentar tirar ela do *crack*!”. Acorrentou a filha diversas vezes “porque Gislaine começou a ficar agressiva, não é justificando, não, ela vinha para cima de mim, para cima do meu filho, as crianças não podia chegar perto dela que ela agredia”. Buscava ajuda no posto de saúde quando a filha “estava em crise assim”. Diziam que “não podiam fazer nada. Até que uma vez uma agente de saúde do posto chegou aqui e viu, eu e meu filho, e a vizinha, acorrentando, segurando ela. Catando porque ela estava agressiva”. Conta que não podia deixá-la sozinha, pois “tentava se matar, pegava faca”. Acorrentava a filha no intuito de conseguir ajuda de alguém que “pegasse ela, levasse, internasse num hospital psiquiátrico para um tratamento, precisava que alguém me ajudasse”. Temia que Gislaine agredisse os próprios filhos, ou “até ela mesma, não podia deixar um cadarço de sapato que ela amarrava no pescoço”. Viviam “em função dela 24 por 48; a gente não dormia mais”. Gislaine pulava a janela do 6º andar e “sumia pelo mundo, ficava dias e dias fora de casa, quinze, vinte dias, um mês, e eu ficava a noite toda procurando ela de boca em

boca de droga, procurando onde ela estava”. Às vezes, em diligências às “bocas” e áreas de uso de substâncias - próximo a seu prédio - avistava a filha. Suja. Havia virado “mendiga”. Gislaine corria da mãe. Pelo CRATOD, a família foi encaminhada ao Espaço de Acolhida. Quando me aproximei da família, Gislaine estava sendo atendida no CAPS AD em São Mateus, “tá começando a estabelecer de novo, ela tá conseguindo” dizia Bete.



43. Bete com sua mãe, filha e dois netos.



44. Bete com a mãe e um neto.

Segundo a mãe, a filha era “uma criança normal, era muito dengosa. Também era a única filha mulher; é a caçula, então ela sempre foi paparicada. Os irmãos paparicavam. São 3 homens e só ela de mulher, caçula e filha única de mulher”, porém, depois que se envolveu “com Alan, pai de Isaac, grávida de Andrey”, Gislaine se “envolveu no *crack* junto com ele. Inclusive, ele agredia, ela e eu. Tenho problema neste braço por causa dele, ele me bateu de pau neste braço”. Num episódio de violência, a filha ligou para a mãe, pois estava sendo agredida na rua pelo companheiro, “fui acudir ela, aí quando ela tava desmaiando, eu com bebê no braço, quando ela ia cair, eu fui segurar; ele pegou um pedaço de pau e começou a dar paulada”. No início, quando se conheceram, o casal morava no apartamento de Bete, “depois inventaram de fazer um barraquinho na favela; ela inventou depois de ir morar lá com ele e, nessa época, ela já tinha o Andrey e a minha outra neta Vidinha, que já ficaram comigo”. Em menos de 1 mês percebeu a filha muito magra, achou estranho “porque ela nunca foi tão magra”. Perguntava para a filha e para o genro se Gislaine não estava comendo, propunha que a filha comesse em sua casa, “a mãe não é rica, não, mas, se não tem comida na sua casa, vem aqui, come com a mãe”. Respondia que sim, que comia, e não aceitavam a refeição. Certo dia Bete foi visitá-la e ouviu do genro, “ela sumiu. Mas ela não é sua mulher? Num sei não, deve estar por aí. Você tem que ter obrigação de saber

onde ela tá. Num sei não, tem uma semana que ela saiu”. O casal se separava a cada quinze dias; Gislaine buscava a casa da mãe; o genro a buscava na casa da sogra. Tal situação descrita por Bete perdurou até conseguir “internar” a filha pela primeira vez.

Nessa época Gislaine ficava mais com o companheiro do que com a mãe e os filhos. Durante as visitas, Bete a percebia muito magra e machucada, “de apanhar dos outros na rua. Eu pensei, o único jeito que tem é eu amarrar ela, até eu conseguir a internação, porque se eu deixar deste jeito os outros vão acabar matando ela”. Gislaine escapava. Numa ida de ônibus até São Mateus, Bete comprou um “kitzinho de canetas” e no cartão tinha a indicação de um local para “tratamento em dependência química. Para tratar a química”. Telefonou e explicou sua situação; responderam que funcionavam “24 por 48” e agendaram conversa. A família “teria que pagar no mínimo uma cesta básica”; não dispunha. Indicaram o CRATOD “nesses casos”. No outro dia foi com os três netos ao CRATOD, disseram-lhe, “se a senhora conseguir pegar ela, pode trazer, qualquer dia, qualquer hora”. Pediu ajuda para Wesley, o “filho da sul”. De ônibus não conseguia levá-la sozinha. Num domingo uma amiga da família foi até o apartamento, tinha visto Gislaine “lá em baixo fumando”. Deixou as crianças com a vizinha e, acompanhada do filho Emerson, foi à busca. Quando chegaram, tinha saído. O local é uma área de uso. Por lá estava o pai de Gislaine, Airton (60). Bete e Airton se separaram quando a filha tinha 2 anos de idade. Ele permaneceu sem ver a filha por sete anos. Gislaine sentia falta, Bete a levou em Parelheiros, onde vivia Airton com outra esposa. O pai pagou pensão dos 9 anos até os 14 anos de idade. Depois parou. Chegou a ser preso. Bete deu “fim na história”. Airton também é usuário de *crack*. “Quando ela está na rua, ela também fica na casa do pai”. No encontro, Airton informou que a filha esteve no local e que, sempre às 20h00, 22h00, retornava. Bete fez um trato com o ex-companheiro: quando a filha chegasse, ele ligaria escondido do telefone público (“orelhão”). “Gislaine apareceu, ela tá dentro de casa”. Bete agilizou a vinda de Wesley e, com Emerson, partiu. Trouxeram-na. Tentaram-na enganar dizendo que no outro dia desceriam de volta com ela. Pediram para que passasse a noite com os filhos. “Aí minha neta mais velha falou, dorme aqui comigo hoje, mamãe. E eu, você não tem dó. Tadinha da sua filha”. Ficou. Permaneceu agitada, querendo sair. Trancaram a porta do quarto.

No outro dia, os dois irmãos a colocaram no carro. “Gislaine, a gente vai te levar para o seu bem”. No caminho agressões dirigidas à Bete no banco traseiro do carro. Discussão e ameaças entre irmãos. “Se você der mais um tapa na minha mãe, eu vou ser

obrigado a parar o carro na quebrada; vou descer do carro e te dar uma surra, nem que eu vou preso”. Chegaram ao CRATOD. “Foi atendida por clínico geral e internaram”. Gislaine ficou em observação; disseram-lhe que era “para desintoxicar, e de lá levariam para o hospital psiquiátrico”. Passados 5 dias, quando a mãe foi lhe visitar, não estava mais no CRATOD. “Ela tinha sumido. Falaram para mim que ela tinha pedido alta e sumiu. Eu fiquei doze dias procurando”. Não telefonaram. “Como vocês podem dar alta para um dependente químico, sem pelo menos avisar a família? Eles disseram, mas a gente não pode fazer nada”. Para a mãe podiam. “Dava um calmante. Comunicasse, eu vinha para tentar segurar mais um pouco até sair a vaga”.

Buscou ajuda na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, forneceram-lhe cartazes com foto da filha. Colou-os em postes no centro da cidade. Nenhuma notícia. “Quando eu me lembro disso me dá um nó na garganta”. Saía às 5h00 de casa, retornava à meia noite. “Então tudo que é Cracolândia ali no centro eu descobri”. Foi uma experiência muito triste. Não queria “salvar” apenas Gislaine, “porque a gente vê mulher grávida, com criança pequena; a gente vê aquelas pessoas sujas. Às vezes um homem não é feio, uma mulher não é feia, mas tá ali, né, sujos, usando droga”. Não sentiu medo. Em nenhum momento pensou que seria agredida, nem quando se viu no meio de vinte, trinta sujeitos usando substâncias enquanto mostrava a fotografia da filha. Recebia ajuda. “Olha essa mãe tá desesperada atrás da filha, quem ver ela, fala, por favor. Aí um, eu vi ela em tal lugar, aí eu descia naquele tal lugar, muitos dos usuários iam me acompanhando naquele lugar”. Pediu ajuda para GCMs. Acordou três pessoas deitadas no chão enroladas em cobertores. Não a encontrou. Desistiu. “Aí eu falei, quer saber, eu vou embora, um dia minha filha aparece”.

Após doze dias surgiu com Alan de moto no pátio do prédio. Isaac era “bebezinho”, dormia na cama da avó. Gislaine entrou “com aquele jeito dela todo esquisito”. Foi buscar o bebê. O Conselho Tutelar (C.T.) da região havia fornecido documento estabelecendo “guarda provisória” para Bete; informaram-lhe “que se por acaso ela, ou ele, viesse pegar as crianças, que eu podia chamar a polícia”. Levaram o bebê “na marra”. Bete foi ao Conselho Tutelar e depois tentou fazer um boletim de ocorrência na delegacia de polícia. O delegado se recusou a fazer. Disseram que “não viram nada”. Igual quando o genro a agrediu na rua, uma senhora que passava chamou a viatura, ele fugiu, Bete e Gislaine foram à delegacia, também se recusaram a fazer o B.O. Após essa segunda negativa, Bete retornou no Conselho Tutelar. O “conselheiro”

ligou para a delegacia, “vocês têm obrigação de fazer um B.O. para essa avó. Se acontecer alguma coisa com a criança, a gente vai processar vocês”.

Depois de dez dias Gislaine apareceu com Isaac na “boca” [ponto de venda de substâncias]. Os comerciantes tomaram-lhe o bebê e a fizeram telefonar para a mãe, “desce aqui agora para pegar o Isaac porque o cara aqui da boca tomou de mim e falou que só entrega na sua mão; se você não vim buscar eles vão entregar para o juizado de menor”. Fazia frio, a criança estava doente. “Eu peguei ele todo sujo. Ele tava todo assado, com a boquinha cheia de hematomas”. Segundo a avó, “até com cheiro de droga esse menino estava. Até com cheiro de droga ele estava”. Na chuva o trouxeram para casa. Gislaine ficou fumando *crack*. Bete, antes de partir para casa, dividiu seus sentimentos com a filha, “vou ser obrigada a desistir de você porque eu não aguento mais. Tô cansada. Fico atrás de você, deixando os seus filhos sozinhos para vim atrás de você, Deus me livre se acontece alguma coisa com essas crianças lá”. Avisou Gislaine que tudo que podia fazer para ajudá-la já tinha feito. Decidiu abrir mão da filha. “Eu não estava mais aguentando”. Sentiu que “entrou por um ouvido e saiu pelo outro”. Antes Gislaine passava uma vez por mês para ver as crianças; após essa conversa passou dois, três meses sem aparecer. “Aí eu deixei ela pra lá”.

Gislaine depois de dois meses reapareceu “chapada” pedindo para que a levassem de volta ao CRATOD. “Filha, só se for agora”. Do CRATOD transferiram-na para o Hospital Bairral. Permaneceu por 3 meses. As visitas eram permitidas uma vez por mês. Após alta “ficou uns quatro meses tranquila aqui em casa comigo; aí ela começou a sumir de novo”. Gislaine teve recaída, desapareceu. Novamente Bete a buscava pelas ruas. A filha passava um tempo em casa, partia para nova distância. Noutra vez confessou à filha seus sentimentos “quer saber de uma coisa. Estou cansada. Você pensa muito bem antes de colocar este pé pra fora desta porta, se colocar eu não vou mais atrás de você”. A mãe diz que depois da internação no Bairral “começou tudo de novo, para dizer a verdade pareceu que ficou tudo pior, porque ela não vinha mais nem em casa, passava meses sem vim em casa”. Resume que no Hospital Bairral eram bem atendidos, porém não entende o que aconteceu com sua filha. “Só sei que ela saiu muito pior”. Assume que permaneceu “limpa de tudo que era porcaria. Ela tava bonita de novo, forte de novo”. Acusou-a “isso não é recaída, você foi porque você não tem força de vontade”. Avisou-lhe que os netos eram sua vida e – novamente – que, dali pra frente, ia cuidar apenas deles. Não cumpriu.

Bete conta que nesse período entre casa e rua – mais rua - Gislaine conheceu outro namorado, Wagner. “Inclusive ele que me ajudou a tirar ela desta vida de novo porque ele vinha aqui e dizia: Bete, a Gislaine está em tal lugar. Eu dizia, olha, eu não vou buscar, eu falei para ela”. Bete não a queria mais em sua casa; dessa vez havia um motivo maior em sua concepção. “Um dia minha neta viu ela fumando *crack* dentro do banheiro. E eu fiquei muito decepcionada, muito revoltada, quase que eu batia nela”. A mãe comprou dois batons de cores diferentes, um para ela, outro para filha. Certa noite Bete perguntou, “cadê a tampa do seu batom?”. Andrey disse à avó que a mãe havia feito um cachimbo. Vidinha viu a mãe fumando no banheiro. “A sua filha, um bebê, meu Deus, a menina tem 7 anos, você teve coragem de fumar uma porcaria desta na frente da sua filha, você sabe que aqui dentro de casa eu não quero essas coisas”. Impôs uma condição: se a filha quisesse ficar “longe das drogas” receberia ajuda, caso contrário, pediu que a filha voltasse de onde tinha vindo. Da rua. Gislaine partiu. Depois retornou pedindo ajuda para Bete. Temia perder o namorado porque esse não faz uso de *crack*. Voltou para a casa da mãe. Permaneceu por três dias “sossegada”. Bete deixou os meninos com Gislaine; o plano era pegar Vidinha na escola e, juntas, irem buscar os óculos que havia comprado. No retorno, as crianças estavam sozinhas em casa. Andrey disse que a mãe foi encontrá-las e que, depois, iria para o CAPS AD. Não se viram. Bete ligou para Wagner; não sabia seu paradeiro. Juntos foram até o CAPS. Por lá não havia passado. Não estava frequentando. Desapareceu. “Eu disse, Wagner sinto muito, vou deixar para lá, não vou atrás mais, não. Me deixa na minha casa, tô cansada”.

Cansada, porém, em movimento. “Faço coisa demais, faço coisa que era para minha filha fazer, eu que faço, não sobra tempo, é tudo na luta”. Conta que fez inscrição na creche quando Andrey tinha 3 meses de vida, nunca tinha conseguido vaga. “As meninas do acolhida” encaminharam para defensoria pública. Acompanharam-na. “Para você ter uma ideia, demorou tanto a vaga dele na creche que quando eu fui lá pra ver, já tinha saído direto para o pré. De tanto que demorou. Ele fez 4 anos”. A mesma coisa aconteceu com Isaac; porém, para ele conseguiu vaga quando estava com 2 anos de idade. Numa verificação de rotina, Bete ligou para a creche a fim de saber sobre a fila de espera. Inicialmente lhe deram uma senha, que depois foi mudada, fazendo com que ela tivesse de esperar ainda mais pela vaga. Revoltou-se. Garantiu que tinha ido “ao fórum; uma mentirinha de vez enquanto até que faz bem né?”. Ameaçando, conseguiu a vaga para Isaac. Vidinha estuda de manhã; à tarde vai ao Centro para Crianças e

Adolescentes (CCA). A avó tem pleiteado uma vaga no time de futebol de um programa social, o que a fará se ocupar mais duas vezes na semana. “Eu sou assim, tudo que dá para eu fazer para os meus netos, eu tô tentando”.

No prédio onde vive todos acompanham “seu drama” com Gislaine. “Eu aviso que qualquer hora eu vou parar, já que não dá jeito mesmo. Ninguém tá acreditando, nem ela”. Como disse, já acorrentou a filha na escada várias vezes. Diz que usava cadeado em suas pernas. Acorrentava também à cama. Mas Gislaine conseguia serrar as correntes. “Ela serrou duas correntes, inclusive eu guardei os pedacinhos para mostrar para meu filho que mora na sul porque ele não acreditava”. Entristecida, conta que, por causa do envolvimento de Gislaine com o *crack*, Wesley a culpa. Afastou-se da mãe. Mesmo triste com o filho, o entende, “Gislaine apronta demais, mesmo”. Bater. Acorrentar. “Não funcionou”. Desistiu. Novamente repetiu, “olha, Gislaine, eu não vou mais bater em você, não vou mais te acorrentar, se você quiser ir em casa vai, se não quiser não vai, mas faz uma forcinha pelo menos para ver os seus filhos”.



45. Netos de Bete.



46. Vizinhas de Bete, amigas de infância de Gislaine.

Gislaine e Wagner viveram o dilema da separação por três meses, Gislaine vivia entre a rua e a casa. Separavam-se e voltavam. Wagner buscava ajuda da sogra. Pedia permissão para levá-la à casa de Bete. Que permaneceu convicta de não querer contato. “No dia em que ela virar gente aí ela volta, porque eu não vou deixar as crianças crescerem do lado da mãe deste jeito. Que exemplo eu vou dar pra essas crianças?”. Até que numa tarde Wagner chegou diferente, “véia, a Gislaine tá doente”. Bete rezava, pedia a Deus que a filha conseguisse “sair por bem, senão que Deus lhe tirasse pela dor. E Deus me ouviu”. Estava há três dias numa cama, sem comer e beber absolutamente nada. “Aí, eu me desesperei porque falou em doença, né?”. Gislaine estava muito magra. Bete se assustou. Deu-lhe um banho, ligou para o trabalho de Wagner, os dois a

levariam ao Hospital São Mateus. Bete foi até sua casa, deu banho nos netos, “arrumou comida” e voltou. Wagner não conseguiu sair mais cedo do trabalho; mãe e filha foram de carona com o vizinho. “Pelo amor de Deus, me socorre, socorre a minha filha, que a minha filha tá morrendo, ela não tá aguentando. A boca dela tava seca”.

Quando chegaram, Bete sentiu-se exigida por ter de dizer a verdade ao médico, “ela é dependente química e é 24 por 48 no *crack*, não come, não bebe, e já tem quatro dias que ela tá desse jeito”. Dor abdominal. Diarreia e vomito. O médico orientou retorno a “alguma clínica porque o *crack* tomou conta do organismo dela inteirinho”. Deu-lhe “Buscopan na veia”. No outro dia após negociar com o “patrão”, Wagner e Bete a levaram ao CRATOD novamente. “Eu não tinha para onde levar”. Conta ter implorado, não queriam aceitá-la. Entendeu que foi “porque ela já esteve internada. Teve até no Bairral. Eles olham prontuário. Eu disse: moço, me dê mais essa chance. Só mais essa chance, pelo amor de Deus, porque a minha filha tá morrendo”. Foi avaliada por um psiquiatra. “Graças a Deus, eu consegui”. Encaminharam a “uma clínica em São Bernardo do Campo”. Hospital Lacan. A primeira visita seria depois de sete dias. Informaram que sairia de alta com a assinatura da responsável. “Aí, eu já fiquei mais confiante. Aí eu cheguei lá e a moça falou para mim que ela só saía de lá com a minha assinatura”. A mãe conta que numa das visitas encontrou-a “toda machucada”. Havia brigado. Achou esquisito. Perguntou para a filha sobre a segurança do local. Respondeu que ali “ninguém olha ninguém, não”. Sentiu-se confusa porque na palestra disseram-lhe “que o dependente químico, eles são assim mesmo, eles fazem chantagem com a família, para família comover e tirar eles”. Confusa e com medo. Quando completou um mês foi visitá-la, mas antes conversou com o genro, “estou muito preocupada, a gente tá indo lá hoje, eu vou trazer ela. Eu tô com medo, vai que a gente chega lá e acontece alguma coisa pior com ela, a minha consciência vai pesar mais”. Wagner concordou e se prontificou a acompanhá-la no “tratamento químico”. Uma psicóloga falou com Bete. Gislaine estava sendo avaliada por uma médica psiquiatra. Bete e Wagner passaram o dia “na clínica”. Já era tarde quando foi chamada pelo médico psiquiatra, “você não precisou pedir alta, ela estava de alta desde sexta-feira passada, mas, qualquer problema que ela tiver, não precisa nem levar para o CRATOD, não, pode trazer direto”. Chegando a casa, mãe “acha” que a filha está melhor. Porém, em relação às crianças, “isso eu já me acostumei, ela nunca foi aquela mãe, não. Aquela mãe, não”. Gislaine

voltou a frequentar o CAPS AD, permaneceu “sem fumar e beber. Eu acho que desta vez ela não dá recaída mais”. Teve. Gislaine fugiu e “não quis mais” o namorado.

Permaneceu três meses sem visitá-los. Numa noite veio trazida pelo amigo, “arrastada para ver os filhos”. Durante as ausências Bete sabe onde a filha fica, “está lá na Situada, perto da chácara Vivian, num barraco de um cara, nos *crack* direto”. Sua busca nesse momento é de “entrar na Justiça para pegarem ela e operarem na marra. Deus que me perdoe, mas a maior preocupação que eu tenho agora é essa. Ela arrumar mais filho, como é que eu vou fazer? Eu não vou deixar um neto ir para adoção”. Diz não ter como sustentar a casa se “aparecesse mais criança”. Preocupada, embora negue ir atrás da filha, a cada quinze dias, ou a cada alerta dos vizinhos, mãe e Emerson descem para procurá-la. Vidinha já entende a relação da mãe com a família, expressa saudades, “pede para que busquem sua mãe”. Gislaine promete, marca data, não vai ver os filhos. Revoltada, Bete grita, “mas não tem nem cabimento levar os meus netos na Cracolândia para ver ela. Então fico enrolando, amanhã a vó leva, amanhã a vó leva, amanhã a vó leva”. Nas idas repentinas de Gislaine à casa, Vidinha e Andrey comemoram. Abraçam. Se a mãe convida-os para sair, apenas Vidinha a segue. Isaac tem medo da mãe. “Não vai no colo de jeito nenhum”. Chama a avó de mãe.

Bete conceitua os lugares onde busca a filha de “Cracolândia lá de baixo. Menor. Não tem tanta gente como na cidade. Ali é só droga. Às vezes quando vou lá, tem alguém batendo nela, ela já apanhou várias vezes lá embaixo”. Desloca-se em busca da filha quando percebe que é caso de doença. Articula com a Justiça para pegá-la e “darem um jeito para não ter mais filho. Tadinha de minhas crianças, minhas crianças precisam muito mais de mim do que a mãe deles. Está nessa vida porque ela quer, ela não quer ajuda. O que eu posso fazer?”. Questiona-se, não entende a “doença de *crack*. Ela teve internada tomando medicação, quer dizer, não é possível que nesse período não deu tempo de desintoxicar e esquecer essas drogas. Será que ela nunca vai esquecer?”.

Emerson foi usuário de *crack*. Parou. É tido como exemplo pela mãe. “Hoje nem bebe”. Quando fazia uso de álcool tomava de tudo. “Até perfume”. Gostava de “arrumar treta”. Tinha que ficar “louco e brigar na rua antes de voltar para casa, senão não era diversão”. Orgulha-se em contar sua “vida passada”. Bebia e fumava *crack* a noite inteira. “Sempre trabalhou, desde criança quando começou fumar cigarros”. Mas “causava”. Resolveu parar. Voltou à igreja e acompanhou “a melhor parte” do que

ensinam. “Ficar de boa”. Comprou uma Perua Kombi e aprendeu a dirigir sozinho. Não tem carteira de motorista; trabalha com reciclagem. Mora com a mãe, “que não é mais criança”. Admira. Reconhece o esforço em criar os quatro filhos. Quer ficar próximo para ajudá-la. Diz que a mãe é “teimosa, quer tudo do seu jeito”. Não cede. E que “tá precisando de ajuda”. Emerson às vezes queima “um fumo [maconha]. Ajuda a seguir minha vida, minha mãe tá ligada”. Os “irmãos” da igreja desconhecem o fato. Bete agradece a Deus pelo filho às vezes estar só na “maconhinha”.



47. Filho de Bete e sua Perua Kombi.



48. Gislaine e seus dois filhos abraçados.

Revela que foi criando os netos porque a filha “nunca teve assim, compromisso com os filhos. Ela nunca foi àquela mãe responsável, cuidadosa com os filhos”. Quando Vidinha nasceu, buscou Gislaine “umas 3 vezes dentro do bar, de madrugada, enquanto minha neta chorava. Bati dentro do bar na frente de todo mundo”. Nessa época Gislaine “não usava drogas”. No momento de raiva Bete esbraveja, “o problema dela não é só vício, é porque ela não tem responsabilidade mesmo. Não tem amor próprio. Porque eu criei meus quatro filhos sem pai nem nada, nunca abandonei”. Ter uma filha que fuma *crack* “é a pior derrota do mundo. Deus que me perdoe, eu preferia que minha filha estivesse presa. Igual meu filho. No lugar do meu filho do que enfiada nas drogas. Porque é uma coisa que a gente tem vergonha das pessoas”. Dispara que, nesse “tipo de gente ninguém confia”, refere-se aos furtos cometidos: dinheiro; alimentos; perfume; sapatos; telefone. “Ela ontem teve aqui, ela pegou R\$ 20,00 que eu tinha para comprar as coisinhas das crianças”. Pediu cigarro para a mãe, o dinheiro estava na mesma gaveta. Emerson a alcançou e impediu que fosse embora, voltou para falar com a mãe. “Nossa, Gislaine como você tem coragem? Você fica dois meses sem ver seus filhos; quando vem tem coragem de pegar os únicos R\$ 20,00 que sua mãe tem?”. Inicialmente, Gislaine nega o furto. A mãe diz já conhecer o drama da filha, que chora.

Ajoelha. “Gislaine, não adianta. Eu sei que foi você. Várias vezes você já provou que foi você que pegou, não adianta”. A filha confirma. “Toda vez é esse drama”

Para compreender o fenômeno Bete vive um dilema. Ao mesmo tempo que faz referência ao uso radical de *crack* como “falta de responsabilidade”, também reconhece como questão de saúde individual da filha. “Eu acho que sim, acho que a pessoa não tem equilíbrio nenhum. Nem nos filhos a pessoa não pensa. Não tem sentimento nenhum. Então quer dizer, só pode ter uma mente muito desequilibrada”. Consegue esboçar o que seria um “tratamento” mais eficiente. Uma “internação” de no mínimo 6 meses. Lamenta não ter condições para pagar uma clínica. “Eu acho que ela até conseguia libertar disso”. Em sua concepção, o usuário radical de *crack* precisa se afastar por mais tempo. Se isolar do mundo, principalmente porque no circuito que transita só encontrará usuários radicais. “Jamais uma pessoa de responsabilidade vai ter amizade com uma pessoa desse jeito. Porque nem eu como mãe, Deus que me perdoe, quero uma pessoa dessa perto de mim”. Não tem confiança.

Bete traz novas situações da relação entre ela e a filha. Quando Gislaine aos 16 anos de idade teve o primeiro namorado – Nei (30) - diz a ter orientado, “porque eu não sou aquela mãe tão careta. Não adianta. Caretice não adianta. Então, aí eu sentei, conversei com ela, eu sei que as coisas mudou, o mundo não é igual na minha época”. Pediu à filha para ter “cuidado” com gravidez, “a maioria dos homens hoje, eles vê uma menina virgem e quer aproveitar”. Após dois meses com o namorado informou-lhe que não “era mais menina moça”. Foram juntas “ao médico”. Consulta particular. “Estava com dinheiro”. Saíram com “remédios. Para você não engravidar, porque você sabe, você sempre gostou de curtir, depois que a gente é mãe a vida transforma totalmente. Não vai poder deixar o filho aí jogado pra você curtir”. Mesmo “fazendo uso” de anticoncepcionais, engravidou. Aos 17 anos de idade teve Vidinha. “É a mesma idade, por incrível que pareça, que tive meu primeiro filho também. Só que eu fui totalmente ao contrário dela, eu sempre cuidei dos meus filhos”. Mãe e filha tiveram o primeiro filho com 17 anos de idade. Gislaine não usava drogas. “Se eu chamava, pelo menos me obedecia. Eu dizia, olha, cuida da sua filha porque agora você é mãe”. Quando estava grávida de Andrey, conheceu Alan, pai de Isaac, “foi daí que foi morar com ele, que ela começou com essas drogas”. A mãe fala de uma filha com dois tipos de funcionamento, como alguém confiável e amiga, e alguém “toda maltrapilha. Toda maloqueira. Suja, de

cachimbo na mão. Eu não gosto nem de olhar, já dá vontade de bater, eu nem ponho a mão mais, porque não compensa”.

Bete viveu em Minas Gerais com o pai dos primeiros filhos por seis anos. Fugiu. Não suportava mais ser espancada. “Foi o meu primeiro namorado, meu primeiro marido, então eu não tinha experiência nenhuma com homem, não sabia nada da vida. Ele me judiou muito, muito mesmo”. Estava com o segundo filho quando resolveu fugir para São Paulo. “Sem conhecer nada, eu nunca mais voltei para Minas”. Com dois filhos permaneceu por três anos só. Pagava aluguel. Depois se envolveu com Airton, pai de Gislaine e Ricardo. Sempre viveu de forma acelerada a vida. Considera o momento atual o “mais difícil de todos”. Percebeu em si que, quando Gislaine está em casa, acredita em sua recuperação. Que a filha viva com eles definitivamente. Depois de dois, três dias a filha desaparece novamente. “Eu me acabo”. Quando a filha está próxima alimenta-se, “até começo a pegar corpo de novo”. Na distância Bete emagrece muito. “Eu começo a passar mal de novo, essa semana inteira eu comecei vomitar de novo. Não tem como, as 3 vezes que eu comi, vomitei. Hoje que eu não vomitei, não comi nada com medo de vomitar. Tenho anorexia nervosa”. Preocupada com a real possibilidade de faltar algo aos netos e a sua mãe, que também usa fraldas, Bete não dorme. Preocupada, perde o apetite. “Começa dar enjojo”. Cansou de pedir ajuda à filha, “porque isso em mim é antigo. É que mulher é forte, senão, não aguentava, não”.

Revela que uma vez por mês viaja “para ver o filho preso”. Sempre um sacrifício, vai chorando por causa dos netos. Diz que o filho Emerson “cuida direitinho, mas não é como eu. Uma mulher cuidando é diferente do que um homem; um homem não tem a experiência que uma mulher tem. Por mais amor que ele tem”. Deixa comida pronta na geladeira para 03 dias. Filho e vizinha cuidam das crianças. “Minha neta ajuda, dá banho. Deixo as roupas tudo prontinha, fralda tudo no lugar. Leite, uso muito leite em pó. Graças a Deus ele começou ir pro pré, aumentou dois quilos de leite”. Não vê como levá-los. Explica que viaja na noite de sexta-feira e chega ao destino no sábado de manhã. “Vai para porta da cadeia pegar senha, o ônibus vai e leva para a pousada. Espera a visita, só que como é muita gente, entra 9h00, 10h00, depende muito da cadeia, aí fica até 16h00 do sábado”. Na noite de sábado cozinha na pousada para servir outro tipo de refeição ao filho. “No domingo leva as malas tudo para dentro do ônibus, da cadeia a gente sai mais cedo, e já viaja. É muito cansativo. É um drama. Vai fazer 3 anos, só que lá nessa cadeia tem pouco tempo”. Bete se preocupa mais com a filha

vivendo na rua do que com Ricardo preso. “Tá guardado”. Com a filha na rua, “só espero notícia ruim”. O filho foi condenado a doze anos e quatro meses de reclusão. “Eles não tiram, eles nunca tiram tudo isso. Domingo agora ele faz 28 anos. É o dia do aniversário dele”.

No fim de 2013, o que mais pretendia “de Natal era internar” a filha Gislaine, “num queria que ela passasse o Natal no *crack*. Eu não tenho nem prazer de fazer uma ceia. Sempre gostei, vivi muitos anos sozinha com os filhos, sempre gostei de fazer ceia do jeito que eles gostam”. Com Ricardo não se preocupa, com Gislaine, sim. “Às vezes tenho medo de que aconteça alguma coisa com ela”. O que mais incomoda Bete é a falta de atenção de Gislaine com os filhos. “É Natal, é a sua obrigação, venha ver os seus filhos”. No último encontro do ano Bete disse à filha que ela não “era viciada em drogas, seu problema é que você quer viver livre, viver solta por aí, sem responsabilidade”. Gislaine confirmou que “um bocado é isso mesmo”.

Com as crianças sob sua responsabilidade e vivenciando falta de dinheiro para prover a família, Bete “entrou na justiça” para oficializar pensões para as crianças. A primeira audiência foi com Cica (27), pai de Andrey. Passou de carro com sua mãe e pegou Bete; depois a deixou em casa novamente. “Sempre foi muito amigável, nunca deixou de participar. Não é aquele pai presente, que vem a cada quinze dias. Mas uma vez por mês ele vem, traz o dinheiro das crianças, traz tudinho. Ele traz leite, bolacha”. Quando há alguma necessidade financeira pai e avó se comunicam. “Aí eu brinco com ele, engraçado, você só tem um filho aqui, esqueceu. Aí ele diz, são irmãos, para mim, eu num levo somente para o Andrey, para mim são irmãozinhos”. Cica continuará levando o dinheiro mensalmente até a casa da ex-sogra. Sua família não levou Andrey para morar com eles porque o menino não se acostuma a viver longe da avó. “Nenhum dos meus netos acostuma longe de mim”. Gislaine e Cica nunca moraram juntos. Quando Gislaine foi morar com Alan, Vidinha e Andrey ficaram com a avó. Andrey tinha apenas 3 meses de idade. Isaac também ficou com a avó, que foi buscá-lo no hospital. Filha e neto só seriam autorizados a saírem do hospital se Bete fosse buscá-los. “Por causa do vício da droga, dele e dela”. Acha também que Alan agrediu Gislaine dentro do hospital. “Ele agredia ela fisicamente direto”. Gislaine saiu da maternidade, foi morar com Alan e levou Isaac. Bete tinha medo do genro. Depois Isaac foi “entregue pela biqueira”. Conta que até os 8 meses de idade saía um tipo de secreção diferente do nariz da criança. Preta. “O médico falou pra mim que era normal, porque ele inalou

muito *crack* a gravidez dela todinha. Onde ela estava era só *crack*, eu não sei como essa criança viveu”.

Outra audiência foi para resolver a pensão de Vidinha. Bete temia que Nei estivesse acompanhado da família, de advogados, e que lhe “tirasse” a neta. Foi simples. “Oi, Bete, tá tudo bem? Aí eu falei, agora tá, né? Aí ele disse, é nós tamo aqui pra ajudar. É mais agora que a justiça entrou no meio aí você vem, né, porque você nunca ligou pra sua filha”. Dos pais, Nei é o que mora mais próximo às crianças. Nunca visita a filha. Bete conta que, no início, ele quis que Gislaine e Vidinha morassem com ele, mas sua filha não quis. Quando Gislaine engravidou de Andrey, Nei “ainda queria ficar com Gislaine, disse que assumia o filho, que registrava e tudo”. Gislaine não quis viver nem com Nei, nem com Cica. “Ela teve os dois pais dos filhos dela na mão. Inclusive eu falava para ela, Gislaine você tá jogando a sua felicidade fora e não está percebendo. Ela tem três filhos, um de cada pai”. Bete achava errado Gislaine, grávida de Andrey, ainda se definindo com Cica, iniciar romance com Alan. Gislaine, não. Foram viver juntos, “se envolveu pesado com o *crack*”. Alan recentemente foi preso. “Graças a Deus, Deus que me perdoe. Se ele estivesse solto na rua, ele já tinha vindo aqui, já tinha me agredido de novo”. Sobre dinheiro, após a iniciativa de Bete de oficializar as pensões, “graças a Deus melhorou um pouco”. Cica está desempregado, “faz bicos”, o juiz determinou que pagasse R\$ 235,00. Nei depositará todo dia 5 o valor de R\$ 280,00.

Inúmeras vezes, enquanto eu estava com Bete na sua casa ou na rua, ela recebia visitas ou encontrava com gente conhecida. O assunto sempre foi “problemas com filhos”. Numa manhã Bete recebeu a amiga Eliana. Direto ao ponto a mãe pergunta à amiga, o que fazer com Gislaine na rua. “É difícil, viu?”. Na sequência chegou uma mensagem de celular da nora Adriana; era uma foto do “Neguinho”, apelido de Ricardo. Eliana elogiou a aparência do filho da amiga, “nossa que legal, ele tá gordinho aqui né, barrigudinho”. Bete confirmou, “é verdade. Nossa ele tá bonitão, gordinho”. A mãe começa a chorar. Ambos, eu e Eliana, permanecemos em silêncio. A amiga troca o alvo da conversa; conta que pela manhã um oficial de justiça foi até sua casa em busca do filho Henrique (15). “Trouxe um papel, deu até o dia 16 pra assinar lá. Senão ele vai preso. Ele falou que tem mais de trezentos jovens que foi preso por não cumprir Liberdade Assistida (L.A.), e tem mais não sei quantos desaparecidos”. Acreditam que “a polícia sumiu com eles”. O oficial de justiça deu escolha para Henrique, segundo a mãe, “assinar lá, ir preso ou desaparecer”. Em sua concepção, o filho teve muita sorte já

que não aparece “para assinar o papel” há três meses. Eliana e Bete conversam sobre o filho da amiga. Sobre assaltos que os jovens do bairro praticam, “eu acho que eles querem o mais fácil. Imagina que querem levantar e ir trabalhar no gás. Não quer lutar. Quer roupinha de marca. As coisas dentro de casa. Então eles acha que é fácil”. Sobre o uso de substâncias tornadas ilícitas, “o pessoal tá oferecendo hoje em dia. Os três meu usa maconha, um de 14, esse de 15, e o de 19. Mas, graças a Deus, o de 19 anos tá trabalhando, ele consome o vício dele, ele não rouba”. A preocupação de Eliana é com o filho de 15 anos de idade, “esse sempre apronta”. As duas juntas concordam ser impossível permanecer “na bota dos filhos 24 horas”. A amiga agradece a Deus pelos filhos não levarem nada roubado para dentro de casa. “Mas fumam maconha dentro de casa”, sem sua autorização.

Bete vê grande diferença entre *crack* e maconha. “Muita, muita, muita”. Eliana também. “Uma grande diferença, a pessoa não fica um minuto sem. E a maconha, não. Eu vejo que a pessoa não sai para roubar. Assim, sei lá né, mas eles disseram que tem uma época que a maconha ia ser liberada porque é remédio”. Bete conta que assistiu na televisão que “maconha é remédio”, e que até foi liberada para uma criança fumar. Com medo, a amiga não quer em sua casa. Eliana interroga-se sobre a razão de Gislaine “viver assim”. Ela mesma responde, “só pode ser tristeza”. Bete não concorda, “ela teve de tudo”. Mesmo assim dá continuidade na conversa. “E se ela tiver essa dor é por causa do pai dela que passou esses anos todos sem ver ela. Se for o caso de tristeza só pode ser isso. Só pode ser isso, nunca desprezei meus filhos por ninguém”. A mãe conta que Airton morou com sua segunda esposa na zona sul. Gislaine e Ricardo foram visitá-lo. Na primeira vez, “ele aceitou os filhos”. Na segunda vez, voltaram à casa da mãe “revoltados”. Airton e a esposa estavam chegando do mercado, deram um pacote de biscoito às crianças, e os “dispensaram”. Vieram comendo no ônibus. Gislaine “começou a conviver com ele quando ele parou com o *crack*, depois que mudou para cá, separou dessa mulher e queria morar dentro da minha casa, comigo assim, eu disse aqui, não”. Depois de um período, Airton voltou a fumar *crack* e Gislaine passou a se relacionar ainda mais com o pai. “Se fosse mágoa do pai, não ficava lá”. Eliana se despede. Bete me diz, “é a única pessoa que tenho aqui. É mais que irmã”. Seus filhos cresceram com os de Bete, “tudo uns homão. Ela tem uma filha de 11 anos, já é uma mulher, tem mais corpo do que eu. Quando eu vou para a sul ela vai comigo. Esses jovens assim, eu chamo de neto postiço, vi crescer”.

Nesse percurso de convivência, Bete às vezes consegue voltar a fazer o que também ama. Pintar panos de prato. Recorda-me de que houve uma visita em que estava vomitando muito. Foi ao médico e com a receita que pegou, estocou “Omeprazol”. Não toma sempre; fica uma semana sem fazer uso do medicamento. Quando não sente nada, procura não “se entupir de remédios. Eu tenho medo de me viciar com remédio, morro de medo”. O médico lhe receitou “Depress, porque também sou depressiva”. Não faz uso regular. “Só quando eu vejo assim que eu tô muito depressiva, começo com muito pensamento na minha cabeça, não consigo dormir, aí eu tomo. Aí eu relaxo um pouco e durmo, mas direto, direto, eu não tomo”. Sentiu-se uma época “lesada” com os remédios. Quando falavam com ela sentia-se confusa. Só conseguia dormir com os remédios. “Isso não tá certo ficar tomando remédio direto. Tenho que fazer alguma coisa, distrair minha cabeça. Aí comecei a fazer isso, à noite, se eu perco o sono, eu começo a desenhar alguma coisa pra pintar aí o sono vem”. Sempre dormiu tarde e acordou cedo; tinha tempo para costurar e pintar. Agora não mais. Vidinha sai da escola às 11h50. Andrey sai da pré-escola às 12:20. Isaac sai da creche às 16h00. Às 17h30 pega Vidinha no CCA. Queixa-se muito de solidão. “É o dia inteiro na função, criei os filhos, agora tô criando os netos. Sozinha tá muito difícil. Eu canso, não aguento mais como era antes; se eu saio atrás dela fico muito cansada, nem consigo cuidar das crianças”.

Vive um dilema. “Tem horas que eu tenho raiva dela. Porque eu falo, como pode uma mãe tão irresponsável, nunca abandonei nenhum filho. E na mesma hora eu paro penso, gente minha filha pode estar doente da cabeça também”. Bete quer que a filha seja internada involuntariamente pelo menos por um ano, “porque pelo tempo que ela usou droga, acho que três meses, cinco, seis meses é pouco”. Para ela, esse é um tempo que “dá para desintoxicar bem”. Para se afastar das substâncias e principalmente dos amigos. “Quem sabe ela faz novas amizades, e nesse intervalo eu penso em mudar daqui. Tenho certeza, se for para zona sul minha filha não usa mais droga. As pessoas são conhecidas da gente, eles não vão fornecer droga pra ela”. Certa vez numa visita à mãe, Gislaine furtou dois pacotes de “leite em pó da escola”. Bete desceu na “boca” bateu na filha. “Peguei ela, levei lá nos meninos que fica vendendo as drogas, falei, ó, vocês tão vendo essa menina aqui, é minha filha, se chegar com alimento aqui, vocês não pega porque é dos meus netos, então vocês não comprem”. Não resolveu. “Eles pegam”.

Bete também já bateu em Airton quando estava na “boca”. Esse está impedido de entrar em sua casa. “Então eu falei, você não tem vergonha, um pai, você era para pegar a sua filha a primeira vez que ela usou droga dentro do seu barraco, se você fosse homem, um pai de responsabilidade, você tinha pegado ela pelos cabelos”. Aos gritos contou-lhe o que esperava dele, “sua obrigação era ter pegado ela pelos cabelos e ter levado para casa. Vai para casa cuidar dos seus filhos”. Nesse dia Airton foi segurar Bete, “eu sei que disse, você não encosta em mim, você também apanha junto. Dei uma paulada ele correu”. Quando Bete era síndica do prédio, os dois, pai e filha, combinaram em dar um desfalque no condomínio e o fizeram. Gislaine furtou R\$ 1.000,00. Nunca os moradores do prédio souberam, “meus três filhos me ajudaram a cobrir, eu estava ao ponto de ficar doida”. Bete, enquanto mãe, não sabe se gosta mais da filha. Se a ama como antes. “Às vezes até me dói falar, eu adorava minha filha, mas quando eu vejo, eu não tenho aquele gosto, aquela coragem de abraçar, beijar, igual eu abraçava. Era o meu bebê, a minha única filha mulher, a minha princesinha”. A soma de vê-la “desprezando os próprios filhos por causa de homem” abalou o amor. “Quando ela morou com o safado, ele judiou muito desse meu netinho aqui ó, ele usava chupeta, aí um dia ele chegou e falou para mim que o traste colocou pimenta na chupeta dele”. Vidinha contou que Gislaine pediu que não fizesse mais; Alan “arrastou Gislaine pelos cabelos”.

Nos dois anos de nossa convivência, Bete nunca tinha me telefonado. Numa manhã, bastante nervosa, fez contato. Eu mal conseguia entender o que dizia. Era grave. Inicialmente pensei o pior; que Gislaine tivesse sido morta “embaixo do Rodoanel”. Tem fumado *crack* embaixo do viaduto no Complexo Viário Jacu Pêssego, próximo à sua casa. Não. Estava viva. Havia sido vista, por mais de quatro conhecidos, com “barriguinha”. Bete desconfiava que a filha estivesse grávida. “Eu sabia que isso ia acontecer, eu falei. O que eu faço? Ela não cuida, eu não posso mais. Não vou permitir neto meu indo para adoção. Me ajuda”. Entrei no pedido de Bete; por mim, eu largava tudo o que tinha para fazer e ia, naquele momento, ao seu encontro. Suas lágrimas me abalaram. Sentia-me como um membro daquela família. Os netos tinham ido à escola. Bete acompanharia Dona Zilda em consulta naquela tarde. Não pudemos ir à busca de Gislaine nesse dia. Foi bom para eu me reorganizar em campo. Iríamos a lugares muito próximos aos que cresci. Tudo me era familiar na zona leste.

No outro dia bem cedo eu estava na casa da família. As crianças ficaram com a vizinha. Fomos eu, Bete e Emerson. “Eu conheço tudo, já fiquei nesses lugares aí, eu

fumava também”. Bete pareceu-me mais envelhecida. Triste. Preocupada. Seu corpo magro estava curvado. Pesado. Emerson descendo as escadas do prédio me advertiu. “Nada de puxar gravador, câmera lá. Você veio arrumado demais”. Contei-lhe que conhecia a região, que havia sido criado no Parque São Rafael. “Te achei gente boa, juro que pensei que você era *boy*. Até pensei, pô, o cara é *boy* e dá uma força pra minha coroa, da hora”. Bete o interrompe, “para com isso, fale coisa que interessa”. No caminho avistamos um casal abraçado. Eram brancos. Vestiam roupas de marcas de *surfwear*. Ele vestia bermuda, camiseta e chinelos. Ela, minissaia, camiseta regata, sandálias e um boné. Aparentemente, ele tinha 20 anos de idade. A garota um pouco menos. Eram conhecidos da família. Emerson chamou o rapaz pelo nome, “Rodrigo”. Perguntou se viram sua irmã. Estavam alcoolizados. Portavam uma garrafa de vodca e cinco “pinos” de cocaína. Mostraram. Disseram que sim; viram Gislane trabalhando na “boca” a noite inteira. Havia ido buscar cocaína e *crack* várias vezes, e “ela estava lá, só o pó”. Como tinha trabalhado à noite, o dia era para o descanso. Rodrigo achava que ela estava “curtindo lá no viaduto”. Entre sorrisos, contavam histórias confusas. Bebiam no gargalo. Filho e mãe acreditaram no casal. Na despedida, quando a garota virou, tropeçou numa pedra e caiu. Feriu mãos e boca. Foram embora escorando um ao outro. Houve um único comentário, de Bete, “minha filha é assim também”.

“Embaixo da pista” aproximadamente quarenta sujeitos fumavam *crack*. Homens, mulheres e cães habitavam o escuro local. Fogueiras iluminavam o ambiente. E ao mesmo tempo servia para descascar os fios de cobre jogados no fogo. Seriam vendidos, se tornariam *crack*. Várias “rodinhas” estavam formadas. O cheiro de animais mortos impregnava o ambiente. Filho e mãe sem combinação foram um para cada lado. Segui Bete. Quando ela se apresentava, homens e mulheres lhe davam toda a atenção necessária. Lastimavam. Interrompiam o uso. Levantavam-se. Iam conosco até outra roda. Abraçavam-nos. Fumavam e explicavam o sofrimento de quem lá está e de quem permanece em casa. Houve um rapaz que tragou, soltou a fumaça em nosso rosto e disse, entre uma tosse e outra, “a família sofre tanto”. Emerson se aproximou da mãe. De mãos dadas foram caminhando para o lado onde havia menos pessoas, era a última tentativa. Realmente Emerson conhecia o local, chamava as pessoas pelo nome, cumprimentava, fazia perguntas sobre outros assuntos, indicava a igreja para alguns. Estava em casa. Cumprimentou um homem que era “seu parceiro”. Os olhares dos dois eram fixos um no outro. “Sua irmã não tá aqui, passou nem sei quando, não tá, não. Tá

trampando [trabalhando] ainda, tá lá na favela do Talibã, tá fazendo o dinheiro dela. Tá pesado lá”. Partimos em diligência.



49. Um dos locais de uso de *crack* da região.



50. Bete e o filho na busca por Gislaine.

Longa caminhada até a “favela do Talibã”. Perguntei o porquê do nome. “Advinha, parece que não é daqui”. Minhas hipóteses estavam corretas. Muita violência. Muitos assassinatos. No percurso, os dois, filho e mãe, cumprimentavam pessoas em bares, quintais, lojinhas. Perguntavam de Gislaine, contavam o que estavam fazendo. Houve quem lamentasse e quem oferecesse ajuda. Bete perguntou se o filho realmente conhecia essa “boca”. Afirmou que sim. Ao atravessar a ponte, avistei barracos na beira do córrego. Num dos barracos, vi um cavalo marrom com a cabeça para fora da janela do barraco olhando fixamente o esgoto passar. Seus olhos eram tristes. Não mexiam. Paralisei enquanto também o olhava fixamente. Homens ao nosso redor falavam em rádios. Emerson pediu para que eu andasse. Não éramos bem-vindos. Ao sairmos de uma viela avistei sacos no chão; pensei que era lixo. Não, era uma pilha de roupas no chão de terra. Algumas mulheres as escolhiam. Atrás do barraco avistei Gislaine. Estava com outra garota num momento de “geral da polícia”. Vi quando um policial militar apertou seus seios e, em seguida, chutou sua canela. Entraram na viatura e foram embora; não olharam para nós. Não recolheram o saco de arroz cheio de pedras de *crack* que estava na mão da outra garota. Brigaram. Humilharam. Partiram. Nós também partimos, Gislaine nos acompanhou. Estava suja. Magra. Descabelada. Sem um dente da frente. “Com barriguinha de grávida”. Ao vê-la, Bete confrontou a filha sobre sua provável gravidez. Gislaine negou. No retorno, um rapaz branco, vestindo roupas parecidas ao casal da ida, cumprimentou Emerson e Gislaine. Voltava da “boca” também. Emerson informou que havia comprado uma Perua Kombi; que trabalhará com reciclagem e que precisará de ajudante. “Cê é louco, aqui na quebrada ninguém quer

trabalhar com isso não, é mais fácil roubar”. No retorno para casa silêncio absoluto de Gislaine. Bete fez incessantemente perguntas sobre a gravidez da filha até chegarmos ao apartamento. Durante o café combinamos de ir ao Centro de Referência e Tratamento de DST/AIDS (CRT) de São Mateus no dia seguinte. Durante a refeição as brigas foram diversas; precisei partir para conseguir retornar.



51. Bete e o filho voltam para casa com Gislaine.



52. Bete chega com a filha em casa.

Na tarde do outro dia, encontrei-as na porta do CRT. Mãe e filha pareciam mais próximas; atravessaram a rua de braços dados. Entramos. As duas encolheram os passos já na porta. Pareciam pedir ajuda. Perguntei como queriam fazer; Bete pediu para eu “contar a história”. Conversei na recepção; expliquei que Gislaine estava vivendo na rua e que com ela não portava documentos de identificação. Previamente ouvi da recepcionista, “sem documento não atende”. Insisti. Nada. Até pedir para conversar com a coordenadora do Serviço. Expliquei a situação da família e o tipo de acompanhamento que fazia. Pesquisa. “Somente dessa vez”. Anotou meus dados e levaram Gislaine a uma salinha. Bete não pôde participar do atendimento. Realizaram exames de sangue em Gislaine. Que não abriu a boca enquanto esteve conosco. Quando saiu da sala fomos chamados. Bete estava ansiosa em saber se a filha estava grávida ou não. Os resultados dos exames ficariam prontos noutro dia. Para insatisfação da mãe, não confirmaram, nem negaram a gravidez. Porém, fomos informados de outra questão. Há dois anos Gislaine já tinha ido ao CRT. Tinha prontuário aberto. Havia sido diagnosticada sífilis em estado “bastante avançado”. Gislaine sabia. Bete, não. Nunca fez nenhum tipo de acompanhamento. Quando soube, desapareceu do Serviço. Telefonaram. Não atendia. Desta vez propuseram novos exames. Novo acompanhamento. Agendaram retorno. Gislaine desapareceu. Passou dez dias na rua; reapareceu pedindo que a mãe lhe “internasse”.

Novamente, vinda de Wesley; falta de Emerson ao trabalho; crianças na casa da vizinha; ida até o CRATOD; preenchimento de ficha na portaria; grupo de Acolhimento; avaliação psiquiátrica; observação na enfermaria até surgir vaga; traslado para o acolhimento, desta vez para Santa Rita do Passa Quatro, a 5 horas de distância da capital. Velho sentimento de hesitação de Bete, “será que dessa vez vai?”. No CRATOD nada foi discutido com a família; Bete inicialmente não soube dizer para onde a filha iria, nem quanto tempo permaneceria. Dizia apenas que a filha estava sem a “barriguinha. Provavelmente fez aborto por aí. Não sabe o mal que isso traz para vida da pessoa”.

Do acolhimento enviou uma carta para a mãe, em que narrava um pouco “da sua vida de rua”. Isso sensibilizou Bete, “o cara ia matar ela”. Uma parte da carta descreve a história de que um homem “queria que ela roubasse para ele. Como ela não aceitou, ele arrumou duas mulheres para bater nela. Depois bateram mais. Eu li chorando. Ela não queria me contar frente a frente para não me ver chorando”. A história fez sentido para Bete, que já viu diversas vezes a filha machucada quando está nas ruas. “Ai tudo isso ajudou para ela ir para casa, por isso que ela foi para casa, daí eu internei ela, se eu não tivesse internado ela, eles tinham matado ela. Isso me doeu muito, muito, muito”. Porém, Bete não entende a relação da filha com os netos. Não compreende as fugas da filha. “Eu não sei, por ela ser mulher, era pra ela ser minha amiga, porque a gente era muito amiga, a gente era muito amiga nós duas”. Gislaine agrediu a mãe, Bete perdoou a filha, “porque mãe perdoa tudo. E tenta de tudo”. Uma das vezes que acorrentou Gislaine, os vizinhos foram vê-la, o coro foi geral, “se alguém denunciar você, você vai presa. Dá processo”. Nesse mesmo dia havia uma viatura policial na rua, “coisa que nunca tem por aqui, mas parece que estavam atrás de drogas aí de um apartamento de outro prédio”. A mãe foi até o carro e pediu para conversar com um dos policiais; achava que já tinham feito a denúncia, “tenho uma filha, ela é usuária de droga, é crime eu acorrentar ela para tentar tirar ela do mundo das drogas?”. O policial apoiou Bete, lhe disse: “você é mãe, você pode fazer o que você quiser para tirar a sua filha das drogas, e ninguém pode se meter. Pegou o telefone dele e me deu. Se alguém mexer com você, me liga que eu venho e resolvo”.

Bete compara os dois filhos mais jovens, “Gislaine não parava dentro de casa, eu dormia, acordava na madrugada, e cadê a Gislaine? Com 11 anos de idade. Aí eu acordava desesperada preocupada com ela; Gislaine sempre foi terrível. O outro, não”.

Toda a vizinhança fala mal do filho Ricardo, “ainda mais depois que ele foi preso”. Porém, para Bete, o filho é o mais amigo. “Coisas que só mãe entende”. Quando Ricardo “está na rua, primeira coisa que ele faz quando recebe o pagamento, me põe no carro e leva para o supermercado para fazer compras. Me leva para drogaria para comprar meus produtos de cabelo. Me dá um dinheiro para eu não ficar muito dura”. E, principalmente, “me dá atenção”. Os irmãos Wesley e Ricardo são muito amigos, Bete conta que “o meu filho que tá solto sempre deixava um carro com Ricardo. Daí a gente saía, era boa a vida. Gislaine às vezes ia junto, às vezes, para falar a verdade, nem tava por aqui, tava com os namorados”. Nos fins de semana, o filho ligava, “mãe arruma as crianças que eu vou levar todo mundo para o parquinho pra gente brincar. A gente brincava até enjoar”. Iam para o samba, “a gente sempre cantava Revelação”. Tomavam “uma cervejinha. Eu não vou dizer que eu não bebo, eu bebo, gosto da minha cervejinha, agora não dá, mas de vez em quando eu ainda consigo relaxar”.

A “avó, pai e mãe” – Bete - tem saído com Regis (60), que é tecladista de um grupo de forró que se apresenta nos bares da região. “Ele é bom, entende minha luta. O drama dessa casa. É um barato quando Emerson cuida das crianças, daí a gente fica noite toda cantando na apresentação”. Porém, esses são momentos raros no cotidiano da família, porque pensa, “eu saio, amanhã não tem como dormir até mais tarde, porque tenho que levantar cedo para dar remédio pra fulano, comida pra sicrano, mamadeira pra fulano, então eu não saio mais, sabe. Domingo é dia de arrumar para semana”. O casal gostaria de viajar junto, “mas agora não dá, tô cheia dos B.O. pra resolver”. Quando era garota em Minas Gerais, olhava encantada as paisagens. Quando se lembra da infância – memória que pouco divide com outras pessoas -, acende em Bete a vontade de viajar com Regis, “ver paisagens para pintar. Sinto muita falta de pintar. E as paisagens me inspiram demais. Eu faço desenho, aí eu vou guardando, as casas grandes no mato, eu acho lindo”.

Inúmeras vezes Bete apresenta o desejo de mudança para a zona sul. A razão tem sido o espaço da casa. “O apartamento é muito apertado. Eu mexo com minhas costuras, minhas pintura, mas não tenho como”. A família está sem dinheiro. Quando um adoce, ou mesmo quando ocorre uma visita não planejada a Ricardo ou à Gislaine, há um desfalque financeiro no ganho mensal da família. “Tem dia que eu começo a chorar, porque é assim, um dia a mãe tá calma, as crianças tão agitadas, daí tem dia que a mãe tá agitada, as crianças tão mais calmas; tem sempre essa agitação”. Percebe um

funcionamento seu nessa “confusão”. Com todo esse movimento, não consegue se alimentar. Quando viaja, “é pior”. Sente-se ansiosa. Percebe-se deitando e levantando, ininterruptamente, durante a noite. Vai à cozinha e fuma 1 cigarro atrás do outro. “Aí falo, vou parar com isso, meu Deus do céu. Aí tomo um remédio, me relaxo um pouco”. Todavia, nota que depois de ter “pego pra criar” o neto Isaac, suas “crises de anorexia” pararam. “É até engraçado, parece que é por Deus, era 24 por 48. Eu não podia ficar sem remédio, hoje eu tenho antidepressivo, mas eu não tomo não. Só quando eu tô muito ansiosa”. Bete compreende que tem recebido forças de Deus, “ele falou, se ela adoecer, como ela vai cuidar dessas crianças. Só tem ela, não tem ninguém”.

Após trinta dias do acolhimento de Gislaine em Santa Rita do Passa Quatro, ela recebeu alta médica. Fomos juntos buscá-la. Agendamos encontro na rodoviária do Tietê. Verifiquei horários de saída para Campinas. Como cheguei mais cedo, comprei as passagens. Bete atrasou 1 hora; perdemos o ônibus. “Correria em casa, até cuidar das crianças, vizinha chegar, é sempre assim. Não compra de ônibus oficial, é mais caro, nós vamos no que eu aprendi indo para cadeia”. Pegamos *van* fora da rodoviária - “transporte alternativo” - custando R\$ 10,00 abaixo do valor oficial da passagem para Campinas. E, de lá, ônibus “oficial” – única alternativa – para a cidade de Santa Rita do Passa Quatro. No percurso – enfim - contou-me um pouco da infância. Os pais se separaram quando era criança. Bete tinha nove anos de idade; a irmã Flávia, 10 anos. “Sempre foi só nós duas, e eu sou a caçula da minha mãe”. Foram viver com a avó paterna por dois anos. “Meu pai arrumou uma mulher, tirou eu e minha irmã da minha avó para ir morar com ele, para cuidar da esposa dele, a gente foi muito judiada”. Quando “cansaram” de ser espancadas pelo pai e madrasta, fugiram. Uma com 12 anos de idade, outra com 13. Trabalharam “em casa de família” e por lá dormiam. “Minha irmã casou. Eu fui embora para Belo Horizonte, para morar com uma tia, fiquei morando uns tempos, aí conheci o meu primeiro namorado e marido. Era um inferno”. Quando chegou a São Paulo fugida, tinha medo dos homens. “Como ele foi o meu primeiro namorado, eu pensava, todos fazem a mesma coisa”. Depois de anos se envolveu com Airton. “Foi um ótimo marido, mas na minha gravidez da Gislaine peguei um ódio tão grande desse homem. Nojo. Eu não sei por quê. Até hoje eu não consigo entender. Eu tive que me separar, eu falei, Airton arruma outra mulher”. No terceiro mês, Bete não conseguiu mais estar presente. O sogro, pai de Airton, pedia calma ao filho; dizia que “mulher grávida é assim, depois que nasce, muda”. Não mudou. Não

conseguia sentir o toque de sua mão. “Depois que Gislaine nasceu tentei ainda, ficamos quase dois anos, não teve jeito. Eu falei pra ele, nós vamos separar, vá procurar alguém que goste de você”. Separaram. “Eu tenho ele como irmão”.

Sobre o primeiro companheiro em Minas Gerais, Bete não gosta nem de pronunciar o nome. Ainda tem medo. Conta que a última vez que se viram foi no ano de 1998. Bete o processou, recebeu “pensão das crianças por oito anos”. Jorge não fala com os filhos, não tem acesso. Bete não quer que ele saiba seu endereço. Os filhos também não. “Ele me riscava com faca. Eu de barrigão lavando roupa, tinha uns rapazes na vizinha, ele cismou que eu tava lá pros homem me ver, pois ele pegou a faca e jogou. Se meu filho mais velho tossisse à noite, ele colocava para fora”. Trabalhando numa firma no bairro do Ipiranga, certa manhã recebeu um telegrama. Tinha a ver com o ex. companheiro. Bete em São Paulo ensaiou um namoro com Alemão. “Mas eu tinha medo, não queria ninguém”. Como não continuou a relação, Alemão disse à Zilda que, se Bete não ficasse com ele, não ficaria “mais com homem nenhum. Juntou ele e minha mãe, que tinha o endereço lá de Minas, mandaram uma carta para ele dizendo que eu tava morando na rua com as crianças, aí ele pegou, foi no fórum lá de Minas”. Bete trabalhava e tinha endereço fixo, foi ajudada pelo “patrão”, viajou, esclareceu a situação, retornou a São Paulo. “Minha mãe é maldosa, Deus me perdoe, mas ela tá precisando de mim, é castigo, porque minha mãe me infernizou. Sabe aquela mãe interesseira? Ela quer que a filha fique com o cara interessada no que o cara tem”. Zilda atualmente não fala. Expressa-se com gemidos. Usa fraldas. Caminha e se alimenta com muita dificuldade. “Ficou assim depois que o traste do Alan entrou em casa e quebrou tudo, bateu na gente. O médico disse que foi o choque. Ela travou. Tenho que fazer tudo. E quem disse que os médicos vão em casa? Não vão”. Bete, a cada seis meses, vai até o posto de saúde da região para renovar as receitas médicas; o único recurso tem sido antidepressivos. Na época o plano de Zilda era que a filha voltasse para o marido em Minas Gerais, “a família dele tem posses”. Zilda sabia que a filha era espancada.

Bete traz traumas; confessou que não dá mais importância aos homens; desistiu do “amor romântico”; seu lar são os filhos. “Tô sempre correndo atrás do meu lar. Hoje atrás de Gislaine, sexta feira que vem atrás do outro. E o da zona sul de vez em quando ligo, mas quando eu vou para lá, vou na sexta e só volto domingo”. Seus filhos eram “estudiosos”. Gislaine fez até o segundo ano, depois não quis estudar mais. Parou. “Sempre quis ir por ela. Tem curso de manicure, através de mim. Eu tenho um monte de

certificados, tenho maior orgulho, tenho curso da travessia de pedestres, tenho curso de maquiagem”. Houve um momento da viagem em que eu apresentei certo cansaço; Bete notou. “Dorme um pouco. Isso que você tá sentindo, eu já senti tanto na vida indo visitar filho em cadeia e filha em hospital psiquiátrico”. Para ela, “os presos” são levados para longe como punição para a família. “Agora o usuário é para ver se ele consegue parar, né, ficar sem as drogas. O preso já tá lá dentro preso, não vai sair. Eles sabem que a família tem que viajar”. Pedi que me explicasse melhor essa distinção feita. “Punição para o drogado, porque se ele estiver perto da família, a família vai sempre estar ali vendo. Aí o que vai acontecer, ele não vai largar, eu tô sempre aqui pertinho, minha família tá sempre aqui me vendo”. Exemplificou-me com o seu próprio caso, revelando um sentimento, “a gente quer ficar assim, um pouco longe para dar um castigo, porque quando está perto da gente, não lembra de ver um filho, a mãe, entendeu. Então tem que ficar lá para ver. Quem sabe não aprende?”.

Na carta Gislaine diz à mãe que “acordou para vida”. Isso aumentou o seu dilema. “Tem hora que eu falo que não confio nela, mas às vezes eu paro para pensar, eu acho que eu devo confiar um pouquinho sim”. Percebeu um movimento diferente na filha, “é a primeira vez que ela vai com as pernas dela até em casa, e me pede com convicção mesmo, para ser internada. Ela nunca tinha feito isso. Peço a Deus que tome jeito”. Enquanto espera Gislaine voltar para casa, devaneia. “Passa muita coisa na cabeça. Eu pensava, meu Deus do céu, que notícia vai chegar para mim da Gislaine? As pessoas viam. Eu perguntava dela. Respondiam, pra dizer a verdade, tá só o caco”. As vizinhas perguntavam por que Bete não ia buscá-la. “Não vou mais não, eu cansei de ir atrás dela. As vizinhas diziam, tá certo Bete, você já fez de tudo né? Já tá fazendo até demais já, criando os filhos dela para ela”.

O que há de mais bonito nessa família para Bete são os netos. “E apesar de tudo, minhas nora. Minhas noras me tratam bem, eu acho gostoso elas brigarem por mim, sabe, ter ciúme de mim”. A mulher filha, mãe e avó gostaria que a família fosse “reunida. No final de semana fazer aquele churrasquinho, cozinhar para todo mundo, eu adoro ficar na beira de um fogão, adoro cozinhar, mas uma hora eu acho que vou ter esse prazer ainda, né?”. Enquanto isso não ocorre, vai notando expressões de seus familiares, “eu acho o Isaac triste. Já nasceu triste, toda foto que a gente tira, eu já percebi, ela tá sempre assim ó, com a cabecinha deitada, virado de lado e triste, eu já percebi, morro de dó, nem gosto de tirar muita foto dele”. Acredita ter sido o uso radical

de *crack* na gestação. Preocupa-se com sua saúde justamente para conseguir cuidar dos netos, “quero fazer ele feliz. Se eu morrer agora, não posso, não tem ninguém, não quero que vão para adoção. Eles podem se cuidar”.

Há uma história de sua vida que Bete não se sente à vontade para contar. “Confesso que vai ser dureza falar disso”. Foi casada três vezes; a terceira foi com Dênis (60). Revelou que viveram juntos por treze anos. “Dá vergonha, eu não fui uma esposa, fui praticamente uma escrava”. Bete deixou o apartamento onde vivia para os filhos e foi morar com o companheiro. “Eu cuidava de três apartamentos: do da minha família, do nosso, do meu e dele, e do da mãe adotiva dele, que era em frente do nosso”. Dos filhos dela e dos dele. “O mais novo dele tinha a idade de Ricardo na época – 11 anos -, eu que criei também. Dessa mãe dele era eu pra tudo, lavava, passava, cozinhava, levava aos médicos. E ela não comia o que a gente comia, não”. Gislaine morou um período com o casal. “Ele não gostava, não”. A questão foi que, segundo Bete, quando começaram a nascer os netos de Dênis, ela deu “a maior força”, mas quando nasceu Vidinha, ele começou a “excluir a minha família. Queria que fosse só nós dois. Chegou a falar, ‘ou a sua família ou eu’. Não podiam nem me visitar mais”. Não permitia que Bete ficasse com Vidinha quando Gislaine saía para trabalhar. “Fui entrando em depressão porque eu me sentia sozinha. Ele nem queria que meus filhos subisse em casa, e nem que eu fosse ver eles”. Bete não comia, não dormia, vomitava todos os dias escondida de Dênis. “A própria família dele brigava com ele, não teve jeito. Ou era a minha família ou a dele. Separei deles tudo. Cada bosta que eu fiz. Entendo Gislaine às vezes, tenho dó, porque sei”.

Ao chegarmos à cidade de Santa Rita do Passa Quatro, “aqui é o hospital psiquiátrico. Minha filha falou que aqui já foi uma senzala de escravos. É enorme, por fora é feio, por dentro é bonito, arrumadinho, não parece um hospital, parece presídio”. De fato era muito grande. Identificamo-nos na portaria, Bete não tinha “papel nenhum do CRATOD, não deram”. Permitiram nossa entrada mesmo assim, o guarda sinalizou, “vocês vão andando reto, o primeiro pavilhão é a ala dos doidos, passa por esse, não faz medo, não, e siga. Lá na frente é onde ficam as mulheres, sua filha fica na ala das drogas”. No caminho uma senhora da primeira ala nos pediu um cigarro, Bete imediatamente lhe forneceu. Enquanto fumava dizia, “me leva para sua filha, me leva para ser sua filha”. Bete chorou. Pediu-me um tempo para conseguir ir até Gislaine. “Será que isso é droga?”. Tivemos acesso a um único pátio, onde as acolhidas comem o

lanche da tarde. Gislaine estava acompanhada de aproximadamente mais vinte mulheres uniformizadas. Visivelmente mas forte. Mãe e filha se abraçaram e, num misto de lágrimas e sorriso, se beijaram. Apresentou a sua “mãezinha” a todas, inclusive à enfermeira e à assistente social que acompanhavam o lanche.



53. Frente do Hospital em Santa Rita do Passa Quatro. 54. Senhora internada, juntas fumam um cigarro.

Tive a oportunidade de conversar com Sandra (50), a assistente social “que cuidou de Gislaine” no período que lá esteve. Sua maior preocupação era com o retorno a casa. “Ficar aqui é fácil, aqui é um mundo de fantasias. Lá fora, não, o mundo é drogado, é sujo. É lá que o inimigo atenta as meninas. Eu falo isso pra elas, quando saírem daqui, carreguem o Deus daqui”. Sandra nunca trabalhou noutra local. Gislaine saiu do hospital com muitos livros de autoajuda e literatura religiosa que ensinam o sujeito a manter-se abstinência. Antidepressivos. E medicamentos para o controle da sífilis. Saiu agarrada à Bete. No ponto, aguardando o ônibus para retornar, queria saber de tudo e de todos. Sorriam. Conversavam. Maquiavam-se. Gislaine queria chegar a São Paulo “bonita”. Bete ao mesmo tempo em que pedia para a filha “ser menos”, sorria com o jeito descontraído da filha. Voltaram conversando a viagem inteira. Gislaine prometeu ter “criado juízo”.



55. Gislaine se despede das colegas de hospital.

56. Gislaine sorri voltando para casa.



57. Bete e Gislaine se maquiam no ponto de ônibus. 58. Mãe filha voltando para São Paulo.

Passou uma semana em casa, três dias fora. Voltou para a casa da mãe. “Para dizer a verdade eu nem sei mais te dizer, porque toda vez que eu sinto a esperança, ela volta para rua e tudo volta, tudo aqueles problemas na minha cabeça de novo”. Chegou no domingo, dormiu até quarta-feira, “hoje é que ela levantou da cama, dorme direto, ontem ela levantou 16h20 comeu e voltou para cama”. Gislaine não sabe explicar por que fugiu. “Não consigo explicar. Mente fraca, qualquer coisinha eu já quero sair. Pessoas lindas, maravilhosas querem me cuidar mas”. Relata que “é bom estar em família”. Porém, sente-se agoniada dentro de casa. Diz não ter cabeça para olhar para os olhos. Bete atravessa a conversa. “Mas são seus filhos, sentem sua falta. Você não sente?”. Bete mostra Andrey à filha. “Tá vendo, ele é grande, tem medo dela pular a janela”. Conta que quando vai buscar a neta na escola, esta última fica dizendo “vamos, vó, vamos. Com medo da mãe não estar em casa”. Quando não está, Bete finge estar passando mal para não ir atrás de Gislaine à pedido de Vidinha. Dessa vez quando fugiu, Gislaine estava brincando com os filhos no pátio do prédio. “Daqui a pouco sobe todo mundo chorando. Vidinha, vó, vó, corre, pega minha mãe”. No mesmo dia um conhecido da família disse para Bete que Gislaine havia sido estuprada “lá embaixo”. Mentira.

Gislaine diz que faz o que faz não por querer. Conta que por onde está vivendo há pessoas de muita experiência, “professores de matemática” que tentam interromper o uso radical de *crack* e não conseguem. Que o seu estado é uma doença, um tipo de química que adentrou seu corpo. “Não é só tomar remédio, por mais que você queira, eu digo por mim, eu tô sendo fraca”. Indica que a força deve partir de dentro, “se auto ajudar. Não é ninguém, não é remédio, não é mãe, sou eu, e eu não tô conseguindo ter essa força. É como se eu saísse sem eu mesma ver”. Quando está já em uso, pensa em

casa, no conforto com os filhos, mas permanece “nervosa”. Opta por sair. “Sei que tô errada. Me senti horrível quando minha mãe me amarrou, mas entendo ela, para me tirar da rua, eu sei”. Bete não conseguiu permanecer sem gritar, “tá vendo, eu não consigo falar?”. Ficamos na sala eu, Gislaine e Zilda.

Gislaine assume não conseguir morar com Bete. “Tudo ela joga na cara, e na frente dos meus filhos”. Ao mesmo tempo em que há a vontade de retornar para casa, diz conhecer como será. “Entre nós duas a coisa se repete faz muito tempo”. Gislaine confessa amar a todos da casa, mas a convivência com a mãe “é muito difícil”. Sente saudade de quando se davam minimamente bem, mas mais ainda de quando teve a sua casa, “mesmo com tudo que passei, eu me sentia em casa”. Sente vergonha em ir até a cozinha pegar um “prato de comida”. Quando consegue, espera o xingo. “É pressão direto na cabeça. Eu sei que ela gosta de mim também, mas não dá, a gente não consegue”. Para me receberem, Bete “mandou” Gislaine varrer e passar pano na casa. “Eu fiz. Daqui um pouco ela me xingou. Fez tudo de novo, dizendo que eu não sirvo nem pra isso”. Gislaine não se sente mais em casa.

Garante que quando está na rua não se prostitui. Que também não rouba mais. “Já roubei muito. Aqui mesmo”. Tem tentado frequentar a igreja. Sabe que, se estiver em casa, Bete não lhe permitirá frequentar a igreja, pois não aprova essa atitude. Diz querer se tratar da química e da sífilis. “Pelos meus filhos. Eu não quero morrer assim. Vejo meu pai; é uma vida de solidão e droga, eu não quero isso para mim”. Não tem conseguido. No seu entendimento, não tem tido força de vontade. Tem sido fraca. “Posso parar como meu irmão, mas não tá dando. Eu vou conseguir”. Revela um amor guardado pelos filhos. Acusa Bete de ter tirado o “respeito deles por mim. Ela fala como sendo a mãe deles”. Quando ouviu que um dos sintomas da sífilis “era ficar louca, sem saber de mais nada”, no início achou que fosse uma boa. “Não vou negar, esquecer tudo podia ser bom, eu tava muito triste, daí pensei isso. Agora vou me curar”. Os pensamentos sobre essa doença têm acompanhado Gislaine. “Você pode pensar que eu não penso, mas eu penso, eu tô ali e pensando, tô doente, tenho uma doença grave”. Prometeu, olhando nos meus olhos, que iria mudar um dia. Na mesma tarde fomos à padaria do bairro comprar alimentos para tomarmos um café. No caminho os três filhos colados à mãe. Sorriam, brincavam. Foi divertido. Gislaine agradeceu a conversa. Quando estávamos chegando próximo ao prédio, avisou que iria buscar o documento que estava na casa de um amigo. Era hora do café da tarde, Bete, Emerson e Zilda nos

aguardavam com pães e embutidos. Pedi para que fosse depois. Não consegui calar. Os rostos dos filhos mudaram. Eu vi, mas não entendi. Os olhos dela lacrimejaram timidamente. Na portaria, ela correu. Andrey e Isaac começaram a chorar. Vidinha os chamou para dentro. Permaneci de mãos dadas com eles, não acreditei. Vidinha me puxou, “ela não vai voltar”. Depois de semanas voltou. Em seguida partiu novamente.

## Capítulo III

### Entre repetições e mudanças: novos e velhos fluxos familiares.

O Mané não era um amigo assim tão bom  
 Mas era hora de voltar  
 São Mateus não era um lugar assim tão longe.  
**Rua Três - Rodrigo Campos<sup>95</sup>**

No desenvolvimento da pesquisa – em 2016 - uma nova questão surgiu. Foi na segunda aula do curso de antropologia da saúde oferecido por Pedro Paulo (meu orientador) para a graduação em Tecnologias em Saúde, que participei como bolsista cumprindo estágio de docência na própria universidade. Na dúvida entre permanecer ou partir, um jovem aluno perguntou à amiga “para que serve antropologia?”. Ele partiu, não ficou para a aula. Levei sua questão para a turma, e o que mais ouvi foi, “para o profissional aprender a falar com o Outro”. Nessa fase um novo fluxo também se fez presente. Busquei a casa da infância para escrever o desfecho dessa pesquisa. Voltei a morar no bairro Parque São Rafael. No distrito de São Mateus, zona leste. Eu estava onde me criei. Na casa da minha família, findando a pesquisa sobre famílias. No lugar onde ensaiei as primeiras questões sobre o fenômeno das drogas. Fora nesse distrito que a substância *crack* surgiu em São Paulo. Eu estava concretamente muito próximo das histórias de Bete e Gislaine. E preenchido de histórias sobre a periferia de Rebeca e Marlon. Estava na minha rua. Com os amigos irmãos. Mesmos objetos domésticos. Sons. Bares. Igrejas. Árvores. No mesmo céu. Um dos medos também ainda estava lá. Nas noites identifiquei-o. Em São Mateus se teme a polícia e os “caras do corre” [assaltantes]. Na escuridão da noite quando uma viatura, ou dois rapazes de moto passam do lado, o corpo reage. Uma das razões para temer é produzida pela guerra às drogas, que motiva a repressão – e a corrupção - policial. Outra razão para temer são os assaltos cometidos – também - por usuários de substâncias para comprá-las. Mesmo com a proibição, o uso de substâncias lícitas e tornadas ilícitas no bairro é geral. Alcool nos botecos e nas casas. Maconha nos campos de futebol de várzea e nos carros transitando pelas ruas. Cocaína nos banheiros dos bares e nos carros estacionados. A cocaína atingiu o gosto de homens e mulheres. Trabalhadores e malandros. Jovens e velhos. Sobre o *crack*, quem usa não fala. Esconde-se.

<sup>95</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.lettras.mus.br/rodrigo-campos/1875488/>

Esse novo fluxo não modificou novamente o foco da pesquisa. Mas senti-me entrando um pouco mais nela. Considerei-me (re)aprendendo sobre o sentimento de estar em família. Com a própria e com as de minhas interlocutoras. Mesmo estando já distantes. Autorizei-me a continuar a pesquisa, porque, num primeiro momento de observação do material coletado e com a transcrição inicial realizada, achei-a óbvia. Ainda não tinha encontrado a potência radical dos meus interlocutores como desejava. Entrei na urgência de responder a todos os fenômenos que foram tomando forma na superfície das relações familiares, e desses sujeitos com a política de drogas do Estado de São Paulo. Quando quê, fazer antropologia é descrever, traduzir a ciência social do observado. Pareceu-me ser mais do que fazer a ciência social dos nossos observados. Essa já está feita e apresenta-se no contato. O exercício antropológico é assimilá-la.

Seguindo esse fluxo tive a oportunidade de reencontrar e conviver por um ano morando novamente na zona leste com meus amigos de infância e de adolescência. Amigos das histórias de uma vida inteira até aqui. Camaradas que continuaram fazendo uso de substâncias. Meus “irmãos” da rua. Do *skate*. Da música. Nesse processo, esses, em diferentes posições, tornaram-se – também - meus interlocutores. Ajudaram-me numa espécie de tradução familiar, a traduzir as histórias familiares a que me reporto nesta pesquisa. A responder – também - a indagação feita pelo aluno do curso de tecnologias em saúde. O que aprendi até aqui com as famílias de Rebeca e Bete, e com a minha de “sangue” e de “conexão”, é que a antropologia nos é útil para aprendermos a falar com o Outro. Sim. Mas, mais ainda, para aprendermos a escutar o Outro.

### 3.1. Família que escolho - irmãos que tenho.

Respeito é pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem...  
 meus truta curte rap é o som  
 respeito é pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem...  
 escuta pois Deus dá o tom  
 respeito é pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem...  
 tem que ser pra vencer, merecer, guerreiro de verdade.  
**Respeito É Pra Quem Tem – Sabotage**<sup>96</sup>

Grafite (32) é “meu irmão” mais novo. Atualmente faz uso de “pouco álcool e maconha”. Sua mãe ofertou-me a última festa surpresa que tive, aos 15 anos de idade. Está casado, é pai de um menino de 6 anos de idade e de uma jovem de 16. Garante aprender com os dois “o tempo todo porque há movimentos neles”. É professor e artista plástico. Mora no Parque São Rafael com a família: esposa e filhos. Numa conversa me disse para ter atenção no bairro. Pediu-me para atentar às mudanças relacionadas à violência contra mulher cotidiana ocorrida nas periferias. “Perceba, tá sem fronteira. A ‘mina’ é estuprada, depois do *funk*, ‘o crime’ pergunta, o que a mina fez”. Garantiu ser “difícil criar filho na perifa. Precisa estar junto. Olha a força dessa galera. Concreta. Estão se virando, produzindo o tempo todo. Periferia, mano”. Mas, mesmo assim, destaca algo que para ele e para os moradores do bairro é comum e ao mesmo tempo um privilégio: “aqui todo mundo liga todo mundo. Então todos sabem como funciona. É batalha do momento que acorda até ir dormir. O governo agiliza o mínimo. Para perifa não se matar. Mas quem faz a roda girar é a perifa”. Grafite traz a atenção para um território cuja população, por não poder contar com uma intervenção negociada e participativa com o Estado, realiza o seu próprio julgamento, com suas próprias leis. Põe luz na força das pessoas residentes desse território regido por tais deliberações. Destaca o bairro e todos os outros denominados como periferia como produtores de luta. E de suas vidas.

Germano (39) é “o irmão” que se mudou para Santo André. Sempre quis ter o seu “canto”. Conseguiu. Às vezes sai para “cheirar”. Faz uso de cocaína e álcool. Gosta. Tem “apetite”. Como usuário confirma haver diversas formas de uso de substâncias. E ignorância. No sentido do desconhecimento. E também oportunismo por parte de conhecedores. “Tem comédia que acha que todo mundo que usa bagulho é perdidão, tá

<sup>96</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.vagalume.com.br/sabotage/respeito-e-pra-quem-tem.html>

de chapéu atolado. Não é assim. Quando o cara não conhece beleza, agora, ficar com esse papinho sabendo que não é isso. Canalhas”. Germano expôs que há relações familiares que seguem amigáveis devido à distância. Fazem-se no afastamento próximo. E compara: “é tipo as biqueiras daqui. Todas de gambé [policiais]. Tráfico e polícia tão sempre juntos na perifa. Não sei como são os esquemas de *boy*, mas aqui é corrupção na caruda. Toda periferia sabe. Não é possível que o governo não saiba”. Demonstrando exacerbada indignação, diz que muitas discussões não chegam aos bairros distantes do centro, mas as práticas de improviso, sim. “As discussões que a perifa está tendo são outras, ou as mesmas, só que na outra visão, num é dá câmara, mas de quem tá sendo filmado. E tudo bem. Rapaziada se vira”. Meu “irmão” também apresenta os moradores das periferias não como espectadores, mas como atores da vida.

Bala (39) é o “amigo irmão” mais antigo que tenho. Com 9 anos de idade “matávamos” aula para ouvir Raul Seixas. Gosta de fazer uso de álcool. Teve um filho do primeiro casamento, que hoje está com 14 anos de idade. Atualmente faz faculdade; mora em São Mateus. Numa tarde conversávamos quando dividiu certa indignação com a segunda gravidez da irmã mais jovem, que tem um filho. Este último necessita de cuidados especiais, mas a mãe não demonstra cuidados pela criança. Em tom de desabafo me disse que seus pais ainda vivos “uma hora partirão. O primeiro filho nem a reconhece como mãe. Passa por ela direto, é invisível. E o segundo? Eu não vou deixar ir para abrigo, é a minha família. Tá vendo como sobrará para mim?”. Três afirmações: 1) que os membros mais velhos da família morrerão, outros estarão nascendo; 2) que numa relação familiar deve haver reconhecimento mútuo; e 3) que, na ausência do responsável familiar pela criança, o Estado surge como interdição. Apenas na carência, uma vez que, havendo outras partes da família, nesse caso ele, a criança tende a não ser afastada do núcleo familiar em que nasceu.

Fominha (39) é um antigo “irmão do *skate*”. Recebeu-me no bairro saudoso, porém pouco falante sobre o passado. Parou com as substâncias. Converteu-se. É evangélico. Casado, tem um filho de 9 anos de idade. “A família e Deus” tem sido sua substância. “Não é que eu deixei de usar, minha paradinha agora é outra. Outra brisa. Essa está sendo de paz. Tem gente que consegue usar, respeito, eu tive que parar pra conseguir outra vida”. Meu “irmão” assume sua dificuldade no agenciamento com substâncias psicoativas. “Eu perco mais que ganho. Velho, só Deus mesmo na missão,

senão não conseguia, não”. É enfático ao negar três vezes a possibilidade de parada por qualquer outra via. “É Deus”.

Dread (42) é o meu “irmão” mais velho. O único negro da turma. Carrega o apelido de Neguinho desde a infância. Achávamos carinhoso entre nós. Parei de chamá-lo desta maneira. Reconheci racismo. Esteve fazendo uso radical de múltiplas substâncias. Com dificuldades de agenciamento principalmente com álcool e cocaína, entre idas e saídas, às quintas feiras tem frequentado os grupos de alcóolicos anônimos (A.A). E sempre no dia seguinte à reunião – durante o ano de 2016 - detalhava-me sua performance durante o grupo, bem como a dos outros frequentadores. Entre falas e gestos, como se subisse no palco, descrevia. “Você tem que ver, lembro como eu era quando bebia. Mudo a voz. Finjo o barulhinho do gelo no copo. Dou aquele sorriso, e a beicada. A galera pira. Tem um lá no grupo que você tem que conhecer. Comédia”. Seu desempenho desmistifica a ideia de grupo tácito. O ambiente descrito por Dread é o mesmo de um bar, sem bebidas alcóolicas. No final de 2016 informou-me que tiraria férias do grupo. “Vou começar a tramar [trabalhar] em fevereiro, pesado, então viajarei janeiro (2017) todo. E quando falo viajar, é viajar mesmo”. Sairia de São Paulo e permaneceria um mês fazendo uso de substâncias. “Deixei avisado no grupo. O resposta [padrinho] disse que não podia. Nada. Tô seguindo direitinho a parada”. Não considerei que isso fosse possível, então perguntei se era uma espécie de redução de danos. Recaída. Se isso já tinha acontecido no grupo. “Tá vendo, já vem você com esse papo de PT e PSDB. De governo. Dando nome. Só férias, só. Tem nada de redução, recaída. Só férias, só. Isso aí é papo de quem quer mandar. Mano, só um mês”. Desacreditado de política partidária discorreu. “Governo é assim, bando de cu que não quer saber do cara que tá se fodendo. Sem trampo. Daí o cara arrebenta. Mete o louco, daí vem dando nome. Quer tratar o cara. Porque não agiliza antes. Só férias, só”. Num outro episódio, confidenciou comigo o que chamou de “particularidade”. Ao tentar refazer um projeto familiar desistiu no momento crucial para o casal reatar. Sua ex-companheira apontou as posições que seus pais – já falecidos - ocupavam em sua vida. “Mãe zelosa, pai ausente e violento. Falou demais, entrou sem permissão onde não devia”. Se as idas à igreja favorecem alguns, outros não veem identificação. A exigência de sua participação em cultos também distanciou o casal. “Nós pensamos mais, nem tudo é Deus que resolve. Não acredito quando passa a sacola. Tô no grupo, tá bom já”.

Chumbo é o “amigo irmão” do bairro que já fazia uso de *crack*. Não reside mais no Parque São Rafael. Soube que estava “vivendo na Cracolândia”. Que tinha virado “mendigo”. Essa notícia me causou grande tristeza. Foi a história mais emocionante de todas referente aos meus “irmãos”. Os Outros estavam trabalhando. Estudando. Morando em suas casas. Tinham filhos. Novas famílias. Um roteiro de que chegaram até a desacreditar quando eram mais jovens. Mas cada um, da sua forma, atualmente relaciona-se com as substâncias na maior parte do tempo as usando e, às vezes, delas abusando. Pelo que disseram, Chumbo não. Tinha “chapado de vez”. Eu precisei escutá-lo. Ele tinha ido à minha formatura de graduação em serviço social. Frequentava minha casa. Compartilhávamos ideias. Era quem chamava os amigos por “família – e ae, família?”. Chumbo causava problemas para ele. É fato. E era atento também. Bastante crítico ao capitalismo. Às relações humanas. Um homem sensível. Pixava reflexões sobre a vida. E tinha um traço infantil quando grafitava nos muros. Foi estranho ouvir que Chumbo estava “alienado de si”. Vivendo na Cracolândia “sem pensar em nada”.

Por uma rede social agendei encontro com Chumbo no Jardim da Luz. No dia e hora marcada eu estava lá. Enquanto o aguardava na portaria do parque senti no corpo a repressão policial do território. Durante todo tempo presença ostensiva da polícia: cavalaria, viaturas e bicicletas. Chumbo não apareceu. Agendamos outro dia. De longe o reconheci pelo caminhar. Tênis cano longo velho. Bermuda suja caída. Camiseta suada do Corinthians. Boné velho na cabeça. Estava diferente. “Chapado”. Tinha vindo “direto do fluxo” de uso de *crack*. Seu corpo estava muito magro. Foi desconcertante. Senti-me envergonhado. Meus olhos insistiam em olhá-lo por baixo. Não o encarei enquanto estava na outra calçada. Ouvei, “respeito pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem; é sempre assim na humildade; respeito é pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem”. Cantamos juntos. Eu o encarei, mesmo com o corpo sujo, sem disfarçar cheiros, seus olhos verdes continuavam lindos. “Aí, é sintonia, hein, família. Conexão. Ainda lembra o som” (sorrisos).

Quando sentamos no chão do parque, pediu para iniciar a entrevista. “Cê virou *playboy*? Tô brincando, não tô te tirando, não”. Sorriu. Sorrimos. Começamos a conversar sobre ele. Não houve “cerimônia, é nós família”. Para Chumbo, o *crack* “tem sido o demônio”. Essa substância “tirou tudo” o que ele tinha. Passou a querê-la constantemente. Tem comida lixo. “O demônio é sujo, tio, ele te joga lá, mano”. Dorme em qualquer lugar. Quando tem um cobertor “é luxo”. Porém, não “perde a linha”. Não

fica com “a cara toda ralada”. Mas, sim, perdeu o controle; se ainda lhe restasse algum, garante que “não estaria nessa situação”. Está vivendo na rua há um ano e meio. “Sobrevivendo”, na Cracolândia. “No centrão bebendo e fumando pedra”.



59. Chumbo exibindo sua camisa de São Mateus.



60. Chumbo exibindo a camiseta do “Timão”.

Isso fez mudar tudo ainda mais em sua vida. Fez-me um alerta, exigiu que eu fosse guiado pelos meus interlocutores. “Não fale do *crack* se você não vive o *crack*”. Quem vive está noutro mundo. Experimentando outra realidade. Com o *crack* perde-se, e se ganha novas “situações”. Oportunidades. “Você quer aquilo. Pow. Ganhou. Boné. Camisa. Tênis. Um ‘goró’. Cigarro. Pow. Sexo é o mais fácil”. Nas ruas com o *crack*, “se ganha” mulheres e “se perde” mulheres. “Acontece muita roubadinha. Nesse mundo é fácil. Vai ser fácil você levar, e vai ser difícil quando malandro chegar e te roubar tudo. Dizer, a mulher é minha. Acontece. O cara vem e assume. É minha”. Para tanto, é preciso dispor de dinheiro. Ou de bom “papo. Mas uma hora perde”.

Antes de chegar ao centro da cidade, trabalhava em Itapevi e, com o salário, pagava mensalmente uma “clínica de recuperação” em Cotia. Passava as noites da semana e os finais de semana. Percebeu que os diretores da “clínica” estavam sendo “mercenários. Queriam só a moeda”. Questionou o tratamento. Cansou de escutar “historinha triste todo dia”. Alugou quarto de pensão numa favela em Itapevi. Na nova cidade não fumava *crack*, “só cheirava pó”. E usava “bastante” álcool. Sente na periferia outro ritmo, diferente do centro, onde “o *crack* impera”. Embora haja um tipo de “disciplina no fluxo”, conta que no território é considerado liberado. Na Cracolândia se é “escoltado. Ali é um lugar seguro. Ali é a Luz”. Por ser usuário de *crack* na periferia é “tirado”. As pessoas olham com desconfiança. Admite que usar cocaína na periferia é social. “Pique elite”. Cheirar. Ir ao bar. Beber. Ficar “rodeado de situações”.

Explica que no primeiro momento pode parecer “a mesma coisa” já que “até a cinza do cigarro é cobrada no fluxo”. Diz saber que em qualquer lugar onde há usuários, quem tem a substância – cocaína ou *crack* - será mais requisitado. “Tudo é comércio. Quando você tem uma moeda, em qualquer lugar, você é legal. Quando não tem, não é nada. É isso, é um lixo”. A diferença é de substâncias; para ele o *crack* é antissocial. “Não tem como; se eu der uma paulada, para mim bolar uma situação com a sua pessoa, uma ideia, vai demorar. Porque o cenário muda”. Cada um pode ter a “sua brisa” com o *crack*; a de Chumbo, inicial, é um tipo de paranoia persecutória. Já ouvi dizer haver outros usuários que também agem assim com o *crack*. “O barato transforma”. Mesmo já tendo visto – “alucinado” - serpentes nas ruas e em mochilas de outros usuários, tendo corrido de pavor, nunca arrumou briga. E nem arrumaram com Chumbo. Tem noção do perigo, prefere fazer “o corre” sozinho, não gosta de viver em malocas. “É muita maldade”. E muito respeito também. Até porque se, não haver esse, morre-se “na faca”. Como “um frango, sendo jogado na rua”. Demonstrando estar numa experiência de aprendizado, Chumbo conta que nesse tempo “de rua” já viu muita pancadaria. Aprendeu que na rua não se toma partido. “Algum fato lá atrás não tá bem esclarecido. Nada é grátis. Nada. Nada”.

Admite gostar de se entorpecer. Gostar de “drogas. Da substância”. Para tê-la, “corre atrás” durante o dia e a noite. Interpreta o que está vivendo como um carma. Uma explicação para sua história familiar. “Minha mãe também é moradora de rua. Ela tá presa. Sempre foi moradora de rua”. Sua família não lhe explicou. Chumbo nunca entendeu a situação da mãe. Atualmente tem conseguido compreender. “Nunca teve diálogo sobre isso entre eu e ela. E a família sempre omitiu. E hoje eu entendo qual que é a vida que ela levava”. Sempre quis ter uma mãe. Não teve. “Recebi outros carinhos, de avó, de primas, mas queria saber como é esse de mãe. Pode ser igual, não sei. Mas a dúvida, não ter tido, é o que mata”. Carrega o “silêncio da resposta”. Carinho de pai também não teve. “Ter pai é diferente de apenas saber quem é seu pai”. Chumbo conhecia o pai. No último encontro que tiveram, romperam mais uma vez. Permanecendo doze anos sem contato físico.

Morando com seu avô, por estar cheirando muita cocaína, foi mandado à casa do pai em Minas Gerais. Na viagem de São Paulo até a rodoviária mineira, foi fumando maconha. Com um *skate* que levou consigo, quebrou o banco de ardósia da plataforma do terminal rodoviário. Mal chegou foi preso, obrigando o pai a retirá-lo daarceragem.

“Eu sou *underground*, tatuagem, música, *dread*, *skate*, né, família”. Diferente do pai, “ele é de Minas, outra situação. Conservador”. Melhor ainda para o filho chamá-lo de “ignorante na situação”. Era carnaval, bebeu, fumou, “cheirou” e “baforou cola”. O pai não entendeu. Chumbo foi mal visto. Considerado marginal. Naquele momento deixou de ser seu filho. O reencontro durou uma semana. Chumbo foi mandado à casa da tia.

Chumbo casou-se com Bela (30). A relação durou sete anos. Tornou-se pai, teve Zack (6). Conviveu com o filho até seus 3 anos de idade. “A mãe do meu filho é linda. Meu filho é lindo. Perdi por causa do *crack*”. Casado, morando em Fernandópolis, tinha uma “vida social”. Trabalhava. Voltava para casa. Comia. Fazia compras no mercado. Pagava contas. Tinha um emprego que lhe pagava “razoavelmente bem”. Era “considerado” pela família de Bela. Entrou para essa outra família. O tratavam como filho. Considerou esse estilo de vida “comodismo”. Mas era “legal”. Às vezes não gostava. Amava esposa e filho. Reclamava da rotina da vida. Tendo dinheiro, dava “umas escapadinhas” para “cheirar pó” e beber, ou fumar *crack* com amigos do trabalho. “Só que com o *crack* não tem essa fugidinha. A fugidinha é três, cinco dias no ar. Ainda mais com dinheiro”. A família de Bela o “internou” após tentativa de suicídio. “Virado” cinco dias, tomou comprimidos. Acordou três dias depois com Bela ao lado da cama no hospital. Envergonhado, tinha tentado suicídio porque se sentia “atrapalhando” Bela e Zack. “Quem gosta de uma companhia que fica cinco dias fora sem dar notícia? É horrível”. Não foi a primeira tentativa: com 24 anos fumava *crack* e naquele tempo via demônios. Foi resgatado de cima de uma torre telefônica da zona leste.

Enquanto permaneceu em Fernandópolis pensava muito no pai. Entristecia ao saber que seu pai não tinha conhecimento do neto. “Queria que ele visse o neto. Eu queria pedir perdão. Dá um abraço nele”. Trabalhando “veio a situação, ele tava pique [internado] na UTI (unidade de tratamento intensivo). E só falava no meu nome”. Planejou ir vê-lo na sexta-feira. Mostrar a fotografia de Zack. De sua família. Na quinta-feira recebeu nova ligação, seu pai havia falecido. “Maior remorso, tá ligado? Tipo da pessoa dele, eu era o único filho dele. Ele não viu o neto dele. Não viu ninguém”. Não tinha conseguido ver o filho “*underground*” quando Chumbo tinha sido enviado pelo avô. Chumbo compreende que Zack esteja passando pelo que passou na vida. “Eu tô ausente. Meu pai foi ausente na minha vida. E eu tô ausente na vida dele. Ele nem sabe a situação a qual eu vivo. Vivo, não; sobrevivo. Tô repetindo todo o role da família”.

O casal se separou. Chumbo foi parar no bairro da Luz. Está em situação de rua. Não considera que tenha escolhido “essa vida”. Diz não gostar de como vive. É enfático: “eu não sabia que ia chegar nessa situação. Eu achei que eu ia curtir e ter a minha vida social. Trabalhar. Pagar contas. Lar. Família. Trabalhar. Ter vida social. Pagar contas. E possuir alguns bens”. Pensou que teria os dois modos de viver. Teve enquanto cheirava cocaína. “Transitava em qualquer lugar. Era bem recebido. Não faltava nada. Era benquisto pelos populares. Daí usou *crack*; é o demônio”. Refere-se à pedra como um tipo de substância realmente mais pesada. Diferente. Que produz outro mundo para o usuário. Sente-se como sendo invadido por um tipo de “radiação. Quando você usa, se você não tem o controle, você não sai dali, velho. Te prende”. Para Chumbo o *crack* é tão forte, que ele garante não ter ficado mais doente desde quando iniciou o uso radical da substância. Quando interrompe, sente-se ficando resfriado. Desvitalizado. “O corpo muda”. A partir da “radiação” que sente, o seu “organismo grita”. Ao ver outro usuário fumar, na hora é gerado “um sentimento”. Foca no *crack*. Garante que nunca foi focado assim em nada. “Por mais que seu dia não esteja legal hoje, aí você pensa, hoje vou me alimentar, hoje eu vou pro albergue, hoje eu vou dormir, se você vem pra cá, e vê um malandro dando uma pancada. Gera sentimento”.

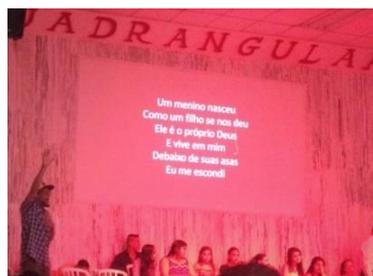
Chumbo não se sente como “um doente”. Mas um “escravo do *crack*”. Faz “o corre” o dia inteiro e está “sempre no mesmo lugar. Fazendo qualquer situação para chegar no mesmo lugar”. Contando, atenta-se aos meus olhos. Prevê minha pergunta. “Você vai me dizer que o corre é rotina que nem emprego, já sei. Mas é diferente da outra rotina”. Para ter dinheiro realiza “outros trabalhos”. Sente-se “escravo” porque em sua concepção todo doente precisa de uma “situação” para curar sua enfermidade. “Se tivesse um remédio para curar a minha situação, eles dava uma pílula e eu parava de usar *crack*. E ae, qual é o remédio?”. Não há. Sabe que o seu “problema é mais complexo”. Inconformado, relata que ouve de profissionais e amigos: “por que você não para com essa porra. Para com isso daí. Pode perguntar para qualquer um aí ó, todos querem sair disso. Todos. Eu quero sair dessa vida”. Não tem conseguido.

Respeita os “crentes” [evangélicos] por deixarem o conforto de suas casas para irem até a Cracolândia. “Respeitar é uma coisa, seguir é outra. Eu até tentei, tento, mas eu sou muito crítico com religião. Nós também escrevemos nossa história, eles não botam uma fé nisso. É isso também, espiritual e psicológico”. Em relação aos “tratamentos do governo”, considera *marketing*. “Todo mundo sabe. Eles acha nós

alienado. A gente liga tudo os ‘prego’ [políticos] quando passa no fluxo. Uns vem com [policial] à paisana”. Sabe que há dois Programas, “do governo e da prefeitura. Mas na rua é tudo a mesma coisa. Se não fosse a gente não existia nenhum. Nem emprego. Nada. Eles aprendem com os nóia, ó, que contradição”. Não considera errado usufruírem o que é oferecido, mas para Chumbo, os Programas “não envolve nada. E não envolve família [eu], porque não tem humildade de reconhecer que sem nós, eles não iam saber. Já não sabem olhando pra gente. Então é conversa pra mandar na gente”. Frequentou o CRATOD, entendeu como “uma hierarquia, onde quem dita as regras quer saber da sua vidinha triste. Tentar dar uma solução com a teoria deles. Alienado é eles família. Sem saber que, na prática, é outra coisa. Que o diabo é sujo”. Chumbo garante usar *crack* porque é “gostoso queimar o bagulho. O bloco. É uma troca. Perde vida. Ganha vida. Perdeu. Já perdeu. Então você só faz situação pra aquilo. Não importa o resto. O que é gostoso é dar um trago”.



61. Chumbo se batizando numa igreja evangélica.



62. Chumbo numa tentativa de parar de usar *crack*.

Sem ver o filho, sente falta. Às vezes chora sem controle. Sai. O que neutraliza esse sentimento – “a radiação” - é “a pancada. Eu fumo e tomo *drink* não é pra ficar retardado, é pra manter o nível da ideia. É pra baixar a radiação”. Usa para não “chapar”. A “radiação” se faz tão forte em seu corpo que assume, “dava uma paulada dentro de casa escondido”. Não conseguia estar feliz com a vida que “vivia”, a qual garante que era boa. “Querida fugir. Ela falava, fuma, fica aqui dentro de casa para não ir para rua. Olha que lixo”. Não conseguia permanecer em casa. Ocupá-la.

Criado pelo avô, um cearense que gostava de Luiz Gonzaga, e que lhe deu “toda a educação” que possui, imagina que, já falecido, ele não esteja orgulhoso com a vida que seu neto está levando. Sente-se em dívida com o avô. “Se você consegue construir alguma coisa, a família te aceita mais. Se você não tem, às vezes gostam mais ainda de

você. Mas eles gostariam de te ver igual ou melhor que eles. É família. É família”. Não se reconhece nesse planejamento familiar. Não sabe como fazer. Acha “pobre” a vida de trabalhador e de “pai de família. Se bem que pior ainda é a de cracudo no meu caso”. Não tem conseguido fazer diferente. “Não estou sabendo. Uma coisa leva a outra, e eu perdi tudo. É como se você, para estar lá, tenha que possuir outras coisas aqui. Dentro de você. Mas se não consegue ter, então, fica fora de lá”. Falava de paz interior.

Não volta para o São Rafael com vergonha da situação em que se encontra. “Cracudo”. Conhece o carinho dos amigos do bairro por ele. Sente carinho pelos amigos também. Diz que sua “galera de lá” é real, na Cracolândia são conhecidos. Sua vergonha parte do desconhecimento de todos que não vivem o *crack*; não quer ficar ouvindo ordens para que interrompa o uso radical. Não está conseguindo. “*Crack* é do demônio. Isso é a dependência, corpo, mente e alma. Envolve tudo. Por isso que eu falei que o cenário muda quando você dá um trago. O espírito vai e o demônio te pega”. Nesse impasse, sente falta da família. “Não da de rua, mas da de sangue”. Sem ver o filho, vislumbra uma conversa. Falar do Corinthians. Jogar futebol. Correr no supermercado. Abraçá-lo. “Eu nem sei qual vai ser a reação dele quando me ver. Faz um ano e meio que não o vejo”. Tem negociado com Bela pelo *Facebook* para vê-lo um dia em Fernandópolis. “Eu não consigo parar com essa porra. Não tenho nada. Ninguém. Meu filho tá longe. Tenho essa pulseira do berçário quando nasceu. Ele nasceu no dia das mulheres, foi o maior presente que eu dei para ela, e ela me deu”. Na carteira carrega junto com a pulseira de berçário um cartão com a capa do filme *Pulp Fiction*. Associa à banda *Rage Against the Machine*, que lhe apresentou na adolescência. “Lembra, o nome Zack veio daí, proeza do leão, Zack é o nome do vocalista da banca. Foi você família quem me ajudou dar nome para o meu filho, é Zack, proeza do leão”.

Nesta seção me reencontrei com o que há de mais íntimo, com a minha família de “sangue” e de “conexão”. Juntos potencializaram minhas traduções realizadas para essa pesquisa. Grafite tem aprendido com os filhos. Visualizado a condição da mulher atravessada pelo machismo. E a produção de vida nas periferias. Germano apontou para as diferentes relações com as substâncias. Acordos familiares. Corrupção produzida pela guerra às drogas. E a improvisação criativa dos atores da vida na periferia. Bala lançou olhar para a finitude dos cuidadores. Para o necessário reconhecimento dos lugares de cuidado. E a continuidade do projeto familiar sem separação dos membros. Fominha admitiu respeito e admiração por quem consegue – apenas – usar substâncias. Na sua

impossibilidade desse tipo de uso, encontrou suporte na igreja. Mudou de “brisa”. Dread descreveu seu ambiente de cuidado e sua performance de uso, abuso e dependência. Esclareceu o limite para a revelação do segredo familiar. E, principalmente, sua indisposição com as formas partidárias de fazer política. Chumbo não está “alienado de si”. Parece também saber muito o que está acontecendo e o que aconteceu na sua vida. Em apenas uma tarde traduziu suas repetições e de sua família. Meus irmãos colocaram-me em novos movimentos. Abriram fluxos para outras traduções. Fizaram-me reconhecer ainda mais prontamente que minhas interlocutoras mudaram-me o olhar. Se inicialmente eu considerava essas vidas abandonadas pelo Estado. Especulava o Estado como ausente. Isso mudou. Pude ver, a partir da pesquisa etnográfica, que é na vida dessas mulheres negras - e de todo povo das periferias – onde há excesso de presença do Estado, que é na vida dos pobres que o Estado mais investe. Onde mais atua. Disciplinando, controlando, exterminando. Porém, minhas interlocutoras esclareceram-me também que diante desse movimento de repetição do Estado, enquanto cidadãs, não permanecem estáticas.

A família de Rebeca – Fé da sul - sempre esteve próxima territorialmente. Em alguns momentos essa também compõe com outra, a da igreja. Vivenciando o agenciamento de Marlon com o *crack* no mesmo quintal estão treze membros. Experimentam também o cansaço de Maria no trabalho. O problema de pressão alta do Moises. A separação de André. A nova e temida prisão de Bruno. O namorado de Natália. O crescimento de Jeferson. A ausência dos pais das crianças: Catarina, Cristina, Gabriela e Ana Clara. Lidam com a falta de dinheiro. Tempo. E a calma de Rebeca. Com sua solidão. Ainda assim, Rebeca – e toda a família - se coloca em movimento. Quando Marlon nasceu considerou ser obrigação do pai ir atrás da família. Confiar em sua palavra de mulher mãe. Rebeca desistiu do parceiro sexual. Escolheu o filho, de quem teme a morte. Não o abandona. Assim como sua mãe fez com os filhos quando vítima de violência doméstica. Violência essa também vivida por Rebeca. Ambas separam-se dos companheiros violentos.

A partir da doença não crônica do filho - já que acredita na cura da dependência química e a traduz como doença espiritual –, Rebeca tem revisto seu posicionamento como mãe. Sua coragem. E o resultado de educar Marlon como fez e faz. Em algumas situações, mais reativa que ativa, e sendo negligenciada pelo Estado, movimenta-se como negociadora com os trabalhadores do tráfico de drogas. Vizinhos. Família. Irmãos

da igreja. Com o próprio filho. Ameaçada por outra mulher, chantageia os temidos pequenos traficantes do bairro. Pressiona o Programa Recomeço com uma aparição negativa na mídia. Denuncia a participação do Estado na guerra às drogas subvertendo sua posição. Comete acertos e equívocos. Frustra-se com o Estado por dizer que não pode fazer nada para ajudá-la. Atenta-se que a barganha com os trabalhadores do tráfico pode descambar na morte do filho. Recua. Entra em contato novamente com a “vida loka” noutra posição. Mais criteriosa, assim como o faz quando discute as substâncias que o filho consome. Mesmo considerando-as como a expressão espiritual do diabo, Rebeca distingue-as e dribla a proibição, permitindo o uso de maconha ao filho. Reconhece que o início da destruição de sua família não foi pelo uso de substância, mas quando o filho foi atuar na linha de frente do tráfico. Rebeca com suas ferramentas investe na recuperação de Marlon. No projeto familiar. Deposita desejo no filho para que esse continue o projeto familiar. Vem trabalhando para aumentar a casa. Tem investido para ter mais espaço. O seu. O dos filhos. Está construindo a casa. Mesmo com os desfalques cometidos por Marlon. Que não tem conseguido, e pouco tentado, suspender o uso radical de *crack*. Marlon também é criterioso, não confiou a mim o segredo de seu apetite por *crack*. Apenas que é bom. E que no momento o uso de maconha não agencia o que busca e alcança com o *crack*. Voracidade essa de Marlon que Rebeca diz ter compreendido. Fundiu-se à fumaça tragada e baforada de *crack*. Incorporou a doença do filho em si. Fez do seu corpo o de Marlon. Experimentou outra posição. Venceu - como tenta o filho - bebendo o leite não cedido pelo Estado. Esse tem virado “pedra”. Mas tem virado conquistas também. Díficeis de tradução, mas que tem produzido transformações. Relações. A permanência do filho em casa. Tem virado amor e labor solitário. Questionável. Avaliado. Punido. A codependência aqui surge como aliança cuidadora.

Se olhadas apenas as substâncias, haverá somente substâncias. Minha interlocutora mostrou-me que a fixação do olhar, e a escolha rígida do Estado pela proibição, pelo isolamento, tem produzido uma política de drogas de manejo violento. Absolutista. Na primeira experiência de acolhimento vivida pela família, a ação do Estado sustentou-se na fabricação da desconfiança entre mãe e filho disparada em reuniões familiares. Marlon, em consideração à mãe, pelo medo de ser assassinado e pelo estado de seu corpo, negociou sua “internação” com Rebeca. Disse “sim”. Rebeca - a mãe - estando em movimento, buscando “tratamento”, traduzindo movimentos

dramáticos do filho, fez com que Marlon se mantivesse abstinência – e sem furtar - por cinco meses. Reconheceu que mesmo não sendo explícito – e avaliado - o acompanhamento ofertado pelo Programa Recomeço produziu mudanças no comportamento do filho. E pôs a família em debate sobre sua situação. Esse movimento familiar submergiu. Não receberam mais acompanhamento. Não houve outros atores. Não existiram profissionais. A família lidou e lida com os próprios recursos intelectuais e afetivos. No primeiro episódio em que fora instituída a dúvida, o Estado não cumpriu minimamente com o tipo de contrato terapêutico que levasse em conta o sujeito. Fixou-se nas substâncias. Repetiu. Não se aproximou das relações familiares. Do processo. E da possibilidade dos sujeitos dessa família fazerem diferente. Não confiou na família, que cumpria com o contrato. O Estado não demonstrou ter recursos intelectuais e afetivos. Não traduziu as ações da família. Na ocasião era preciso ter compreendido que em sua luta atual Rebeca foi conquistando o “sim” do filho. Esforçou-se pelo local que melhor o atendesse. Alterou dias de trabalho. Deu sua palavra. O Estado, como polícias vasculhando corpos à procura de substâncias, exigiu a verdade. Sendo essa evidente. Marlon retornou sozinho para a C.T. dentro do combinado. Agindo como investigadores, trabalhadores sociais abriram precedentes para terem seus saberes - de mais de vinte anos de drogas - questionados. Rebeca frequentava as reuniões. Respondia ao questionário. Observava o filho e nele confiava. Os trabalhadores da C. T. não traduziram que Marlon, quando ameaçado pela desconfiança, solicitou a participação da mãe. A palavra da mãe na posição de filho. Reconheceu-a como mãe. Rebeca, sempre que convocada por instituições e exigida pelo filho, apresentou-se como responsável. Na C.T. não a envolveram como mãe no episódio. Só depois, quando era tarde. Que diferença faria Marlon ter usado ou não substâncias? É sabido que a recaída faz parte do percurso. E que essa não aponta para o fracasso, mas, sim, sinaliza aprendizados. Ele ter voltado para a C. T. não bastou. Testes e ameaças seriam formas aconselháveis de acompanhamento? O Estado não traduziu a ação da família porque buscou incessantemente disciplinar e controlar suas vidas.

Rebeca indicou-me que o Estado ainda não prendeu ou exterminou Marlon, por causa de seu investimento no filho. A mãe sabe – da sua maneira – que em média 63 jovens negros são assassinados por dia no Brasil. Por ano são 23 mil mortos, a maioria

durante ações policiais por meio de balas perdidas ou violência do Estado<sup>97</sup>. O Estado – acolhendo Marlon -, no caso dessa família, atuou como conhecedor, sem aproximação. Repetiu movimentos. Rebeca prova que as políticas públicas dirigidas à sua família não fomentam mudanças concretas de vida. Os crescimentos – estrutural e afetivo - que têm ocorrido são de sua responsabilidade. Rebeca não tem repetido, como o Estado, escolhas do passado. Não tem brincado mais de casinha. Tem se ocupado - como é - do lugar de filha, irmã, mãe e mulher.

Bete é a protagonista central da família 24 por 48. Mantém todos ao seu redor. Mãe, três filhos (mesmo um estando preso) e as noras. Sempre foi a cuidadora. Tem apenas uma filha mulher, Gislaine. Que está doente de sífilis. Trabalhando para o tráfico. E fumando radicalmente *crack*. Essa tem três filhos. Passa meses em situação de rua. De vez em quando faz tentativas de retornar para casa. Mãe e filha no dia a dia se estranham. O amor oscila. A tensão impera. Bete perdeu a confiança em Gislaine. Como já havia perdido na mãe anteriormente. Não admite o abandono infligido pela filha às crianças. Cansada, diz ter aceitado a escolha da filha. Hoje investe todo o seu tempo para cuidar principalmente dos netos. Esses lhe trouxeram o balanceamento de sua saúde. É anoréxica. O processo da doença foi disparado pela violência – física e psicológica – masculina. Bete aprendeu a se posicionar diante dos homens. Resistiu. É sincera quando não os ama mais. Dispensou todos os homens violentos. Entre esses e a família tem escolhido a “família de sangue”, que além do trabalho, também lhe oferta prazer. Com o uso radical de *crack* pela filha tem criado os netos. Nesse movimento revive a experiência de conviver – brincar - com crianças. Torna-se avó, mãe e pai. Assumiu que os netos precisam mais dela do que de sua filha Gislaine. Oferta o que nunca teve quando criança. Considera como a vida foi e tem sido. Bete focou nos netos. Tem aprendido a ter paciência em esperar.

Não desistiu da filha. Mas a partir de situações vividas, compreende o tipo de agenciamento que a filha faz com o *crack* de duas maneiras. Como uma doença física e psicológica séria. E também como falta de moral. Minha interlocutora mostrou-me que, por ser mulher, Gislaine é mais exigida. Dividida, e sentindo-se sem apoio, Bete anuncia que a porta de sua casa está aberta. A filha tem que querer. Reconhecer. Bete deixa claro quem é a dona da casa. De um lar que possui quatro gerações. Avó que

---

<sup>97</sup> Para saber mais, ver: <https://www.brasilefato.com.br/2016/06/15/63-jovens-negros-sao-assassinados-por-dia-no-brasil-segundo-cpi/>

também é bisavó e mãe. Mãe que é avó e filha. Filha que é neta e mãe. E neta que é filha e bisneta. Todas dentro de um lar onde a proprietária - Bete – não se identifica com a região. Não gosta. O Estado as colocou no distrito onde não há médicos. As vagas em creches são escassas. O transporte público é caro e sujo. Não há trabalho na região. Porém, Bete em menor escala, vende seus jogos de cama. Seu filho comprou e aprendeu dirigir sua Perua Kombi. As crianças estudam. Brincam. Sempre que a filha faz a escolha por voltar. Ou por se “internar”. Bete está presente como sua responsável. Na primeira experiência de acolhimento em C. T., que nem chegou a acontecer, não pôde participar da saída da filha. Essa é e foi considerada adulta. Gislaine desapareceu como tem feito.

Bete, o eixo da família, está amadurecendo seu senso de justiça. Responsabilizada pela condição da filha, mantém, com pesares, distância do filho da sul. Quando se encontram a relação está preservada. Visita o filho na prisão. Esse não se sente abandonado. Compreende sua mãe necessitando de sua ajuda. Recebe amparo do filho. Acolhe o seu uso de maconha. Entende como diferentes as substâncias e as pessoas que as usam. De vez em quando “toma seu pileque” com o namorado. Quando não suporta a falta de notícias de Gislaine, vai atrás dela. Nesse estágio parece estar vivenciando a vida da filha. Vomitando ou sem comer, seus corpos tornam-se um. De costas tornam-se idênticas. Quando estão felizes também. Vieram sorrindo iguaizinhas por 5h voltando da cidade de Santa Rita do Passa Quatro. A codependência aqui aparece como um tipo de conexão corporal possível. Porque no dia a dia – juntas - não se reconhecem. Não se aceitam. Não há mais olhar generoso entre as duas. Bete quer que a filha siga o projeto familiar que dialogue com o seu. Dê continuidade na família como tem feito. Gislaine não está definida. Opta pela família, mãe, avó e filhos. Foge para a família de rua. Busca ventilação. Bete exige outra postura. Magoada, endureceu com Gislaine. Não tem se colocado na posição de aprender com a filha. Dessa vez tem aprendido com as crianças. Vem atingindo sua responsabilidade retornando à sua infância. Tem ofertado o que nunca recebeu quando criança: carinho.

## Notas Finais

O rap é minha lei  
 Desde os tempos de moleque  
 É o que sei  
 Meti favela que nem samba canção  
 Peço capela em forma de oração  
 Roda de rima vira celebração  
 Em cada canto, esquina  
 Uma versão.  
**Minha Lei - Rael<sup>98</sup>**

O gênero dramático junto com o lírico e o épico formam os três gêneros literários, sendo o dramático composto por textos feitos com o intuito de serem encenados ou dramatizados. Objetivando despertar emoções. Fenômeno esse chamado de catarse. Suas principais características são a encenação cênica (linguagem gestual e sonoplastia); a presença de diálogos e monólogos; e o predomínio do discurso em segunda pessoa (tu, vós). Os autores desse tipo de texto são chamados de dramaturgos, que ao lado dos atores (que encenam o texto), formam o grupo dos emissores. O público, dos receptores. Os textos dramáticos, além de serem constituídos de personagens (protagonistas, secundárias ou figurantes), são compostos pelo espaço cênico (palco teatral, cenários) e pelo tempo. Sua estrutura interna básica é feita da apresentação (faz-se a exposição tanto dos personagens quanto da ação a ser desenvolvida); do conflito (o momento em que surgem as peripécias da ação dramática); e do desenlace (momento de conclusão, encerramento ou desfecho da ação dramática). Como estrutura externa do gênero dramático, o texto possui os atos e cenas, de forma que o primeiro corresponde à mudança dos cenários necessários para a representação, enquanto o segundo designa as mudanças (entrada ou saída) dos personagens. Cada cena corresponde a uma unidade da ação dramática. Temos como exemplo de textos dramáticos: 1) a tragédia (representação de acontecimentos trágicos, geralmente com finais funestos. Os temas explorados são derivados das paixões humanas, do qual fazem parte personagens nobres e heroicas, sejam deuses ou semideuses); 2) a comédia (representação de textos humorísticos que levam ao riso da plateia. São textos de caráter crítico, jocosos e satíricos. A principal temática dos textos de comédia envolvem ações cotidianas do qual fazem parte personagens humanos estereotipados); 3) a tragicomédia (união de elementos trágicos e cômicos na representação teatral); 4) a farsa (uma curta

---

<sup>98</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.lettras.mus.br/rael/minha-lei/>

peça teatral de caráter crítico, formada por diálogos simples e representada por personagens caricaturais em ações corriqueiras, cômicas, burlescas); e 5) o auto (textos curtos de temática cômica, os quais são geralmente formados por um único ato). A palavra drama, derivada do grego, significa ação<sup>99</sup>. Muitos elementos dramáticos constam neste estudo. Porém, o drama vivido e apresentado por minhas interlocutoras é negro. Não é encenação cênica. É vida sendo vivida sem paralisia. A ação requer movimentos. Exatamente como as vi. Em fluxo. Enfrentando o real. Mudaram-me o olhar de algo nada alheio a mim: políticas públicas e relações familiares.

Buscar responder solitariamente a algo novo que ligasse famílias, substâncias e políticas públicas era querer exclusividade. Em vez disso, no decorrer do trabalho, minhas interlocutoras foram indicando que não era preciso concluir respostas. Definir. Mas, sim, traduzir. Abrir discussões. Pois movimentos já haviam sido - com suas teorias - realizados. Este estudo foi feito com a ajuda de muitas mãos.

O campo de pesquisa mostrou que era preciso caminhar ainda mais à frente para melhor compreender essas famílias. Ao mesmo tempo foi preciso parar para concluir essa etapa do trabalho; sistematizar o percurso. Observar a construção da política estadual de drogas de São Paulo. Fixar o olhar nas famílias dos usuários de substâncias tornadas ilícitas revelou também uma etnografia das políticas públicas. O estudo enfatizou desde o início o que tem sido gerado pelo declínio dessas políticas: múltiplas expressões de violência. As histórias escritas, em contínuas disputas, e as histórias narradas confirmaram a violência do Estado para com essas famílias. O principal fluxo desta pesquisa foi descrever e traduzir repetições e diferenças: movimentos.

Na apresentação foi traçada em largas pinceladas uma linha que trouxe minha implicação com o fenômeno das drogas. Desde a infância e a adolescência, quando sujeitos, substâncias e violência eram agrupados pelos discursos como idênticos. E, na vida adulta, compreendendo que usuários de substâncias são muitos e de perfis econômicos e subjetivos variados. Já assimilando que esses sujeitos estabelecem diferentes relações com as substâncias. Múltiplos funcionamentos. E que as substâncias também são diversas. Algumas deprimem. Outras estimulam. Alucinam. “Psicodelizam”. Agitam. Fazem parar. Colocam o sujeito para dentro em introspecção.

---

<sup>99</sup> Para saber mais sobre, ver: VILARINHO, Sabrina. "Gênero Dramático"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/literatura/genero-dramatico.htm>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

Lançam-no para fora. Atualizam sentimentos. Nublam lembranças. Dependerá de quem as use. Onde. Qual é a busca. Quando. Com quem. Em quais circunstâncias. Derivará da substância. Sua origem. De sua pureza.

A história das substâncias psicoativas nos mostra que elas sempre existiram. E anuncia que perdurarão (como as famílias), até porque, mesmo passando por longo processo de criminalização até serem tornadas ilícitas por obscuros critérios, algumas dessas medidas foram revistas (e continuam sendo), e certas substâncias tornadas ilícitas nos EUA anteriormente, como as bebidas alcóolicas, não só tiveram sua licitude readquirida, como foram estimuladas em países como o Brasil. E as que se estabeleceram enquanto ilícitas como a cocaína, contemporaneamente reconfiguram as vidas de todos nesses territórios. A realidade se impôs. E o uso de cocaína não foi suspenso. Sua proibição produz um tipo de guerra na qual morrem usuários e não usuários. Civis e policiais. Fabrica medo; prazeres; corrupções; políticas públicas; e leis. A lei brasileira de drogas - 11.343/2006 -, embora considerada um avanço em relação ao tratamento dado aos usuários de substâncias, agravou as penas para o tráfico sem distinguir usuários, pequenos e grandes traficantes, fixando a pena mínima em cinco anos de prisão. Ela não estabelece critérios quantitativos para o porte. É aberta à interpretação policial. As prisões nacionais estão cheias de negros e pobres como os filhos de Rebeca e Bete. Nos últimos quatorze anos a população carcerária brasileira aumentou 267,32%, atingindo o número de 622.202 pessoas (dezembro de 2014), ficando atrás apenas dos Estados Unidos (2.217.000), da China (1.657.812) e da Rússia (644.237). O perfil socioeconômico dessa população mostra que 55% têm entre 18 e 29 anos, 61,6% são negros e 75,08% têm até o ensino fundamental completo. Entre esses, 40% são provisórios, ou seja, não obtiveram condenação em primeiro grau de jurisdição. O crime que mais leva cidadãos às prisões é o tráfico de drogas; 28% estão no cárcere em razão da Lei de Drogas<sup>100</sup>. Resumindo, nesse aspecto, o Estado repete as condições históricas em que foram e são abalizados negros e pobres no Brasil.

Mesmo tratando-se de um fenômeno complexo, com tantas variáveis relativas aos usuários e às substâncias lícitas e ilícitas, o Estado brasileiro opta por entregar as últimas nas mãos de milionários traficantes, para, em seguida, esses comercializarem clandestinamente as mesmas substâncias tornadas ilícitas pelo Estado. Tudo isso se

---

<sup>100</sup> Para saber mais, ver <http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos>

servindo de sujeitos que reagem à condição de linha de frente do tráfico, exibindo o que os diferencia dos outros tantos negros e brancos. Pobres e ricos. Seu armamento e coragem. Sua outra relação com a vida. No entanto, esse mesmo Estado que determina a proibição que gera a guerra, também investe capital – humano e econômico - para vigiar, disciplinar, punir, controlar e também tratar os envolvidos mais diretos no fenômeno das drogas, quando não escolhe por exterminá-los. Visto que as ações de prevenção e de repressão, quando realizadas pelo Estado, falharam, a variedade de substâncias e o uso crescem cotidianamente. O medo - e a desinformação - fomentado pela mídia também. Logo, a dependência por substâncias aumenta. O primeiro capítulo deste estudo descreveu dois anos da construção da política de drogas do Estado de São Paulo por meio do Programa Recomeço. O sugerido para essa fase da pesquisa ficou sendo o investimento por parte das Secretarias de Estado na repetição política.

O Estado tem direcionado ilicitamente a política de drogas apenas numa direção, quando é sua obrigação apontar para a efetivação de políticas públicas que respeitem os cidadãos, sendo eles usuários e não usuários. É seu dever cumprir com o preceito básico, oferecer aos usuários de substâncias lícitas e ilícitas, e seus familiares, tudo o que há de mais moderno em pesquisas. Alheio aos “lados” proibicionista ou antiproibicionista. É responsabilidade de um Estado democrático, no momento da construção de políticas públicas, investir em comissões científicas. Ouvir especialistas. Usuários de substâncias. Familiares. Articular ações com movimentos sociais. Ouvir os trabalhadores. Legitimar novas tentativas de trabalho. Monitorar suas ações. Seus gastos. Avaliá-los. Produzir práticas e saberes. Divulgá-los.

Somente o ato de o Estado reconhecer que alguns usuários não interromperão seu uso já produziria novas questões. Novas hipóteses. Diferentes práticas. Pois é sabido pelos trabalhadores sociais e pela população atendida que há quem nunca experimentará substâncias tornadas ilícitas. E quem experimentará e suspenderá o uso. Há quem usará às vezes. E quem usará e estabelecerá dependência. Existirá quem usará sempre, e não comprometerá a vida. Quem busque a abstinência. Busque reduzir os danos produzidos pelo uso. Ou mesmo, quem discutirá meios para potencializar as formas de uso de substâncias tornadas ilícitas e seus efeitos. Trata-se de um fenômeno complexo. Que dispensa respostas simples. É envolvente. Escapa.

Nesse primeiro momento a pesquisa desnudou a necessidade de maior respeito com os profissionais que atuam – também – na linha de frente do fenômeno das drogas. E indiscutivelmente, melhores ofertas de políticas públicas para todos os envolvidos. Inclusive para os (micro) atores do tráfico que requeiram acionar seus direitos. Caso contrário, as políticas públicas – principalmente a de drogas - serão apenas repetições políticas do que já ofereceu provas de não funcionar como esperado. Nesse campo de pesquisa, emergiu à superfície princípios da política estadual de drogas: disputas; solidão; enfrentamentos; preenchimentos; repressão; desprezo pelos atendidos; e desrespeito pelos trabalhadores. Uma política que mistura salvação e culpabilidade. Que se fecha. E trinca. Sendo cotidianamente fissurada pelos profissionais; usuários de substâncias; e seus familiares. Onde o saber psiquiátrico é diluído no aconselhamento religioso. E a medicina desdenha das questões sociais. Unindo-se, novamente, à justiça e à religião. A política de drogas do Estado de São Paulo, mesmo que não reconheça, assimilou o uso radical de substâncias, assim como minhas interlocutoras. Uma questão a se esclarecer do corpo. Da mente. E do espírito. Aprendeu com ex. usuários, usuários, seus familiares. Mas equivocou-se ao oferecer uma única resposta. Fantasia a questão prometendo resolver – acabar – com o problema da Cracolândia. E solucionar as questões familiares, focando apenas nas substâncias.

No segundo capítulo o estudo iniciou-se querendo conceituar de forma restrita a categoria família. Diante da impossibilidade e do aprendizado, sem a pretensão de esgotar o assunto, a pesquisa lançou mão de trabalhos antropológicos, mostrando que as famílias são como vêm sendo historicamente. Seguem, e às vezes não, o curso do projeto familiar. Que as famílias estão, ao modo de cada uma, se produzindo. E se desfazendo para continuarem existindo. Na qualidade de mãe pai. Tia mãe. Neto filho. Avó mãe. Família de sangue. De conexão. De escolha. De rua. De criação. Das drogas. Do crime. Do skate. Neto postiço. Irmão de igreja. Amigo “*brother*”. Irmã mãe. Padrinho do A.A. Como uma categoria que escapa. Que é – e tudo indica que será – conexão. Mesmo havendo a intenção do Estado brasileiro a partir do Estatuto da Família - Lei 6583/13<sup>101</sup> - de tentar defini-la apenas como o núcleo formado a partir da união entre um homem e uma mulher. Minhas interlocutoras mostram que família é muito mais. Também nessa mesma seção do estudo foi descrita uma parte da vida de

---

<sup>101</sup> Para saber mais, ver: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/05/uma-lei-pode-determinar-o-que-significa-familia.html>

duas famílias – Fé da sul e 24 por 48 – que possuem entre seus membros filhos usuários radicais de *crack*. Descreveu-se de onde vêm essas famílias. Como vivem. E o que pensam sobre o fenômeno das drogas. Suas histórias estão descritas como chegaram. Em alguns momentos numa espiral. Igual às suas vidas. Nada parecida com linhas retas em planos assedados. Vidas vividas com dinamismo por essas mulheres.

No terceiro capítulo, seguindo os fluxos da pesquisa, estabeleceu-se uma nova aproximação entre famílias. Entre meus amigos irmãos e minhas interlocutoras. Traduções periféricas. Que me fizeram compreender que drama é mais do que desgraça. É fatalidade também. Assim como glória. Minhas interlocutoras – tratando-se do fenômeno das drogas - materializam o Estado igualando-o com o Governo. Estado e Governo são a mesma categoria. Concretiza-se inicialmente na figura do governador por ser o personagem mais público. Em seguida, por desconhecidos secretários e homens de cargos com poder de decisão dentro de uma estrutura – prédios públicos - também denominada por elas de Estado. Por último, o Estado se efetiva, em suas concepções, pelos trabalhadores das variadas categorias profissionais que prestam serviços à política de drogas. Os dois primeiros despertam nas minhas interlocutoras, no mínimo, dois sentimentos: admiração e ressentimento. Os trabalhadores não são tidos por elas como mentirosos. Enganadores. Mas como sujeitos que possuem saberes e boa índole. Entre eles há também os que, para elas, se apresentam com excesso de arrogância. Esses são logo identificados com os primeiros. Após diferenciá-los, seus comportamentos variam entre disfarçada obediência e raiva. Quando os descrevem, imitam a performance desses, sempre os satirizando com uma forma de andar empinada. Tom de voz alto. Jogadas de cabelo. Rebatizam-nos com apelidos. Dão-lhes outros nomes – como sendo mães. O Estado – materializado em pessoas – como gestor de políticas públicas. Direitos políticos. É reconhecido criticamente por meus interlocutores, assim como as políticas públicas, como ineficaz. Corrupto. Identificado com quem quer se beneficiar com vantagens econômicas. Nivelado com a força do capital. Sendo essa baseada na exploração dos mais pobres. Das famílias negras. Minhas interlocutoras explicitam isso. Carregam em seus corpos a descrença pelo Estado. Pelas políticas públicas. E ao mesmo tempo fazem uso dessas. Participam mesmo como são direcionadas. Tais ações do Estado são presentes em suas vidas. Ativamente. Essas mulheres escancararam ao ouvinte a forma como convivem com a herança da falta de possibilidades. Oportunidades essas que são direitos básicos, não negócios econômicos.

Durante a pesquisa demonstraram que há quem, de tanto viver no imprevisto, na impossibilidade produzida pela ausência de políticas públicas promotoras de civilidades coletivas, tenha migrado para outros territórios subjetivos. Inclusive ilícitos. Criando outros mundos. Novas coletividades. Interrompendo o projeto familiar iniciado antes mesmo do seu nascimento. Apresentaram seus filhos focados no uso radical de *crack*. Produzindo outros estilos de vida. Embora contestados, semelhantes aos de todos os sujeitos tidos como saudáveis. Sempre na busca por algo.

Diante da estética do *crack*. Da aparência dos filhos. Do desconhecido. As famílias – contando unicamente com a autoridade feminina - movimentam-se. Seus corpos denunciam a deterioração das políticas públicas. Frente à denúncia trazida pelo *crack*, minhas interlocutoras veem radicalmente o esgarçamento do tecido familiar. A interrupção do projeto. O corte na reciprocidade. A separação. E a chegada prematura da morte. Assombradas, colocam-se em ação. Unem o tecido. As famílias geralmente constituídas por papéis sociais, na presença do *crack* e na ausência de políticas públicas mais participativas, reconfiguram seus papéis. Filhas mulheres, crianças ou adolescentes, assumem o controle. A responsabilidade da família. As mulheres mães, coautoras desta pesquisa, apresentaram habilidades ausentes no Estado. Mostraram que os conflitos sobre proibição ou redução de danos parecem nada dizer. Já que percebem potências e limites em ambas as propostas. Perante o uso radical de *crack* dos seus filhos, todos os saberes são bem vindos. Notam eficácia nos remédios. Criticam a medicalização excessiva. Reconhecem a efetividade do uso terapêutico e lúdico da maconha.

Esta pesquisa apresentou duas famílias que foram buscar apoio no Programa Recomeço. Duas mulheres. Duas mães. Duas negras. Duas traduções. Duas apostas. Escolhas diferentes para um mesmo fenômeno. Demonstrou que o uso radical de *crack* é uma questão aberta. E que as famílias reconhecem esse estágio. O Estado, não. Rebeca e Bete produzem paciência. Sozinhas apresentam enorme capacidade de suportar situações enigmáticas e adversas. Afirmam o sentimento enquanto ação. Produzem como o fogo no Cerrado brasileiro. Germinam sementes pelo choque térmico, quebrando a dormência vegetativa com a elevação da temperatura causando fissuras, favorecendo a penetração de água, iniciando o movimento de germinação. Essas mulheres ensinam a importância de realizar traduções para o óbvio. Porque, como cantou o poeta: “e aquilo que nesse momento se revelará aos povos; surpreenderá a

todos não por ser exótico; mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto; quando terá sido o óbvio” (Caetano Veloso – Um índio<sup>102</sup>).

---

<sup>102</sup> Para saber mais sobre a música, ver: <https://www.vagalume.com.br/caetano-veloso/um-indio.html>

## Bibliografia

ALVES, Ygor Diego Delgado. Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

ALAYÓN, Norberto. Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ARAÚJO, Tarso. Almanaque das Drogas. São Paulo: Leya, 2012.

BASAGLIA, Franco. Escritos Seleccionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica. Amarante, P (org). Rio de Janeiro. Garamond, 2005.

BARFIELD, T. Dicionario de Antropologia. Madrid: Bellaterra, 1997.

BECKER, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994.

BECKER, Howard S. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIONDI, Karina. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2010.

BIVAR, Antonio. O que é punk. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, 76).

BURGIERMAN, D. R. O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. São Paulo: Leya, 2011.

CAMARGO, Paola de Oliveira; MARTIN, Maria de Fátima Duarte. Os efeitos do crack na gestação e nos bebês nascidos de mães usuárias: Uma revisão bibliográfica. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 173-181, 2014 <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.042>

CARNEIRO, H. A fabricação do vício como doença: o consumo de drogas e a medicina. XIII Encontro Regional de História (Anpuh-MG), 15/07/2002, Belo Horizonte. Disponível em [WWW.neip.info](http://WWW.neip.info).

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. Revista Outubro, IES, São Paulo, vol. 6, 2002, pp.115-128.

CARNEIRO, H. Autonomia e heteronomia dos estados de consciência. In: Labate, B. C. [et. al.] (Org.) Drogas e cultura: novas perspectivas. EDUFBA, p. 65-89, 2008.

CASTRO, E. Vocabulário de Foucault – um percurso pelos temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

- CASTRO, O. *Fábrica de Corpos*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DAS, V. e POOLE, D. *El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. Cuadernos de Antropología Social: Buenos Aires: UBA nº 27, p. 19-52, 2008.*
- DE LEON, George. *A Comunidade Terapêutica: Teoria, Modelo e Método*. Ed. Loyola, 2003; FEBRACT. *Drogas e Álcool – Prevenção e Tratamento*. Ed. Komedi, 2001.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- DRUMMOND; Drummond Filho. *Amor-Exigente - Espiritualidade - Uma Nova Vida*. Ed. Loyola, 2003.
- FIORI, M. *Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2013.
- FONSECA, C. *Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação*. In: XXI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, 21., jan., fev., mar., abr., 1999, Caxambu (RS). *Anais... Caxambu, 1998. p. 58-78.*
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *História da maconha no Brasil*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- FRÚGOLI, H.; SPAGGIARI, E. *Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz*. In: [http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandiaaos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz#\\_ftn1](http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandiaaos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz#_ftn1). Acesso em 26/04/2013.
- GARCIA, C. *Resistência a partir de Foucault*. In: PASSOS, I. C. F. (Org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 109-126.
- GONÇALVES Fº, J. M. *Humilhação social: humilhação política*. In: BEATRIZ, P. S. (Org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 187-221

GONÇALVES Fº, J. M. Passagem para a Vila Joanisa ± uma introdução ao problema da humilhação social, 1995, 171 f. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da USP, 1995.

JOANIDES, Hiroito de Moraes. Boca do Lixo. São Paulo: Labortexto, 2003.

KNAPP, P. Terapia Cognitivo-Comportamental na Prática Psiquiátrica. RJ: São Paulo: Artimed, 2004.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. Vocabulário da psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LATOUR, B. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. “Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino”. In: Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 385-424.

LIMA, S. A. A clínica do possível: tratando de dependentes de drogas na periferia de São Paulo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

MAGALHÃES; Lima; Lima; Leal; Castelo Branco; Monteiro. Vivência de mães de adolescentes usuários de crack. R. Interd.v.6, n. 3, p. 89-96, jul.ago.set. 2013.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores, 43).

MALUF, S. W. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. Esboços, Florianópolis, v. 9, p. 87-101, 2002 (UFSC), ppghistória/ufsc. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewPDFInterstitial/563/9837>. Acesso em: 2 jul. 2011.

MALVASI, P. Interfaces da Vida Loka. Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2012.

MAUSS M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Ed. Edusp; 1950. v. 2.

MIRANDA, R. O que é Codependência. E-book. ISBN 978-85-69203-01-8. 1º edição. Capivari, São Paulo. Instituto Independência, 2015.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. Rev. psiquiatr. clín., São Paulo, v. 35, n.6, 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S)

010160832008000600002&lng=en&nrm=iso>.accesson 02 June 2013.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832008000600002>.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Limites, traduções e afetos: profissionais de saúde em contextos indígenas. *MANA* 18(3): 511-538, 2012.

RUI, T. C. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Expressão popular, 2016.

SARTI, C. A. *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

SELEGHIM, Maycon Rogério; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de. Influência do ambiente familiar no consumo de crack em usuários. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 263-268, 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002013000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002013000300010&lng=en&nrm=iso)>. access on 08 Mar. 2017.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002013000300010>.

STRATHERN, Marilyn. *O Efeito Etnográfico*. São Paulo: Cosacnaify, 2014.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set.2002.

UCHOA, Marco A. *Crack: o caminho das pedras*. Ed. Atica, 1996.

VARGAS, E. D. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: Labate, B. C. [et. al.] (Org.) *Drogas e cultura: novas perspectivas*. EDUFBA, p. 41-63, 2008.

VILARINHO, Sabrina. "Gênero Dramático"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/literatura/genero-dramatico.htm>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

ZALUAR, A. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.  
\_\_\_\_\_. *Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas*. CARDOSO, In: R. C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-125

## Sites consultados

<http://blogdoproad.blogspot.com.br/search/label/Ronaldo%20Laranjeira>

<http://brasilecola.uol.com.br/literatura/genero-dramatico.htm>

<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,MUL1533881-5598,00-MAE+E+PROCESSADA+POR+ACORRENTAR+FILHO+VICIADO+EM+CRACK.html>

<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-De-Bra%C3%A7os-Abertos-1-2.pdf>

<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/maior-pesquisa-sobre-crack-j%C3%A1-feita-no-mundo-mostra-o-perfil-do-consumo-no-brasil>

<http://programarecomeco.sp.gov.br/noticias/selo-recomeco-vai-recolocar-dependentes-quimicos-nomercado-de-trabalho/>

<http://projetoquixote.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Livro-Textos-da-%C3%81rea-de-Ensino-e-Pesquisa.pdf>

<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/05/uma-lei-pode-determinar-o-que-significa-familia.html>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-09-05/brasil-e-o-maior-mercado-consumidor-de-crackdo-mundo-aponta-estudo.html>

<http://uniad.org.br/interatividade/noticias/item/20313-lenad-fam%C3%ADlia-nam%C3%ADdia>

<http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/a-droga/composicao-e-acao-no-organismo>

<http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/a-droga/como-surgiu>

<http://www.ces.org.br/docs/publicacao-crack-um-novo-olhar-.pdf>

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/20170418\\_nt21.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf)

<http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos>

<http://www.oriobranco.net/noticia/policial/mae-desesperada-mantem-filho-acorrentado-para-livra-lo-das-drogas-em-feijo>

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/2015/censo/FIPE\\_smads\\_CENSO\\_2015\\_coletivafinal.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf)

<http://www.psiquiatria.unifesp.br/d/proad/proad/>

<http://www.soudapaz.org/>

<http://www.uniad.org.br/>

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2015/08/1665914-o-usuario-e-o-trafficante.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0501200828.htm>

<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/15/63-jovens-negros-sao-assassinados-por-dia-no-brasil-segundo-cpi/>

<https://www.lettras.mus.br/rael/minha-lei/>

<https://www.lettras.mus.br/rodrigo-campos/1875488/>

<https://www.vagalume.com.br/caetano-veloso/um-indio.html>

<https://www.vagalume.com.br/consciencia-humana/121-rajada-parte-ii.html>

<https://www.vagalume.com.br/criolo/duas-de-cinco.html>

<https://www.vagalume.com.br/emicida/levanta-e-anda-part-rael-da-rima.html>

<https://www.vagalume.com.br/emicida/mae-part-dona-jacira-e-anna-trea.html>

<https://www.vagalume.com.br/grupo-revelacao/deixa-acontecer.html>

<https://www.vagalume.com.br/rationais-mcs/negro-drama.html>

<https://www.vagalume.com.br/sabotage/respeito-e-para-quem-tem.html>

## Anexos

### **Negro Drama – uma pesquisa em fluxo de aprendizagem<sup>103</sup>.**

Este é um momento bastante importante para mim. Pela minha história de vida, posso afirmar que hoje, aqui, presente comigo estão legiões: famílias de diversos fluxos e conexões. Espero honrá-las. (...) Embora seja um evento público, a defesa de uma tese de doutorado é o momento de muitos processos. Neste caso, de uma análise do exercício etnográfico realizado. Da pesquisa propriamente dita. É o momento do pesquisador e da banca. Ou melhor, da banca com o pesquisador. Quero ouvi-los. Desejo aprender ainda mais no dia de hoje. Espero que todos nós possamos aprender! Para dar início, agradeço aos meus orientadores: Pedro Paulo e Paulo Malvasi. Quero agradecer à Taniele Rui, que está conosco desde antes da qualificação do projeto e que, na qualificação, me chamou para o diálogo. Espero ter conseguido – com a minha linguagem – me comunicar. Admiro você, Taniele. Quero agradecer à Regina Matsue, com quem experimentei a importante missão de ministrar uma disciplina. Regina foi quem apoiou minha informalidade em sala, meus exemplos cotidianos como trabalhador social, além de minha leitura e tradução dos textos de antropologia. A tese e esta fala de hoje – em fluxo - têm a ver com isso; por isso, sinto muita gratidão. Agradeço ao professor Rubens Adorno. Acompanho suas orientações, sua militância e seu trabalho. É um privilégio tê-lo aqui e saber que leu minha tese. E, por último e nem por isso menos importante, eu quero agradecer a presença de Aparecido Reis, o único dos professores que eu ainda não conhecia e que se juntou a nós na impossibilidade do comparecimento do professor Richard Miskolci. Não digo que veio substituí-lo, mas que veio compor a banca com sua formação, sendo uma delas em serviço social. O fluxo da pesquisa trouxe-me o que faltava. Alguém com o olhar mais experimentado numa área potente, porém bastante complexa para mim. Muito bem vindo! Agradeço as minhas interlocutoras, cada dia descubro mais o quanto preciso dessas mulheres. Heroínas? Não! Cidadãs comuns.

É sobre este fluxo da pesquisa que eu quero falar. Seguirei este fluxo a que me referi durante toda ela. Uma fala sobre fluxos, em fluxo. A defesa, este evento, é a

---

<sup>103</sup> Texto apresentado na defesa de tese (02/06/2017) com as presenças das seguintes professoras e professores: Regina Matsue (Unochapeco); Taniele Rui (Unicamp); Aparecido Reis (UFMG); Rubens Adorno (USP) e; Pedro Paulo G. Pereira (UNIFESP).

última etapa da pesquisa que teve início, meio e fim, mas enquanto fluxo que foi. Que é. Penso que deva ser defendida como continuidade. Por isso vou apresentar-lhes a pesquisa em forma de linhas e de ações. Vou demonstrar como a vivenciei. Apresentarei o que realizei na pesquisa, já misturado com o que estou pensando enquanto preparo esta fala. Um diálogo com antigas e novas traduções obtidas durante a realização deste trabalho.

O momento atual em São Paulo, devido à liberação – e retração – por parte da justiça para a realização indiscriminada de internações compulsórias no município, é mais do que propício para defender esta tese que trata também da reconstrução da política de drogas do Estado. Política essa que, em 2013, trouxe para a superfície como lógica de cuidado a internação compulsória. Lógica de cuidado repressiva transformada em política pública. Já naquela época o Estado repetiu a lógica da institucionalização. E agora, em 2017, pretende dar continuidade a esta lógica de cuidado higienista, que não é eficiente como prometido, pois, afinal de contas, no bairro da Luz, de 2013 para cá, só fez aumentar o número de sujeitos que fazem uso radical de *crack*. Vocês viram. Eu tenho um irmão lá. Registrei nosso encontro para este trabalho. Todos que leram minha tese ouviram o meu irmão: o Chumbo.

Esta pesquisa trata de questões que implicam todos nós envolvidos na guerra às drogas de um modo ou de outro. Não há escapatória; as questões produzidas pelas diferentes áreas de conhecimento referentes à política de drogas são importantes. O fenômeno interfere na vida de todos. Porém, há sujeitos que estão pagando com a própria vida o jogo que envolve o contemporâneo fenômeno das drogas. O exercício etnográfico mostrou-me ser mais do que competição entre “lados”; o *modus operandi* de construção da política de drogas de São Paulo é de repetição. E, ousado dizer, de certa perversão também. Logo, o fenômeno das drogas é um tema que merece atenção e respeito. Esta tese trata de descrições e traduções possíveis até o presente momento da pesquisa. Trata de repetições e diferenças. Movimentos, encontros e reencontros.

Noto que trabalhei todo o período com marcadores de fluxo. De momentos. Marcadores de quebra do fluxo, que eram sinalizados pelos afetos. Ora alegres, ora tristes, mas sempre desejosos em aprender a fazer antropologia. Descrever e traduzir comunicações. Deleuze e Guattari (1972) conceituam o fluxo do desejo como sendo um fluxo de cortes. Algo que só corre ao ser cortado por outro fluxo. Uma corrente que só

se encadeia ao ser rompida. Esse pensamento me serve nesta tese! O discurso criado por esses autores é um discurso em fluxo contínuo e em contínua intersecção de outras linhas discursivas. É uma linha quebrada que engata e encadeia esses cortes. Evidencia o movimento que chamam de movimento mesmo da linguagem: o discurso indireto livre. Esse movimento é a criação de um fluxo que corta e é cortado por outros fluxos de naturezas diversas, não somente linguísticas. Deleuze e Guattari são muito visuais para mim. Para esses filósofos: “escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio, e que entra em relações de corrente, contracorrente, de redemoinho com outros fluxos, fluxos de merda, de esperma, de fala, de ação, de erotismo, de dinheiro, de política, etc” (1972, p. 17).

No meu trabalho, distribuí os capítulos, narrando passo a passo o percurso da pesquisa, depois de ter apresentado toda a minha implicação com o fenômeno das drogas. A propósito, gostaria de frisar que, intencionalmente, pouco citei o termo “drogas” neste trabalho, pois, preferi utilizar “substâncias tornadas ilícitas”. Objetivei negar desde o início do trabalho o pejorativo e naturalizado hábito contemporâneo do uso da categoria “droga”, que tem sido sempre associada a situações e ocorrências negativas na vida das pessoas. Durante o percurso da pesquisa refleti sobre as substâncias no mesmo sentido em que Michel Foucault (Castro, 2014) trabalhou o conceito de episteme, ou seja, demonstrando que houve e há processos históricos discursivos e não discursivos que negativaram a existência dessas substâncias, chegando a ponto do seu uso ser considerado um erro moral, e não proibido historicamente por uma malha moral político econômica. Penso ter sustentado assim que usar substâncias não seja errado, mas sim proibido, e que a proibição dessas substâncias se positiva também com a negatização da categoria droga.

Retomando. Após ter apresentado toda minha implicação com o fenômeno das drogas, eu afirmei que esta tese trata da sistematização de um trabalho. Descreve fluxos de movimentos. Sentimentos enquanto ações. E que conta com a radical presença de usuários de substâncias lícitas e tornadas ilícitas, familiares e trabalhadores sociais. Importante esclarecer também que a escolha por referenciar poucos autores na pesquisa também não foi à toa. Por ter cursado primeiramente serviço social, interessei-me muito pelo método etnográfico. Também me interessei pelo fluxo da pesquisa, pelos marcadores de afetos e pelos encontros etnográficos. A questão de lugar, do meu lugar como pesquisador e coordenador do Serviço Espaço de Acolhida, ambíguo em si

mesmo, se entrecruza com a questão que levantei sobre a produção das ações de trabalho da equipe do Serviço (da prática à teoria; ou da teoria à prática). Essa questão foi – e está - sendo respondida pelo próprio fluxo da pesquisa. Encontrei em Deleuze (Foucault, 2008) algo que também me serve para este trabalho. Quando ele se refere às novas maneiras de viver as relações teoria-prática, ele nos lembra de que, “às vezes se concebia a prática como uma aplicação da teoria, como uma consequência; às vezes, ao contrário, como devendo inspirar a teoria, como sendo ela própria criadora com relação a uma forma futura de teoria” (2008, p. 69). E ainda em resposta a Michel Foucault, Deleuze esclarece que: “de qualquer modo, se concebiam suas relações como um processo de totalização, em um sentido ou em um outro” (2008, p.69).

Como se bastasse apenas este olhar. De que ou é uma coisa ou outra. Fiz questão de, na apresentação, marcar a partícula e. Uma coisa e outra. Ela é conectiva. Oferece horizontes. Introduzi esta partícula porque durante a pesquisa aprendi com meus interlocutores e com Deleuze e Foucault que a questão se coloca de outra maneira. “As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias” (2008, p. 69). Para esses autores – e também para meus interlocutores - uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio, e podendo aplicar-se a um outro domínio, mais ou menos afastado. A relação de aplicação nunca é de semelhança. Por outro lado, desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (é este outro tipo que permite eventualmente passar a um domínio diferente). A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra, e a teoria é um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro. Percebi esses revezamentos – entre teoria-prática-teoria – trazendo para este estudo a participação atravessadora dos meus interlocutores, que no texto puderam se misturar. Este jeito de escrever foi uma aposta. Perdi no que se refere às discussões teóricas consolidadas ou não no espaço acadêmico. Ganhei em presença radical dos meus interlocutores. Confesso que sinto por não ter investido durante a escrita da tese em traduções de dona Zilda, mãe de Bete e avó de Gislaine. A senhora que não falava com a boca – ou melhor, não pronunciava palavras - após ter sofrido agressão. Interrogo-me. Como fazer a melhor tradução desta mulher? Conversamos tanto com os olhos.

Compreendi como pesquisador que o método etnográfico promove enorme interação entre pesquisadores e interlocutores, e que também deve ser pensado durante toda a pesquisa, e de certa maneira também traduzido em cada pesquisa que o utiliza, afinal “como é possível que dois antropólogos (ou pesquisadores realizando etnografias) tenham chegado a observações tão dispares sobre um mesmo grupo ou manifestação cultural?” (Grossi, 1992). Compreendi que o que se busca em pesquisas guiadas por teorias antropológicas é transformar traduções do campo em “objetividade. Sem destruir sua principal característica, a subjetividade”. (Chauí, 1997, p. 272).

No capítulo I descrevi dois anos de reconstrução da política de drogas do Estado. A fragilidade das ações que envolvem a assistência social estadual. Certa fixação na formação do profissional assistente social. As condições de trabalho de trabalhadores sociais. E o terror do modelo de captação de recursos para o terceiro setor. Descrevi fluxos. Lutas. Discursos. Relações de poder. No caso desta reconstrução, falo de repetição política. Refletindo com meus interlocutores, pareceu-me inocente como tem sido tensionada a relação entre os “lados” (proibicionista e antiproibicionista). A história, essa linha que está em constante batalha, nos mostra que o investimento na guerra às drogas, cientificamente não se sustenta. Está explícito. Em 1918 ocorreu a Lei Seca norte-americana. Nesta época já se falava em internação compulsória, quando quem tinha dinheiro era enviado para o luxo, e quem não dispunha, para manicômios parecidos com prisões. Um desastre. A ponto de em 1932 o candidato à presidência Franklin Roosevelt eleger-se às custas da promessa cumprida: produzir “a luta contra a proibição”. Vejam vocês. (...) Outro fato é que em 1980 os EUA, com o fito de impedir a fabricação da cocaína em pó, passaram a controlar a venda clandestina de dois solventes, obrigando traficantes a contrabandear a pasta-base de cocaína (Araújo, 2012), fato que facilitou a produção e expansão do comércio de *crack* em países como o Brasil. Quem garante que este controle do solvente não fora algo pensado? (...) Essas histórias - científicas - são de conhecimento público. Gestores e acadêmicos que produzem políticas públicas as acessam. Estão inteirados. Meus interlocutores me deram pistas de que esses gestores e acadêmicos não alargam a política de drogas pelo desejo de controlar vidas, fixar modelos, punir quem escapa, prender, matar e “acolher”. Por isso afirmo que estão dirigindo a política de drogas de forma ilícita. Há outras possibilidades, tecnologias e lógicas de cuidado também reais e experimentadas por trabalhadores e usuários inclusive dentro da própria política estadual de drogas. Porém,

pelo fato de o Programa Recomeço apresentar-se ideologicamente unido com forças conservadoras e do capital, essas alternativas não são legitimadas pelo Estado. Essas práticas tornam-se resistência, individuais e clandestinas.

No segundo capítulo, levanto uma questão que envolve a relação teoria-prática-teoria trabalhada acima. Antecedendo-me ao contato mais radical com as famílias, com minhas interlocutoras, busco breve apoio em Rebeca para – atualmente - disparar essa indagação. Ela é mãe de Marlon, que está fazendo uso radical de *crack* e “depena” a casa da família. Rebeca é evangélica. Buscou “internação” para Marlon. Escondida dos irmãos da igreja reconhece o benefício da maconha para o filho. No episódio de acolhimento de Marlon sobre a lógica de cuidado ofertado pelo Programa Recomeço em Comunidade Terapêutica, ela disse: o “tratamento é nota dez. As palestras são muito boas. Eles são muito firmes mesmo. Passam segurança para gente”. Segurança de que “um dia eles [filhos] vão parar de usar droga, igual eles pararam”. (...) Observo uma marcação aqui. Um registro desta lógica de cuidado. “Parar de usar como eles”. A questão que se apresenta é: como acessar Rebeca de modo que a faça legitimar também outras lógicas de cuidado? Que sentimento os trabalhadores que atuam com outra lógica de cuidado - redução de danos – tem produzido em mulheres como Rebeca, que se mostrou aberta à abordagem? (...) Neste capítulo discorro também sobre a repetição política por parte do Estado. Do seu desejo incessante de controlar as vidas. De classificar as famílias. De tornar ilícito outros modos de amar. Repetição porque o Estado – constituído por sujeitos e práticas como descrevem meus interlocutores – já é bastante experiente. Sabe que tal produção de lei - o estatuto da família -, é um desastre também. Não se consolida. Não há embasamento científico. Sabem que o que é família contemporaneamente é uma questão que escapa ao controle porque é plural. Cada singularidade de núcleo familiar é um universo. Não é à toa que é tão provocante estudar famílias. É envolvente. Apresentei neste segundo capítulo duas famílias: Fé da Sul e 24 por 48. Quis saber quem são, de onde vêm e o que pensam sobre o fenômeno das drogas. Duas mulheres que, com suas teorias, descreveram seus dramas. Duas mães. Duas negras. Duas traduções. Duas apostas. Escolhas diferentes para um mesmo fenômeno. Mulheres que, com seus trajetos de vida descritos neste trabalho, dobram, esmagam avaliações simplistas de conduta. Após conhecê-las alguém ousaria recriminá-las por suas ações? Alguém ousaria afirmar que estão certas ou que estão erradas? No primeiro momento as descrevi e realizei traduções de seus fluxos. Achei-me tolo.

Queria mais delas. No terceiro capítulo segui o fluxo da pesquisa e coloquei as famílias que encontrei durante o percurso para dialogar com a minha família, ou seja, com meus irmãos de conexão. Juntos ajudaram-me a traduzir as histórias familiares e a compreender que drama é muito mais do que apenas tragédia.

Descrevi e traduzi – no que me foi possível - a repetição do Estado do primeiro capítulo até a metade do segundo. A partir deste ponto busquei equilíbrios nas famílias. Manejos. Potências. Descrevi seus dramas em forma de ações. Movimentos. Fluxos de mudanças. Capacidades. Essas mulheres com quem convivi não represam práticas e saberes. Assumem o lugar do não saber. Da experimentação. Afirmei que observar a construção da política estadual de drogas de São Paulo e depois fixar o olhar nas famílias dos usuários de substâncias tornadas ilícitas revela também uma etnografia das políticas públicas: de migração; de habitação; de trabalho; racial; da mulher; da criança e do adolescente; do idoso; de educação; de saúde; da assistência social; de justiça. De movimentos de captura de um Estado que não abandona esses cidadãos, essas famílias pobres. Estado que investe para que as vidas desses sujeitos continuem envolvidas por suas repetições. Repetições que no máximo, e raramente, oferecem dramáticas subidas de vida. Reinserção social. Algo do tipo “família X subiu de vida”. Subiu. Não mudou. Porque as repetições políticas do Estado apresentadas neste trabalho não indicam um caminho para que famílias pobres mudem de vida ou que possibilite oportunidades de mudanças radicais. O drama de famílias pobres e negras. A violência dirigida às mulheres. A prisão e morte de jovens negros e de pobres foi legitimada primeiro pelo Estado e depois por parte da população – inconscientemente, e às vezes não – como natural. Não causa indignação. As famílias Fé da Sul e 24 por 48 denunciaram durante este processo quantas vezes se sentiram sozinhas. Investidas pelo poder. (...) Mas também delataram seus movimentos de expansão. Destacando a relação dessas famílias com a política de drogas, noto que nas famílias de usuários radicais de *crack* com quem convivi, nos lares em que entrei, não há base para a sustentação dos padrões patriarcais. Os homens marcaram e marcam essas mulheres. Aliás, todos das famílias. Porém, atualmente estão ausentes não mais por suas repetições, mas pelos movimentos dessas mulheres mães que os enfrentaram e os enfrentam. E nessas relações de poder me demonstraram fluxos, que os traduzi como idênticos a de qualquer família. Mesmo das que não possuem em seus membros um usuário radical de *crack*. Apresentaram projetos familiares. Segredos. Expectativas de reciprocidades. Confusões entre afirmação de

individualidades. Redes de parentescos. Lealdades e obrigações. Conflitos. E camaradagem. Tal como conseguem. Como estão sendo neste fluxo de aprendizagem. Estão em movimento. Em ação. Trocando de lugares. Se estruturando ao possível no choque do viver. Sobre as substâncias lícitas e ilícitas, nem usuários nem familiares com quem convivi por mais tempo nesta pesquisa, consagraram as drogas como definitivamente malignas. Titubeiam sobre o uso. Expressam também suas positivities. Chumbo, Marlon e Gislaine também disseram que o *crack* é bom. Descreveram sentimentos. Assumiram que o uso radical de *crack* tem-lhes tirado pessoas e reposto outras experiências. Rebeca e Bete diferenciam as substâncias. Legitimam também qualidades positivas delas. Trocam de lugar com os filhos. Experimentam. Tratam a questão da dependência química como aberta. A doença – não crônica - como sendo física, psicológica e espiritual. Política também. Assumem o conflito e as incertezas. Em certos momentos responsabilizam o sujeito usuário. “Foi ele quem procurou”. “A força para parar tem que vir de mim”. E ao mesmo tempo há a desresponsabilização deste. O apagamento do sujeito. Em aparição há somente o objeto: a pedra. O adjetivo (viciado) supera o sujeito. “Meu filho está doente”. “O *crack* já está no corpo; não há o que fazer”. (...) Percebam nas falas que o uso é intenso no corpo e também há ausência deste. Logo a solução também se torna – em certos momentos – externa a este. E noutras vezes não, a solução deve vir de dentro. Essa teia sobre a relação do sujeito com as substâncias, da dependência química, da doença crônica ou não crônica não está definida. Não há consenso. E isso é assumido pelas famílias e não assumido pelo Estado.

Quando afirmo que as mulheres mães, coautoras desta pesquisa, apresentaram habilidades incomuns ao Estado, que mostraram que os conflitos sobre proibição ou redução de danos parecem nada dizer, não quero dizer que ambas as terapêuticas sejam idênticas. Quis descrever e traduzir o sentimento das minhas interlocutoras, sobretudo de solidão, no meio desta produção de saberes e práticas, no meio desta guerra. Quis mostrar que essas mulheres mães buscam ajuda e que nos ensinam ao bradar que esta forma de fazer política - legitimando uma coisa ou outra - é ultrapassada. Insisti neste ponto baseado no fluxo desta pesquisa. Meus interlocutores me mostraram que focar apenas nas substâncias e direcionar a política baseada apenas no medo que produzem nessas famílias é repetição da máquina do Estado. É deslealdade política. Legitimar e incentivar outras lógicas de cuidado é lei, assim como enfrentar radicalmente o

problema da pobreza no Brasil. O contrário disso é repetição. É apropriação e repressão de saberes. Preenchimento. Urgência confusa. E isso é ilícito...

Gratidão a todos pela experiência.

### **Bibliografia.**

ARAÚJO, Tarso. Almanaque das Drogas. São Paulo: Leya, 2012.

CASTRO, E. Vocabulário de Foucault – um percurso pelos temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Cortez, 1997.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.

FOUCAULT, M. Os Intelectuais e o Poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GROSSI, M. P. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. in Trabalho de Campo e Subjetividade. Editora Claudia Lago, Florianópolis – SC, 1992.

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

1 – Título da pesquisa: Negro Drama – uma etnografia sobre famílias de usuários radicais de crack.

2 – Este projeto de pesquisa tem como objetivo etnografar as relações familiares de sujeitos que foram buscar tratamento no Programa Recomeço. Para isso, realizará uma pesquisa no Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares, localizado na Rua Francisca Miquelina, nº 118, Bela Vista, São Paulo. Um Serviço da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), executado em parceria com a Organização Não Governamental (Ong) Centro de Estudos Sociais (CES), que oferece atendimento social / psicológico para familiares de usuários de drogas, e está diretamente ligado ao Programa Recomeço. E nas casas das famílias desse estudo. Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo, que visa compreender quem são essas famílias. De onde vem, O que pensam sobre o fenômeno das drogas.

3 – Para efetuar tal investigação o pesquisador adotará uma metodologia que conjuga pesquisa bibliográfica: levantamento de livros que trabalhem diretamente com os temas: drogas e políticas públicas, levantamento de documentos oficiais - e não oficiais - relacionados ao Programa Recomeço: jornais, revistas, relatórios e etc., trabalho etnográfico em campo: pesquisa de observação no espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares, entrevistas realizadas em local e horário pré-agendados entre pesquisador e você: interlocutores da pesquisa, sendo que essas serão transcritas, para serem analisadas pelo pesquisador.

4 – As entrevistas (não há quantidade definida por interlocutor) serão realizadas em local e horário pré-agendados entre pesquisador e você: interlocutor da pesquisa. Serão transcritas, e posteriormente, reapresentadas a você: interlocutor da pesquisa, de forma individualizada, com o objetivo de devolutiva e / ou reapropriação / reelaboração do seu material discursivo. Para em seguida passar por análise do pesquisador.

5 – O seu desconforto será mínimo por se tratar de entrevistas guiadas por roteiro, gravadas, e que serão realizadas em ambientes familiares em horários pré-agendados, sendo essas devolvidas, antes do término da pesquisa.

6 – Não há benefício direto para você interlocutor participante da pesquisa, pois se trata de um estudo experimental, testando a hipótese de que a forma que tem sido desenvolvida a política de drogas do Estado de São Paulo não tem garantido a inclusão de usuários de drogas nas políticas públicas de saúde e assistência social. Somente no final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício.

7 – Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é o Ms. Odilon Castro, que pode ser encontrado no endereço Rua Botucatu, 740 – 4º andar, Telefone(s) (11) 984109245 e (11) 5576-4848 ramal 1879. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: [cepunifesp@unifesp.br](mailto:cepunifesp@unifesp.br)

8 – É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;

9 – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros voluntários, não sendo divulgado a identificação de nenhum interlocutor da pesquisa;

10 – É garantido o seu direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;

11 – Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo exames e consultas. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

12 – Em caso de dano pessoal, diretamente causado pelos procedimentos ou tratamentos propostos neste estudo (nexo causal comprovado), o participante tem direito a tratamento médico na Instituição, bem como às indenizações legalmente estabelecidas.

13 – É garantido o compromisso do pesquisador de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo Negro Drama – uma etnografia sobre famílias de usuários radicais de crack.

Eu discuti com o Ms. Odilon Castro sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso a tratamento hospitalar quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste Serviço.

Este documento está elaborado em duas VIAS e uma deverá ser devidamente rubricada em todas as páginas e assinada, e deve ficar em poder do interlocutor desta pesquisa.

Assinatura do paciente/representante legal.

Data     /     /

Assinatura da testemunha.

Data     /     /

Para casos de voluntários menores de 18 anos, analfabetos, semialfabetizados ou portadores de deficiência auditiva ou visual.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste paciente ou representante legal para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pelo estudo.

Data     /     /